

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

JEFERSON ALEXANDRE MIRANDA

**A SOCIAL-DEMOCRACIA NOS TRÓPICOS: A PROPOSTA DE SOCIAL-
DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS DE FUNDAÇÃO
DO PSDB (1988-1994)**

**SÃO CARLOS-SP
2024**

JEFERSON ALEXANDRE MIRANDA

A SOCIAL-DEMOCRACIA NOS TRÓPICOS: A PROPOSTA DE SOCIAL-
DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS DE FUNDAÇÃO DO PSDB (1988-1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política da Universidade
Federal de São Carlos (PPGPol-UFSCar),
como requisito para a obtenção do título de
mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Alves Cepêda

SÃO CARLOS-SP
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

--

FOLHA DE APROVAÇÃO

JEFERSON ALEXANDRE MIRANDA

A SOCIAL-DEMOCRACIA NOS TRÓPICOS: A PROPOSTA DE SOCIAL-
DEMOCRACIA NOS DOCUMENTOS DE FUNDAÇÃO DO PSDB (1988-1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política da Universidade
Federal de São Carlos (PPGPol-UFSCar),
como requisito para a obtenção do título de
mestre em Ciência Política.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Vera Alves Cepêda

Examinador

Prof.^o Dr. José Henrique Artigas de Godoy
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof.^a Dra. Maria do Socorro Souza Braga
Universidade Federal de São Carlos (USFCAR)

Para meu pai,
José Ribeiro Miranda Filho (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Completar este trabalho de dissertação é, sem dúvida, alcançar um almejado degrau em minha vida acadêmica e profissional. Ingressar, permanecer, partilhar o dia a dia de uma universidade pública durante dois anos, concluir as disciplinas, executar esta pesquisa, e ao final concorrer ao título de Mestre, foram - até aqui – os momentos mais relevantes de uma jornada sonhada e desejada por uma pessoa que, descendente de escravos e imigrantes, entende ser um privilegiado por poder viver aquilo que nunca foi possível para minhas gerações anteriores. Se ora posso experimentar essa alegria, transcendendo os limites que outrora foram insuperáveis para meus pais, avós e bisavós, isto se deve, além de fatores políticos, sociais, econômicos e históricos, a uma quantidade imensa de pessoas que passaram pela minha vida e contribuíram para que hoje eu pudesse estar aqui. Desta forma, quero iniciar esta seção de agradecimento reconhecendo o papel fundamental que minha família e principalmente meus pais, José e Aparecida Miranda, exerceram nesta caminhada, os exemplos pessoais, a confiança perseverante e o incentivo aos meus estudos e sonhos, mesmo sem possibilidades de arcar financeiramente com seus custos, foram o combustível necessário que me fizeram sempre seguir em frente. Aproveito para inserir neste núcleo, o agradecimento especial aos meus irmãos Iara e Ronaldo, companheiros e amigos de toda hora, assim também como ao meu filho Vitor, luz e graça em minha vida – a quem desejo ser também um exemplo.

Agradeço a todos os amigos que fiz em São Carlos, durante meu mestrado, foram eles que, através de nossas longas e nem sempre serenas discussões, me ajudaram a amadurecer como pessoa e pesquisador. Agradeço em especial a: Gregório Henrique Silva Duarte, Leone Santos Alexandre, Davi Franzon, Fernanda Marciano e tantos outros que compartilharam comigo boas horas de prosa, leituras críticas de meus textos e a partilha de ideias e de vida,

Além disso, agradeço a Universidade Federal de São Carlos e ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política que de portas abertas e braços estendidos, acolheram minha pesquisa e me deram todo o suporte necessário para que me alicerçasse em minha carreira acadêmica. Em especial agradeço aos meus professores: Simone Diniz, Gabriel Avila Casalecchi, Lidiane Soares Rodrigues, Gleidylucy Oliveira da Silva, Maria Teresa Miceli Kerbay e aos demais professores doutores do programa que exerceram papel fundante em minha formação como cientista político e pesquisador. Aproveito neste conjunto para agradecer

aos colegas de orientação e pesquisa do Grupo Cepediniano – Ideias, Intelectuais e Instituições para o Desenvolvimento e Democracia - que a quatro anos foram sempre companheiros de caminhada acadêmica, entre estes destaco Alan Caldas, José Augusto Marques de Souza, Jhonny Daniel, Rosana Sorbille, Diego Ramon, Giulia Di Giovani, Bruna Diniz, Gabriela Pandeló, Renato Ferreira Ribeiro, Jonas Martins e Bruna Quisam Camargo, a ajuda que recebi de vocês foram sempre inspiração.

Guardo especial agradecimento, aos professores: Dra. Maria do Socorro Souza Braga e Dr. José Henrique Artigas de Godoy, pelo aceite em participar da minha banca de qualificação e defesa, de forma sempre generosa, suas contribuições para esta pesquisa serviram para fortalecê-la e agora me inspiram nos novos desafios que se avizinham em sua continuidade.

À professora Vera Alves Cepêda, gostaria de deixar meus mais profundos agradecimentos, partilhar esta caminhada sob sua orientação foi uma honra, sua confiança, prestatividade, seriedade criteriosa, assertividade técnica e excelência acadêmica me garantiram segurança, autonomia, aprendizado e amadurecimento na produção de minha pesquisa, sua compreensão e empatia possibilitaram que este pesquisador pudesse alcançar suas mais elevadas aspirações.

Por fim, quero encerrar agradecendo a minha esposa Mônica pelo apoio incondicional, estímulo férreo e fé inabalável nesta conquista. Seu amor e companheirismo único, seus ouvidos prestativos e suas contribuições empíricas foram o muro de arrimo do meu feito. Sua parceria é o sopro que me permiti ousar.

Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral [...] Duvidou logo, é certo [...] resolveu convocar um conselho de amigos a quem interrogou com franqueza. A opinião foi afirmativa [...] Era decisivo. Simão curvou a cabeça juntamente alegre e triste [...] recolheu-se a Casa Verde [...] entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo.

Machado de Assis, O Alienista

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de estudar as adaptações teóricas e políticas utilizadas na recepção do projeto político da Social-Democracia no Brasil (país da periferia do capitalismo e de tradição desenvolvimentista), no período da redemocratização (década de 1980). Enquanto recorte, buscamos fazer uma investigação da recepção e dos ajustes do modelo social-democrata, especificamente a social-democracia de Terceira Via, modelo característico do final do século XX, pelo mais expressivo projeto partidário nacional que o reclamou – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – no período de sua fundação (1988 a 1994). Por isso partimos de duas perguntas: Qual a proposta de social-democracia era defendida pelo PSDB em seus documentos oficiais ao longo dos seus anos iniciais? Em que medida esta proposta confirma ou se diferencia das propostas social-democratas de seu tempo? Entendemos que a trajetória da social-democracia é marcada pelas adversidades enfrentadas pelas ideias ao longo do tempo. De seu surgimento na Europa, como um fenômeno ajustado as características políticas, econômicas e sociais do final do século XIX, passando por sua expansão e recepção nas mais diferentes partes do planeta, até os dias atuais seus conceitos e argumentos foram adaptados, reconfigurados e por vezes contraditoriamente alterados. No Brasil, a aclimação deste arcabouço conceitual é ainda mais *sui generis*, principalmente se aceitarmos que nosso país, por causa de seu processo histórico e de seu característico desenvolvimento capitalista, sempre foi um lugar em que as próprias dimensões continentais impuseram como fato uma miríade de situações própria de pobreza, exclusão e marginalidade. Por isso partimos do argumento de que aqui a social-democracia não encontrou, até o final do século XX, um ambiente propício para que ela se estabelecesse, ou quiçá, fosse pensada. Desta forma, para levar a cabo a pesquisa analisamos a proposta de social-democracia do PSDB contida em seus documentos fundacionais – manifesto, estatuto, programa, livros, teses, entre outros materiais, produzidos, entre 1988 e 1994, pelo partido, seus *think tanks*, e principais atores. Para sua realização a metodologia utilizada consistiu em uma análise descritivo-histórica que se consubstanciou através da utilização da técnica de análise temática aplicada aos documentos selecionados. Após a leitura, catalogação, clusterização e classificação os trechos foram analisados a partir de três variáveis/temas principais: papel do Estado, visão de democracia e políticas sociais. Os principais resultados da pesquisa, por sua vez demonstram: 1) O PSDB, um dos principais atores políticos da cena republicana pós-1988, ajustou as diretrizes e alternativas de um modelo teórico social-democrata de terceira via às condições brasileiras, adaptando-o ao contexto político do final da ditadura civil-militar nacional e às novas tensões, atores e projetos políticos concorrentes em disputa pelo desenho da Nova República; 2) Seu modelo de social-democracia advogava um Estado socialmente necessário, uma democracia pluralista e participativa que através de uma sociedade organizada e responsável pudesse ofertar políticas sociais com universalização de oportunidades; 3) A nova social-democracia propunha uma superação do peso do passado desenvolvimentista, estatista e nacionalista, ou seja através da defesa da democracia liberal propunha resultados sociais como consequência da superação e reforma do Estado desenvolvimentista.

Palavras-chave: Social-Democracia, PSDB, Políticas de Bem-estar Social, Desenvolvimentismo, Democracia.

ABSTRACT

The trajectory of social democracy is marked by the adversities faced by ideas over time. From its emergence in Europe, as a phenomenon adjusted to the political, economic, and social characteristics of the late 19th century - through its expansion and reception in the most different parts of the planet - to the present day its concepts and arguments have been adapted, reconfigured and by sometimes paradoxically changed. It happens because this is a common phenomenon to which political thoughts are subjected and which makes them so challenging to study. In Brazil, the acclimatization of this conceptual framework is even more unique, especially if we accept that our country, because of its historical process and its distinctive capitalist development, has always been a place in which the continental dimensions themselves imposed as a fact a myriad of situations of poverty, exclusion, and marginalization. Here, in a place so different from its birthplace, social democracy did not find, until the end of the 20th century, a favorable environment for it to be established, or even to be thought about. Therefore, the present work aims to study the theoretical and political adaptations used in the reception of the political project of Social Democracy in Brazil (a country on the periphery of capitalism and with a developmentalist tradition), in the period of *Redemocratização* (1980s). This is an investigation of the reception and adjustments of the social democratic model, distinctive of the end of the 20th century, after the crisis of the 1970s, in the most expressive national party project that claimed it – “*Partido da Social Democracia Brasileira*” (PSDB) – during the period of its foundation (1988 to 1994). To carry out the research, we analyzed the PSDB's social democracy proposal contained in its founding documents - statement, statute, program, books, theses, among other materials, produced between 1988 and 1994 by the party, its think tanks, and main actors. To carry it out, the methodology used consisted of a descriptive-historical analysis that was substantiated using the thematic analysis technique applied to the selected documents. After reading, cataloging, clustering, and classifying the excerpts, they were analyzed based on three main variables/themes: role of the State, vision of democracy and social policies. The main results of the research, in turn, demonstrate: 1) PSDB, as one of the main political actors in the post-1988 republican scene, adjusted the guidelines and alternatives of a third-way social-democratic theoretical model to Brazilian conditions, adapting it to the political context of the end of the national civil-military dictatorship and the new tensions, actors and competing political projects disputing for the design of the New Republic; 2) Its model of social democracy advocated a socially necessary State, a pluralistic democracy with social participation through organized society, and social policies with universalization of opportunities, but with social responsibility; 3) The new social democracy proposed overcoming the weight of the developmentalist, statist and nationalist past, that is, through the defense of liberal democracy it proposed social results as a consequence of overcoming and reforming the developmentalist State.

Keywords: Social Democracy, PSDB, Social Welfare Policies, Developmentalism, Democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Evolução cronológica da social-democracia	28
Gráfico 1:	Votos recebidos pelo SPD até a Primeira Guerra Mundial	37
Quadro 1:	Modelos de Estado de bem-estar social a partir de Esping-Andersen	59
Figura 2:	Evolução cronológica das políticas de bem-estar no Brasil	70
Quadro 2:	Padrão Brasileiro de Políticas Públicas de Bem-estar Social	72
Quadro 3:	Signatários do PSDB (conforme lista apresentada na reunião de fundação em 25 de junho de 1988	106
Gráfico 2:	Crescimento da representação política do PSDB ao nacional (1988-1994)	118
Figura 3:	Periodização dos Anos Fundacionais do PSDB	146
Gráfico 3:	Classificação dos excertos segundo os matizes ideológicos	150
Gráfico 4:	Frequência de palavras nos documentos fundacionais do PSDB (1988-1994)	151
Quadro 4	A Social-Democracia Peessedebista	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no Congresso Constituinte segundo a origem partidária, a ideologia e a avaliação do DIAP (2º. Semestre/1988) (nº absoluto)	109
Tabela 2: Evolução da representação política do Partido da Social Democracia Brasileira	111
Tabela 3: Espectro Político no período pós-Constituinte de 1988 até 1994	128
Tabela 4: Campos ideológicos (nós) e variáveis de análise selecionadas (subnós) nos documentos de fundação (1988-1994)	145
Tabela 5: Frequência de temas presentes nos documentos fundacionais do PSDB – Estado, Democracia e políticas sociais	147
Tabela 6: Frequência das palavras nos documentos fundacionais do PSDB (1988-1994)	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição espacial no território brasileiro dos signatários da ata de fundação do PSDB (1988)	108
Mapa 2: Distribuição espacial no território brasileiro dos representantes em cargos eletivos pelo PSDB em 1994	119

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISI – Industrialização por Substituição de Importação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MUP – Movimento da União Progressista
NEP – New Economic Policy (Nova Política Econômica)
OMC – Organização Mundial do Comércio
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido da Democracia Cristã
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PLB – Pesquisa Legislativa Brasileira
PMDB – Partido da Movimento Democrático Brasileiro
PRN – Partido da Renovação Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RFA – República Federal da Alemanha
SPD - Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata Alemão)
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	17
CAPÍTULO 1: Fases da Social-democracia	23
1.1. Elementos para uma genealogia da social-democracia	27
1.1.1. A Gênese da Social-Democracia	28
1.1.2. A consolidação teórica e o encontro com Keynes	33
1.1.3. A exportação do modelo de welfare state social-democrata	41
1.1.4. Caminhada para o centro: a social-democracia de terceira via	45
1.2. Diferentes visões sobre o Estado de bem-estar social	53
1.3. Por um conceito próprio de Social-Democracia	61
CAPÍTULO 2: O Capitalismo Periférico Brasileiro: a evolução das políticas de bem-estar	64
2.1. Situação periférica e subdesenvolvimento: impedimentos a social-democracia no Brasil	65
2.2. Quatro períodos da evolução das políticas de bem-estar no Brasil	75
2.2.1. Introdução e implantação (1930-1943)	76
2.2.2. Expansão fragmentada e seletiva (1943-1964)	80
2.2.3. Reestruturação conservadora (1964-1985)	86
2.2.4. Reestruturação neoliberal (1985-1994)	92
2.3. Por uma pequena síntese	96
CAPÍTULO 3: O Contexto Histórico e Político da gênese do PSDB	98
3.1. Os anos fundacionais: a gênese do PSDB	98
3.1.1. A Fundação do PSDB	99
3.1.2. Da oposição ao poder	110
3.2. Esquerda, Centro e Direita: o posicionamento dos campos ao longo dos anos de fundação do PSDB.	119
3.2.1. O espectro político brasileiro na virada do século XX	124
3.2.2. Terceira via, liberalismo progressista e neoliberalismo na virada do século XX no Brasil.	129
3.3. A geografia política brasileira e sua importância histórica na gênese do PSDB	135
CAPÍTULO 4: Uma Social-democracia Periférica	138
4.1. A análise temática dos documentos fundacionais do PSDB	144
4.2. A social-democracia peessedebista – análise das variáveis	154
4.2.1. O Papel do Estado	155

4.2.2. Proposta de Democracia	161
4.2.3. Políticas Sociais	166
4.3. Mas afinal, qual social-democracia?	173
Considerações Finais	177
Referências	182
Apêndices	198
Anexos	219

INTRODUÇÃO

Segundo Karl Mannheim (1974) o papel constitutivo da temporalidade é essencial para qualquer estrutura teórica, uma vez que, por variação dinâmica, estas são necessariamente obrigadas a equacionar produtos das épocas mais distantes. Partindo deste pressuposto, o estudo da transição democrática brasileira e do período seguinte da redemocratização, pós-regime militar (1964-1985), são anos importantes para os objetivos desta dissertação. Neste espaço de tempo vários atores sociais e partidos políticos buscaram, na esquerda e na centro-esquerda, posições relevantes para o cenário político nacional. As discussões sobre bem-estar social, justiça social e democracia se interligaram para a formação de um novo pacto que culminou na Assembleia Constituinte de 1988.

Neste mesmo ano, o Brasil assistiu ao surgimento de um novo partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A sigla requisitou para si um espaço no campo político e visou construir uma proposta de social-democracia; ainda que sua formação tenha se dado exclusivamente de forma parlamentar, sem vínculos com as organizações e movimentos das classes trabalhadoras. O PSDB se constituiu como um partido de quadros muito diferente dos partidos social-democratas europeus que surgiram próximos aos movimentos sindicais e com forte conotação social e princípios socialistas (Genai, 2003).

Cientes deste cenário, estabelecemos como perguntas iniciais para este trabalho: A escolha da nomenclatura do partido foi simplesmente um argumento utilizado para ocupar um “vazio político” na centro-esquerda brasileira, oferecendo uma retórica mais palatável aos que desejavam mudanças políticas no período da redemocratização (Roma, 2002)? Ainda nestes termos, seria interesse do PSDB se apresentar como uma via alternativa entre o movimentalismo social (protagonizado pelo PT) e o nacional-desenvolvimentismo (pulverizado em vários atores e partidos associados às velhas camadas encasteladas no poder)? Seria a opção pela social-democracia, uma decisão meramente pragmática-eleitoral ou uma opção mais moderada, democrática e liberal?

Tendo como ponto de partida estas três perguntas, nossa dissertação estabelece como objetivo de estudo as adaptações teóricas e políticas utilizadas na recepção do projeto político da Social-Democracia no Brasil (país da periferia do capitalismo e de tradição desenvolvimentista), no período da redemocratização (década de 1980). Para alcançar este objetivo, o presente trabalho constrói-se como uma investigação da recepção e dos ajustes do

modelo social-democrata, característico do final do século XX – pós crise dos anos de 1970, no mais expressivo projeto partidário com ele identificado – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – no período de sua fundação (1988 a 1994).

Para dar conta dos objetivos elencados, pretendemos estudar diacronicamente o PSDB em seu período fundacional, entre os anos de 1988 e 1994, e de partida nos questionamos se de fato ele esposava um projeto, uma inclinação ou arranjo ideológico social-democrata. Nosso argumento, ao contrário do argumento de Guiot (2006), arvora-se em tentar demonstrar que suas escolhas não resultam apenas de um simples rearranjo de diferentes forças e grupos economicamente dominantes em torno de um projeto neoliberal, mas em um resultado direto da situação de periferia subdesenvolvida a qual o Brasil se encaixava. Também, na contramão de Roma (2002), não acreditamos que o pragmatismo político da competição eleitoral seja uma panaceia explicativa para nossas questões já apontadas.

Os elementos conjunturais do período da redemocratização eram resultantes de um longo processo de emergência e consolidação do modelo nacional-desenvolvimentista, que engendrou em seu interior uma conciliação ou aliança entre setores sociais, tecnocratas e Estado, a qual impediu a maturação das classes sociais e a evolução do padrão de conflito sobre os quais se estruturaram as bases da social-democracia europeia. Fernando Henrique Cardoso, um dos principais ideólogos do PSDB, ao lado de Enzo Faletto ao escreverem o livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* apontam que o amortecimento promovido pela introdução das camadas proletárias a um sistema industrial de produção com canais de melhoria de status dentro das próprias empresas e a existência de meios institucionais de canalização de suas insatisfações e inconformidades havia esmorecido o ímpeto revolucionário do operariado brasileiro. Ao mesmo tempo, se houve uma revolução burguesa no Brasil, a burguesia nacional não foi a classe hegemônica desse processo, ao contrário de sua homônima europeia, ela sempre esteve aliada as antigas oligarquias terratenentes, modificando o caráter do capitalismo nacional.¹

Como marco teórico de nosso trabalho, entendemos que a social-democracia é uma forma de organização da vida social e política, resultante de processos históricos, sociais, políticos e econômicos circunscritos pela consolidação de sociedades de classes e seus conflitos, bem como pela expansão da forma democrática e dos direitos, em especial nos países

¹ Cf. Cardoso; Faletto (1979).

industrializados europeus a partir do final do século XIX. Não sem razão, desde o seu surgimento na segunda metade do século XIX, o(s) projeto(s) e experiência(s) da social-democracia interagiram com todas as contradições intrínsecas da evolução do capitalismo mundial ao longo do século XX. Um ponto de destaque é o reconhecimento, desde suas primeiras formulações, de seu caráter eminentemente reformista, pois ao longo de sua existência acabou por se conformar através de seus pressupostos econômicos, políticos e sociais como uma via intermediária entre o capitalismo e socialismo, como uma forma de amortização dos efeitos deletérios do primeiro, mas sem propor a sua superação pela via revolucionária.

Não podemos incorrer no erro de se caracterizar a social-democracia como defensora de um modo de produção específico, diferente do capitalismo, e buscamos ao longo deste trabalho evitar simplificações retóricas que também reduzam este tipo de organização social com a forma liberal clássica historicamente constituída. Compreendemos que em seu modelo inicial, tal qual nos aprofundaremos no primeiro capítulo desta dissertação, representava a absorção de elementos democráticos e progressistas combinados com certo compromisso social resultante das transformações específicas do capitalismo mundial entre os anos finais do século XIX até meados da década de 1930.

O fato é que desde seu surgimento no continente europeu, a social-democracia expandiu mundialmente suas fronteiras e em cada em cada país em que foi recepcionada ela foi adaptada e reinterpretada dentro das particularidades históricas de cada realidade nacional. Desta forma, pensando em uma adaptação para o Brasil, a mesma deve ser lida sob contorno específicos, contingenciados pelas nosso processo histórico que lhe imprimiram um caráter único, quando comparado a outros modelos.

Partindo deste pressuposto, se desejamos refletir sobre a possibilidade de social-democracia brasileira, devemos nos atentar as condicionalidades pelas quais ela estaria sujeita ao ser adaptada em um país da América do Sul, na periferia do capitalismo mundial. Se nos atentarmos ao recorte proposto em nosso trabalho, podemos localizar um debate inicial sobre uma possível social-democracia brasileira ainda durante o período do governo militar, ele se dá ao mesmo tempo em que a crise mundial do petróleo aportou no país e começou a desestruturar as bases econômicas do governo militar constituído desde o golpe em 1964.

Se estabelecia a partir dali um processo de transformação social e política que forçaria ao longo do tempo o regime a abertura, dando início ao que ficou conhecido como transição democrática. Não deixa de ser irônico que o início de uma reflexão sobre um modelo de social-

democracia adaptado ao Brasil, tenha se dado quando internacionalmente os Welfare States dos países centrais do capitalismo já se encontravam em seus limites históricos. Concomitantemente a crise do “Milagre Econômico” brasileiro, que ao levar a falência do modelo burocrático-militar abriu a possibilidade de avanços democráticos, nos países centrais, principalmente na Europa, reformas liberais passaram a desconstruir as conquistas trabalhistas do período áureo do Estado de bem-estar social.²

É curioso perceber que o PSDB surgiu no final da década de 1980, momento culminante da lenta transformação de quase todos os tipos de Estados de bem-estar social europeus, conforme apontado anteriormente. Naquele interim, estes modelos evoluíram para formas mais atenuadas ou menos inclusivas de cobertura social, tornaram-se característicos os processos de ajuste macroeconômico e de reestruturação industrial dos países centrais, enquanto nos países periféricos a estabilização e desindustrialização passaram a caracterizar uma nova “conjuntura de crise”, com a estagnação das economias latino-americanas e com a ascensão de propostas de vertentes liberais (Fiori, 1995).³

Mediante a esta conjuntura, defendemos que o PSDB e seus atores políticos fizeram naquele momento a escolha de ajustar as diretrizes e alternativas de um modelo teórico social-democrata de terceira via, modelo característico da virada do século XX, às condições brasileiras, adaptando-o ao contexto político do final da ditadura civil-militar nacional e às novas tensões, atores e projetos políticos concorrentes em disputa pelo desenho da Nova República. Isto lhe forneceria um nicho político próprio, entre o assembleísmo petista e as vertentes mais nacionais-desenvolvimentistas aninhadas no PMDB, seu partido de origem.

Seguindo o modelo de Terceira Via, advogava um Estado socialmente necessário, uma democracia pluralista e participativa que através de uma sociedade organizada e responsável pudesse ofertar políticas sociais com universalização de oportunidades. Era um desenho do partido superar o peso do passado desenvolvimentista, estatista e nacionalista, por isso defendia uma democracia liberal, com adesão ao capitalismo global como forma de superar e reformar o Estado desenvolvimentista, ainda extremamente arraigado na Constituição de 1988.

² Sobre a crise dos Welfare States nos países centrais do capitalismo recomendamos a leitura da parte III, *O Desmoronamento*, do livro *A Era dos Extremos* de Eric Hobsbawm (1995) que traz uma análise dessas transformações mundiais não somente nos países desenvolvidos, mas também, aponta as repercussões dessas crises nos países subdesenvolvidos, nomeado pelo autor de Terceiro Mundo.

³ Complementando o pensamento de Fiore (1997) podemos citar também a crise do Estado-providência que para além dos entraves econômicos é, na verdade, uma crise social e política. Ver Rosanvalon (1997).

Neste aspecto, mediante a existência de um cenário adverso para a construção de uma social-democracia tal qual a europeia, nosso primeiro argumento é que o PSDB, em sua fundação, se afastou, criticou e negou a herança desenvolvimentista, buscando colocar-se em seus eixos fundantes, como um projeto alternativo; um modelo de desenvolvimento dependente e associado, uma vez que ironicamente, o experimento de social-democracia “tropical” já encontrava um não admitido reclamante do campo: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Como uma segunda afirmação de pesquisa, rejeitamos simplesmente rotular, logo de início, o PSDB como uma agremiação neoliberal, acreditamos que o modelo de social-democracia proposta pelo PSDB é uma opção resultante do momento histórico da redemocratização, uma vez que tendo o governo militar eliminado sistematicamente a extrema esquerda (perseguida, morta ou torturada), também acabou por criar um cenário desfavorável para a direita associada ao regime. O resultado foi uma convergência ao centro que passou a ser disputado por diferentes tipos de atores políticos, tanto na direita quanto na esquerda (Zucco Junior, 2011).

Como fonte para realizar este trabalho, foram levantados e sistematizados em banco de dados os documentos oficiais e fundacionais produzidos pelo PSDB entre os anos de 1988, momento de sua fundação, e 1994, quando o partido chegou à presidência da República, aqui incluídos documentos internos de discussão, programas partidários e eleitorais, manifestos, estatutos, entre outros. O levantamento e a sistematização arrolam o total de dezesseis documentos no conjunto dessa modalidade. Estas fontes foram encontradas em arquivos históricos (como o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas), sebos, internet (desde sites oficiais do partido ou outros não-oficiais) e disponibilizados pelo PSDB (diretamente em contato com a assessoria dele ou com instituições ligadas ao partido como o Instituto Teotônio Vilela).

Chegamos assim ao núcleo da pesquisa, conformando um acervo de dados específicos sobre a proposta de social-democracia do PSDB, e neste âmbito restrito foram observados os focos e os temas mobilizados, adotando como variáveis de análise desse programa: a) políticas sociais: buscamos entender os caminhos e os meios pelos quais o partido propõem melhorar a vida dos indivíduos, mitigando os efeitos nocivos da forma desequilibrada com que os recursos necessários para o bem-estar, e redistribuindo-os em busca de uma melhor justiça social; b) proposta de democracia: questionando como o PSDB estabelece seu compromisso com o pacto democrático e a partir dele como o partido enxerga a participação popular nas decisões políticas que visam assegurar seus interesses; c) papel do Estado: quando nos propomos a investigar, a

partir dos documentos, qual é o projeto de Estado proposto pelo PSDB e qual é sua dimensão, extensão e escopo.

Isto posto, para a consecução da proposta de pesquisa foram realizados três movimentos gerais:

- Primeiro Movimento – Balanço teórico I: centrado no estudo da social-democracia enquanto modelo, teoria ou arranjo modelar, com objetivo de qualificar uma baliza para posterior comparação com a experiência brasileira.

- Segundo Movimento – Tratamento documental: análise dos documentos produzidos pelo PSDB em seu processo de construção e consolidação até as eleições de 1994. Tratou-se: a) do levantamento de documentos e fontes viáveis para o trabalho; b) refinamento, com levantamento de outros documentos e fontes possíveis; c) revisão das leituras e dos fichamentos dos documentos; d) transposição dos documentos para uma base de análise, promovendo uma primeira triagem (frequência de termos para posterior criação de um catálogo de descritores) e uma segunda análise para geração de mapas de ideias-força (nuvem de palavras) e verticalização de descritores selecionados (fazendo-se comparações com o esperado “programa e clivagens políticas da social-democracia”, com o contexto de época e com os descritores associados às hipóteses desta pesquisa –ainda quanto à imersão na leitura documental, foram adotadas as técnicas de análise de temática, o resultado permitiu um processo de codificação, interpretação e de construção de inferências sobre os dados organizados buscando desvelar os conteúdos manifestos e latentes.

- Terceiro Movimento – Balanço teórico II: destinado ao mapeamento da literatura acadêmica referida aos temas: social-democracia e termos afins, social-democracia no Brasil e social-democracia do PSDB (trajetória, história, perfil, ações, etc).

Todo este trabalho foi reunido em três seções: no primeiro capítulo faremos uma reconstrução histórica da social-democracia, de suas raízes até as décadas finais do século XX, nosso objetivo será explorar suas diversas representações arquetípicas, de modo a destacar as nuances que este arcabouço teórico acabou sofrendo ao longo do tempo. Mediante a construção de um conceito mínimo, e pautando-se pela impossibilidade de uma social-democracia brasileira anterior a Redemocratização, no segundo capítulo, buscaremos descrever como as políticas de bem-estar social foram sendo desenhadas no Brasil ao longo do século XX. Com o primeiro e segundo capítulo pretendemos contemplar o resultado dos dois balanços teóricos aludidos anteriormente. Por fim, no terceiro capítulo buscaremos apresentar o resultado do

tratamento documental, nele passaremos a discussão dos resultados encontrados na análise temática dos documentos fundacionais do PSDB, aludidos entre os anos de 1988 e 1994.

Além desta introdução, nossa dissertação também conta com uma seção para considerações finais. Nesta última, buscaremos, ainda que de maneira sucinta, analisar a validade ou não das hipóteses levantadas e demonstrar o quanto a dissertação contribui para o entendimento do Brasil contemporâneo, isto de maneira mais geral, e para a compreensão das transformações e permanências de nossa condição periférica e subdesenvolvida.

CAPÍTULO 1 – FASES DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Neste capítulo, analisaremos o arcabouço social-democrático ao longo de seu desenvolvimento histórico, percorrendo sua trajetória temporal paralelamente à evolução dos direitos sociais e do regime de bem-estar social no mundo. No intuito de realizarmos esta tarefa, optamos por uma revisão bibliográfica sistemática que utilizou livros, trabalhos acadêmicos e toda a gama de pensadores que de alguma forma contribuíram para a construção ideacional da Social-Democracia, desde o final do século XIX, em termos europeus, até o final do século XX, período abarcado por nosso recorte temático.

O capítulo está organizado em duas seções e uma conclusão, além desta introdução. Na primeira seção, pretendemos fazer um balanço histórico sobre a gênese e consolidação do pensamento social-democrata no mundo, passando por 4 fases destacadas e contextualizadas de forma cronológica, referenciando fatos, acontecimentos e a produção intelectual que se entrelaça na social-democracia. Na segunda seção, discutiremos as diversas formas pelas quais o conceito de Estado de bem-estar social, políticas públicas de bem-estar e direitos sociais foram sendo debatidos ao longo do mesmo período. O objetivo é estabelecer as zonas proximais entre estes termos com os debates sobre a social-democracia e suas práticas. Finalmente, na conclusão, buscaremos fazer um apanhado geral dos elementos debatidos em busca de uma definição mínima de social-democracia que nos ajude na análise dos diferentes modelos que existiram ou existem. Isto também será fundamental para estabelecermos um gabarito de análise para a proposta de social-democracia do PSDB, meta maior deste trabalho.

No início de 1848, ao publicar o *Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels nos demonstram suas imagens de futuro, ainda que não conhecendo plenamente os caminhos que o processo histórico tomaria. Mas, naquele exato momento, os grandes pensadores não tinham a possibilidade de saber o que realmente aconteceria quando e se os operários alcançassem o poder. Ao esboçar sua imagem de futuro, eles previam que ao chegar ao poder o proletariado construiria uma sociedade cooperativa, entretanto, o que de fato se daria quando isto se realizasse não poderia ser antecipado. O próprio Marx, ao escrever o prefácio da primeira edição do “*O Capital*”, em 1867, deixa claro que concebia a sociedade como um organismo capaz de se transformar, e constatava que até mesmo as classes dominantes já

havam chegado a conclusão de que esta não era um cristal sólido, o que nos leva a inferir que ele o filósofo buscava compreender a realidade como um processo em transformação.⁴

Neste sentido, o socialismo democrático representa uma das muitas faces das ideias de socialismos resultantes das metamorfoses do processo histórico, e foi a Europa, do século XIX, o palco que reuniu o cenário ideal para seu surgimento.⁵ Para entendermos a relação entre socialismo e democracia faz-se necessário retomar historicamente os contextos em que estes se deram, por conseguinte lembremos que o socialismo nasceu como um programa político das classes trabalhadoras que foi se formando durante a Revolução Industrial. Na década de 1840, pelo menos em parte, já se conformava como um movimento variado que denunciava as condições do proletariado sob as conjunturas do desenvolvimento da sociedade industrial, fazendo oposição ao liberalismo político e econômico, contrapunha-se ao individualismo propondo a reestruturação da sociedade em bases comunitárias, e agia por associações sindicais, corporativas e comunitárias.⁶ O *Manifesto do Partido Comunista* foi um divisor de águas por estabelecer a distinção entre uma série de correntes anteriores do socialismo, chamadas por Marx de utópicas ou românticas⁷, do socialismo “científico” que viria acomodar sobre suas asas toda a tradição do pensamento marxista e que ganharia uma experiência histórica na Revolução Russa (1917). A partir deste momento buscou-se o estabelecimento de um movimento político protagonizado por uma classe: o operariado, que se organizaria visando alcançar o controle do Estado e o comando da economia. A grande discordância inicial deu-se em como chegar-se-ia a esse objetivo, isto porque os atores divergiam sobre duas possibilidades:

- i) por uma via pacífica, otimizando as possibilidades democráticas;
- ii) pela via revolucionária, caminho defendido por aqueles que enxergavam a crise geral do capitalismo como eminente detonador de um processo de tomada do poder pelo proletário (Pasquino, 1992).

⁴ Ver Marx, (2017 [1867]), p.81

⁵ Os primeiros escritos de Marx e Engels consideravam a social-democracia como um “segmento do Partido Democrático ou Republicano” em que os ideias socialistas pareciam mais impregnados. Ver: Marx; Engels (2007 [1948]) – parte IV notas de Engels.

⁶ Em o “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, na terceira parte, Marx escreveu “formou-se uma coalizão entre pequena burguesia e os trabalhadores, o chamado partido social-democrata”, esta coalizão se formava em oposição a burguesia na França após a revolução de 1848. Ver: Marx (2011 [1854])

⁷ Há uma polissemia etimológica no que tange a palavra socialismo, entretanto se tomarmos como ponto de partida o ano de 1832, momento em que o jornalista e publicitário Pierre Leroux publicou no jornal parisiense *Le Globe* o termo em francês no sentido moderno, podemos afirmar que até a década de 1840 havia várias correntes diferentes do socialismo existindo em paralelo, a citar o socialismo francês baseado no pensamento coletivista de Henri de Saint-Simon e a vertente inglesa apoiada no cooperativismo de Robert Owen. Para uma maior profundidade sobre a gênese do pensamento socialista moderno ver Kolakowski (1978).

Reunidos na Primeira Internacional Socialista (1864), congresso dos movimentos sociais alinhados ao socialismo, centralistas, federalistas e anarquistas se propunham discutir programas e caminhos para a realização de seus objetivos comuns. O debate sobre o processo revolucionário permeou o embate de Marx e Engels contra os anarquistas, corrente que se opunha a todo tipo de hierarquia e dominação, fosse ela política, econômica, social ou cultural. Para o anarquismo a ordem social vigente deveria ser superada através de um projeto construtivo, assentado na autogestão, buscando estabelecer uma sociedade libertária fundamentada na cooperação entre indivíduos associados livremente.⁸ Centralistas, agrupados em torno de Karl Marx e do Conselho Geral, enfrentaram anarquistas, sob a liderança de Mikhail Bakunin, protagonizando um conflito que se tornou a primeira grande clivagem da Internacional (Correia, 2014).

Mais tarde, durante a Segunda Internacional Socialista (1889), já com o “socialismo libertário” dos anarquistas excluídos, formaram-se as principais tendências políticas que coexistiram na social-democracia original até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ali se consubstanciaram as diferentes posições tomadas sobre o “revisionismo” do movimento, reacendendo a discussão entre reformistas, que enxergavam o capitalismo profundamente mudado, a ponto de que, uma integração com o movimento operário, poderia conduzi-lo a uma gradual transformação em um sistema socialista. Esta tese desagradava profundamente a corrente revolucionária que, baseada na visão de Marx, cultivava a perspectiva que a crise geral do sistema capitalista findar-se-ia em um processo de revolução (Pasquino, 1992).

Sobre estas condições reunidas na Europa novecentista para o surgimento de um modelo exponencial, concordamos com a tese de Lowenthal (1980) que afirma que o primeiro arranjo social-democrata formou-se em diferentes países que se encontravam em estágios de industrialização capitalista ascendente e com diferenciados graus de consolidação, coincidindo com a existência de uma classe trabalhadora florescente. Nasceu da luta por direitos trabalhistas e sociais e entendia fundamentalmente que a democracia era o melhor caminho para alcançar a igualdade social e as liberdades individuais. Se pensarmos nas diferentes realidades dos países em que ela se formava, não é possível apontá-la como um movimento homogêneo, mas de

⁸ O anarquismo é um fenômeno moderno, tendo como ponto de partida a segunda metade do século XIX, no contexto da Segunda Revolução Industrial, muito desse pensamento tem como berço a radicalização das ideias mutualistas de Pierre Joseph Proudhon. A corrente se consolidou entre 1868 e 1894, pós-Primeira Internacional, e até a década de 1940 teve grande influência sobre o movimento operário e revolucionário. Para um aprofundamento ver Correia (2014).

maneira geral apresentava uma forte oposição ao absolutismo⁹ e não renunciava à propriedade de bens materiais como uma ordem natural do mundo.

Desta forma é impossível conceber que em seu berço a social-democracia separasse a conquista dos direitos sociais e trabalhistas, dos direitos políticos e da cidadania.¹⁰

Existe uma lógica própria na leitura, apropriação e reelaboração de ideias provindas de uma tradição de pensamento em um novo território, somando-se a isso a ideia de que essa lógica informa muito da identidade cognitiva do local onde ela está sendo recepcionada. Segundo Karl Mannheim (1974 [1925]) o papel constitutivo da temporalidade é essencial para qualquer estrutura teórica, uma vez que por variação dinâmica, estas são necessariamente obrigadas a equacionar produtos das épocas mais distantes. A social-democracia, como toda ideia que se espalha por uma continuidade histórica, sofreu com as adversidades do tempo, e hoje, talvez, não seja mais possível se falar de uma “Social-Democracia”, no singular, mas de “Social-Democracias”, no plural, com distintos arranjos e teses de fundo. Isto significa que esta simbiose de pensamentos foi evoluindo e se transformando de acordo com as sociedades em que ela foi sendo implantada. Isto torna válido o argumento de que seus recortes históricos, aliados aos fatores presentes nos países os quais ela se sucedeu, são fatores importantes na tentativa de compreensão de suas várias facetas.

É plenamente observável que sua evolução histórica encontrou, até agora, três conjunturas de debates encorpados, frente a outras correntes de pensamentos ou tecituras políticas que exigiram dela várias “reconceitualizações”. Partindo do princípio de que o fim do século XIX seja a ocasião de sua gênese, enquanto tempo de construção e estruturação, se estendeu até o início do século XX, e tinha como pano de fundo a formação e organização do movimento operário, momento este que antecedeu sua tomada e tentativa de transformação do Estado. A partir daí houve uma alternância entre fases, nas quais “experiências e teorizações” permitiram o surgimento de diversos modelos, ou de verdadeiras sínteses influenciadas pelas modificações do capitalismo, do Estado-nação e do equilíbrio entre as potências mundiais.

⁹ Tanto em obras como *As Classes Sociais [Programa de Erfurt]*, em 1892 de Karl Kaustky, quanto em *Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, em 1901 de Eduard Bernstein, entendidas como fundadoras do socialismo democrático, as críticas aos ranços feudais e ao absolutismo, como símbolos do atraso e da antimodernidade, estão presentes e permeiam os discursos de defesa da social-democracia como uma alternativa adequada para suas superações,

¹⁰ É seminal para o entendimento deste momento a leitura de Adam Przeworski (1989) que descreve como o processo democrático era visto por diferentes alas dos movimentos trabalhistas. Em alguma delas havia uma clara aceitação das instituições capitalistas como meio transitório, além de que democracia e processo eleitoral seriam importantes meios rumo ao poder.

Finalmente, após vários ciclos de instabilidades, frente a correntes opositoras ou crises econômicas, a social-democracia passou a apresentar ajustes e redirecionamentos de suas diretrizes e conceitos primordiais.¹¹

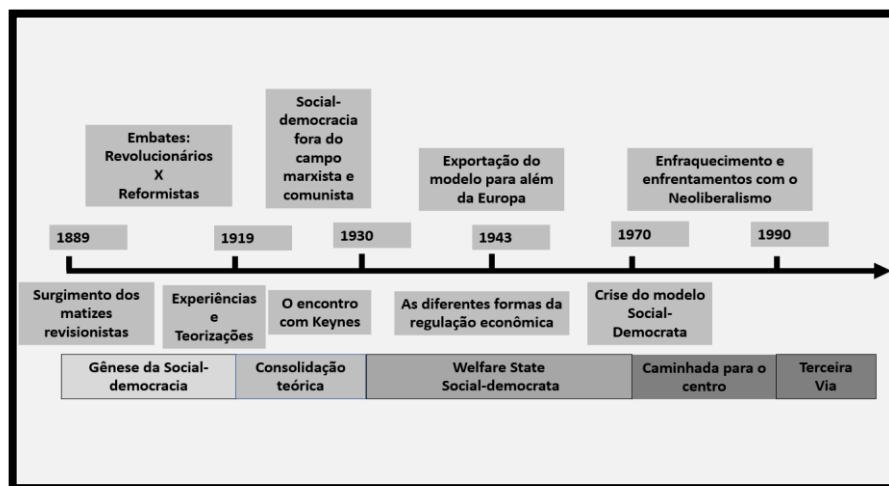
Somente a partir da década de 1930, as “mutações internas” culminaram no distanciamento definitivo das correntes revolucionárias, até ali a social-democracia e o socialismo de base marxista coabitaram, de forma nem sempre tranquila, os mesmos espaços políticos. O embate teórico entre ambos resultou em cisões no movimento socialista, permitindo decisões mais amplas e incisivas para a definição do campo teórico social-democrático¹². Superado este momento de consolidação, e em oposição aos valores revolucionários, a corrente passou então a construir sua trajetória própria, o que nos leva, a difícil tarefa, de pensar nos recortes temporais que este arranjo histórico chamado de social-democracia foi submetido ao longo dos anos.

1.1 Elementos para uma genealogia da social-democracia

Partindo dos pressupostos apontados nos últimos parágrafos, buscamos na figura 1 demonstrar uma linha do tempo que nos permita representar uma proposta de periodização do itinerário da social-democracia, e que nos facilite a visualização de uma sequência dos acontecimentos. Enquanto uma linha do tempo, procuramos estabelecer, a partir das leituras bibliográficas de referência, quatro recortes temporais com o intuito de facilitar seu estudo sincrônico, no que tange os diferentes momentos atravessados pela corrente, e diacrônico, quanto a sua atuação ao longo dos anos, tentando demonstrar suas permanências e as suas mudanças. Estes quatro períodos são: (1º.) a gênese da social-democracia; (2º.) o período de sua consolidação teórica; (3º.) o grande auge dos Estados de bem-estar social (Welfare State Social-Democrata), (4º.) a crise que levou ao seu reposicionamento no centro político (Caminhada para o Centro); e a sua fase mais à direita chamada de Terceira Via.

¹¹ Esta reflexão encontra inspiração na classificação realizada por Buci-Glucksmann, Therborn (1983), para eles a social-democracia se desenvolveu por três conjunturas: a) conjunturas de constituição (fim do século XIX e início do XX), b) conjunturas de encruzilhada (no período entreguerras e pós-Segunda Guerra Mundial), c) conjunturas de crise (momento exemplificado na década de 1930, quando o fascismo se espalha pelo globo, ou ainda pela crise da social-democracia pós-1960, quando o Estado de Bem-estar social entra em estagnação).

¹² Até a Segunda Internacional sob o manto da social-democracia se agrupavam frações ideológicas diferentes, eram suas estratégias de luta e representação social que unificavam suas pautas políticas. Para um melhor entendimento ver Kautsky (1971 [1892]); Luxemburgo (2011 [1899]); Bernstein (2010 [1900]); Lenin (2011 [1917]).

Figura 1: Evolução Cronológica da Social-democracia

Fonte: Figura elaborada pelo autor¹³

A construção da figura 1 procurou de forma sucinta traduzir em imagem uma longa bibliografia que se atem a discussão desta periodização. Passamos a seguir, à descrição e análise destas quatro fases por nós estabelecidas, nosso objetivo é estabelecer recortes temáticos que nos permita uma análise mais precisa da social-democracia e de suas mudanças ao longo tempo.

1.1.1. A Gênese da Social-Democracia

No ano de 1896, Eduard Bernstein (1850-1932)¹⁴, ocupou o cargo de escritor da revista *Die neue Zeit [O Tempo Novo]*, do partido social-democrata alemão, seus escritos foram alvo de grandes debates entre pensadores socialistas e mais tarde, em 1899, serviram para compor sua principal obra, *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia* (1899), a qual tomamos como referência para delimitar o ponto de partida de nosso recorte temporal de estudo.

¹³ A construção aqui realizada é composta como uma síntese de toda a bibliografia utilizada para a construção deste capítulo, especialmente as enunciadas na seção 1.1 deste trabalho.

¹⁴ Ver Bernstein (1997 [1899]): Bernstein foi o executor testamentário de Engels e tornou-se o primeiro a contestar a crítica marxista do capitalismo ao sugerir este, ao contrário, não estava se destruindo, mas caminhando para uma autorregulação.

Para além de um debate sobre o exato momento do nascimento da teoria da social-democracia¹⁵, entre os anos 1891 e 1893, Bernstein se envolveu em um profundo debate com os liberais críticos ao marxismo, debatendo sobre o crescente empobrecimento das camadas médias e sua possibilidade de desaparecimento. Diante da evolução do capitalismo, enérgicas discussões exploravam questões sobre reformas sociais e, se as mesmas, acabariam por diminuir o ímpeto revolucionário, para além, também se discutia se a evolução capitalista culminaria por melhora da vida dos proletários. Se opondo veementemente à visão liberal burguesa, Bernstein, nunca as refutou, mas ao contrário, usou-as nos argumentos de sua “crítica marxista”, dando origem ao que viria ser chamado de revisionismo (Fletscher, 1982).

Se o seu momento de nascimento pode dar abertura a polissêmicas discussões, parece não haver dúvida de que a social-democracia é essencialmente europeia, e em grande medida alemã, porque para além do pragmatismo inglês e do cientificismo francês, Bernstein tratou a aspiração socialista como uma questão moral, com certa dose de teor kantiano¹⁶, por consequência, enquanto potência capaz de ação criadora, a moral seria o melhor caminho para a melhoria das condições da classe trabalhadora. Para Bernstein (1997 [1899] p.145), “o movimento socialista é, em simultâneo, o defensor da democracia, a qual a burguesia desertou, e o realizador do ideal cristão, traído pela Igreja”.

Como podemos perceber, a social-democracia alemã, nasceu dos embates teóricos provocados pela revolução intelectual proposta por Marx, e como afirma Paim (2002), em jogo estava, se as teses do filósofo do “Capital” poderiam ser aceitas. Caso a resposta fosse positiva, deveriam ser estas entendidas de forma dogmática ou estavam sujeitas a críticas, refutações e complementação? A social-democracia surgiu como uma cisão do socialismo, entretanto, ao menos nos seus primórdios, apesar de reconhecer a luta de classes e o caráter negativo do capitalismo; não apostou na força como algo necessário para efetuar a “grande transformação”,

¹⁵ Para muitos autores a primeira obra a tomar a social-democracia efetivamente como uma proposta derivada do socialismo revolucionário é a obra “As Classes Sociais [Programa de Erfort], publicada em 1892 por Karl Kautsky. Paim (2002) aponta tanto Kautsky quanto Bernstein como pais fundadores do movimento revisionista e figuras destacadas no socialismo europeu no final do século XIX. Para além do dogmatismo, e apesar de manter diferenças entre si, ambos estiveram unidos no embate contra as vertentes totalitárias por enxergarem que o socialismo estava identificado plenamente com o sistema representativo.

¹⁶ Bernstein convocava um retorno a Kant contra Hegel, para refutar os fundamentos materialistas dialéticos da célebre fórmula de Marx: “Não é a consciência do homem que determina sua existência, ao contrário, é sua existência social que determina sua consciência”. Para Bernstein, a consciência do homem, fonte de conhecimento e de vontade, não pode ser subordinada a matéria, o conhecimento permite ao homem mudar o curso das coisas, pois “a necessidade só é cega enquanto não é compreendida”. Ver BERNSTEIN (1997 1899)).

antes, concordava com as possíveis virtudes da ocupação do campo institucional democrático como via alternativa para chegar ao poder, e fazer a revolução por dentro do Estado.

Para Przeworski:

A democracia representativa, para os sociais-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter, ao mesmo tempo, instrumental e prefigurativo. (Przeworski, 1989, p. 15)

Em comparação a Bernstein, Kautsky foi muito além, afirmando a essencialidade da democracia e do socialismo ao criticar os métodos bolcheviques quando a Revolução de 1917 eclodiu, em sua visão, o processo democrático era uma linha demarcatória, muito acima dos cálculos eleitorais.

A oposição entre as duas correntes não se funda em mesquinhas rivalidades pessoais, mas repousa na oposição entre dois métodos radicalmente diferentes: o método democrático e o método ditatorial. As duas correntes querem a mesma coisa: a emancipação do proletário, e, com ela, a da humanidade através do socialismo. Mas o caminho escolhido por uns é considerado pelos outros como falso e capaz apenas de levar a ruína (Kautsky, 1972 [1918], p.18).

A experiência histórica do capitalismo ocidental, para Bernstein (1997 [1899]), servia para atestar que a ascensão das grandes corporações industriais e da sua consequente concentração da produção em grandes unidades econômicas, ao contrário do predito por Marx, não culminou na centralização do poder nas mãos da burguesia industrial. Antes disto, com a consolidação da doutrina liberal e do ideal democrático, institucionalizaram-se, nos países capitalistas, sistemas eleitorais que permitiram a existência de poderosos partidos socialistas, dessa forma, os social-democratas enxergaram que o caminho até o poder passava pelo reformismo parlamentar e se estruturava sob dois pilares: i) garantir aos operários e trabalhadores em geral direitos nas áreas de saúde e educação - recursos que eram condições fundamentais para a realização da cidadania de concepção socialista; ii) defender as políticas sociais, que para além da independência dos trabalhadores, era também um elemento basal da eficiência econômica (Esping-Anderson, 1991).

A Segunda Internacional Socialista (1889) foi um grande divisor de águas, a ascensão interna da corrente do “leninismo” e sua preponderância entre os revolucionários acirraram os debates e fizeram os social-democratas apegarem-se ainda mais em sua projeção de democracia como um valor inegociável.¹⁷ Os social-democratas tinham no reformismo o fio condutor de suas ideias, a reforma foi adotada como elemento de luta e combate à opressão e ao próprio sistema capitalista, desta forma optaram por serem representantes da causa operária e de outros trabalhadores, contra essa opressão capitalista. Ainda assim, não escapou de pesadas críticas, como as realizadas por Rosa Luxemburgo:

A política do proletariado não pode reconquistar o lugar a que tem direito dando conselhos utópicos ou elaborando projetos que permitiriam, por meio de reformas parciais, adoçar, subjugar, moderar o imperialismo no quadro do Estado burguês. O problema real que esta guerra mundial põe aos partidos socialistas, e da solução do qual dependem os destinos do movimento operário, é a capacidade de ação das massas proletárias na sua luta contra o imperialismo (Luxemburgo, 2011 [1899], p.173).

Ou ainda as mais irônicas professadas por Lenin:

Conseqüentemente, ao falar de uma “verdadeira revolução popular”, Marx, sem esquecer, de modo nenhum, as particularidades da pequena burguesia (delas falou muito e frequentemente), tinha em conta, com o maior rigor, a efetiva correlação das classes na maioria dos Estados continentais da Europa em 1871. E, por outro lado, ele constatava que para “quebrar” a máquina de Estado é exigido, tanto pelos interesses dos operários como dos camponeses, a união e a tarefa comum da eliminação do «parasita» (capitalismo) e a sua substituição por algo de novo (Lenin, 2011 [1917]).

Kaustky enfrentou as críticas de Lenin e Luxemburgo afirmando que o socialismo era um destino inevitável, e questionou as simplificações que alguns intérpretes faziam de Marx. Referindo-se à evolução da agricultura europeia, já enxergava, a mesma, plenamente identificada com o núcleo da sociedade industrial e dirigida por grandes empresas fundamentadas no trabalho assalariado. Concluía que se o campo já se inseria nas novas

¹⁷ A corrente do socialismo leninista, baseada na visão do marxismo professada por Vladimir I. Lenin, líder da Revolução Russa (1917), se tornou no decorrer do século XX muito destacada principalmente porque foi adotada como a base para a teoria do Estado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus Estados satélites no Leste Europeu. Elas adquiriram um novo status após 1917, durante a Revolução Russa, passando a ser muito influente, durante toda a Guerra Fria, ao redor do mundo. Ver Lenin (1982 [1909]).

configurações que o capitalismo adquiria, não havia motivos para se esquivar da luta pelas reformas imediatas, dado que estas, faziam parte de “etapas” que se sucederiam, gradualmente, de forma acumulativa em direção a uma sociedade reestruturada e renovada.

Há um desdobramento de grande impacto sobre o socialismo no século XX, trata-se de que na virada do século, a ideologia socialista passou por uma profunda mudança, ela se espalhou e ganhou exemplos de experiências reais. E isto se dá devido à ocorrência de dois novos fatores que se estabeleceram como impulsos radicais da transformação: i) o socialismo, se tornou a ideologia oficial de todos os partidos socialistas da Europa, e o “marxismo”, como uma herança do pensamento de Karl Marx, incorporou o horizonte doutrinário que determinava a relação entre os diferentes matizes; ii) o socialismo se institucionalizou por Estados, partidos políticos e outras organizações ligadas as ideias marxistas.

A Segunda Internacional (1889) foi um exemplo claro deste novo cenário, às portas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), reuniu representantes tirados das organizações socialista e que eram ligados ao comunismo de todos os países da Europa, entretanto, a preponderância da social-democracia alemã, liderada por Kautsky, e da Seção Francesa da Internacional Operária eram nítidas. A verdade é que após a morte de Marx, o socialismo enunciava novas questões que não haviam sido, até então, colocadas pelo próprio pensador, entre elas estavam aquelas que se propunham solucionar as modalidades da “revolução”. Afinal a “revolução” atingiria seus objetivos finais via um modelo inspirado nas insurreições violentas que deram, por certo tempo, poder ao povo, ou chegaria com os sucessos eleitorais do partido socialista alemão, demonstrando um fortalecimento dos sindicatos, como afirmava um já mais experiente Engels? Seria um caminho alternativo a tomada do poder pela ação legal?¹⁸

Bernstein continuou sua crítica, ao que entendia serem os erros gerais da teoria marxista. Enunciou que a polarização das classes não se realizou, e as classes médias, ao contrário de proletarizassem-se, aumentavam. “O crescimento contínuo da produção coloca-nos, portanto, diante da seguinte alternativa: ou uma elevação progressiva do bem-estar do proletariado, ou uma classe média numerosa” (Bernstein, 1997 [1899], p.98). Em sua visão, o capitalismo conseguia evitar crises, porque seus novos elementos, como a extensão gigantesca do mercado mundial, a redução do tempo necessária à circulação da informação, o transporte mais rápido das mercadorias, o acúmulo de riquezas das nações capitalistas europeias, a flexibilização do

¹⁸ Chatelet; Duhamel; Pisier-Kouchner (2000).

sistema de crédito e o surgimento dos oligopólios faziam com que crises gerais, como outrora, se tornassem improváveis.¹⁹ Afinal, se o caminho da catástrofe econômica estava fechado, não havendo a possibilidade de se criar premissas revolucionárias que os levariam ao poder, outro se abria, o caminho político. Na de visão Bernstein, competia aos social-democratas se aterem aos caminhos parlamentares, promover alianças mais amplas com outras organizações e se envolver diretamente na reforma do capitalismo. Ainda que a prática da social-democracia adotasse esse caminho, a matriz reformista não foi aceita no Congresso do Partido Social-Democrata alemão em 1903, ainda que isto não ter se configurado como uma barreira para que suas ideias fossem ouvidas pelos sindicatos, os quais foram gradualmente aceitando a defesa social-democrata pela busca por acordos mais vantajosos para seus representados, via processo democrático e institucional.

Como afirma Przeworski (1989), na visão destes social-democratas, a reforma não anularia a revolução, apenas a aceleraria, o reformismo era uma forma de agilizar e antecipar a “revolução social”. A divisão se tornou permanente na Terceira Internacional (1919-1943), os matizes revolucionário e reformista se constituíram como uma realidade irreconciliável, o que permitiu a social-democracia ganhar autonomia e corpo.

1.1.2. A Consolidação Teórica e o Encontro com Keynes

A crítica de Bernstein à análise de Marx sobre o capitalismo é muito extensa, mas sobre ela, no que tange nosso trabalho, não há dúvidas de que sua maior contribuição é a de ter dado à social-democracia condições para tornar-se autônoma ao optar pela atuação parlamentar. Ele foi, sem dúvida, aquele que tirou a defesa do reformismo do simples pragmatismo, e deu-lhe um arcabouço teórico. Em 1921, no Congresso do Partido Social-Democrata alemão, também chamado Programa de Gorlitz, suas ideias foram plenamente aceitas. Na sua segunda fase a social-democracia transbordou os campos marxista e comunista, permanecendo firmemente como um modelo de crítica ao autoritarismo soviético, o que culminou numa clivagem

¹⁹ É importante pontuar que este argumento de Bernstein é o início de um longo debate teórico interno ao campo marxista. Estabelece-se uma discussão que reúne pensadores, além de Bernstein, como Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Kautsky, Hilferding e Lenin, naquilo que ficaria conhecido como “controvérsia sobre o colapso do capitalismo”. A intensidade do debate sobre o colapso ocorreu na maioria das vezes porque os principais teóricos marxistas e social-democratas da época nela se envolveram, e a controvérsia se estendeu até a grande crise econômica de 1929, que empiricamente contribuiu para outra guinada deste debate. Uma boa síntese sobre essa controvérsia se encontra nos trabalhos realizados por Sweezy (1973, p.218-242) e Frederico Mazzucchelli (2004).

definitiva entre as correntes do campo socialista e atraiu críticas dos mais influentes líderes marxistas europeus.²⁰

Os trabalhadores que aderiram à social-democracia passaram a enxergar na democracia política a oportunidade de alcançar seus interesses, além disso, aceitando a categoria de cidadãos, poderiam reorganizar a produção e alocar os lucros. Mas, se o caminho era adotar os meios propostos pela democracia, os trabalhadores deveriam inserir-se nos processos eleitorais como participantes, ampliando as formas de enfrentamento direto com os capitalistas, e oferecendo alternativa às insurreições, sempre reprimidas violentamente pela burguesia.

Segundo Przeworski:

As experiências comuns de derrotas e repressões tinham efeito decisivo quanto a direcionar os partidos socialistas para táticas eleitorais. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento. São necessárias porque massas de indivíduos podem sofrer consequências políticas se não estiverem organizadas. O fato é que as instituições que tiveram maior duração foram aquelas que optaram por se envolver nas instituições burguesas (Przeworski, 1989, p. 47).

No cenário alemão, pós-Programa de Gorlitz, para a ala social-democrata, as eleições passaram a ser um meio suficiente para alcançar o socialismo, as primeiras vitórias eleitorais repercutiram de forma diferente por toda a Europa, atestado disto é que até mesmo Gramsci, que elogiou a Revolução de Outubro, na Rússia, antes de ser preso em 1926, escreveu para o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética preocupado com os caminhos que as lutas internas naquele país repercutiam no movimento comunista internacional. No documento ele apoiou firmemente a NEP (Nova Política Econômica), implantada ainda durante o comando de Lenin, afirmando, em favor da posição majoritária dos socialistas soviéticos, que o socialismo deveria ser desenvolvido com base no consenso e não na simples coerção (Coutinho, 1981).

Este movimento pareceu acentuar uma interpretação da obra do pensador italiano que lhe atribuiu a visão da passagem do capitalismo para o comunismo como um lento processo,

²⁰ Ver Luxemburgo (2011 [1899]): Rosa Luxemburgo é talvez uma das mais vorazes críticas de Bernstein, ela não concorda com a capacidade efetiva de transformação social daqueles meios cuja mobilização julga insuficiente para desencadear, a partir de dentro do sistema capitalista naquela época, um processo real de transição progressiva para o socialismo. Tanto os sindicatos quanto as cooperativas, entendidas pelo reformismo como pontos de apoio decisivos para a superação gradual do capitalismo, em sua visão, não tinham como interferir de forma profunda nos mecanismos da economia.

neste sentido, uma classe que pretendia ser dominante deveria assumir a direção de uma sociedade, deveria estar cercada de um bloco de alianças que lhe permitiria, ao menos, ter aceitação passiva das classes e camadas dirigidas. Desta forma, uma classe que aspirava ser dominante não podia hesitar em sacrificar, pelo menos em parte, seus interesses imediatos e materiais, transcendendo o limiar corporativo, para proporcionar o engendramento de uma hegemonia ético-política²¹. O filósofo italiano, em seu “Cadernos do Cárcere”, escrito entre 1926 e 1937, fez uma primeira crítica ao stalinismo, que apresentava características de “estatalatria”, caracterizando uma evidente situação autoritária sem hegemonia que não poderia resistir por muito tempo, por outro lado, a estratégia gramsciana residia no fato de que, por uma revolução passiva, o movimento operário absorveria o Estado, com o predomínio crescente de elementos de autogoverno e autoconsciência.

De fato, ainda que parte do movimento socialista alemão eventualmente enxergasse na Revolução Russa a prova de que o caminho revolucionário poderia ser bem-sucedido, os social-democratas viam na democratização progressiva das instituições políticas o instrumento adequado para chegar ao poder, e isto era reforçado pelo cenário favorável ao sindicalismo, que de eleição em eleição crescia em vigor. Independente da dupla natureza dessa opção, ou mesmo a despeito das pressões iniciais, os social-democratas se lançaram na política com o intuito de vencer as eleições e chegar ao poder através de um processo legitimado por elas, ainda que com foco nas transformações revolucionárias, pretendia, através das instituições democráticas, legislar sob a influência de suas próprias ideias. Neste sentido, foi fundamental a constituição de partidos políticos organizacionalmente consolidados e fortes que pudessem concorrer na nova arena. Institucionalmente, para Esping-Andersen (1985) pode-se apontar dois modelos muito diferentes de partidos social-democratas típicos: o Partido Social-Democrata de Trabalhadores da Alemanha (SPD)²² e o Partido Trabalhista Britânico (Labour Party)²³.

²¹ Ao se aprofundar nos estudos destes mecanismos de construção da hegemonia, Gramsci formulou um conceito basilar de sua teoria política: o conceito de Estado ampliado, através do qual, o Estado não é unicamente um instrumento de força sob o serviço de uma classe dominante, aos moldes do que diziam versões mecanicistas marxistas, mas uma força revestida do consenso, da coerção e acompanhada de hegemonia. Ver Gramsci (2001 [1926]).

²² O SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) é um dos mais importantes partidos políticos da Alemanha. Segundo partido alemão mais antigo e ainda ativo (fundado em 1875), foi impiedosamente perseguido pelo Terceiro Reich (1933-1945), posteriormente durante a Guerra Fria foi obrigado a se fundir aos comunistas. Filiado a Internacional Socialista, eleitoralmente é muito forte junto aos alemães luteranos e nas regiões norte e leste da Alemanha. (<https://www.spd.de/partei/grundsatzprogramm/>) consultado em 09/07/2021.

²³ O *Labour Party* é um partido político social-democrata, que ocupa a centro-esquerda no Reino Unido. Suas origens remontam ao século XIX, quando alguns sindicalistas convergiram para a ideia de disputar as eleições,

O Labour Party, na Inglaterra, nasceu como resultado dos movimentos operários ingleses, em sua origem, não apresentava uma tradição ideológica marxista revolucionária, era reformista por natureza. Em suas ações buscava um certo grau de coletivização das áreas econômicas e sociais, mas sempre optou pela via estatal, beneficiando-se de um Estado regulador que concedia o bem-estar de cima para baixo, para contenção social. A experiência britânica foi adotada como modelo por outros países, permitindo que a social-democracia chegasse a territórios como: Austrália, Canadá, Nova Zelândia e até mesmo, África do Sul.²⁴ Por razão desta faceta mais conservadora dos caminhos do Labour Party, acreditamos que ele não se enquadra no perfil ideológico de nosso recorte de social-democracia, isto se, compararmos ao modelo continental europeu, por este fato, optaremos por continuar acompanhando os resultados dos sociais-democratas alemães, apontados por Engels como modelo a ser seguido, e suas conquistas eleitorais.²⁵

Desde sua gênese revolucionária até o período que antecede a Segunda Guerra Mundial, os social-democratas alemães chegaram ao ápice de seu reformismo durante a República de Weimar, caçados e levados aos campos de extermínio durante os anos de perseguição nazista, foi necessária a derrota do Nazismo para que o SPD, assim como toda a Alemanha Ocidental, se reerguesse sob o financiamento do Plano Marshall, investimento estadunidense para a recuperação e dinamização da Europa. O ambiente de Guerra Fria fez a presença dos EUA, na República Federal da Alemanha (RFA), se tornar permanente e, após 1947, o enfrentamento com a União Soviética (URSS) colocou a política externa estadunidense em vigília pelos movimentos e partidos alemães ocidentais. Forçosamente a social-democracia alemã foi empurrada para a direita. Ainda assim, a partir de 1953, a integração da social-democracia à sociedade de consumo culminou em 1959 com renúncia definitiva ao socialismo (Vieira, 2013).

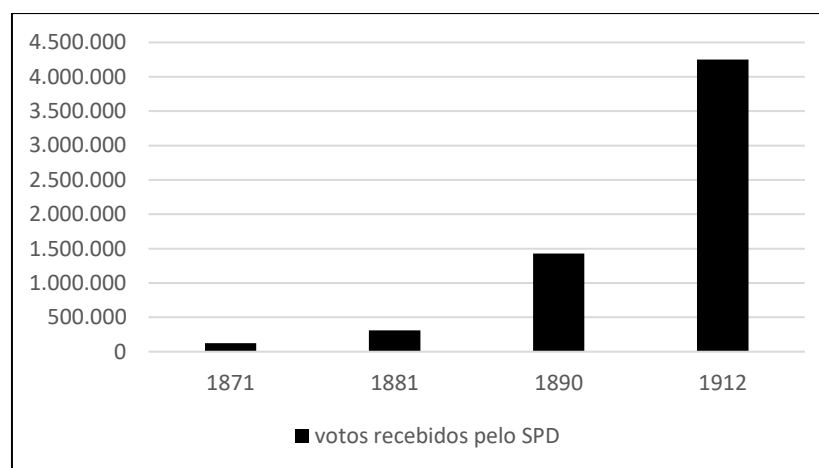
adentrando a esfera política, após a ampliação de direitos de voto entre 1867 e 1885. (Crick, Martin. *The History of Social Democratic Federation*. Keele University Press: California, 1994)

²⁴ Ver: Vieira (2013, p. 192)

²⁵ Segundo Esping-Andersen (1985), é possível reconhecer dois tipos de regimes de estado de bem-estar categoricamente em desacordo com o modelo social-democrata - o conservador e o liberal. Na verdade, um grande impedimento histórico para o reformismo social-democrata do pós-guerra, era o grau em que as alternativas foram institucionalizadas em uma data anterior. Os dois modelos - conservador e liberal - defendiam a desmobilização social tanto nos níveis de despesas como em suas propriedades institucionais distintas. A opção por seguir com o SPD como exemplo a ser seguido se dá, em concordância com Engels, como uma discordância deste autor com Esping- Andersen, uma vez que entendemos que trabalhismo e social-democracia têm modelos diferentes de visões de organização social, e nos alongaríamos demasiadamente neste trabalho em apontar todas as suas diferenças, conceitos e definições.

O Gráfico 1, demonstra como a escolha pela luta eleitoral alcançou grande êxito em apenas três décadas, ainda que considerando um período que engloba a Grande Depressão do final do século XIX e as turbulências passadas pela Alemanha na primeira década do século XX, o SPD apresentou um crescimento significativo neste período. Em 1890 ele já era o partido que mais recebia votos, com 19,7% dos sufrágios, e essa porcentagem não diminuiu até 1912, quando já contava com 34,8% das escolhas²⁶. Segundo Przeworski (1989), alcançando mais que o dobro de votos do segundo colocado nas eleições, o sucesso dos social-democratas e dos trabalhistas ultrapassou as fronteiras da Alemanha, nas primeiras duas décadas do novo século eles obteriam sucesso na Finlândia, Bélgica, Países Baixos e Noruega. Até 1930, os ideais revolucionários do marxismo, ainda faziam parte dos discursos social-democratas, mas ao longo deste período, novas características foram somando-se ao arcabouço teórico social-democrata, culminando na configuração de um perfil diferente na relação partido-classe, e fundamentalmente, atenuando o seu caráter marxista.

Gráfico 1: Votos recebidos pelo SPD até a Primeira Guerra Mundial



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados informados por Przeworski (1989)²⁷

Para os social-democratas a necessidade da “revolução social” impunha-se porque o capitalismo era irracional e injusto, e a origem causal desses males era a propriedade privada

²⁶ Partindo do princípio de que os números apresentados por Przeworski (1989) não sejam absolutos, se em 1890 o SPD conseguiu 19,7% de votos, o universo de votos totais foi pelo menos de 7.243.654 votos. Já no ano de 1912, última referência apresentada pelo autor, quando o SPD atingiu 34,8%, os números totais de votos estavam na casa de 12.212.643 votos.

²⁷ Segundo dados apresentados por Przeworski (1989), o crescimento eleitoral do SPD nas eleições foi de: 1871 – 125.000 votos, 1881 – 312.000 votos, 1890 - 1.427.000 votos, 1912 – (as vésperas da Segunda Guerra Mundial) 4.250.000 votos.

dos meios de produção, uma vez que ela gerava uma injusta distribuição de riquezas materiais. Por esse prisma, a socialização ou nacionalização dos meios de produção seria o caminho natural para atingir as metas socialistas, entretanto, o cenário pós-Primeira Guerra Mundial subverteu a ordem pré-estabelecida e fortaleceu os mecanismos de participação governamental, o que levou os partidos social-democratas, na Áustria, Alemanha, Grã-Bretanha e Bélgica, a tentarem conciliar um modelo que combinasse a racionalização da sociedade, mediante valores democráticos, com a ideia da socialização da produção, demonstrando que as teorizações foram literalmente atropeladas pelas exigências da prática política (Przeworski, 1989).²⁸

A severidade da crise levou muitos economistas na década seguinte a romperem com as políticas tradicionais neoclássicas que defendiam a ideia de desemprego voluntário - conceito em que trabalhadores optavam por permanecer desempregados a receber um salário real considerado baixo. Por esta visão, o desemprego constituía uma conjuntura passageira, um cenário que se estabilizaria, à medida que a demanda de trabalho permitisse que as firmas passassem a oferecer salários reais mais elevados. Em um ambiente de falência do *laissez faire*, as defesas socialistas e fascistas ganharam muitos adeptos. Após 1929 e a quebra da economia estadunidense, o mundo capitalista liberal sangrava com aquilo que talvez tenha sido sua maior depressão, a crise produziu nos Estados capitalistas da Europa e da América do Norte um choque traumático, abalando profundamente a crença de que o capitalismo progrediria infinitamente e alcançaria níveis de produção ilimitada. A defasagem existente entre o quadro apresentado pelos ideólogos do liberalismo neoclássico e a realidade da economia capitalista dava força à defesa de Estados fortes, interventores e com propostas nacionalistas econômicas (Hunt, Sherman, 2005).

Paralelamente ao desespero liberal, a economia soviética não sentiu abalo algum, pelo contrário, passou a crescer aceleradamente, principalmente quando Stalin adotou a teoria leninista do imperialismo e sua lei do elo mais fraco. Ao prenunciar sua tese de “socialismo em um só país”, Lenin (1979 [1916]) contrariou a visão marxiana de uma revolução socialista simultânea nos principais países capitalistas. Defendendo sua teoria do desenvolvimento desigual, afirmava que apenas uma conclusão poderia se impor, a de que o socialismo não poderia vencer simultaneamente em todos os países, ou seja, a revolução se daria inicialmente

²⁸ Przeworski (1989) aponta que uma verdadeira onda constituinte varreu a Europa entre os anos de 1919 e 1935, período entreguerras, essa tentativa de amalgamar ideias democráticas com os princípios socialistas estão presente nos escritos e ações de pensadores e políticos como Otto Bauer (Áustria/1919), G. D. H. Cole (Grã-Bretanha/1919), Karl Kautsky (Alemanha/1925), Henri Man (Bélgica/1935).

em um só país, e somente depois se estenderia a outros. Sob este ponto de vista, Lenin, pregando o caminho revolucionário, passou a defender que não se podia esperar o incêndio do Ocidente para sublevar o povo russo.

Stalin serviu-se plenamente desta ideia para que ela se tornasse uma defesa do Estado soviético. Assim, a crise do capitalismo continuou por si só, sem que a União Soviética tivesse a necessidade de fazer revolução em escala mundial, e para além das análises do Estado burguês, como sistema de exploração econômica, o discurso stalinista passou a defender a justificação política do modelo posto em prática na União Soviética, deixando as opções postas à mesa de cada país, para que estes pudessem escolher seus próprios caminhos.

Como alternativa, e à direita, a falência do capitalismo liberal também produziu fórmulas mais radicais, o fascismo e o nazismo são, neste sentido, opções contrarrevolucionárias que nascem na esteira de uma cumplicidade do grande capital. Como solução para conter a crise estrutural do capitalismo desenvolvido, os fascismos surgiram em um ambiente no qual o capital se via ameaçado, de um lado, pela falência do liberalismo clássico, e de outro, pelo crescimento dos movimentos socialistas, inspirados no sucesso soviético.²⁹ Bettelheim (1972 [1946]), ao estudar a economia alemã sob o nazismo, afirmou que ela correspondia às necessidades da infraestrutura do sistema, dado que a insuficiência do mercado interno tornava indispensável a obtenção de novos escoadouros, o que foi alcançado, inicialmente, pela política de rearmamento na Alemanha, e depois pela conquista de mercados externos, garantidos pela expansão territorial, em busca do “espaço vital”³⁰. Poulantzas (1972) complementou esta ideia dando uma contribuição mais política ao afirmar que o surgimento do fascismo, foi também um resultado da crise de representação política. Os partidos de ideologias tradicionais passaram a enfrentar um forte desprestígio ao não conseguirem mais se manter como hegemônicos na sociedade burguesa, concorrente a isto, o fascismo se apresentou como mediador que garantiria o reestabelecimento dessa hegemonia, assim, a criação de um partido de massa foi o caminho encontrado para conservar uma dualidade entre partido e Estado, e usar recursos privilegiados de propaganda para perpetuar sua dominação.

²⁹ O atrelamento do fascismo ao grande capital já era expresso entre os membros da Internacional Comunista no período entreguerras, sendo os oligopólios muitas vezes associados ao capital financeiro. Em 1935, Jorge Dimítrov, definiu o fascismo como “a ditadura aberta e terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”. Ver Dimítrov (1969 [1935]).

³⁰ Ver Ratzel (1903 [1897]): “Toda a sociedade, em um determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas. Um Estado deve ser do tamanho da sua capacidade de organização”.

Por mais que os pensadores social-democratas tenham se esforçado, até a década de 1930 não haviam conseguido construir uma política econômica própria. Para Przeworski (1989), a *Teoria Geral* de Keynes abriu as portas para isso, a social-democracia descobriu as ideias keynesianas e estas lhes deram objetivo e argumento governamental, transformando decisivamente o significado ideacional de políticas distributivas em favor da classe trabalhadora. Neste contexto de extremismo, tanto à esquerda, quanto à direita, as propostas de Keynes eram uma alternativa razoável para os social-democratas. O keynesianismo retomou para a sociedade burguesa o poder de regular as crises através do Estado, apresentando como via para a realização deste objetivo a garantia do pleno emprego e o bem-estar social. A Grande Depressão prolongou-se por toda a década de 1930, até o início da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1936, ano de publicação da “Teoria Geral” de Keynes, e 1940, economistas e políticos travaram discussões acaloradas sobre os méritos e a aplicabilidade das ideias keynesianas.

Para os social-democratas, pontos de contato ou elementos de semelhança entre ideias keynesianas e as ideias de Marx³¹ podem ter sido de início um chamariz, para que estes fossem atraídos para sua defesa.³² É fato que ao passar do tempo, as energias do processo histórico acabaram por consolidar essa adesão, isto porque, às vésperas da guerra, sob a forte intervenção dos Estados no incentivo à produção de armamentos, o desemprego cedeu rapidamente, e o

³¹ Há sem dúvida diferenças profundas entre as propostas de Keynes e Marx em pontos fundamentais de suas visões da dinâmica do capitalismo e às suas perspectivas de futuro. Marx elabora uma teoria crítica do sistema capitalista, objetivando sua superação, Keynes, por outro lado, quer a reforma do capitalismo para que ele supere suas contradições e sobreviva. Entretanto, não podemos ignorar que certos pontos de contatos existem, como por exemplo: para Marx a lógica do capitalismo é irracional porque existe nele uma imponderável tendência a sua própria destruição. As causas desse movimento estão nas forças dialética da história, que muito além do próprio desejo dos capitalistas, culminará em dois cenários possíveis; a substituição pelo socialismo ou a destruição pela barbárie. Keynes também enxerga uma irracionalidade no capitalismo que não era prevista pelo pensamento liberal, entretanto essas distorções podem ser corrigidas sem levá-lo ao colapso. Para melhor entender essa proposta recomendamos a leitura de Keynes (1985 [1936] p.131) e Marx (2017, [1867] p.135-167). Sobre aproximações e distanciamentos entre o pensamento dos pensadores recomendamos a leitura de Carvalho (1986) e Hunt, Sherman (2005 p.169-171).

³² Vale ressaltar que os sociais-democratas sempre foram externamente ligados aos movimentos operários, e esses essencialmente não eram compostos apenas por marxistas. Os reformistas foram durante muito tempo taxados como corporativistas, uma vez que a defesa do salário esteve muitas vezes a frente da defesa de classe. A luta política, neste sentido, se dá em um nível muito mais prático e instrumental do que o proposto pela filosofia revolucionária, assim a grande conquista é aumentar a capacidade concreta de sobrevivência social dos trabalhadores, o que nos leva a entender que a luta sindical, não necessariamente é uma luta revolucionária. Gramsci (2001) afirma que a passagem da consciência em si para a consciência voltada a si se dá em um movimento pelo qual a consciência corporativa pode existir sob qualquer forma de registro, seja à direita ou à esquerda. Neste sentido, o partido é fundamental na tese gramsciana, haja visto que o sindicato é uma luta corporativa, enquanto o partido é uma luta política. Para entender essa dimensão prática ver também: Przeworski, 1989.

conflito produziu uma inversão da situação das economias capitalistas participantes dos combates: a escassez de empregos deu lugar a falta de mão-de-obra e a estabilidade do nível da empregabilidade fez os social-democratas em diferentes países da Europa abandonar seus projetos de nacionalização e “revolução social”, optando, daquele momento em diante, a se comprometerem com a transformação da sociedade. Em vez de um controle direto do planejamento e da execução das políticas sociais e econômicas, sob a tutela do Estado, poder-se-ia atingir os objetivos socialistas influenciando o setor privado a comportar-se consoante os interesses gerais.

Antes do keynesianismo, a social-democracia não apresentava uma política econômica para a administração de economias capitalistas, a Grande Depressão levou-os a uma alternativa: os social-democratas descobriram, na *Teoria Geral* de Keynes, um método para esse gerenciamento. Principalmente na Escandinávia e na França a resposta veio por meio de políticas anticíclicas contra o desemprego, o Estado passou a ser o meio pelo qual as sociedades poderiam regular as crises mantendo o pleno emprego. Com a virada keynesiana poder-se-ia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção à gestão democrática da economia, controle do nível de desemprego e distribuição de renda, tornando-se, em termos de compromisso, um Estado do bem-estar conciliado aos regimes democráticos capitalistas (Przeworski, 1989).

O momento histórico deu a Keynes e à social-democracia o seu momento áureo, a Europa pós-guerra encontrava em ambos um caminho pelo centro, defensores do capitalismo poderiam encontrar outra saída negando a opção revolucionária socialista, mas também se opondo imperiosamente ao autoritarismo fascista. Reabilitando o ideal democrático e negando o capitalismo selvagem, a social-democracia poderia a partir daquele momento sonhar com sua consolidação ideológica, em busca de tornar-se predominante nas décadas que se seguiriam.

1.1.3. A Exportação do Modelo de Welfare State Social-Democrata³³

Na Europa, a década de 1930 não pode ser entendida sem avaliar a preocupação que pairava sobre a cabeça dos defensores do capitalismo, se de um lado a industrialização soviética

³³ O Estado do bem-estar também é conhecido pela sua denominação em inglês Welfare State. A opção feita por acatar esta forma em nosso título advém da decisão de se manter a tradução de Dinah de Abreu Azevedo feita ao texto de Gosta Esping-Andersen para a revista Lua Nova. O texto do pensador dinamarquês é de seminal importância para a argumentação que construímos neste capítulo. Ver Esping-Andersen (1991).

se apresentava aos países capitalistas como um modelo concorrente, por outro lado, o autoritarismo dos Estados fascistas e nazistas também não ofereciam melhores soluções. A depressão, a partir de 1929, derrubou todas as defesas dos economistas neoclássicos, visto que nenhum dos ciclos econômicos anteriores equiparava-se a tudo aquilo que as economias mundiais enfrentaram pelo menos até 1936. A depressão que atingiu primeiramente os Estados Unidos se espalhou rapidamente pelo mundo, a renda real, no território estadunidense, desabou 32% entre 1930 e 1931, o desemprego pulou da casa dos 3 milhões para o recorde de 15 milhões de desempregados em 1932.³⁴ O comércio mundial foi ao chão e puxou para o buraco parte significativa da economia internacional, mergulhando muitos destes em uma crise generalizada de fome, pobreza e desespero econômico. A defesa do *laissez-faire* perdeu muitos de seus partidários entusiasmados, vários economistas e políticos passaram a apoiar a ampla intervenção governamental no mercado.³⁵

É neste ambiente que os escritos de Keynes se tornaram palpáveis, afinal:

A mais importante *Agenda* do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas (Keynes, 1963 [1926], p.317).

O trabalho de Keynes lançou uma dúvida profunda sobre a defesa neoclássica do princípio de que o livre-mercado conduziria automaticamente ao equilíbrio do pleno emprego. Na periferia do capitalismo mundial, a pobreza absoluta da maioria da população em forte contraste com a opulência da elite econômica era tão extrema que praticamente ninguém poderia advogar que os princípios neoclássicos fossem suficientes para a solução deste cenário, o capitalismo liberal entrou em um estado de confusão intelectual e o liberalismo, mesmo nos países centrais e industrializados, enfrentava uma crise de legitimidade. Para Hunt e Lautzenheiser (2012) essa perda de legitimidade pode ser entendida a partir da rápida expansão,

³⁴ Para mais informações sobre números e percentuais da Grande Depressão de 1929 ver Hunt, Sherman (2005, p.164-166).

³⁵ De 1936 a 1940 as discussões sobre a teoria e as proposições práticas de Keynes ocupou academicamente os economistas, as vésperas da Segunda Guerra Mundial podemos observar alguns resultados políticos desses debates, como, por exemplo, a Fair Labor Standards Act (FLSA) aprovada pelo governo Roosevelt durante o *New Deal*, que como o próprio nome indica, definia direitos aos trabalhadores tais como salários mínimos, horas extras para jornadas acima de 40 horas semanais, além de regular o trabalho infantil e as condições mínimas de trabalho. Ver Hunt, Sherman (2005 p.171).

nas décadas de 1940 e 1950, da aceitação, quase unânime, da economia keynesiana e do surgimento de uma significativa literatura no novo campo da economia do “desenvolvimento”. Ambas tinham em comum a discordância geral do capitalismo *laissez-fairiano* e a forte defesa de políticas que envolvessem ampla e profunda participação do governo nos processos econômicos.

Neste sentido, a implantação do *New Deal* nos Estados Unidos foi de grande importância para que o keynesianismo ultrapassasse os territórios europeus. Anos antes de publicar seu livro “*A Teoria Geral*”, Keynes apresentou suas ideias diretamente ao presidente Roosevelt, primeiro com a publicação de uma carta enviada ao *New York Times*, em dezembro de 1933, e no verão do ano seguinte, em uma visita ao presidente estadunidense, defendeu suas ideias de que o motivador primário na primeira fase da técnica de recuperação econômica, era o aumento do poder aquisitivo nacional, que se daria como resultado do gasto governamental financiado por empréstimos e não pela taxaço dos rendimentos, naquele momento (Galbraith, 2014).

Depois de 1945, a teoria keynesiana da economia tornou-se hegemônica, porque com o final da guerra, 3 milhões de veteranos estadunidenses foram desmobilizados e se converteram em exército de reserva, passando a compor imensas fileiras de força de trabalho. Tanto políticos quanto economistas temiam que estes novos contingentes pudessem desequilibrar a relação mercado e trabalho. Ficou-se patente que os preceitos keynesianos foram adotados na Lei do Emprego, aprovada em 1946, que fortalecia por legislação protetiva o poder do governo cobrar impostos e atrair empréstimos, tendo como objetivo investimentos que pudessem manter a qualquer custo o pleno emprego. Iniciava-se uma nova fase em que o Estado americano assumia a responsabilidade formal de manutenção dos níveis de emprego, e de fato, a partir daquele momento até as décadas de 1970, o “*American way of life*” passou a ser um símbolo qualificado do bem-estar social (Samuelson, 1997 [1947]).

Ao olhar a contribuição que Keynes deu para a economia norte-americana podemos percebê-la como uma teoria de recepção mundial, e, para além disso, como um modelo de sociedade almejada. É falso dar ao trabalho do economista inglês as feições de um manual econômico que deveria ser seguido por países, mas é inegável que ele criou sua teoria a partir de argumentos políticos que visavam dar respostas ao seu contexto nacional, temeroso do colapso do sistema capitalista e desconfiado do livre-mercado, propôs uma terceira via entre o

corte de viés fabianista³⁶, percebido no “*Labour Party*”, e a ortodoxia econômica do “*Tory Party*” (Cannone, 2022). Também é correto afirmar que não existe nenhuma ligação oficial entre Keynes e os social-democratas, a princípio o economista se assumia politicamente como um conservador, mas é inegável que seu pensamento buscava insistentemente conciliar o capitalismo e o bem-estar social, o que o distanciou do pensamento liberal clássico e aproximou-o dos adeptos da social-democracia.

Enquanto suas ideias foram sendo disseminadas pelo mundo, ainda que não como um modelo concreto, a prosperidade nos países centrais do capitalismo, na década de 1950, permitiu àqueles que puderam usufruir desse benefício, enxergar o mundo como um lugar melhor, e nos países periféricos, palavras como desenvolvimento, planejamento, investimento estatal, intervencionismo de Estado, passaram a fazer parte das mais diversas experiências empregadas na busca pela superação do atraso em suas economias (Hobsbawn, 1995).

Não sem razão, ao final da década, no ano de 1959, aconteceu o evento que talvez tenha marcado a consolidação da social-democracia do pós-guerra: o congresso de Bad-Godesberg. Ao anunciar seu novo programa, o SPD alemão, afirmava reconhecer o valor social e humano do sistema edificado a partir de 1949, na República Federal, e renunciava proclamar a necessidade de uma abolição total desse sistema em nome da doutrina marxista. Em termos econômicos, abraçava de vez o ideário keynesiano e passava oficialmente a reconhecer o livre empreendimento, ainda que, reforçasse o aspecto orientador da necessidade coletiva e não a vontade do lucro privado. Afirmava igualmente, a necessidade do controle público da economia, com verificação dos investimentos e publicidade das operações, garantindo que toda população tomasse conhecimento da estrutura de poder econômico e de gestão pública, de modo que se combatessem os abusos. O Estado deveria assumir a responsabilidade de dominar a macroeconomia, o que, para o programa de Godesberg, seria tarefa central de uma política econômica de liberdade. A guinada dada pelo Partido Social-Democrata Alemão, durante muito tempo impressionou, sobretudo pela relevância das suas rupturas, pela rejeição do marxismo ideológico e, nomeadamente, da luta de classes, pelo abandono de toda a definição do socialismo e pela amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico (Paim, 2002).

³⁶ Na Inglaterra, o marxismo exerceu baixa influência sobre os movimentos sindicais. A Sociedade Fabiana, uma sociedade privada criada em 1883 por um grupo de intelectuais, teve maior ascendência sobre estes movimentos, estas se contrapunham as ideias de Marx, em suas análises econômicas se aproximavam da teoria neoclássica e ortodoxa utilitária. Ver Hunt, Sherman (2005, p.139-143).

Para Hobsbawn (1995), este período, que só se arrefeceria nos depressivos anos de 1980, tornou-se os anos dourados do pós-guerra, e estes só foram possíveis graças à sociedade do pleno emprego e suas altas taxas de crescimento econômico. Se o capitalismo parecia ter se unido perfeitamente à democracia social, foram as ideias keynesianas que permitiram aos social-democratas alcançar suas metas e atingir as vitórias na arena política. Foi o coroamento de um tipo de governo em que o Estado passava a controlar crises para manter trabalhadores empregados, segurando na outra ponta o mercado sob controle a fim de que a sociedade permanecesse protegida das efemeridades da roda da fortuna, usufruindo de um equilibrado bem-estar.

1.1.4. Caminhada para o Centro: A Social-democracia de Terceira Via

Nos Estados Unidos e nos países centrais europeus, a estabilidade alcançada até a década de 1960 se esvaiu nas três décadas seguintes, o histórico desse período, dá conta de que o mundo se aproximou da instabilidade e da crise, perdendo muitas de suas marcas adquiridas no pós-guerra. Entretanto, foi somente a partir da década de 1980 que os contornos da contestação da sociedade do bem-estar ficaram mais claros. Muitos Estados nacionais haviam perdido o controle econômico sobre o capitalismo, e a década de 1990 insurgiu-se como uma nova década de crise. Todas essas transformações se davam porque a base do sistema de produção capitalista havia se alterado, a Terceira Revolução Industrial, também chamada Revolução Tecnocientífica, foi o meio pelo qual o capital se tornou globalizado ou “transnacionalizado”, a nova divisão internacional do trabalho atingiu até mesmo centros consolidados e tradicionais da industrialização, levando suas indústrias para novos países, continentes e regiões, muitos deles países periféricos. A automatização, outra característica da nova revolução, passou rapidamente a tomar empregos e dispensar seres humanos, fechando portas principalmente para aquela mão-de-obra de menor especialização, tão característica dos anos fordistas (Hobsbawn, 1995).

Houve uma estagnação do capitalismo, empunha-se uma economia geradora de desemprego e uma série de tensões geopolíticas, o resultado desse novo contexto foi que significativos tremores abalaram os países desenvolvidos, tendo efeitos colaterais fatais para os partidos social-democratas e trabalhistas do ocidente. Estes passaram a ter suas capacidades de

intervenção nas ações econômicas e sociais dissipadas, e ao perder a força permitiram que o núcleo de seus seguidores ficasse exposto às tempestades que se anunciavam no horizonte.

Para Hobsbawm (1995), neste novo cenário econômico, seus salários estariam mais fragilizados e desprotegidos, porque agora a competição não se dava apenas na fábrica e no seu entorno, ela também se “transnacionalizou” e fez com que operários do lado oriental do mundo fossem concorrentes diretos de trabalhadores do lado ocidental, em condições muitas vezes desiguais. Todas essas transformações incidiram no esfacelamento da categoria trabalho³⁷ e isto acabou impondo um imenso impacto político na esquerda. Adeptos dos partidos socialistas foram desmobilizados e enfraquecidos, isto causou um vácuo político que foi sendo paulatinamente preenchido pela direita conservadora ou ultraliberal radical, até mesmo partidos verdes, formados na esteira da consolidação do movimento ambiental, se tornaram concorrentes fortes da esquerda tradicional.

O final do século XX foi percebido como o momento de consolidação e triunfo neoliberal, marcado pela ascensão dos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. A crise dos países socialistas ofereceu a oportunidade para que ideias como o triunfo final do capitalismo e as críticas aos pensamentos desenvolvimentistas, também em severa crise ao longo dos anos de 1980, pregassem uma nova ordem internacional a partir do Consenso de Washington, ideia econômica apresentada por John Williamson (1990) que evidenciava a vitória eminente do pensamento neoliberal. Cristalizava-se a concepção de que não havia alternativa além dos ideais liberais, era “o fim da História”, ideia de fundamentação hegeliana, ressignificada por Francis Fukuyama.³⁸ O capitalismo, agora sem uma nênese, deixou de ter um sistema de pesos e contrapesos, isto criava uma realidade que se tornou clara nas palavras de Boaventura de Souza Santos:

Os últimos anos mostraram que, com a queda do Muro de Berlim, não colapsou apenas o socialismo, colapsou também a social-democracia. Tornou-

³⁷ Essa afirmação pode ser melhor entendida a partir da ideia de que o novo estágio da dinâmica capitalista de produção e organização do mundo resultante da efervescência do modelo atual de acumulação de capital impactaram diretamente nas leis e relações de trabalho. Essas mudanças implantaram uma reconfiguração das necessidades mercadológicas de acumulação flexível do capital cuja consequência mais imediata é a liquidez dos antigos valores que permearam estas relações. Cf. Bauman (1999, 2000, 2006).

³⁸ Em seu ensaio sobre o fim da história, Fukuyama afirmou que a derrota do fascismo após a Segunda Guerra Mundial e a derrocada do socialismo no limiar do novo milênio colocavam o liberalismo como a ideia-força para organização político-econômica das sociedades. Tratou de defender que a grande disputa na história havia terminado, defendendo que o liberalismo havia triunfado sobre seus concorrentes: o fascismo e comunismo. Ver: Fukuyama (1992).

se claro que os ganhos das classes trabalhadoras das décadas anteriores foram possíveis porque a URSS e a alternativa ao capitalismo existiam. Constituíam uma profunda ameaça ao capitalismo e este, por instinto de sobrevivência, fizera as concessões necessárias (tributação, regulação social) para poder garantir a sua reprodução. Quando a alternativa colapsou e, com ela, a ameaça, o capitalismo deixou de temer inimigos e voltou à sua vertigem predadora, concentradora de riqueza, armadilhado na sua pulsão para, em momentos sucessivos, criar imensa riqueza e destruir imensa riqueza, nomeadamente humana (Santos, 2017, p.23).

A crise do socialismo real, permitiu ao neoliberalismo não somente tornar-se a coluna central de sustentação do novo ambiente capitalista, como também derrotar sua própria antítese ideológica; a social-democracia³⁹. A partir de agora, a antiga social-democracia, que tinha, ao longo do século XX, se tornado o grande agente interno de reforma do capitalismo, acabou sendo uma vítima inesperada da queda do socialismo, dado que a crise de um levou ao esvaziamento do outro. A existência de antagonismos sistêmicos, como os tipos socialistas no cenário internacional da política e da economia, teve como consequência a criação de um incentivo poderoso e paradoxal para a reforma progressiva do capitalismo (HOBSBAWN, 1995).

Observa-se que a crise do socialismo, acabou criando uma “dança dialética” entre revolução e contrarrevolução, entre dominantes e dominados. O medo da revolução havia sustentado durante muito tempo o fomento de soluções pragmáticas e progressistas, mas a partir daquele momento, a crise da social-democracia, no contexto geral do pensamento da esquerda, pode ser entendida, segundo Rosanvallon (1997), como uma crise social e política: “há um limite sociológico para o desenvolvimento de Estado-Providência e para o grau de redistribuição que o seu financiamento implica?” (Rosanvallon, 1997, p. 15) Dentro desta perspectiva de uma crise sociopolítica, o pensador afirma que a grande barreira para a superação do desafio estaria na construção de um “novo contrato social” entre indivíduos e Estado, afastando-se de uma mera explicação econômica, ele considera que o Estado do bem-estar, chamado por ele de “Estado-providência”, é um aprofundamento e uma expansão do “Estado-protetor”, formulado entre os séculos XIV ao XVIII, ou seja, o Estado moderno em sentido estrito.

³⁹ O antagonismo entre social-democracia e neoliberalismo pode ser visto desde o livro fundador desta última corrente, o livro “A Constituição da Liberdade” de Hayek, de 1944.

Para Rosanvallon (1997), o Estado-providência passou a existir para corrigir um certo “desencaixe” social causado pelos efeitos do Mercado sobre a sociedade, com efeito, a laicização da política moderna no século XIX teve como consequência a substituição da providência religiosa pela certeza da providência estatal. Assim, a crise da segunda metade do século XX residiria em uma *debacle* nas relações entre Estado e sociedade: justificando seu argumento, ele aponta três motivos fundantes: a) o declínio do princípio igualitário como finalidade social; b) a solidariedade automática; c) a incapacidade do modelo keynesiano de superar as crises que se estabeleciam naquele momento.

Por declínio do princípio igualitário como finalidade social, entendido como um princípio de âmbito econômico, entende-se que a meta de redução das desigualdades passou a significar uma injustiça enquanto, não houvesse mais concordância entre os critérios do Estado e dos indivíduos ao estabelecer justos termos. Já a solidariedade automática, ressalta que o Estado-providência, ao se colocar como principal promotor do bem-estar social, passou a ser uma grande interface, que substituiu o face-a-face dos indivíduos e grupos, como consequência, isto tornou mais abstrata a organização da solidariedade, apontada como automática, porque deste momento em diante, esta não passava mais pelo crivo direto dos indivíduos⁴⁰. Mediante a isso, a crise da solidariedade adveio da decomposição - mais estritamente, do deslocamento do tecido social de modo mecânico e involuntário - gerada pelo desenvolvimento do Estado Providência. Finalmente, a incapacidade do modelo keynesiano de solucionar a crise dos anos dourados se justifica pela própria lógica do capital, visto que o Estado-providência não está a serviço nem de burgueses nem de proletários, mas ao próprio desenvolvimento de um compromisso social, que naquele momento histórico, se desintegrava.

Enquanto a hegemonia do capitalismo neoliberal se estabelecia, o mundo se viu engolfado pela financeirização, envolvendo sobretudo, entre outros aspectos, a promoção de um individualismo possessivo que, alimentado pelo recurso do crédito, impulsionou um novo engendramento global, garantido por instituições supranacionais como as idealizadas por Hayek em seu livro a “Constituição da Liberdade”. Neste livro, ele propõe o bloqueio da ação econômica discricionária do Estado, e como método para isso, prega que se deveria garantir a independência dos Bancos Centrais, impedir os governos democráticos de influenciar e dirigir

⁴⁰ Ver Rosanvallon (1997, p.32): para o pensador, a solidariedade só pode ser exercida se a moral social repousar num mínimo de visibilidade das relações sociais, isto é, a sociedade não pode ser vista como uma peça desconectada da ação estatal, mas como conjunta.

a política monetária, contestar a limitação institucional das empresas privadas e impor a privatização das empresas públicas como consequente enxugamento do Estado.

Se a divisão do trabalho alcançou a amplitude que torna possível a civilização moderna, não foi por ser criada para este fim, mas a humanidade descobriu por acaso um método graças ao qual essa divisão pôde ser estendida muito além dos limites dentro dos quais teria sido possível planejá-la. Longe, portanto, de tornar mais necessário o dirigismo central, uma maior complexidade exigirá mais do que nunca o emprego de uma técnica que não dependa de controle consciente (Hayek, 2010 [1944], p.70).

Buchanan, em “A Economia e a Ética na Ordem Constitucional”, complementa as ideias propostas por Hayek, com sua teoria da Economia Política Constitucional, na qual a institucionalização do Estado, alcançada por estrutura qualitativa de análise, pode ocorrer no nível nacional ou supranacional, por acordos econômicos, e vinculação externa a organismos internacionais como a OMC (Organização Mundial do Comércio), o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional). O poder dos Estados, dentro deste quadro, foi esvaziado e ficou sem grande alcance para completar a tarefa de conduzir democraticamente as transformações que observamos na sociedade. Enfim, o Capital passou a determinar as decisões políticas e as prescrições sociais.

As tensões sobrepostas à social-democracia acabaram por modificá-la profundamente, e a década de 1990 viu nascer uma nova versão social-democrata polêmica e muitas vezes contraditória. Em um mundo em que a esquerda estava esgarçada, a Terceira Via propôs-se a reforma do velho programa de *Bad-Godesberg*, de 1959. Para Giddens (2008), a explicação do avanço desse novo modelo, em relação ao modelo estruturado no final da década de 1950, estava sobretudo na necessidade de superação da crise provocada pela queda do muro de Berlim. Baseava-se em um novo entendimento da natureza do mercado e do caráter mentiroso daqueles que, assumindo uma visão dualista, atribuíam todos os males ao primeiro e todo o bem ao segundo. Buscava-se uma nova fórmula, sem prescindir do apelo moral do socialismo, que condenava as radicais restrições ao mercado - característica da antiga esquerda - como meios impeditivos, para que fossem aplicadas de fato políticas públicas que atendessem aos mais necessitados.⁴¹

⁴¹ Enquanto a social-democracia clássica esteve representada essencialmente pelos programas do SPD alemão, o berço da Terceira via foi a Inglaterra, tendo em Tony Blair e seu secretário Anthony Giddens dois de seus mais icônicos representantes. A nova social-democracia foi recebida nos Estados Unidos e na Europa conforme

A política de terceira via é, primeiro, um esforço para responder à mudança. Na década de 1980, no mesmo período em que elaborou sua interpretação do thatcherismo, Stuart Hall formulou uma análise dos "Novos Tempos" que previa uma transformação necessária da política socialista. Uma nova era está chegando marcada por uma mudança da produção manufatureira para a tecnologia da informação, o declínio do papel da política de classe e a expansão da escolha no consumo, estilo de vida e sexualidade⁴². Os novos tempos significavam que todo o legado do pensamento socialista e social-democrata teria de ser reformulado (Giddens, 2000, p.29).

Entende-se que não apenas o mercado é produtor de desigualdades, mas também o Estado pode produzir efeitos deletérios sobre a vida dos indivíduos.

[...] mesmo em suas formas mais desenvolvidas, o Estado não é um bem absoluto. Todos os Estados de Bem-estar criam problemas de dependência, danos morais, burocracia, formação de grupos de interesses e corrupção” (Giddens, 2008, p. 33).

Por isso, na visão do pensador inglês é ultrapassada a ideia de que temos que nos defender do mercado, de seus perigos e excessos, subordinando-o ao Estado, mantendo a planificação sobre os preços. O mercado, ao contrário, estimula a eficiência econômica, dá liberdade de escolha ao indivíduo, e graças a competição entre produtores, isto é extremamente favorável a uma maior responsabilização dos consumidores na administração de seus orçamentos.

O pensamento de Anthony Giddens (2008) dialoga com as soluções apresentadas por Rosanvallon (1997). Para o pensador francês, a saída para a crise do Estado-providência se alicerçava em três movimentos: a) socialização, descentralização e autonomização; b) promoção de sociabilidade e consequente redução da demanda social do Estado; c) o desenvolvimento de um modelo “pós-social-democrata”.

Primeiramente, a socialização seria uma saída para desburocratizar e racionalizar a administração dos equipamentos públicos e das funções coletivas, neste aspecto, descentralizar, seria reorganizar e preparar alguns serviços públicos na intenção de aproximá-los dos usuários e das coletividades locais, para além, automatizar consistiria na transferência de tarefas dos

atestados pelos pronunciamentos de Bill Clinton, Tony Blair, Gerard Schroeder, Win Kok (na época primeiro-ministro da Holanda) e Massimo D’Alema, em 1999. Apontamos ainda como evidência dessa exportação o livro “Europa: a terceira via”, de Blair e Schroeder (1998).

⁴² Recomendamos que para entender a citação de Giddens faz-se necessário ver: Hall, Jacques (1989).

serviços públicos para coletividades privadas. Em segundo, a promoção de sociabilidade e a consequente redução da demanda social do Estado, passaria pela reintegração das pessoas em redes de solidariedade diretas, garantindo transparência social ao Estado-providência. Desta forma, defende-se que ao aproximar e reinserir os indivíduos em redes de solidariedade diretas, sugere-se aproximar a sociedade de si mesma, a fim de que os indivíduos passem a ter mais tempo livre, tendo como prioridade a redução da jornada de trabalho, para que com isso possam integrar-se às redes de sociabilidade. Por último, ao tratar da crise do modelo keynesiano, Rosanvallon (1997) se aproxima decisivamente de Giddens (2008), dado que a proposta de um novo modelo de social-democracia, por ele chamado de “pós-social-democracia”, seria um modelo híbrido, que envolveria regulação autogerenciada e intrassocial do Estado na economia, tendo como características a combinação de certa flexibilidade ao antigo modelo social-democrata, visto por ele como excessivamente rígido. Em suas palavras: “a alternativa não está, portanto, entre a manutenção nostálgica do modelo keynesiano e o neoliberalismo ‘puro’; está, praticamente, entre um modelo pseudoliberal rígido e aquilo a que chamo a pós-social-democracia” (Rosanvallon, 1997, p. 102).

Vê-se no pensador a defesa de um alinhamento entre os compromissos socioeconômicos, sociopolíticos e da própria sociedade consigo mesma. Socioeconomicamente, a redução da jornada de trabalho seria alcançada através do patronato, sugerindo-se um modelo em que indivíduos possam prestar serviços à coletividade, enquanto se promovem a sociabilização entre eles. O compromisso sociopolítico partiria de uma responsabilidade do Estado na garantia e expansão das liberdades civis, aumentando as possibilidades de experimentação e de substituição de autosserviços coletivos pela clássica demanda de Estado. Enfim, o compromisso da sociedade inseria-se da própria necessidade de garantir solidariedade em sentido estrito.

Para os defensores da Terceira Via, aceitar essas condições não implicaria defender a proposta neoliberal, porque ainda que o Mercado pudesse atender aos consumidores, a sociedade não poderia ser orientada apenas para este objetivo moral. Admitia-se que sozinho o Mercado não teria nenhum limite, razão pela qual não se poderia pensar deliberadamente em um ambiente de mercado sem controles externos, ou seja, ainda que se pese a energia potencial empresarial, que aqui é muito mais sinérgica que em outro tipo de sistema econômico, o Mercado não seria autorregulável, tendendo a flutuações, a crises cíclicas, a formação de

monopólios. Neste sentido, o Estado, seria a agência externa que reforçaria a competitividade e coordenaria as medidas anticíclicas.

Neste terreno, a maioria das análises da globalização são surpreendentemente enganosas, porque embora o Estado nacional tenha perdido a força que já teve no que respeita a capacidade de administrar livremente a economia nacional, sua capacidade de iniciar parcerias, regulamentar atividades, concluir negócios e até mesmo determinar o nível de impostos e de despesas ainda é significativa. [...] O que mudou foram os riscos e as recompensas de determinadas modalidades de conduta, assim como a forma com que elas são exercidas (Hutton, 1998, p.96).

A Terceira Via afirmava defender a garantia de proteção às minorias culturais contra o poder oligopolizado, ainda que rejeitasse políticas redentoristas, advogava ser uma esquerda inspirada na concepção elaborada por Bobbio (1995), cuja principal característica era a busca pela redução das desigualdades, agregando a isso valores como proteção social e defesa dos indivíduos vulneráveis. Entretanto, esta defesa do social se fazia junto a condenação das grandes burocracias, do clientelismo e do corporativismo, defendendo a descentralização, em favor das administrações locais.

Muitas políticas que podem ser chamadas radicais transcendem a divisão esquerda-direita. Exigem e podem alcançar apoios das mais diversas classes sociais, como se dá no âmbito da educação, da reforma da seguridade social, da economia, da ecologia e do controle do crime. Se a social-democracia não conseguir corresponder a essas expectativas - especialmente no contexto da globalização e da mudança tecnológica - suas vitórias eleitorais serão transitórias. É claro que a tudo isto se sobrepõe uma questão básica: aquelas políticas são compatíveis com a melhoria da situação dos desprivilegiados? Creio que sim [...] (Giddens, 2008, p.44).

Negando-se veementemente a admitir-se como direita, a Terceira Via privilegiava dar respostas às transformações ideológicas as quais a velha social-democracia não mais respondia, e afirmava que se o sucesso não fosse alcançado, muito provavelmente, uma direita mais agressiva e violenta ocuparia o vácuo político. O instrumento pelo qual se fechariam as portas para este retrocesso seria não somente uma mudança de posição ideológica, mas a própria reforma do Estado, para os pensadores da nova social-democracia, este processo se justificava diante das mudanças econômicas, sinalizadas pelas novas tecnologias. A Revolução Tecnológica, ao contrário do que os neoliberais diziam, fazia ser necessário mais governo e não Estado-mínimo, as intervenções econômicas e as políticas públicas deveriam diferenciar-se

daquelas do passado, e prezar pela necessidade simples de regulamentar o que precisa de regulamentação e de desregulamentar o que poderia ser importante para que restrições não cancelassem ou impedissem inovações, criações de empregos ou, ainda, outros objetivos econômicos estruturais (Hutton, 1998).

Assim, para a nova social-democracia, o governo não deveria existir para constranger mercados e a evolução tecnológica, pelo contrário, teria o papel decisivo de ser um investidor para alcançar seus objetivos sociais. Com esse propósito, não devia medir esforços para mobilizar recursos da sociedade civil, promovendo todas as condições relevantes para que este processo garantisse igualdade social. Em busca de erradicar a desigualdade, a Terceira Via deveria recusar a defesa de uma igualdade utópica, em que a competição capitalista, entre pessoas e líderes fosse eliminada, a concorrência em si é fonte natural de desigualdades, o Estado precisa agir, mas sem preconizar uma intervenção de forma tirânica na vida social.

A igualdade para a Terceira Via era “igualdade de oportunidades”, mas não se recusava a proporcionar a redistribuição de renda, reconhecia que a necessidade da reforma do Welfare deveria pautar novas formas de sustentar prerrogativas, adotando medidas que não gerassem dependências inamovíveis, e sem que isto implicasse em custos sociais excessivos, os investimentos sociais não poderiam deixar de pensar nas consequências para a economia na totalidade (Giddens, 2000).

1.2. Diferentes visões sobre o estado de bem-estar social

Ainda procurando explorar as possibilidades de exportação das ideias social-democratas pelo mundo, convém questionar-se sobre sua possível recepção na América Latina e no Brasil. Embora o caminho para a sociedade de bem-estar e a social-democracia na América Latina não seja tão claro quanto na Europa, é importante examinar quais dessas variáveis propostas, e quais formas idealizadas no centro desenvolvido, acabaram sendo recepcionadas ou não na periferia. Tal exercício não pode ser efetuado sem antes apresentar as relações estabelecidas entre os modelos de “*welfares*” e a trajetória dos direitos sociais, com suas diferentes formas de implementação ao redor do planeta.

Estado de bem-estar social, *welfare state* e Estado-providência são termos que muitas vezes são utilizados como sinônimos pela literatura. Como um primeiro exercício, em busca de compreendê-los melhor, pode ser interessante buscarmos as origens desses termos, e uma vez

que eles surgem em contextos e com funções diferentes, podemos afirmar que também são arranjos históricos. Em 1845, Benjamin Disraeli – político do Partido Conservador britânico e duas vezes eleito premiê do Reino Unido – escreveu “*Sybil: or the two nations*”, neste livro ele afirma “o poder tem apenas um dever, assegurar o bem-estar do povo” (Disraeli, 1971, p. 529). Naquele exato momento Disraeli escrevia para seus pares do partido, estes discordavam de como os *Whigs* - partido rival no parlamento - agiam contra as condições de pobreza em uma Inglaterra em plena Segunda Revolução Industrial, os mesmos, buscavam angariar apoio entre as classes mais abastadas para ajudar os menos afortunados, reconhecendo a dignidade do trabalho (Alexander, 2017). Durante a Segunda Guerra Mundial, o arcebispo anglicano William Temple, publicou “*Christianity and the Social Order*” (1942) e popularizou, na Inglaterra, o termo “*welfare state*” referenciando o termo a partir da citação da obra de Benjamin Disraeli (Megginson, Netter, 2001).

Dos três termos apontados no início do parágrafo anterior, se pensarmos em suas características contemporâneas, o mais antigo é o francês Estado-providência (*Etat-providence*) que teria sua origem durante o Segundo Império, período político que vigorou na França entre 1852 e 1870, quando republicanos franceses, que criticavam o aspecto individualista de leis como a “*Le Chapelier*” - que proibia grupos profissionais ou de trabalhadores, e pregava um “Estado social” mais preocupado com os interesses gerais de cada cidadão. A expressão teria sido utilizada pela primeira vez por Émile Olivier, em 1864, no desejo de ironizar e desvalorizar a capacidade do Estado de criar um sistema de solidariedade nacional mais eficaz que as estruturas de solidariedade tradicionais⁴³. Para Alain Supiot (1991), o termo Estado-providência originou-se a partir do pensamento católico e estaria vinculado a doutrina social da Igreja, formulada pelo papa Leão XIII na encíclica “*Rerum Novarum*”, publicada em 1881, a qual pode-se observar a ideia de legitimação explícita da supervisão pública na esfera econômica. Como observou Legendre (1998, p.92) “a tradução francesa desta encíclica já não constava a palavra Providência!”, o que para o autor, é um sinal claro de censura promovida pelo governo francês.

Estado de bem-estar social é um termo utilizado pela primeira vez na Alemanha (*Sozialstaat*). Seu primeiro uso deu-se, em 1894, no livro *Studies in Social Jurisprudence* de Julius Ofner, porém desde a década anterior a ideia de Estado social já era presente como forma

⁴³ O relatório feito por Émile Olivier, em nome da comissão encarregada de examinar o projeto de lei relativo às coalizões, foi citado por Rosanvallon (1997, p.141).

de descrição das políticas regulatórias voltadas para a manutenção da paz social, introduzidas por Otton von Bismarck como alternativa para arrefecer impulsos revolucionários da crescente massa de trabalhadores industriais alemães (Ayab, 2010). Neste sentido, as políticas sociais eram empregadas para garantir que a imensa massa de antigos camponeses, levada às cidades pelo êxodo rural, não atingisse um nível de pauperização que os forçasse a retornar para o campo ou se envolvesse em movimentos sociais de contestação ao regime. Constava-se de um tipo de seguro social, no qual as prestações eram as contrapartidas dos seguros que protegiam contra risco de doença, velhice, acidentes de trabalho, chamados pelos socialistas acadêmicos de “*Wohlfahrtsstaat*”, ou seja, um sistema de anuência política com certa ênfase em questões sociais (Rosanvallon, 1997).

Os Estados Unidos foram os responsáveis por cunhar o arranjo de “*welfare state*” mais conhecido, apesar de ser muito limitado em seu ponto de partida na década de 1930. A justificativa teórica mais antiga e mais abrangente foi cunhada pelo estadunidense Lester Frank Ward.

A acusação de paternalismo é feita principalmente pela classe que goza da maior parcela de proteção governamental. Aqueles que a denunciam são os que a invocam com mais frequência e sucesso. Nada é mais óbvio hoje do que a única incapacidade do capital e da iniciativa privada, é cuidar de si mesmos sem a ajuda do Estado; quando eles estão denunciando incessantemente o paternalismo, estão, na verdade, criticando a reivindicação do trabalhador e do artesão indefeso a uma parte dessa proteção estatal pródiga, eles estão o tempo todo sitiando as legislaturas para obter alívio de sua própria incompetência, e apelando para a lei da pobreza por meio de um corpo treinado de advogados e lobistas. (Ward, 1959 [1895]).

Ward enxergava que os fenômenos sociais eram passíveis de controle humano, sendo um sociólogo de seu tempo, entendia a sociedade moldada por leis sociais análogas às leis físicas e por isso pretendia dar um conteúdo prático aos seus argumentos teóricos. Defendia um sistema de educação universal e abrangente que desse sustentação para governos democráticos equilibrados. Esse teor progressista acabou por influenciar profundamente gerações mais jovens de pensadores como Thomas Dewey e Francis Perkins, ou ainda, políticos como Theodore Roosevelt. Entre os países industrializados, os Estados Unidos foram o único a enfrentar a Grande Depressão da década de 1930 sem políticas de seguro social em vigor, somente em 1935 o governo Franklin D. Roosevelt instituiu importantes apólices de seguro social, essa legislação se completou em 1938 quando o Congresso estadunidense aprovou o “*Fair Labor*

Standards Act”, limitando a semana em 40 horas de trabalho e proibindo trabalho infantil a menores de 16 anos (Trattner, 1999).

Como podemos perceber, as políticas de bem-estar social não surgiram atreladas aos ideais social-democráticos, elas são muito anteriores à própria existência da social-democracia. Os três relatos etimológicos apresentados, comprovam as palavras de Bobbio (2004) em seu livro “*Era dos Direitos*”. Neste livro, ele destaca que a busca por essas ideias se tornou mais comum a partir do surgimento das doutrinas jusnaturalistas e as consequentes declarações de direitos humanos, as quais, culminaram na construção de constituições liberais.

Desde então, três gerações sucessivas de direitos fundamentais, tentaram reestruturar e restabelecer as conexões do poder entre sociedade e Estado, garantindo que as relações entre governantes e governados fossem mediadas por ações legítimas e legais, que consolidaram a ideia de que políticas públicas de inclusão e seguridade de direitos sociais podiam afetar positivamente a expansão do bem-estar.

Para Marshall (1965), essas gerações de direitos teriam sua concretização ao longo de três momentos históricos distintos, cada uma identificada com um dos valores do tríptico da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A primeira dimensão era composta tanto por direitos civis quanto políticos; os direitos de segunda geração ligavam-se aos direitos sociais, e os de terceira, aos direitos difusos. Estes últimos são os direitos que tornam reais liberdades individuais, como o direito de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de fé, de propriedade, entre outras. Eles, são o marco civil da cidadania, que os tribunais têm por objetivo garantir, criar uma visão jurídica acrescentando diferentes facetas aos direitos das gerações anteriores e alterando o caráter de liberdade e igualdade.

A partir do último quartel do século XX foi enorme a ampliação dos direitos, estendendo-se para muito além de seus possuidores iniciais. Destacando um exemplo, podemos citar como a ideia de liberdade foi significativamente se especializando, em novos tipos de liberdades concretas e únicas (religião, associação, imprensa, opinião, de consciência).⁴⁴ Os indivíduos também passaram por semelhante processo, o cidadão foi imerso no direito de participar das decisões de poder, e encontrou nos mais diversos conselhos de governo,

⁴⁴ A expansão de direitos amplia-se ao ponto de podermos afirmar que hoje já é possível pensar em direitos de gênero, de fases da vida e mesmo de estados normais ou excepcionais da existência humana. Homens e mulheres tiveram suas diferenças específicas reconhecidas, crianças e idosos tiveram seus direitos assegurados e doenças ou limitações físicas/mentais também foram agrupadas sob a proteção dos direitos civis. Ver: Bobbio (2004).

parlamentos e câmaras representativas, o amparo legal para escolher soberanamente os caminhos de sua coletividade.

[...] as políticas públicas devem garantir um mínimo de serviços essenciais viabilizadores do *status* real da cidadania para os indivíduos poderem usufruir da herança social e econômica do país. O Estado deveria, pois, atuar na regulação da ordem social e garantir o mínimo para os indivíduos se inserirem na competição e nas oportunidades econômicas. Ao fazê-lo, intervém para reconhecer e estender direitos sociais (Marshall, 1965, p.126).

A soma das três ondas dos direitos – civis, políticos e sociais – configuraram um quadro em que as sociedades puderam assegurar o direito de bem-estar social, econômico e de segurança. Ao redor de um regulacionismo, articularam-se as dimensões e as demandas da sociedade civil, do Mercado e do Estado, mantendo-se a dinâmica do capitalismo, mas permitindo-se atenuar suas tensões e conflitos mediante estratégias políticas (Cepêda, 1999). Ainda que o Mercado construa desigualdades severas, os Estados nacionais ganharam poderes de intervenção nos jogos de forças do livre-mercado por políticas sociais cuja meta é suavizar as desigualdades, garantindo uma sociedade mais distributiva e com mais justiça social (Marshall, 1967).⁴⁵ Não sem razão, o bem-estar social tornou-se um conceito fundamental na discussão política e econômica, requisitado como variável por muitos arranjos políticos, incluindo-se os social-democratas.

Uma explicação para isso é que do pós-guerra até a década de 1980, o mundo viu prosperar, principalmente nos países desenvolvidos, uma perene e progressiva onda de expansão das políticas de bem-estar social, calcada em uma profícua e particular aliança entre políticas econômicas e sociais. A social-democracia pareceu extrair, durante este período, o melhor de um certo consenso sobre um ciclo virtuoso entre as políticas econômicas keynesianas e o Estado de bem-estar, uma vez que a primeira estimulava o crescimento econômico e o segundo diminuía as tensões sociais.

Para além desse arranjo entranhado nos governos social-democratas do pós-guerra, Esping-Andersen apresenta outras duas tipologias do modelo, estabelecendo como variável de comparação a relação entre as classes e as políticas sociais numa determinada aliança. O autor

⁴⁵ Para Mészáros (2002), o capitalismo foi gerenciado por reformas que garantiam o bem-estar dos trabalhadores e delimitavam as fronteiras econômicas. O keynesianismo ofereceu todos os subsídios para o equilíbrio dos recursos disponíveis em prol das demandas sociais, uma reforma que não alterava a essência do capitalista apenas o acomodava em uma linha de menor resistência.

não se limita em descrever as estruturas estatais e a administração de políticas sociais, mas também em entender como em uma dada sociedade, a luta de classe corresponde a essa institucionalização. Ele afirma que a introdução dos direitos sociais e das políticas públicas resulta numa suavização da condição mercadológica das relações sociais, chamada por ele de “desmercadorização”; nesta situação a prestação de serviços públicos é vista como uma questão de direitos, “que permite a uma pessoa poder se manter sem depender do mercado” (Esping-Andersen, 1991, p.102). Partindo do princípio marxista de que no capitalismo a força de trabalho foi transformada em uma mercadoria, o autor identifica nas medidas sociais formas eficientes de redistribuição do poder, o que também leva a uma desmercadorização da força de trabalho, e, por conseguinte, uma maior liberdade às imposições do mercado de trabalho.

Esping-Andersen (1991) salienta que, ao se tratar de qualquer especificidade teórica sobre o Estado de Bem-estar social, em primeiro lugar, precisamos nos ater a três princípios: Estado, família e mercado, ou seja, para uma real articulação do conceito, precisamos compreender a relação entre atividades estatais, família e mercado no que concerne as providências sociais.⁴⁶ No que se refere ao o mercado, este fica definido como um ambiente de satisfação social privado, sobre o qual os indivíduos são submetidos, a desigualdade social surge a partir do momento em que há uma concentração de riquezas tão grande que se abre um fosso entre os que tem, ou não, acesso a este ambiente de satisfação social. Essa desigualdade leva os marginalizados a uma dependência da venda de sua força de trabalho, para que suas necessidades básicas sejam garantidas. O Estado de bem-estar social surge justamente para reintegrar essas pessoas, ou particularmente, para reinseri-las no mercado, criando condições para que elas possam manter-se empregadas.

Deste modo, para uma análise e reflexão sociológica comparativa, Esping-Andersen cria três tipos ideais de Estado de bem-estar social: conservador⁴⁷, liberal e social-democrata. Ao descrever cada um dos tipos assinalados, ele busca evidenciar o caráter emancipatório e universalista das políticas sociais de cada um desses modelos, de modo que a participação dos trabalhadores em partidos ou sindicatos somados à força de suas coalizões e o atendimento de

⁴⁶ As análises conceituais sobre o Estado de bem-estar social em Esping-Andersen passam por uma revisão dos seus conceitos de mercadorização e desmercadorização. Completando a discussão realizada anteriormente, por mercadorização se entende a universalização hegemônica dos mercados de tal forma a transformar o bem-estar dos indivíduos em correntes relações monetárias. Ver: Esping-Andersen (1991, p. 102).

⁴⁷ Dependendo a tradução o modelo conservador pode ser chamado de corporativista.

suas reivindicações sociais configuram-se como elementos determinantes para a caracterização dos modelos de seus arquétipos de Estados de bem-estar.

No quadro 1, podemos observar os três tipos de Estado de bem-estar social propostos por Esping-Andersen, nele estão contidos os indicadores: características, formação histórica e países que adotaram cada tipo.

Quadro 1: Modelos de Estado de Bem-estar social a partir de Esping-Andersen

Tipos	Características	Formação Histórica	Países
Conservador	Intervencionismo, Corporativismo, Assistencialismo, Anticapitalismo, Status determina o acesso ao direito	Intervenção da Igreja Católica nas reformas sociais, Lugares em que o absolutismo enfraqueceu a burguesia	Alemanha, Áustria, França, Japão, Bélgica, Itália.
Liberal	Estratificação social, Alta mercadorização da força do trabalho, Privatismo, Setorização das políticas sociais, Assistencialismo aos mais pobres, Meritocracia, Autoproteção	Forte impulso burguês na formação do Estado, Movimento operário fragmentado	EUA, Austrália, Canadá, Suíça, Inglaterra
Social-Democrata	Universalismo, Desmercadorização, Igualdade de alto padrão, Democracia aberta	Os movimentos operários conseguiram alcançar o poder por mais tempo, Alianças com a pequena burguesia e proprietários rurais	Noruega Finlândia Suécia Dinamarca

Fonte: Quadro elaborada pelo autor a partir da análise de Esping-Andersen (1991)

Na primeira linha, apresenta-se o modelo conservador, adotado por países como a Alemanha⁴⁸, Áustria, França, Japão, Bélgica e Itália, ele tem como características o intervencionismo do Estado contra as instabilidades causadas pelo capitalismo, como forma de precaução da radicalização socialista, e o corporativismo protagonizado por setores

⁴⁸ Ver: Esping-Andersen (1991, p. 108-109): A Escola alemã, tendo como destaque a figura de List, foi a grande defensora da corrente conservadora, por esta visão o Estado absolutista garantiria o capitalismo sem a luta de classes, através da intervenção em prol da disciplina econômica e das relações produtivas – neste modelo o Estado de bem-estar social seria o fiador da ordem e da legitimidade do sistema.

ocupacionais. Sua formação, foi marcada pelo papel preponderante da Igreja Católica na obtenção de reformas sociais, essencialmente de caráter assistencialista, e pelo enfraquecimento das revoluções burguesas diante das investidas do absolutismo, evidenciando-se seu caráter intervencionista e anticapitalista. Nos países em que este modelo foi preponderante, a obsessão liberal pela mercadorização e eficiência de mercado não foi prioritária, a ponto da concessão de direitos sociais não se tornar um empecilho, entretanto, foram acentuadas as diferenças de status e direitos, sendo que o segundo é determinado pelo primeiro.

Na segunda linha, podemos observar a visão liberal de Estado de bem-estar social adotada principalmente em países de raízes anglo-saxãs, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Inglaterra e Suíça, É um modelo que deixa impresso a estratificação social, uma vez que as políticas sociais funcionam como agentes de pressão do mercado, de segregação e estigmatização social. São suas características a alta mercadorização da força do trabalho, sendo que aqui os benefícios são proporcionais às contribuições realizadas, o privatismo, a não intervenção do Estado permite que o atendimento social seja oferecido pela iniciativa privada, as políticas estatais são apenas setORIZADAS, predominantemente assistencialistas e direcionadas aos mais pobres, com reduzidas transferências universais ou modestos planos de seguridade social, deixando a livre-concorrência assumir a oferta dos serviços. Neste sentido, carências são explicadas pela falta de mérito pessoal, diminuindo a presença e o tamanho do Estado; a proteção é garantida pelo próprio indivíduo, uma autoproteção, que se baseia na capacidade de cada um estabelecer os seus próprios seguros. Historicamente, este modelo se alicerçou em países cuja tradição liberal esteve na construção dos alicerces do Estado, ali, os movimentos operários sempre foram fracos e fragmentados, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho⁴⁹.

Finalmente, na terceira linha temos o modelo social-democrata, para sua elaboração, Esping Andersen, se inspira em países do norte da Europa e na região da Escandinávia, como, por exemplo: Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega. Aqui há o desenvolvimento de políticas voltadas para a emancipação dos trabalhadores, introdução de direitos sociais, e no que lhe concerne, implica em um afrouxamento do status de pura mercadoria do trabalho, desmercadorização dos cidadãos. A execução de políticas sociais, neste último caso, facilitaria

⁴⁹ Países que adotam o modelo liberal de Estado de bem-estar social enxergam um antagonismo entre o desenvolvimento e a redistribuição. Para uma crítica a este pensamento sugerimos a leitura de Kerstenetzky (2011).

a universalização dos serviços. Sendo assim, os social-democratas buscam promover igualdade de alto padrão, e não a igualdade de atendimento às necessidades mínimas.

Ao alcançar o poder, a social-democracia propôs a independência econômica em relação ao capital privado, por uma aliança de classes entre os operários, os pequenos burgueses e os proprietários rurais, por ela possibilitar a manutenção das conquistas a partir das alternativas abertas pela democracia parlamentar.

Pode-se concluir após este breve levantamento sobre as diferentes visões do Estado de bem-estar social que, de fato, ele não está ligado umbilicalmente à social-democracia, as ideias de bem-estar social já estavam sendo gestada desde o século XVII. As ondas sucessivas de direitos conseguiram mobilizar diversas forças sociais desde então, servindo para que, principalmente na parte ocidental do continente europeu e nos Estados Unidos, surgissem diferentes arranjos de políticas de bem-estar social. Ao longo de boa parte do século XX a parceria entre bem-estar e social-democracia aconteceu em inúmeros governos que ao tentar implantar suas políticas públicas de socialização dos meios de produção, buscaram fornecer à sociedade uma estrutura desmercadorizada baseada em princípios ideológicos e políticos keynesianos.

1.3. Por um conceito próprio de Social-Democracia

Como recurso comparativo é muito tentador estabelecer um modelo universal para o fenômeno político chamado social-democracia, não nos prestaremos a esta tarefa ingrata, senão inalcançável. Entretanto, diante da necessidade que este trabalho impõe, é inevitável que tenhamos que refletir sobre quais elementos historicamente construídos e ligados à social-democracia podem ser utilizados como um gabarito para as análises que precisaremos fazer mais adiante.

Nicola Matteucci (1992), ao escrever o verbete sobre a social-democracia no Dicionário de Política organizado por Bobbio, afirma ser este o termo utilizado para referir-se aos movimentos socialistas que pretendem atuar rigorosa e exclusivamente no âmbito das instituições liberais-democráticas, permitindo-se aceitar a função positiva do mercado e da propriedade privada. Desta forma aceitam as instituições liberais democráticas e toleram o capitalismo por crerem que no presente não existe maturidade para a abolição radical do sistema capitalista.

Não há dúvidas de que este conceito apresenta um elemento importante para nosso intuito: de fato a social-democracia aceita a visão política do liberalismo abraçando o republicanismo e a democracia como instituições e valores inalienáveis do cidadão. Quanto a ser uma ideia ligada a movimentos socialistas, tornou-se muito claro que com o passar do século XX, a social-democracia desligou-se definitivamente de suas raízes socialistas, esse movimento iniciou-se mais intensamente na década de 1930 e consolidou-se em 1959 através do programa de *Bad-Godesberg*, do SPD alemão. Desde então, a atuação exclusiva nas balizas institucionais da democracia liberal, tornou-se seu libelo partidário e sua defesa mais fleumática, já que a aceitação da função positiva do mercado e da propriedade privada apresentou variação durante o processo de consolidação de seu portfólio intelectual. Foi mais reticente ao longo dos anos dourados (1945-1970) e tornou-se mais evidente e mais intenso a partir da década de 1990 com o surgimento da variante Terceira Via. A tolerância ao capitalismo evoluiu para uma aceitação vênica, até porque a ideia de reformismo do sistema deu lugar a uma operacionalização econômica que busca mais diluir os efeitos deletérios da desigualdade, que transformar de fato o Capital por dentro. A abolição radical do sistema não faz parte dos planos sociais-democratas na atualidade.

Em que pese o abandono de suas mais radicais características genéticas, a social-democracia manteve alguns elementos de suas raízes socialistas, como, por exemplo, a busca por direitos trabalhistas e sociais, o que hoje, diante da pressão neoliberal e ultradireitistas, resultantes de um inevitável processo de transnacionalização do capitalismo, é seu maior desafio. As tentações aos partidos social-democratas, quando no poder, parecem revelar que estes muitas vezes não conseguem sustentar essa defesa diante dos cenários econômicos de crise e depressões econômicas. A ampla defesa das ideias democráticas como garantia da igualdade social e das liberdades individuais, atravessa fundamentalmente a discussão sobre como essa igualdade pode ser empregada, ou seja, deve-se defender uma igualdade plena e equitativa ou uma simples igualdade de oportunidades? Em que medida a garantia de igualdade plena e equitativa não se torna um obstáculo e um limite às liberdades individuais parecem-nos ser mais um grande problema a ser equacionado pelos sociais-democratas.

Em sua busca por reformas políticas, ao longo do século XX, os partidos social-democratas conseguiram, em muitos países capitalistas, alcançar sucesso na realização de reformas substanciais, e tornaram-se a mais bem-sucedida forma de organização partidária da classe operária, por conseguir chegar ao controle do Estado em diversos países, evidenciando-

se os casos alemães e escandinavos. Ao conseguir este sucesso, as experiências social-democráticas pautaram a tentativa de construção de um Estado preocupado com políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Neste caso, foram os partidos social-democratas os grandes responsáveis, principalmente durante a Era de Ouro, a pôr em prática uma regulação econômica de inspiração keynesiana e garantir, através do equilíbrio econômico, uma melhor distribuição das riquezas produzidas como fruto do trabalho.

O nosso estudo até aqui, apresentou-se como um grande esforço em demonstrar que a social-democracia é um arranjo político situacional e epocal. E ainda que, como todo outro, seja polissêmico e relacional, assumimos que nosso quadro teórico reuniu algumas características mínimas a partir de uma trajetória. Parece claro, pelo menos ao tentarmos compreender de forma diacrônica a social-democracia, que não podemos desassociar as seguintes características colecionadas: a) ter como meta a busca por direitos trabalhistas e sociais; b) partilhar das ideias democráticas para alcançar a igualdade social e as liberdades individuais; c) ser o Estado o ator fundamental do equilíbrio econômico e o promotor do bem-estar social.

Entretanto, quando olhamos para a social-democracia em seus momentos sincrônicos, essas características podem estar mais evidentes ou não, mais acentuadas ou mais diluídas, mais centrais ou mais periféricas. Exportada para além da Europa, a social-democracia parece não ter logrado grande êxito fora do mundo desenvolvido, isso porque sua adaptação e recepção nas áreas de capitalismo periférico e tardio, quando não inexistente, foi episódica e fragmentada, tendo apenas alguns de seus aspectos sendo adotados. Essas áreas, sempre estiveram à mercê das dificuldades econômicas, da efervescência revolucionária e das sucessivas experiências ditatoriais.

Finalmente, o tamanho do Estado e a modulação deste como financiador do bem-estar social, emula historicamente as grandes discussões entre os sociais-democratas e os liberais. Estes últimos, enfraquecidos durante a Era Dourada e, aparentemente, derrotados em suas sustentações ortodoxas ou neoclássicas, ressurgiram com uma força quase ilimitada no final do século XX sob o manto do neoliberalismo. Isso teve como consequência um realinhamento intelectual da social-democracia, levando à necessidade de discussão e reformulação da sua concepção de Estado, ou ainda, de suas funções nos dias contemporâneos.

CAPÍTULO 2: O CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO: A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE BEM-ESTAR.

O capítulo dois de nosso trabalho se organiza em duas sessões. Esforçando-se em estabelecer uma ponte para a análise comparativa do Brasil, a partir da definição a que chegamos no capítulo anterior, necessitaremos retomar alguns antecedentes importantes. No que tange a pressupostos iniciais para uma social-democracia brasileira, nem o capitalismo ou o histórico de debates das vertentes marxistas brasileiras do século XX podem ser comparados com seus congêneres europeus em perspectiva comparada.

É fundamental ter-se em mente que o capitalismo herdado pelo Brasil no século XX é geralmente apontado como uma extensão do vivenciado pelo país no século XIX, ou seja, um modelo de inserção econômica moldado pela sua posição na divisão internacional do trabalho como produtor de matéria prima e consumidor de produtos manufaturados. Este padrão se manterá praticamente inalterado até os estertores da crise capitalista de 1929, momento que sob uma inflexão ou ruptura iniciamos um processo de industrialização retardatário sob os auspícios do intervencionismo estatal (Furtado, 1972 [1959])⁵⁰.

No que tange a discussão sobre as vertentes marxistas, como elas chegaram aqui e influenciaram a conformação das relações sociais, trabalhistas e a forma de aquisição de direitos sociais, civis e políticos, queremos fugir de um cerco consenso sobre a questão da democracia. Evitando entender o operário sob o pseudônimo comum de “povo” – o que na prática colabora para isentar conteúdos de classes na ótica das propostas políticas – não nos furtamos a entender que as propostas políticas que ao longo do século XX foram realizadas, nunca deixaram de lado a necessidade de uma nova organização da vida estatal. A democracia em seus pressupostos liberais exigiu fundamentalmente novas relações entre público e privado e por esta caminho uma específica regulamentação do Estado e da sociedade civil.

A projeção da classe operária e a institucionalização de suas práticas políticas, permeou profundamente a questão democrática, levando-a de “questão de polícia”, na Primeira República, a “questão de política”, a partir dos anos de 1930. Sendo assim, diferente da Europa, os partidos operários ou de trabalhadores sempre encontraram limites na própria institucionalização política da burocracia estatal brasileira, e apesar de nunca deixarem de

⁵⁰ Para entender de maneira mais profunda o tipo de capitalismo que detínhamos desde o século XIX recomendamos a leitura da obra de Celso Furtado – A Formação Econômica do Brasil – particularmente a quarta e quinta partes. Ver: Furtado (1972 [1959]).

reivindicar direitos sociais e políticos, estas sempre encontraram limites nas práticas políticas, demandando uma particular articulação dentro do jogo político, que por sinal, nunca demorou em oferecer outras direções, quando estes demonstraram ter certa mobilização de classe (Decca, 1981).

Desta forma, pensar no desenvolvimento de uma social-democracia, tal como se deu na Europa, é inviável em terras brasileiras porque até o final do século XX, aqui no Brasil, a social-democracia não encontrou um contexto possível para sua existência. Ainda que as políticas de bem-estar tenham sido lentamente desenvolvidas, a história de sua implantação - como veremos mais adiante - é de percalços, fragmentação e regulação.

Outra dissonância brasileira em relação à Europa está na forma como os direitos foram sendo estendidos aos brasileiros. Marshall (1967) sugeriu que a cidadania se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis (século XVIII), depois os direitos políticos (século XIX) e finalmente os direitos sociais (século XX), não como uma sequência cronológica, mas sim lógica. Foi com base nos direitos e nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar e participar do governo de seu país. Esta participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, responsável pela introdução dos direitos sociais, começando pela educação como pré-requisito para a expansão de outros direitos.

O Brasil é um exemplo de que nem todos os países passam pelo mesmo caminho definido por Marshall. Nas sessões seguintes deste capítulo procuraremos demonstrar que esse caminho estipulado pelo pensador inglês foi muito tortuoso no Brasil, além disso, partindo da caracterização balizadora, exposta anteriormente, e tomando como argumento a evolução histórica da cidadania e das políticas públicas de bem-estar social no Brasil, assumiremos doravante que ao longo do século XX, até a década de 1990, nosso país parece não ter reunido as condições mínimas para o desenvolvimento de um arcabouço social-democrático, e nem mesmo a existência de um partido social-democrático, engajado e programático.⁵¹

⁵¹ Importante reforçarmos que a afirmação que fazemos aqui, parte de nosso conceito balizador exposto anteriormente. Ao assumir isto não queremos dizer que outras formas de ideias e políticas de bem-estar não tenham sido mobilizadas anteriormente a década de 1990, mas ainda que estas de alguma forma tenham alguma afeição as matrizes do pensamento social-democrata, entendemos que as três características apresentadas como gabarito de nossa análise, nunca se fizeram presente em sua totalidade ao longo deste recorte. Salientamos, ainda, que muitas das políticas que possam ser apontadas de bem-estar, apresentaram um forte caráter conservador ou foram empreendidas sob o viés do trabalhismo – arcabouço teórico que já afirmamos não se aplica as análises realizadas neste estudo.

Mediante estes antecedentes optamos por tentar entender, na história brasileira, o desenvolvimento dos direitos trabalhistas e sociais e o papel do Estado como regulador do equilíbrio econômico e da promoção de políticas de bem-estar social. Esta será a meta da primeira sessão deste capítulo. Alinhado a isso, buscaremos também refletir a situação de periferia e de subdesenvolvimento enfrentada pelo Brasil ao longo do século XX, buscando balizar os impedimentos para o desenvolvimento pleno de políticas públicas de bem-estar social universalizantes ou desmercadorizantes.⁵²

A segunda sessão, trata da configuração histórica dos partidos políticos brasileiros durante a redemocratização pós-1964, principalmente no momento da realização da Constituinte de 1988, momento em que o PSDB foi fundado. Exploraremos nesta sessão, não apenas o espectro político, mas também os seus matizes que permitem com melhor nitidez identificar o posicionamento dos atores envolvidos nos momentos decisivos do período e que influenciaram na criação do partido que se propunha adaptar a social-democracia ao Brasil.

2.1. Situação periférica e subdesenvolvimento: impedimentos a social-democracia no Brasil

No Brasil, a trajetória das políticas de bem-estar social é relativamente recente, uma vez que se desenvolveram ao longo do século XX. Se compararmos com os modelos europeus perceberemos grande fragilidade, isto porque existe uma clara divergência entre a evolução política europeia e a brasileira.⁵³ Revezes na estruturação de políticas de bem-estar social mais amplas e consolidadas podem ser explicadas pelos seguintes fatores: a) democracia frágil, dificultando o desenvolvimento de um sistema político sensível à pressão popular e as propostas reformistas de cunho social; b) reformismo estatal, que impôs uma visão assistencialista e preventiva tomando-lhes várias bandeiras dos trabalhadores;⁵⁴ c) baixa produtividade do capitalismo brasileiro, pelo menos até meados dos anos 1950, o que limitava a implementação de políticas sociais que representassem um ganho político para as massas, já que o empresário

⁵² A análise da social-democracia peessedebista será esmiuçada no capítulo 4 deste trabalho, neste momento partimos apenas de pressuposto declarado pela sigla: Partido da Social Democracia Brasileira.

⁵³ Para um aprofundamento sobre os descaminhos da social-democracia no Brasil sugerimos a leitura de Miranda (2022).

⁵⁴ A ação política do trabalhador brasileiro foi de certa forma orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Essa cultura é chamada por José Murilo de Carvalho de "estadania", em contraste com a cidadania, ver Carvalho (2002).

brasileiro sempre apresentou forte resistência a qualquer risco de diminuição de sua lucratividade (Cabreira, 1995).

Observa-se que as políticas de bem-estar social brasileiras, são menos uma conquista da população - principalmente pós-1930 - e mais uma característica estrutural do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema, muitas vezes um resultado de certa articulação entre Estado e Mercado, que se expressa ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro.

O Brasil constitui-se de um espaço ideal para análise de como instituições do moderno sistema de proteção social foram recepcionadas em países de capitalismo tardio. Salário e políticas de bem-estar social compõem mecanismos eficientes de compensação e justiça social, enquanto garantidores de seguridade social, educação e outros serviços podem levar a incorporação das massas rurais ao ambiente urbano (Draibe, Riesco, 2011). Sendo tardio, por aqui este processo não se assemelhou ao ocorrido em outras partes do mundo desenvolvido.⁵⁵

Para Sônia Draibe e Manuel Riesco (2011), não apenas o Brasil, mas vários países no espaço latino-americano contaram com um arcabouço diferenciado de políticas de bem-estar social chamado “Estado Desenvolvimentista”:

[...] a região logrou construir uma das mais típicas e notáveis estruturas de proteção social, o *Estado Desenvolvimentista*, destacado pelo inédito ativismo com que presidiu as primeiras e decisivas etapas da transição à modernidade, em seus países (Draibe; Riesco, 2011, p. 234).

Por trás do Estado Desenvolvimentista está a ideia de “desenvolvimentismo”, um conceito radical e complexo, resultante da combinação de dois elementos: o reconhecimento da situação de subdesenvolvimento e a proposta consciente e deliberada de sua superação – via estratégias racionais e ações de ordem econômica (Draibe, 1985; Bielschowsky, 1985; Bresser-Pereira, 1970, 2016; Cepêda, 1998; 2001; 2012). Uma vez ligado ao surgimento e laboração da situação particular do tema da periferia do capitalismo, ele é também, um projeto de transformação social profunda, operado politicamente de maneira orientada e racional pelo Estado, vinculando economia e avanço social (Cepêda, 2012). O desenvolvimentismo centrava suas metas na superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento, enraizados na

⁵⁵ Sob situação de dependência o capitalismo na periferia não promoveu o desenvolvimento. No Brasil o desenvolvimento foi buscado por meio da reversão ou superação dos condicionantes da dependência, o desenvolvimentismo surge dentro deste contexto como uma estratégia para superação do subdesenvolvimento. Para uma crítica desta estratégia ler: Marine (2008 [1966]).

vocação agrário-exportadora, pela desigualdade centro-periferia e pela completa inaptidão das economias subdesenvolvidas em atingirem o desenvolvimento sem aprofundar ou terminá-lo (Bielschowsky, 1985; Cepêda, 1998; 2001; Grin, 2013). Se percebido como projeto, é o resultado de uma conjuntura específica, mas nem por isso, esse arranjo teórico e político deixou de produzir mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente.

O desenvolvimentismo chama a atenção pelo protagonismo do Estado nas políticas de desenvolvimento - elemento basilar das instituições modernas e fundamental para a compreensão do processo de industrialização aqui realizado. As especificidades do processo de desenvolvimento brasileiro são apontadas por vários autores, formando uma bibliografia bastante profícua⁵⁶. Nelas, para além de suas condições coloniais, a configuração econômica do Brasil se deu sob um processo estratégico do sistema de produção e circulação internacional do capital, o que o levou ocupar a posição de fornecedor de matérias-primas e de excedentes de capital para sua metrópole através do sistema de *plantation*. A independência não veio acompanhada de uma mudança deste perfil econômico, “a vocação primário-exportadora”, baseada na Teoria das Vantagens Comparativas⁵⁷, continuou sendo o objetivo, estendendo-se da segunda metade do século XIX até a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. A crise de 1929 foi o momento da viragem do modelo econômico brasileiro, que passou de um modelo de desenvolvimento econômico agrário-exportador para outro sustentado pela estratégia de industrialização por substituição de importações - ISI (Bulmer-Thomas, 2008; Mares, Carnes, 2009; Cepêda, Silva, 2016).

Ao Estado brasileiro, além de suas funções clássicas, coube os papéis de: construtor de infraestrutura, produtor de matérias-primas/insumos básicos, coordenador dos grandes blocos de investimento e importante instrumento de centralização financeira. Após 1929, atingido pela crise e debaixo de grandes pressões corporativas, apoiado em uma retórica que ecoava as ideias de Keynes e tomando certos argumentos defendidos pela social-democracia, o Estado brasileiro redefiniu suas funções e reorganizou-se institucionalmente. Ele assumiu as rédeas da industrialização e da regulação social, garantindo níveis de investimentos compatíveis com as

⁵⁶ Sobre a bibliografia apontada indicamos a discussão em: Furtado (1962; 1964; 1967); Prado Junior (2014 [1966]); Draibe (1985); Vianna (1997); Cepêda (2012; 2013).

⁵⁷ A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo, em síntese, para ele, um país deveria produzir de preferência mercadorias cuja produção requer de forma mais intensa aquilo abundante em um determinado lugar, permitindo assim uma utilização ótima de seus fatores produtivos.

exigências de emprego e consumo interno, buscando manter as expectativas estáveis, nas negociações das margens de lucro e na aceleração do desenvolvimento (Fiori, 1995).

Não sem razão, Raul Presbich, fundador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) afirma:

A gestão de todos os meios de produção nas mãos do Estado confere um poder que não pode ser contrastado com aqueles que estão no topo, [...] As linhas de comando iniciam nele e o curso de vida da força de trabalho, ou melhor, de toda a população, sua renda, sua mobilidade social e o discernimento de seus méritos, em última análise, dependem de suas decisões superiores. Nele estão combinados não somente a capacidade e o dinamismo, mas também a lealdade militante do sistema (Presbich, 1981, p.283).

Verifica-se, então, a importância do Estado como regulador da acumulação capitalista a tal ponto que o excedente possa ser direcionado para a expansão e diversificação do consumo nacional, garantindo a formação e ampliação do mercado interno, ou ainda, parcela significativa do investimento.

Como afirma Celso Furtado:

Numa economia de livre-empresa o processo de capitalização tem que correr paralelo com o crescimento do mercado. É sabido que o ajustamento entre esses processos de crescimento se faz aos solavancos através de altas e baixas cíclicas [...] desde o momento em que o mercado deixa de crescer, os empresários, antevendo a redução de lucros, reduzem suas inversões (FURTADO, 1972 [1959], p. 220).

Impregnados por suas marcas de nascença, o Estado brasileiro conduziu seu processo de transição econômica por dois estratégicos caminhos de desenvolvimento: o Desenvolvimentista e o Liberal. Ainda que antagônicos, estes caminhos se integraram em um processo, tendo como cenário as rápidas transformações socioeconômicas do século XX. A partir de 1933⁵⁸, uma jornada tortuosa foi iniciada: o desenvolvimento econômico de uma sociedade historicamente agrário-exportadora. Pelas características inerentes não se poderia

⁵⁸ O ano em específico se baseia nos escritos de Wilson Cano (2017), para ele a inversão do sentido da economia brasileira teve como estopim a política de compra e queima do café a partir de 1933, que inverteu o sentido das políticas de defesa e proteção do café para o âmbito interno, retirando o capital estrangeiro do controle dos estoques e da liquidação do produto, findando os estoques e a pressão no sentido da superprodução de excedentes que forçavam a diminuição dos valores nominais do café no âmbito internacional.

repetir no Brasil o caminho dos países já desenvolvidos, isto porque, aqui havia ausência dos atores protagonistas, líderes dos processos originários, massas operárias e empresariado pioneiro.

Nossas estruturas socioeconômicas foram essencialmente transformadas pelo Estado Desenvolvimentista. Debaixo de seus auspícios, o empresariado e os trabalhadores assalariados dos centros urbanos, ao lado da nascente classe média, se consolidaram e ocuparam um lugar de destaque na nova etapa do desenvolvimento. O trabalhador rural, que abandonou o campo em direção à cidade, tornou-se mais letrado e experimentou uma melhor condição de saúde. Desta forma, no Brasil as políticas sociais cumpriram um papel essencial no processo de transformação do trabalhador rural em mão de obra urbana, sob a liderança desenvolvimentista, com forte viés “industrialista”, os trabalhadores do campo foram incentivados a migrar para as cidades, uma vez que os primeiros a receberem proteção social foram os trabalhadores assalariados das indústrias e dos setores comerciais.

Para Draibe (2007), as políticas de bem-estar implantadas em nosso país, dentro do recorte estudado, se aproximaram do modelo meritocrático ou conservador na classificação de Esping-Andersen. São características que aproximam o caso brasileiro destes tipos ideais: a ideia do homem-provedor - aquele que trabalha; e da mulher cuidadora, a mãe de família - algo que denota o forte “familismo” que imperou desde sua origem. Apesar de sistemas públicos de saúde, em menor escala, e de educação serem estabelecidos, o grau de “desmercadorização” destas políticas não conseguiu impedir a existência de altos graus de exclusão social, principalmente no caso da população rural, e dos pobres das cidades que compunham as massas crescentes de desempregados ou de trabalhadores informais, estes continuaram à margem dos modernos sistemas de proteção social e mesmo dos programas básicos, tanto de educação como de saúde.

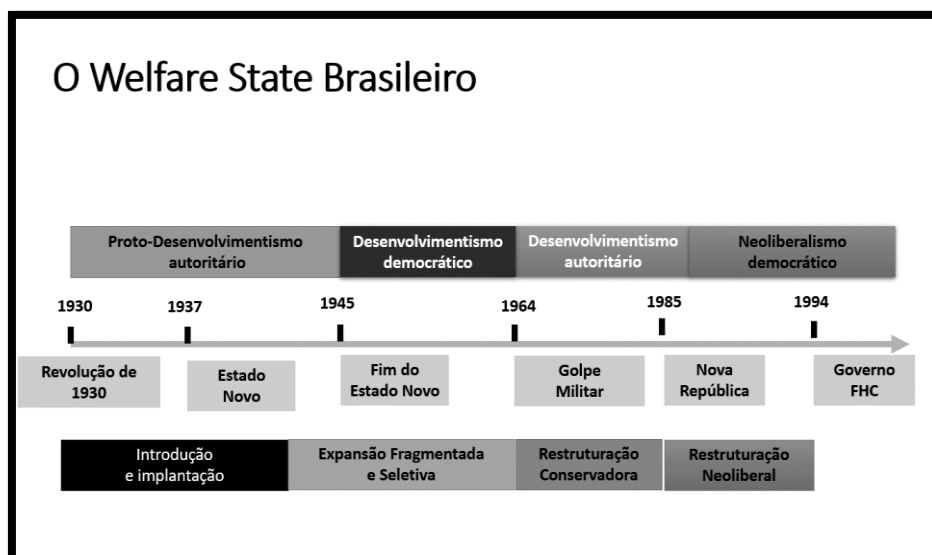
Para se pensar nas políticas de bem-estar social no Brasil, deve-se considerar nossa condição tardo-capitalista⁵⁹ e como seus efeitos agiram na modelagem de nosso sistema de seguridade social, que esteve em diferentes momentos sob o domínio de regimes autoritários, e em outros, sob os auspícios de regimes democráticos. O resultado não poderia ser outro: a

⁵⁹ Entendemos que a análise de João Manoel Cardoso de Melo ao falar sobre a industrialização na América Latina, em sua obra “O Capitalismo Tardio”, se encaixa perfeitamente com o cenário brasileiro. Para ele nossa industrialização é retardatária, e a mesma aconteceu em um momento de capitalismo oligopolista internacional, o que impediu o desenrolar de um modelo clássico de industrialização (manufatura/indústria/grande indústria). Exatamente por isso nosso capitalismo possui particularidades – a ponto de se sugerir que aqui se deu a formação de certo capitalismo próprio. Ver: Cardoso de Melo (2009).

geração de um modelo concentrador e socialmente excludente, principalmente no que tange as políticas envolvidas, como a garantia de renda, de saúde, de educação, de habitação, de previdência e de assistência social (Draibe; Aureliano, 1989).

A figura 2 é uma proposta de periodização da trajetória do desenvolvimento das políticas de bem-estar social no Brasil. Considerando o recorte temporal de nossa pesquisa, nos limitaremos a permanecer dentro deste enquadramento, deixando para futuros trabalhos a complementação deste quadro cronológico.

Figura 2: Evolução Cronológica das Políticas de Bem-estar no Brasil⁶⁰



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Nesta proposta de linha do tempo, os eventos históricos do século XX são comparados aos períodos do desenvolvimento das políticas de bem-estar social, identificados na sequência abaixo da linha cronológica, tendo como parâmetros os estudos de Draibe; Aureliano (1989)⁶¹. Já na sequência acima da linha do tempo, comparamos os eventos históricos e os períodos do desenvolvimento das políticas de bem-estar à trajetória do desenvolvimentismo brasileiro,

⁶⁰ A denominação do último período em nossa linha do tempo (Neoliberalismo Democrático) se molda a nomenclaturas e denominações mais genéricas aplicadas a esse período, assumimos neste momento não aprofundar o debate sobre a forma e o conteúdo do neoliberalismo no Brasil neste período, cientes que aprofundaremos esta discussão em nosso capítulo 3. A generalidade aqui adotada poderá no futuro dar lugar a uma nomenclatura mais adequada.

⁶¹ Neste texto as autoras buscam definir marcos conceituais e cronológicos pertinentes à caracterização da política social em um país de capitalismo periférico como o Brasil. Lidam, ainda, com variáveis macropolíticas de estruturação do sistema sem, contudo, perder de vista como se manifestam no cotidiano determinados movimentos e as dinâmicas de funcionamento dos processos decisórios.

usando como referência, os estudos e a construção teórica de Cepêda (2012)⁶². Pensamos que assim como nos demais países da América Latina, aqui no Brasil, o desenvolvimento do bem-estar social é concomitante à evolução do Estado desenvolvimentista, este tem suas raízes no movimento que culminou na chegada de Getúlio Vargas ao poder, estendendo-se, não historicamente contínua, até o final do governo de José Sarney (1985-1989), já durante a Nova República.⁶³

As ideias de desenvolvimento, planejamento e direitos sociais passaram a circular no Brasil a partir de 1930, assim podemos estabelecer quatro períodos de rápida produção de programas sociais legalmente instituídos: um período entre os anos de 1930 e 1943 (Introdução e Implantação), outro entre os anos de 1943 e 1964 (Expansão Fragmentada e Seletiva), um terceiro entre os anos de 1964 a 1985 (Reestruturação Conservadora) e um quarto entre 1985 até 1994 (Reestruturação Neoliberal), momento em que o Plano Real consolida novas possibilidades que foram anteriormente elencadas (Draibe; Aureliano, 1989).

Estes recortes históricos aconteceram, em sua maior parte, sob os auspícios de governos autoritários, concorrendo para acentuar uma institucionalização de medidas sociais marcadas por grandes doses de corporativismo e regulacionismo, dirigidos à compensação da modernização tardia e de suas consequências sociais e econômicas. Nos períodos acima citados, as políticas sociais foram utilizadas como maneira de corrigir os descompassos do capitalismo tardio.⁶⁴ Apesar desta proximidade que harmoniza as características conservadoras e socialmente excludentes, o padrão brasileiro apresenta suas próprias especificidades relacionadas tanto ao momento em que elas estão sendo criadas, como ao contexto em que essa criação está se dando.

⁶² O texto aqui citado é um fragmento de uma agenda de pesquisa conduzida pela autora, seus estudos do desenvolvimento e do desenvolvimentismo brasileiro são de suma importância para entendermos os desajustes das formas de inserção do liberalismo brasileiro, tanto político como econômico, no cenário contemporâneo da modernidade, seu trabalho dialoga com o presente estudo na medida em que ilumina o contexto epocal que impactou o crescimento econômico comandado pelo Estado, regulador das disfunções do capitalismo na periferia e condutor da nação rumo a modernização, na América Latina e no Brasil.

⁶³ Para Bianchi (2004), o governo Sarney ficou marcado por uma forte disputa econômica, política e ideológica entre diversos segmentos sociais dominantes, destacando-se um grupo de caráter industrial (com perspectivas desenvolvimentistas) e outro financeiro (articulados pela visão neoliberal). Os planos Cruzado (1986), e os seguintes (Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão, implementados neste período, em certa medida eram tentativas desenvolvimentistas de se estabilizar a crise econômica característica da época.

⁶⁴ Interessante acrescentar que para Decca (1981) a concessão de cima para baixo da extensa legislação trabalhista, no período entre 1930 e 1943 também foi uma forma de silenciar um movimento trabalhista consistente que ganhava força na década anterior.

No recorte aqui proposto, o Estado desenvolvimentista brasileiro, pensado como uma onda longa, pode ser compreendido numa chave que envolve três períodos curtos: a) de 1930 até 1945 (Proto-desenvolvimentismo autoritário), fase em que transformações estruturais da sociedade estão ocorrendo, em especial com o salto da industrialização e a crise da economia do café, gerando uma crise política demandante de reconstrução de novas formas de hegemonia política; b) de 1945 até 1964 (Desenvolvimentismo democrático), momento único nesse processo de transformação que consolida um pacto social com alta capacidade hegemônica, unindo diversos grupos políticos e interesses socioeconômicos sob o guarda-chuva da aceleração da industrialização; c) de 1964 até 1985 (Desenvolvimentismo autoritário), período em que a capacidade hegemônica é preservada, mas agora sob o autoritarismo do regime militar, que assegura o foco da industrialização, mas impede mecanismos de redistribuição via salário e renda, afetando a capacidade de autorreprodução da dinâmica econômica nacional; d) a partir de 1985 (Neoliberalismo democrático), período de grande instabilidade econômica até 1994, quando o Plano Real e a Reforma do Estado, com adoção de algumas estratégias redistributivas, conformam um momento mais forte de liberalização econômica e desestatização.⁶⁵

A trajetória desenvolvimentista comportou períodos e propostas díspares que oscilaram entre o progresso com desenvolvimento social, outro de apropriação privada do custeio e energia do nacionalismo desenvolvimentista e um terceiro de viés burocrático-autoritário. É fato que o distanciamento entre os projetos com desenvolvimento social e o burocrático autoritário são grandes responsáveis pela atual desigualdade social brasileira (Cepêda; Silva, 2016).

Ao final, estas singularidades do processo histórico brasileiro permitiram o surgimento de um modelo de bem-estar genuinamente brasileiro, uma vez que a intervenção social do Estado assumiu características muito originais que buscamos demonstrar no quadro 3:

Quadro 2: Padrão Brasileiro de Políticas Públicas de Bem-estar Social

Características	Formação Histórica
-----------------	--------------------

⁶⁵ Nosso recorte temporal se restringe a uma análise dos Anos Fundacionais do PSDB (entre 1988 e 1994), entretanto, entendemos que as características do último período, a partir de 1985, em que pese o governo Sarney e seu perfil desenvolvimentista, são predominantemente liberais e se estendem pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

<ul style="list-style-type: none"> • Centralização política e financeira no nível federal, • Fragmentação institucional, • Marginalização decisória da população, • Autofinanciamento do investimento, • Princípio da privatização 	<ul style="list-style-type: none"> • Herança colonial, • Desenvolvimento periférico tardo-capitalista, • Intervenção do Estado desenvolvimentista (Estado de Compromisso)
---	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

No quadro 3, na primeira coluna, apresentamos as características do padrão brasileiro de políticas de bem-estar social. A primeira característica indiscutível é a centralização do poder decisório e dos controles financeiros sob o comando do governo federal. Uma característica comum entre 1930 e 1985 é que estados e municípios foram, no mínimo, desestimulados nas políticas de intervenção social por três mecanismos: concentração de recursos no Executivo Federal; aplicação dos fundos federais sob as decisões da União; restrição de repasses automáticos de recursos do Federal para as demais unidades federativas. A consequência direta dessa centralização é a relativa falta de ação social da administração direta e sua substituição por empresas, fundações e autarquias.

A substituição da administração direta por organismos públicos nos leva a segunda característica, a fragmentação institucional. Há multiplicação de empresas, institutos e fundações que expandiu horizontal e verticalmente o aparelho social do Estado, tendo como consequências a burocratização excessiva da hierarquia administrativa, autonomização dos organismos públicos, fragilização do controle e da fiscalização, movimentação de interesses privados dentro do aparelho do Estado e superposição de programas e de clientelas (Draibe; Aureliano, 1989).

Centralização e fragmentação institucional sob o controle de um aparelho burocrático extremamente hierarquizado, e por vezes autoritário, inibiram ou suprimiram a participação de sindicatos, partidos e movimentos sociais na elaboração e decisão das políticas sociais a serem implantadas. Estas não foram executadas após discussões no Parlamento e nem foram alvos de escrutínio público, colaborando para desagregação institucional, desordem administrativa, fraudes e corrupção.

Uma das características mais cruéis do padrão brasileiro é o autofinanciamento do investimento social. O melhor exemplo a ser citado é sobre as moradias, as quais o acesso a este bem social advém de pré-requisitos e critérios econômico-financeiros do assegurado. O

resultado pernicioso é que as políticas de habitação no Brasil eram voltadas a atender aos interesses da classe média em detrimento da população de maior vulnerabilidade social.⁶⁶

Principalmente a partir de 1964, período de estabelecimento do Sistema Federal de Habitação (SFH) este autofinanciamento deu origem a uma regra clássica nas políticas de bem-estar brasileiras que é o imperativo da contribuição do usuário no financiamento do serviço social, no limite esse regramento abriu as portas para a privatização do Estado, ou seja, para a penetração de interesses privados dentro do aparelho burocrático via círculos de pressões e informações. Criou-se até mesmo uma divisão do trabalho entre Estado e setor privado, em que o primeiro estabelece regras e transfere recursos, enquanto o segundo encarrega-se da produção de bens ou da execução dos serviços.

Para definir essa relação de promiscuidade entre Estado e setor privado, Cardoso (1974) criou o conceito de “anéis burocráticos”:

[...] não se trata de lobbies (forma organizativa que supõe tanto um Estado quanto uma sociedade civil mais estruturados e racionalizados), mas círculos de informação e pressão (portanto, de poder), que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive das Forças Armadas) e setores das classes sociais (CARDOSO, 1974, p. 208).

Quando comparamos as características do modelo de bem-estar social brasileiro a tipologia de Esping-Andersen, concordamos com as conclusões emitidas por Draibe, Aureliano (1989), isto porque, observamos, de fato, uma certa aproximação de seu modelo conservador. Para além dos elementos já apontados pelas autoras, também observamos certas correspondências como o intervencionismo do Estado e a posição histórica de modernização tardia. Entretanto, o modelo brasileiro tem suas próprias originalidades, como por exemplo: capitalismo tardo-periférico, herança colonial e combinação de estruturas estatal e privada. Sob este arcabouço, a intervenção do Estado está fundada na capacidade contributiva do trabalhador, estabelecendo-se apenas como uma distribuição primária de renda.

Para Draibe; Aureliano (1989):

⁶⁶ Entendemos que em nosso estudo trabalha com uma temporalidade alargada (1930-1985) em que diferentes modalidades de políticas habitacionais foram mobilizadas, tanto no nível federal como no estadual, entretanto esta categorização que aqui apresentamos pode ser exemplarmente apontada, a partir de 1964, com a criação do SFH (Sistema Federal de Habitação) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), que se servia como fonte de financiamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e dos depósitos da caderneta de poupança. O FGTS servia para financiar o SFH, e sua aplicação deveria produzir retorno financeiro, de modo a remunerar tal patrimônio, o mesmo ocorrendo com a caderneta de poupança. Ver Draibe; Aureliano (1989).

[...] nosso capitalismo definiu um caminho conservador de "progresso" social. O progresso social assume, portanto, a forma de mobilidade com miséria absoluta de ampla parcela da população, de mobilidade com desigualdade extrema. O progresso social, entre nós, realiza-se quase que preenchendo integralmente os requisitos da "forma ideal" de desenvolvimento social do capitalismo - a concorrência sem travas entre homens livres, que "seleciona" os "mais capazes" (Draibe; Aureliano, 1989, p.150).

É patente que no caso brasileiro a tentativa de desmercadorização e superação do liberalismo econômico, incapaz de dar conta do bem-estar social, se deu por um projeto desenvolvimentista pautado por uma modernização econômica. Partindo dessa perspectiva, escolheu-se remover os obstáculos desta modernização, entendida como a plena realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro. Em segundo plano, como efeito colateral desta ação, esteve o dever do Estado de distribuição de renda e elevação do bem-estar. Como afirma Cepêda (2012, p. 84): “O mote ‘crescer primeiro para distribuir depois’ não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento”.⁶⁷

Se partimos do pressuposto que nos modelos social-democratas as políticas de bem-estar social deveriam promover situações de pleno emprego e de subida persistente de salário real, o que, na prática, garantiria qualidade de vida à população, no Brasil, ao longo do século XX, a maioria dos trabalhadores - fossem urbanos ou rurais - recebiam salários baixos e não tinham garantias de emprego regular. Isso resultou numa renda per capita relativamente estreita, aumentando a necessidade de garantia de desmercadorização de uma população muito maior, e por conseguinte, a qualidade dos serviços eram afetadas e os benefícios sociais nem sempre atendiam a totalidade dos que precisavam.

Neste cenário, os recursos fiscais são insuficientes para o desenvolvimento de políticas de bem-estar social, ora porque a renda média dos contribuintes é limitada, ora porque frações sociais, principalmente a classe proprietária, acabavam eximidas de contribuições fiscais ou ainda sendo privilegiadas com incentivos e subsídios fiscais.

⁶⁷ Importante citar nesta discussão os trabalhos de Kerstenetzky (2006, 2012), para a autora, o estilo de política social, focalizada ou universal, não torna mais claro o debate se não há uma ausência de definições prévias do que é justiça social e de como elas devem ser implementadas. Para ela, não existe associação automática entre a universalização com a garantia de direitos sociais e a focalização com noções residualistas de justiça. Focalização e universalização seriam, neste sentido, métodos alternativos, ou até mesmo complementares, de implementação de uma noção de justiça social previamente definida.

2.2. Quatro períodos da evolução das políticas de bem-estar no Brasil

Buscaremos a partir de agora fazer um apanhado histórico e teórico da trajetória dos direitos sociais e das políticas de bem-estar no Brasil. Um debate como este não pode se esquivar de paralelamente ter em pauta a questão da cidadania e como em terras brasileiras a forte interferência do Estado criou uma cultura mais centrada neste do que na representação política, diminuindo ou às vezes cooptando a cidadania por um processo que Carvalho (2002) chamou de “estadania”. Queremos construir um quadro geral que nos auxilie a compreender as inflexões que as políticas de bem-estar social tiveram e como elas foram responsáveis por gerar modificações nos direitos políticos, civis e sociais, garantindo a universalização da cidadania, a redistribuição de renda e a justiça social.

Consideramos até aqui, a partir da discussão bibliográfica realizada, que o desenvolvimento econômico e o social estão vinculados e permeados de conexões com os direitos sociais. Isto implica assumir que a forma e a ordem pelas quais os direitos políticos, civis e sociais foram estabelecidos no Brasil, favoreceram um desequilíbrio na estrutura social e econômica, limitando o efetivo exercício da cidadania, isso porque, a imensa desigualdade criou disparidades econômicas reais e ampliou o embate entre classes. O Estado, neste sentido, precisou agir como um regulador da condição formal do cidadão e da situação real de classe, visando equilibrar as expectativas e as possibilidades de inclusão social, controlando o conflito de classes e redirecionando a sociedade para as modernizações necessárias para a correção da nossa situação tardo-periférica no capitalismo.

É importante destacar que nossa periodização parte de uma concepção das transformações nas relações entre economia e Estado, que se transfiguram em reinvenções da própria estrutura de Estado e na emergência de sistemas públicos de políticas sociais estatalmente reguladas, tomando como parâmetros os serviços de educação, saúde, integração de renda, assistência social, habitação popular, e para além, também incluímos a legislação reguladora das relações de trabalho e de previdência social. Na prática, as políticas tratam de ações e processos que se manifestam na organização e produção de bens e serviços públicos, na montagem de sistemas de transferências sociais, na interferência estatal sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados, e afinal, na regulação ou incentivo à produção de bens e serviços sociais privados.

É por isso que nosso ponto de partida é o ano de 1930, a partir dele observamos profundas transformações no Estado brasileiro e nas formas de regulação social. Essa escolha nos impõe o desafio de analisar, criteriosamente, a produção legal e a inovação em políticas sociais que se produziram no Brasil dentro do nosso recorte de pesquisa, permitindo-nos apresentar nossa análise do caso brasileiro e das políticas de princípios social-democratas sob dois aspectos: o Estado de planejamento econômico (investidor/interventor) e as políticas de bem-estar social.

2.2.1. Introdução e Implantação (1930-1943)

Este período, por ter em seu bojo momentos diferentes, permitiu aos historiadores subdividi-lo em três outros subperíodos: a) governo provisório (1930-1934); b) governo constitucional (1934-1937); c) Estado Novo (1937-1945). De forma ampla, ele pode ser descrito como um momento de Estado forte, centralizado e suficientemente equidistante das forças sociais em confronto com o objetivo de resguardar sua autonomia. O fortalecimento do Estado deu-se por uma concentração de poder no Executivo, com o fortalecimento do poder pessoal do presidente. Em resumo, aponta-se fundamentalmente a importância da reorganização e reestruturação do aparelho do Estado como elemento de manutenção de uma grande margem de manobras e do poder de manipulação e conciliação do governo central (Skidmore, 1969, Sola, 1969, Diniz, 2004).

Chegando ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas, permaneceu por 15 anos ininterruptos, primeiro como chefe de um governo provisório, depois como presidente eleito pelo voto indireto e posteriormente como ditador. Neste período tanto o Brasil como o próprio Vargas atravessaram uma mudança importante. Getúlio deixou de ser ministro da fazenda de Washington Luís, para tornar-se uma figura centralizadora e autoritária que comandou uma modernização política e econômica forçada, alterando definitivamente o status-quo de um país que, apesar de independente, ainda mantinha como característica uma economia agroexportadora de base colonial (Fausto, 2019).

Este primeiro período de introdução e implantação das políticas de bem-estar social, precisa ser entendido nesta chave da necessidade da modernização brasileira como fator de

superação do subdesenvolvimento⁶⁸. O projeto desenvolvimentista - ferramenta fundamental para essa modernização - estava agora em sua fase de gênese, e duas concepções intelectuais se fundem em sua elaboração. A primeira é a ideia do déficit da identidade nacional, ou seja, nossas raízes coloniais, nossa mestiçagem étnica, nossos regionalismos, impunham um limite ao surgimento de uma racionalidade moderna. A segunda é a recusa do espontaneísmo das relações sociais e a inviabilidade do progresso social e do equilíbrio econômico por um caminho liberal (Cepêda, 2012). Sendo assim, caberia ao Estado a grande missão de fundar uma cultura brasileira capaz de superar as limitações que o processo histórico impôs e retirar da inércia a sociedade, em busca de um desenvolvimento vigoroso.

Podemos dizer que entre 1930 e 1937, momento ainda fundante do projeto desenvolvimentista, não houve uma linha clara de incentivo ao setor industrial. Esta foi uma fase em que o governo Vargas buscou conciliar diferentes interesses, inclusive agrários, sendo bastante influenciado pelas pressões externas.⁶⁹ Ainda que desde 1933 a política de queima dos estoques de café já havia invertido o sentido da economia nacional, como apontada por Cano (2017), voltando-a para dentro e gerando poupança para a futura substituição de importações, Fausto (2019) indica que somente a partir de 1937, o Estado assumiu com maior força uma política econômica em favor da produção interna e do estabelecimento de uma indústria de base. Isto se deu como uma vitória dos industrialistas como Roberto Simonsen, que enxergavam problemas críticos na balança de pagamentos, desde 1930⁷⁰, como também riscos crescentes de uma guerra mundial, que imporiam grandes restrições às importações.

Até 1942, a política de substituição de importações se fez sem um planejamento geral do Estado brasileiro, com a entrada do país na guerra e a extensão do conflito, o governo brasileiro foi tomando a supervisão da economia para si.

O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista. A Carta

⁶⁸ O termo subdesenvolvimento aqui tratado é pensado a partir da compreensão da situação de capitalismo tardio, em que a maturação dos processos de produção e de modernização de países retardatários foram obstruídos pelas relações históricas que resultaram do projeto do colonialismo europeu, da expansão mercantilista, da arquitetura do comércio internacional e por novas situações econômicas. Ele se manifesta como um atraso, como um capitalismo inconcluso ou incompleto; um subdesenvolvimento. Ver Cepêda (2012).

⁶⁹ Registra-se aqui o tratado de comércio, assinado em setembro de 1935, com os Estados Unidos. Apoiado pelo setor agrário-exportador, o acordo recebeu fortes críticas de empresários brasileiros e fez Getúlio Vargas interferir na disputa em favor da aprovação. Ver Fausto (2019).

⁷⁰ Simonsen afirmava que o Brasil era um país pobre porque enfrentava a dificuldade de obter um elevado quociente com um divisor é fraco, o que na prática levava o dividendo crescer continuamente”. Ver Simonsen, (1940).

de 1937 reservava aos brasileiros a exploração das minas e quedas-d'água. Determinava que a lei regularia a sua nacionalização progressiva, assim como a das indústrias consideradas essenciais à defesa econômica ou militar. Dispunha também que só poderiam funcionar no país bancos e companhias de seguros cujos acionistas fossem brasileiros. Concedia-se às empresas estrangeiras um prazo, a ser fixado por lei, para que se transformassem em nacionais (Fausto, 2019).

Como exemplos, o aço e o petróleo são casos significativos para se entender a política de investimento estatal na indústria de base. A implantação da siderúrgica nacional deu-se nos limites do Estado Novo, enquanto o petróleo só foi alvo de estatização durante o retorno de Vargas em 1950. A implantação da usina de Volta Redonda, em 1940, foi financiada por créditos americanos e com recursos do governo brasileiro, sua gestão ficou por conta de uma empresa de capital misto: a Companhia Siderúrgica Nacional.

Ao contrário do aço, o desenvolvimento de uma indústria petrolífera não era uma questão tão fundamental na década de 1930. As importações de petróleo só se tornaram maiores depois da Segunda Guerra Mundial e, até aquele momento, não causavam grandes problemas à balança de pagamentos nacional. A partir de 1935 alguns industriais brasileiros passaram a se interessar pela instalação de refinarias, e em abril de 1938, o governo publicou um decreto-lei que nacionalizava a indústria de refinação do produto importado ou de produção nacional, nascia ali o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Na prática, a nacionalização determinava que o capital, a direção e a gerência das empresas deveriam ficar nas mãos de brasileiros, algo muito distante de ser monopólio estatal.

No campo financeiro, o período marca uma presença conservadora do Estado, ainda que excepcionalmente algumas medidas drásticas precisaram ser tomadas. Podemos apontar como algumas dessas excepcionalidades: a suspensão do serviço da dívida externa logo após o golpe de 1937, momento em que se decretou o monopólio da venda de divisas e a tributação sobre todas as operações cambiais. A partir dali o controle sobre o comércio exterior permaneceu, enquanto o pagamento da dívida externa foi retomado a partir de 1940, com a renegociação junto aos credores.

Essa centralização comandada pelo Estado brasileiro pós-1930 não significou que ele se distanciou da sociedade. Segundo Boris Fausto (2019), esse período foi marcado por uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo principal objetivo era promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. O crescente interesse governamental de promover a industrialização, principalmente a partir de 1937, refletiu-se na

necessidade de criar um pacto social, que por um lado promoveria as condições necessárias para as massas rurais poderem se adaptar ao novo ambiente urbano-industrial, e por outro, garantisse que a luta de classes estabelecida desde a década de 1920 fosse debelada.

Após 1930, o modelo adotado baseou-se na estratificação funcional com base no mercado de trabalho e o resultado foi a ampliação dos índices de desigualdades reais entre diversos setores sociais. Até meados da década de 1980, após os anos de regime ditatorial, a situação real e o status formal de cidadão, se inseriam em uma lógica caracterizada por baixos níveis de inclusão social. No Brasil, a lógica industrialista garantiu apenas aos estratos urbanos e inseridos no mercado de trabalho o reconhecimento de seus direitos. Neste sentido houve a delimitação de uma sociedade política restrita e “regulada” pelo Estado que teve acesso aos direitos a partir de sua ocupação funcional no mercado de trabalho (Santos, 1979). Ao intervir para desmontar o conflito entre patrão e empregado, o Estado silenciou a luta dos de “baixo” para ampliar seus direitos, buscando arrefecer seu caráter contestador e criar uma cidadania limitada (Decca, 1981; Fausto, 2019).⁷¹

O Estado regulou o conflito social e impôs uma modernização conservadora com limites claros às mudanças sociais em muitos momentos, o autoritarismo foi o responsável pelo engavetamento da democracia. Via um paternalismo corporativo, a União regulou a cidadania através dos limites impostos ao exercício de uma profissão reconhecida pelo Estado e que se engajava nas atividades técnico-científicas e liberais. Por intermédio do direito do trabalho, legislou as demais profissões, impondo uma dimensão estatal sobre o monopólio do acesso da população aos seus direitos e a sociedade organizada (Santos, 1987).

Segundo a teoria do realinhamento crítico de Haggard e Kaufman (2008) a trajetória histórica e política de um país influenciaram diretamente em como as políticas de bem-estar se consolidaram nas sociedades pós-industriais contemporâneas. Nestes recortes históricos, os processos econômicos, em conjunto com as alterações sociais e demográficas, somaram riscos e incertezas aos ciclos de vida e econômicos e explicariam as políticas sociais estratificadas, a dependência patronal/sindical e a cooptação das lideranças sociais (Haggard; Kaufman, 2008, Kerstenetzky, 2012, Grin, 2013). É no eixo elite dominante e sindicatos de trabalhadores

⁷¹ A discussão sobre o conceito de cidadania no Brasil envolve uma ampla literatura nacional como aponta Silva (2012) em seu trabalho *Nota crítica sobre a cidadania no Brasil*. Na discussão de como as políticas de bem-estar se vinculam à promoção de direitos sociais, entendemos como necessário citar essa literatura e seus termos explicativos (cidadania regulada, outorgadas, limitada, concedida) presentes em obras como Santos (1987), Carvalho (1991, 2002), Sales (1994), Telles (1998).

urbanos pós-1930 que se dá o realinhamento crítico que harmoniza as políticas sociais, a cidadania regulada e os interesses do desenvolvimento capitalista. Neste eixo se vinculam acumulação desenvolvimentista, cooptação da classe trabalhadora urbana e política social estratificada, elementos centrais das ações de bem-estar no Brasil entre os anos de 1930 e 1964 (Santos, 1987, Draibe; Aureliano, 1989, Haggard; Kauffman, 2008).

2.2.2. Expansão Fragmentada e Seletiva (1943-1964)

O período que seguiu pós-segunda guerra promoveu uma série de mudanças conjunturais para o Brasil. A primeira mudança importante se deu na passagem de um governo autoritário para um democrático, e que para além dos adjetivos comuns usados para desqualificar este momento⁷², podemos afirmar com certa consistência que as instituições democráticas funcionaram.

Outra variável importante desta temporalidade, é aumento expressivo da participação do trabalhador na vida eleitoral do país. Esse crescimento aconteceu principalmente a partir de 1945 - com o surgimento do movimento conhecido como *queremismo*⁷³ - até o golpe em 1964. Manifestou-se através de suas organizações sindicais e partidárias, tanto fazendo greves, quanto participando de campanhas eleitorais em busca de ampliar seus direitos sociais, políticos e civis. Não se pode ignorar que em vários momentos a presença destes nas ruas foi de extrema relevância para o cenário político nacional. Foi assim em 1954, durante o cortejo fúnebre de Getúlio Vargas, ou em 1955, quando defenderam a posse de Juscelino Kubitschek, ou ainda, a partir de 1961, quando junto ao governo de João Goulart lutaram pela legalidade e posteriormente pelas reformas de base (Ferreira, 2006).⁷⁴

Este período marca o auge daquilo que Weffort (1968;1978) chamou de “Estado de compromisso”, ou Estado de massas. Calcado em duas bases que com o passar do tempo testaria

⁷² Este período trata-se muitas vezes de uma temporalidade marcada por versões que desqualificam o processo democrático brasileiro, a exemplo de nomenclaturas como “República Populista”, “democracia populista” ou ainda “pacto populista”. Para uma contestação dessas visões simplificadoras do processo histórico ver Ferreira (2006).

⁷³ Expressão relacionada ao movimento de cunho político cujo objetivo era defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. A expressão se originou do slogan utilizado pelos manifestantes: “Nós Queremos Getúlio”.

⁷⁴ Importante pontuar que para além da força eleitoral dos trabalhadores pós-1945, enquanto organização e associação este grupo social, desde o século XIX, já se fazia presente no campo político brasileiro, no início do século XX a maior manifestação desse vigor aconteceu durante a Greve de 1917 que parou a cidade de São Paulo. Para um maior entendimento trabalhista como ator político na história republicana brasileira ver: Decca (1981); Sader (2001).

seus limites e potencialidades, revelou-se como um compromisso junto aos grupos dominantes por um lado e por outro junto as classes populares. Foi um momento de equilíbrio instável que abriu a possibilidade da emergência do líder com extremo poder pessoal e que em muitas vezes confundia seus desejos pessoais com os interesses do Estado como instituição. É dessa forma tutelada que as massas finalmente são inseridas na cidadania do voto.

No campo econômico, dois projetos passaram a disputar a atenção da sociedade brasileira: o nacional-desenvolvimentismo de trabalhistas e comunistas, e o liberalismo conservador da União Democrática Nacional (UDN). Estes dois projetos, com demarcações próprias tanto no campo econômico quanto político, estavam expressos nos programas partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no caso do nacional-desenvolvimentismo, ou se diluíam nos fisiologismos corporativos de partidos como o Partido Social Democrático (PSD). Ferreira (2006) afirma que ao votar no PTB o eleitor sabia que estava optando pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais e pela defesa do capital nacional, assim também como, quem votava na UDN era movido pelo anticomunismo, antitrabalhismo, antissindicalismo, pela preferência da abertura econômica ao capital estrangeiro e por uma ideia de uma democracia mais restritiva.

Este período é também o momento de maior força do desenvolvimentismo brasileiro, pensando que o ponto de partida se dá com o Plano SALTE, no Brasil, e na CEPAL com o Manifesto dos Periféricos, ambos em 1949⁷⁵, a década conseguinte estabelece o auge desse processo transformador, isto porque ele se consolida em um pacto social com alta capacidade de hegemonia. A presença tanto de uma agenda como de atores modernos caracterizava o debate sobre a modernidade. Assalariados, empresários (da indústria, do comércio, da agricultura), classes médias urbanas, funcionalismo público e intelectuais se juntaram em uma discussão sobre a nova configuração social e econômica (agora urbana-industrial), em busca de um projeto nacional comum (Cepêda, 2012).

Terminada a Segunda Guerra Mundial restabeleceram-se gradualmente, e de forma unilateral, os níveis do comércio internacional nos países europeus e no Japão, centro do capitalismo, enquanto na periferia os efeitos não seriam os mesmos. Os Estados Unidos foram grandes contribuidores para este resultado, principalmente através do Plano Marshall e do Plano

⁷⁵ O Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi um plano econômico elaborado governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) que tinha como objetivo estimular setores econômicos brasileiros. O Manifesto dos Periféricos é uma referência ao trabalho escrito por Raul Presbich, Introdução aos Estudos Econômicos da América Latina, publicado em 1949 e que é entendido como a base da teoria do desenvolvimento da CEPAL.

Colombo, entretanto a América Latina ficou de fora dos grandes investimentos estadunidenses. Este fato decorre da ausência de uma quantidade significativa de capitais dos países desenvolvidos a serem direcionados para os países como o Brasil que estavam se industrializando (Singer, 2004). Não sobrava outra opção aos países periféricos se não abraçar com ainda maior ênfase o seu projeto de desenvolvimento autônomo.

No início da década de 1950 foram promovidas inúmeras medidas visando incrementar o desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos nos setores de transportes e energia. Buscou-se aumentar a oferta de energia para o Nordeste e equilibrar o problema do carvão nacional. Investimentos em reequipamento e modernização foram realizados no sistema portuário e na marinha mercante. No ano de 1952 foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) com a orientação de acelerar o processo de diversificação industrial, via crédito facilitado para o setor privado.

Crédito e câmbio, nas transações com o exterior, também eram controlados. Não existia uma taxa única de conversão da moeda nacional, a intenção era garantir competitividade das mercadorias exportadas e favorecer importação de bens considerados básicos para o desenvolvimento econômico do país. Conforme Singer (2004), a capacidade de importar brasileira havia aumentado, mas a necessidade de produtos importados havia se ampliado, apesar da política de substituição de importações, a superação da produção artesanal pela fabril, escalou a demanda por produtos e serviços estrangeiros.

Impunha-se a necessidade de se manter a política de substituição de importações, como condição básica para a manutenção de nosso processo de modernização industrial. Necessitava-se de continuidade no estabelecimento de normas industriais de consumo, principalmente no que tangia a compra de matérias primas e equipamentos não importáveis, demonstrando o imenso abismo do centro e periferia, uma vez que estes produtos já eram produzidos pelos países desenvolvidos desde a Segunda Revolução Industrial. Ou seja, apesar dos países centrais já estarem em um estágio avançados do capitalismo monopolista, o Brasil continuava atrasado em seu processo de modernização. Ainda que houvesse alternativas, mais ortodoxas, disponíveis, o Estado nacional não se furtou em garantir as condições necessárias para que este processo continuasse.⁷⁶

⁷⁶ Importante salientar que a escolha por uma matriz econômica desenvolvimentista não foi um ato inevitável, havendo possibilidades ortodoxas que propunham caminhos alternativos. Ver: Gudín (1952a); 1952b); Bulhões (1950).

Em resumo:

No Brasil, o esquema varguista, e a continuação de sua política econômica durante o Governo de Dutra (1946-1950), consistia na instalação de certas indústrias básicas - aço, energia elétrica, transporte e petróleo; atitude posteriormente retomada, com orientações mais claras, em função de um desenvolvimento estimulado por investimentos públicos em setores estratégicos - durante o segundo Governo de Vargas (1950-1954) - que transformou mais rapidamente a estrutura produtiva urbana (Cardoso; Faletto, 2010, p.117).

Depois da crise política posterior a morte de Getúlio Vargas, a partir de 1956 - sob o governo de Juscelino Kubitschek - o processo de industrialização voltou a ser acelerado. O programa de JK visava integrar o território nacional, mediante a mudança da capital para o centro-oeste, assim como a construção de uma ampla rede rodoviária para integrar a nova capital a todas as partes do país. De todas as grandes realizações industriais deste período, a mais impressionante foi sem dúvida a instalação da indústria automobilística. O governo ofereceu às indústrias estrangeiras uma série de incentivos desde que se implantassem fábricas capazes de produzir veículos no Brasil.

Jorge Ferreira (2006), escrevendo sobre o governo de Juscelino (1956-1961) afirma:

[...] países atrasados necessitavam do Estado-empresário como alavanca de seu próprio desenvolvimento. O presidente não pode negar no plano econômico, aspecto do projeto trabalhista como a política de substituição de importações. O projeto era o nacional-desenvolvimentismo. Seu Programa de Metas, bastante flexível, priorizou as indústrias de base e de consumo [...] (Ferreira, 2006, p. 54).

O presidente afastou-se da linha traçada por Getúlio Vargas, marcada pelo nacionalismo dos anos de 1930 e pela obsessão do projeto nacional, e a razão desta decisão estava na conjuntura do momento vivenciada. O aporte do capital estrangeiro era imprescindível e inevitável, assim como os capitais de empréstimos por eles oferecidos, afinal a abertura da economia aos grupos multinacionais era resultado de uma correlação de forças, dentro da aliança no poder, dos que se colocavam contra e a favor da industrialização acelerada e contra e a favor da participação das multinacionais e do Estado neste processo (Singer, 2004).

Internamente as opções do governo Juscelino também tiveram resultados positivos, a capitalização mediante recursos externos permitiu a curto prazo diminuir as pressões inflacionárias, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos, traduzindo-se em uma

política econômica aceitável por parte do setor agroexportador, sem interferir no processo acelerado de industrialização, que acontecia, agora, de forma associada ao capital estrangeiro (Cardoso, Faletto, 2010).

A partir de 1962, o ímpeto industrializante desacelerou e o ambiente econômico enfrentou uma série de recessões. A diminuição de ritmo se justifica, mediante várias contradições cujo aguçamento era pautado em uma crescente pressão inflacionária. Em partes, para além de fatores que estavam fora do domínio do Estado⁷⁷, o aceleração causado pelo Programa de Metas de JK cobrava um alto custo. Havia um crescente desequilíbrio no orçamento público, como resultado das imensas inversões estatais dos últimos cinco anos nos setores industriais a seu cargo (siderúrgicas, petróleo) e em serviços de infraestruturas, sendo o Estado impotente para elevar de forma adequada a renda tributária, o que o obrigava a cobrir o déficit por meio de emissões. As tentativas de combater a inflação, antes de 1964 por medidas clássicas como corte de gastos, restrição de crédito e limitação dos aumentos salariais, serviram apenas para frear ainda mais os investimentos privados e provocar agudos choques políticos (Singer, 2004).

Paralelamente, nos quadros limitados do regime democrático, entre os anos de 1945 e 1964, simultaneamente havia um movimento de inovação legal-institucional nos campos da educação, saúde, assistência social e, muito inconsistente, na habitação popular. Nos parâmetros das inovações concebidas no período anterior, expandiu-se o sistema de proteção social, ou seja, apresentou-se avanços nos processos de centralização institucional e de incorporação de novos grupos sociais aos programas de proteção. Entretanto, nesta nova fase, isto ocorreu em um padrão seletivo, no plano dos beneficiários, e fragmentado, no contexto institucional e financeiro de intervenção social do Estado (Draibe; Aureliano, 1989).

Como já apontado anteriormente, uma das características do modelo brasileiro de políticas de bem-estar social é sua fragmentação institucional e seletividade dos beneficiários. O período agora apresentado é o momento em que estas características se aprofundaram e se enraizaram, isto porque, simultaneamente, a cidadania regulada, ocorria uma proliferação de

⁷⁷ Singer (2004) aponta ainda um aumento no desequilíbrio da Balança de Pagamentos como consequência do grande endividamento externo assumido entre 1956 e 1961. O fato é que a indústria nacional não conseguiu transpor-se em um cenário de economia global monopolizada, e como consequência, não houve uma diversificação nas exportações, mantendo uma necessidade de importações de produtos de complexidade tecnológica maior. Outro fator apontado é a combatividade dos assalariados diante da elevação do custo de vida, neste cenário o aumento nominal dos salários pressionava os preços, reforçando a espiral inflacionária.

novos organismos e instituições públicas concomitantes às barreiras impostas aos movimentos sociais.

Na mesma proporção se expandia a autarquização do sistema e inchava-se a burocracia, permitindo uma autonomização crescente dessas novas organizações e instituições em relação ao governo central. Por maior que fosse o esforço de uma nacionalização dos serviços públicos, a fragmentação, na parte dos programas sociais, impediu a implantação de planos mais gerais para cada setor, inviabilizando a existência de uma política social nacional.

Para Draibe e Aureliano (1989), outra consequência ruim da fragmentação foi a diminuição da capacidade de fiscalização dos serviços prestados pelos órgãos públicos. A autarquização contribuiu para que interesses privados se aninhassem dentro do Estado, enquanto a superposição de programas e de instituições hierarquizadas acabou privilegiando certas clientelas que usufruíam de muitos privilégios. A burocratização excessiva suprimiu ou evitou a participação de sindicatos, partidos políticos ou de movimentos sociais em todas as áreas de políticas públicas.

Por esses meandros, uma cruel seletividade foi imposta aos beneficiários do sistema de proteção social brasileiro. A falta de uma política nacional de proteção social impôs que cada setor tivesse que dispor de fundos financeiros específicos, o que, na prática, submeteu os investimentos sociais a critérios econômicos e financeiros de rentabilidade privada para alocação de recursos. A renda se tornou uma cláusula de barreira e o beneficiário só obteve acesso a serviços de qualidade enquanto apresentava o rendimento adequado para a inserção em um programa.

Enfim, a desmercadorização promovida por essas políticas de bem-estar social sempre foi relativa, porque para um usuário ter acesso a elas, este deveria pagar seu valor de contribuição, ou seja, devido ao caráter residual do gasto social empenhado pelo Estado e financiado via recursos fiscais, percebemos que o efetivo fornecimento do serviço se deu pela capacidade contributiva do beneficiário.

O fato é que o acelerado desenvolvimento econômico deste período provocou uma rápida e profunda transformação social. Essa transformação resultou numa alteração da estrutura de emprego, que levou a intensa diversificação social e a um processo de mobilidade ascendente. Porém, os salários sempre foram baixos para a maioria dos trabalhadores, isto porque nas cidades muitas situações eram de empregos de baixa qualificação ou ainda

subempregos, e no campo, o trabalhador rural esteve excluído dos programas de proteção social e do trabalho até a década de 1960.

O progresso social assume, portanto, a forma de mobilidade com miséria absoluta de ampla parcela da população, de mobilidade com desigualdade extrema. O progresso social, entre nós, realiza-se quase que preenchendo integralmente os requisitos da "forma ideal" de desenvolvimento social do capitalismo - a concorrência sem travas entre homens livres, que "seleciona" os "mais capazes" (Draibe; Aureliano, 1989 p.150).

Conclui-se que com uma base contributiva per capita tão baixa, os serviços que podiam ser financiados, dentro do modelo adotado pelo Brasil, eram de reduzida qualidade ou insuficientes para o que se destinavam. Qualquer política voltada para combater a miséria extrema foi sobrecarregada, porque nem mesmo os remediados conseguiram sozinhos manter um padrão de qualidade de vida digna.

2.2.3. Reestruturação Conservadora (1964-1985)

A tomada do Estado e sua manutenção a partir do golpe de 1964 pelos militares e civis a eles associados, apresenta duas características evidentes: durabilidade e mutabilidade. Durabilidade porque por 20 anos se manteve como um regime que impediu qualquer alternância de poder entre governo e oposição, durante todas as sucessões que aconteceram dentro da mesma cúpula. Mutabilidade porque em seu tempo de duração não permaneceu sempre igual, sofreu transfigurações sociais (ora reforçando suas características de exceção, ora acenando para um processo de abertura)⁷⁸ e econômicas (ora flertando com o desenvolvimentismo-associado⁷⁹, ora reforçando suas bases nacional-desenvolvimentistas). Entre os anos de 1964 e 1965, o Estado brasileiro passou por sucessivos arranjos institucionais sem conseguir ao final se estabilizar em um ponto de equilíbrio. Por isso, não se pode entender esse período apenas

⁷⁸ Ver Gaspari (2002). Golbery do Couto e Silva, foi um general brasileiro que se tornou conhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional elaborada nos anos de 1950, ele plasmou, entre outras coisas, a teoria das sístoles e diástoles na vida dos Estados que, para consumo doméstico e imediato, passou a balizar as apreciações acadêmicas sobre o processo brasileiro de abertura e transição políticas, inaugurado por Ernesto Geisel, desenvolvido por João Batista Figueiredo.

⁷⁹ Malan (2004) utiliza a expressão "desenvolvimentismo-associado" para designar o desenvolvimentismo dos anos JK, ele afirma que Kubitscheck tinha ciência que seu programa dependia, além da intervenção do Estado, da inversão de capital estrangeiro público e privado, uma notável diferença se comparado com o nacionalismo presente no modelo varguista.

olhando os elementos internos que se alinham para a construção das diferentes feições adquiridas, deve-se antes, buscar entender como o capitalismo naquele momento histórico requereu do Estado um crescente envolvimento nas questões do desenvolvimento e como isso impactou nas formas de controle da reprodução do trabalho, tendo ou não efeitos sobre as políticas sociais (Martins; Cruz, 1983).

Com a consolidação do Estado autoritário, aquilo que se apresentava como tendência no início lentamente se transformou em norma. E com a imposição da violência como forma de obtenção da obediência, conforme a sociedade civil foi sendo silenciada, gradualmente através dos atos institucionais⁸⁰, a busca por legitimidade moveu-se do plano político para o plano econômico. Neste instante, o que antes fora preocupação com a legalidade transformou-se em pressão ideológica. Se no plano político este processo levou um ano e meio para se consolidar, tomando como referência o estabelecimento do Ato Institucional n° 2 (AI-2), no plano econômico ele amadureceu mais rapidamente.

Para Cardoso (2020):

[...] foi se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de inter-relação entre o interesse privado e o público, passou-se a “legisferação” por decretos como rotina. [...] Uma máquina que passou a crescer e a ser autogerida, baseada na força da aliança entre o monopólio estatal e as multinacionais; no integralismo elitista que tem horror à ideia de representação e de soberania popular [...] (Cardoso, 2020, p. 239).

Se inicialmente o planejamento e as ferramentas do desenvolvimentismo se concentraram nos propósitos gerais de superar o subdesenvolvimento, as escolhas políticas nem sempre colocaram os agentes do Estado em um mesmo projeto ideológico. É patente que, pelo caminho percorrido, até este momento houve momentos desenvolvimentistas progressistas e da mesma forma houve conservadores. Os períodos com propostas díspares, que oscilaram entre progresso com desenvolvimento social e outros com projetos de apropriação privada, confirmam a ideia de Cepêda (2012):

Temos assim uma onda longa (o desenvolvimentismo), duas grandes fases (velho e novo-desenvolvimentismo) e três ondas curtas, oscilando no espectro democrático ou não democrático (nacional-desenvolvimentismo com

⁸⁰ Entende-se por ato institucional a forma de legislar em oposição ao Congresso Nacional, típica do regime antidemocrático brasileiro e cuja forma entrou para história apenas pelas suas siglas: AI. Ver: Fausto (2019).

democracia, nacional-desenvolvimentismo autoritário e o atual novo-desenvolvimentismo). Nesse cenário, é possível reconhecer que o desenvolvimentismo tornou-se um projeto amplo, com faces contraditórias e permitindo a construção de mais que um único pacto no maciço bloco desenvolvimentista (Cepêda, 2012, p.83).

O período do governo militar fechou o ciclo desenvolvimentista com um regime ditatorial, em que o acesso aos direitos civis, políticos e sociais conformou uma cruel exclusão social que, ao passar do tempo, também desarticulou o sistema econômico nacional. Ao final da década de 1970, desvelaram-se sequelas de um tipo específico de modelo de modernização industrial concentrador de riquezas, que piorou desigualdades regionais, cerceou liberdades, reduziu o alcance dos direitos e dos marcos de bem-estar social, enquanto aumentava o poder e o monopólio de um Estado aprisionado em anéis burocráticos (Santos, 1979, Draibe, 1985, Carvalho, 2002, Cepêda; Silva, 2016, Cardoso, 2020).

Desejando medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério, e antes de tudo pela sua eficiência econômica do que por seus acertos nas demais áreas⁸¹, durante o período que entrou para a história como “milagre econômico” (1969-1973), o modelo assumiu um caráter de “desenvolvimento dependente-associado”, ancorando-se no financiamento externo e na dinamização das exportações, acabou por ser consumido pelos problemas de uma economia capitalista de mercado aberto. Usou abertamente manipulações estatísticas para manter as metas de inflação e os salários achatados, minimizando assim os efeitos negativos que a dívida externa crescente acarretaria para os anos seguintes (Cardoso, 2020).

O governo delegou aos tecnocratas a condução da economia, e estes por delegação ditaram o ritmo da política. O Estado transfigurou-se em um mero símbolo sancionador das decisões tomadas por altos funcionários, e como corretivo a essa tendência burocratizante e de acefalia política, estabeleceu-se uma estratégia de dinamização da máquina administrativa por meio de grandes projetos faraônicos. A privatização do Estado atingia agora seu auge e todas as políticas públicas, fossem elas da área econômica ou social, estariam condicionadas a essa delegação.

Essa privatização do Estado para Cardoso (2020) é o aspecto mais relevante do que ele chama de “modelo brasileiro”. Para ele, o regime buscou dar resposta às pressões sociais advindas de novos personagens que, se já não fizessem parte dos círculos dirigentes do aparelho

⁸¹ Ver Lafer (1975), especialmente Sistema político brasileiro: algumas características e perspectivas, parte B entre as páginas 61-128.

estatal, puderam agora se esbaldar das mesmas decisões por mecanismos flexíveis de incorporação e/ou cooptação política. Essa relação entre forças sociais e forças políticas em comunhão de benefícios, foi de alta complexidade de articulação, mas é necessário distinguir as classes dominantes das facções aninhadas no Estado, porque estas últimas, ainda que também compusessem a elite, ampliaram suas vantagens com as políticas públicas postas em práticas pelo regime. Se conseguirmos separar e caracterizar essas facções dirigentes, e como elas representaram a presença crescente do Estado na condução das instituições burocráticas e das decisões econômicas, fazendo do Estado-nacional um investidor da produção interna, entenderemos as relações entre o grande capital, o capital nacional e suas ramificações locais (Lafer, 1975).

A partir de 1964 consolidaram-se muitas das transformações estruturais iniciadas em 1930, e desenvolvidas principalmente a partir de 1950, foi o momento da integração final do mercado nacional e o estabelecimento do capital monopolista. As relações entre a economia brasileira com o resto do mundo, mais precisamente com as nações capitalistas industrializadas sofreram mudanças significativas. Até aquele momento o Brasil havia participado da divisão internacional do trabalho como um fornecedor de produtos primários, cujos saldos eram utilizados para pagar a compra de manufaturados e para remessa dos rendimentos estrangeiros. Nesta nova fase, o país passou a ter um papel diferente dentro da Divisão Internacional do Trabalho, em um cenário de expansão das multinacionais e transnacionais pelo mundo, cuja participação na economia mundial passou a ser em um nível qualitativamente diferente.

Vinda dos países centrais do capitalismo, as empresas multinacionais se estabeleceram em países periféricos, e enquanto estas economias se abriam, os diferenciais de níveis de desenvolvimento davam lugar a vantagens comparativas cuja exploração era o objetivo das transnacionais. O grau elevado de desenvolvimento tecnológico em certos países e a abundância de mão-de-obra barata em outros, possibilitaram alocar internacionalmente linhas de produção, de maneira a minimizar custos e, em simultâneo, explorar ao máximo as vantagens decorrentes das posições oligopolizadas nos mercados de todos eles (Singer, 2004).

Para Singer (2004), a partir de 1964 iniciou-se um novo ciclo de conjuntura em que, diferente dos anteriores, o crescimento passou a se voltar para o mercado mundial. Isto significa que o Brasil deixou de ocupar uma posição contra hegemônica, passando a procurar suas oportunidades de desenvolvimento dentro dessa nova ordem internacional, em harmonia com

a tendência de integração das economias nacionais, ou ainda, como afirmou Cardoso (2020), numa perspectiva de desenvolvimento-dependente-associado.

Foi dentro deste cenário, pós-1964, que ocorreu a consolidação e a expansão do arranjo de bem-estar social brasileiro. Sob o manto de um governo autoritário, numa perspectiva de autarquização da burocracia pública e de associação e integração do capital multinacional, que as políticas sociais foram expandidas sem que necessariamente ocorressem a sua universalização como direitos sociais. A expansão ocorreu durante um período de privação de direitos civis, e submetida a um modelo econômico concentrador de renda e socialmente excludente (Draibe; Aureliano, 1989, Grin, 2013).

Nossas políticas sociais tiveram de ser criadas a partir de uma estrutura política baseada no arrocho salarial, no cerceamento aos movimentos sociais e na concentração de renda, como consequência de uma interligação do regime político e do novo padrão de acumulação capitalista, tendo como resultado uma política social que não resultou em desmercadorização. A agenda social foi subordinada à econômica e as reformas que vieram pós-1974 tiveram um caráter conservador para redução de despesas (Draibe, 1994, Fagnani, 1997, Grin, 2013).

O motivo nas entrelinhas é que o regime militar entendia que havia um descompasso entre economia, democracia e conflito social, e que o arranjo político-institucional em vigor não daria conta de resolver os problemas decorrentes disso. O golpe e a suspensão dos direitos democráticos foram uma busca por respostas à complexificação da estrutura social, visando reposicionar o Estado sem mobilizar a sociedade, a isso Draibe e Aureliano (1989) chamam de “reforma conservadora”. Como resultado, as políticas sociais tiveram pouco impacto na redistribuição e na inclusão, foram limitadas no critério da universalização, carentes de seletividade e mal focadas nas camadas mais necessitadas (Draibe, 2003, Draibe; Aureliano, 1989).

As políticas sociais durante o regime militar foram construídas de maneira burocrática, os sindicatos estavam sob controle, havia monitoramento administrativo dos salários, mesmo programas voltados para o campo, como o Funrural⁸², foram implantados pela burocracia estatal. Ampliando a centralização, organizou-se um arranjo de bem-estar social burocrático que não atendia as demandas sociais. Houve uma repolitização das estruturas centralizadoras, que coordenavam os programas sociais, dada a crescente autonomia da tecnocracia. A política

⁸² Fundo rural destinado à contribuição social, com recolhimento obrigatório para que o empregado rural pudesse se aposentar.

representativa foi substituída por uma política burocrática, legitimada pelos anéis burocráticos que se tornaram os interlocutores das políticas sociais diante dos grupos privados (Lindblom, 1981, Draibe, 1994, Grin, 2013).

Fagnani (1987) apresenta a relação entre o crescente aparato burocrático estatal e a privatização do espaço público. Para ele, a centralização das decisões em políticas sociais aconteceu através da organização de grandes estruturas burocráticas, a citar: o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS).

A missão desses órgãos era criar e implantar políticas públicas com autonomia nos investimentos financeiros. Os nexos entre burocracia e interesses privados estavam presentes em diversas políticas sociais, sem considerar critérios de relevância e foco nos beneficiados mais necessitados. Não se deu importância à capacidade de sustentação de longo prazo, o que, na prática, inviabilizaria os mecanismos de financiamento e poderia produzir vácuos em diversas áreas do Estado. Outro exemplo apontado por Grin (2013), é a ampliação da oferta de serviços de saúde que favoreceu instituições da rede privada em detrimento de políticas universais, como seria o Sistema Único de Saúde (SUS), após 1988.

No terceiro período, entre 1964 e 1985, momento da reestruturação conservadora, agora debaixo de um projeto desenvolvimentista autoritário, tivemos uma transformação radical da armação institucional e financeira do sistema de políticas sociais. Se organizaram os sistemas públicos na área de bens e serviços básicos, superando a forma fragmentada e socialmente seletiva anterior, não garantindo a universalização e nem mesmo uma desmercadorização dos beneficiários.

A expansão se deu de forma conservadora e para não se desprezar completamente o período, pode-se afirmar que ela ao menos possibilitou a implantação posterior de políticas de massa e de cobertura ampla. Criou-se estruturas que abriram a ação do Estado para inovações de política social em novos setores como a habitação e estabeleceram-se mecanismos de formação de patrimônio dos trabalhadores, incluindo finalmente na seguridade os trabalhadores rurais.⁸³ Foi dessa forma, em sua maior parte, sob o manto do autoritarismo e da tecnocracia, que se reformou o arranjo de bem-estar social brasileiro.

⁸³ Na área de bens e serviços básicos avançou-se na educação, saúde, assistência social, previdência e habitação, como mecanismos de formação de patrimônio do trabalhador e da assim participação nos lucros da empresa, foram instituídos o FGTS e PIS/PASEP. Mais informações sobre a expansão do *welfare state* entre 1964 e 1985 ver: Draibe; Aureliano (1989, p. 138-141).

2.2.4. Reestruturação Neoliberal (1985-1994)

Buscamos até aqui, ao longo de nossa construção argumentativa, demonstrar a interação e o retorno que há entre os processos políticos, econômicos e sociais, sem deixar de lado a estruturação do poder político não apenas como regime, mas também como Estado. Ao chegarmos neste ponto, última fase que nosso recorte de pesquisa alcança, nos debruçaremos sobre a transição política brasileira, e este último aspecto é fundamental porque partimos da concepção de que a crise do regime autoritário foi sobre determinada pela crise da forma de Estado característica da sociedade brasileira desde os anos de 1930.

Recapitulando, essa forma de Estado nasceu na década de 1930, consolidou-se durante os anos do Estado Novo (1937-1945), mas foi na década de 1980 que suas estruturas foram abaladas por dois motivos: crescente incapacidade de adaptar suas estruturas aos processos de agregação e representação dos interesses emergentes (econômicos e sociais) daquele momento, e por perder paulatinamente sua capacidade de centralizar o processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Para Sallum Junior e Kulgemas (1991):

É típica desta modalidade de Estado intervencionista a capacidade de articular diretamente no interior do Executivo os interesses econômico-regionais e os econômico-funcionais, sejam eles tradicionais ou modernos. [...] Este esmaecimento das fronteiras entre os mundos público e privado, inerente à exacerbação das funções do Estado nacional na Era Vargas, sempre dificultou a articulação institucional autônoma dos grupos de interesse [...] O extraordinário desenvolvimento capitalista, ocorrido a partir do fim dos anos 60 até os anos 80, impulsionou mudanças socioeconômicas importantes, mas sem modificar o padrão básico (*basic pattern*) de relação Estado/sociedade (Sallum Junior; Kulgemas, 1991, p.148).

O projeto nacional desenvolvimentista articulado durante a década de 1950 foi encerrado com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado seguiu, desfazendo as estruturas do Leviatã brasileiro (Sallum Junior, 2003, Cepêda, 2012). Os anos de 1980 foram os da crise do desenvolvimentismo (fiscal e financeira) envolvendo seu padrão de financiamento e de manutenção. Esta crise emergiu amalgamada à privatização do aparelho estatal, que colocou progressivamente em xeque o comando da cúpula governamental sobre a multiplicidade de órgãos do setor público.

O processo de enxugamento da máquina e de privatização do setor produtivo do Estado, apesar de reduzir a dependência interna, teve como contrapartida o crescimento da dependência financeira em relação ao mercado internacional de capitais. Mudanças no cenário internacional, como as crises no preço do barril de petróleo desde 1973⁸⁴, fizeram a capacidade de adaptação da economia brasileira naufragar, e as restrições obrigaram a uma redução das atividades econômicas do país. Sufocado pela interrupção das fontes externas de financiamento e pela queda da arrecadação, o ajuste do setor público não correspondeu ao necessário. O Estado continuou representando o papel de protetor dos capitais privados, a dívida externa foi estatizada, paga via dívida interna, substituindo o endividamento externo por um endividamento interno (Silveira; Bielschowsky, 1986, Sallum Junior, Kulgemas, 1991).

O enfraquecimento do Estado desnudou as fraturas do regime político. A redução da capacidade financeira do Estado aprofundou a discórdia político-partidária e debilitou a sustentação política subnacional. Foi a partir deste ponto que a Nova República se iniciou, ou seja, sob a perda do comando central e a autonomização do Congresso Nacional e dos governos estaduais, que se consolidou em um processo sucessório que encerrou o ciclo de presidentes militares. A questão que se punha era exatamente como repensar o novo Estado e qual seria seu papel doravante.

Os anos de 1980, na América Latina, foi um período de insucesso de políticas monetaristas de estabilização, isso se deveu à introdução do fator credibilidade nos debates econômicos como variável crucial para o sucesso no combate anti-inflacionário e na redução do endividamento do Estado. O resultado disso foi uma canonização de políticas heterodoxas, de regulação do câmbio, de dolarização, que culminaram no início dos anos de 1990 em avaliações muito pessimistas, tanto do Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto do Bird, pondo em relevância a importância do fator político no sucesso ou fracasso de um programa econômico. Isto inaugurou uma preocupação nos intelectuais ou gestores da época, exemplificados perfeitamente nas conclusões do Consenso de Washington (Fiori, 1995).

⁸⁴ Os aumentos progressivos no preço do barril de petróleo começam a partir de 1973 a abalar diretamente a economia brasileira, interrompendo, naquele momento a execução do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O fim do lastro do dólar, o abandono do padrão ouro e a restrição intensa e rápida da liquidez internacional puseram fim ao então chamado “Milagre Econômico” ainda sob o governo Geisel (1974-1979). Ao assumir o governo em março de 1979, João Baptista Figueiredo já enfrentava uma situação econômica muito complicada que culminou em uma moratória e na hiperinflação do governo posterior de José Sarney (1985-1990), momento considerado como último suspiro do ciclo desenvolvimentista iniciado a partir de 1930.

É significativo para este momento trazermos para nossa análise um viés interpretativo muito importante para os anos vindouros e para os objetivos desse trabalho: o olhar de Fernando Henrique Cardoso. Compreender o percurso que FHC percorreu nos ajuda a compreender como ele se posicionava no xadrez político-ideológico brasileiro, e com isso, não obstante, entenderemos, simultaneamente, certas tendências presentes na construção da social-democracia proposta pelo PSDB, no momento de sua gestação e fundação.

A prolífera obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso não nos oferta facilidade em tentar resumi-la, mas tomando alguns atalhos, podemos dizer que, enquanto professor e pesquisador, ele exercitou uma busca determinada para entender as relações científicas entre os interesses e objetivos criados pelas situações histórico-estruturais e os caminhos possíveis que foram sendo construídos politicamente, em sociedades concretas, pelos arranjos sociais e suas coalizões de poder.

Para Fiori (1995), FHC foi um dos pioneiros nesta investigação, e para ele, a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que o arranjo nacional-desenvolvimentista lhe havia incumbido. Isto a levou sempre optar pela ordem, ou seja, renunciar à hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição subserviente do capitalismo ocidental. Constatou-se que no capitalismo moderno é possível haver dependência-associada, indiferentemente, sob certas circunstâncias, a uma retórica ideológica protecionista ou livre-cambista, estatista ou antiestatista, obedecendo apenas o sabor do movimento do capital em um ambiente internacionalista.

Eu próprio fiz o que estive ao meu alcance, em trabalhos escritos desde 1962, para demonstrar o infundado das teses que viam na política das burguesias nacionais a mola para o processo de desenvolvimento econômico e social. Os fatos demonstram, em toda América Latina, que o comportamento real da liderança e do grosso do empresariado local não sustentou as teses reformistas quanto às modificações agrárias que se julgavam necessárias para ampliar o mercado; nem sustentou a política de fortalecimento dos centros locais de decisão e de transformação do Estado em instrumento de oposição à penetração econômica estrangeira (Cardoso, 2020, p. 198).

Para Cardoso (2020), a condição periférica do capitalismo se definia pela ausência de moeda conversível e capacidade endógena de progresso tecnológico, e isso definia a condição de dependência como forma única de sustentação econômica e política do empresariado nacional, diante dos capitais internacionais e o Estado. Estes últimos três são as colunas de

sustentação econômica da fase da internacionalização do mercado interno – momento em que as transnacionais e multinacionais tomaram a liderança em quase todos os setores de ponta.

O fato é que na década de 1980 e 1990 essa era justamente a situação estrutural definida por aquilo que, daquele momento em diante, passou a ser chamado de globalização do capitalismo⁸⁵, potencializando ainda mais a sensibilidade interna às mudanças econômicas apresentadas pelo cenário internacional, e fazendo com que a realidade até ultrapassasse as análises de FHC, mas não as invalidasse. O Brasil dependente e associado teria de enfrentar um cenário que havia abalado todo o mundo ocidental e colocado as social-democracias tradicionais na defensiva.

No final do século XX, o Estado de bem-estar social passou a enfrentar novos problemas característicos das economias pós-industriais. Não havia mais condições de se garantir pleno emprego e igualdade, porque mudanças no mercado de trabalho impediam o trade-off e geravam instabilidade familiar e perda da integridade social. O padrão de solidariedade assentado no pleno emprego começou a ruir, obrigando muitos países a rever o contrato entre Estado e sociedade, na busca de redefinir os novos riscos sociais a serem enfrentados (Esping-Andersen, 2000). As ameaças do desemprego estrutural decorrente da modernização tecnológica dificultaram as ações de políticas sociais desmercadorizantes. Uma nova economia baseada na oferta de serviços ampliou os empregos mal pagos, o que passou a incidir diretamente na capacidade de arrecadação dos Estados, e as baixas arrecadações impactaram diretamente na qualidade das políticas públicas ofertadas.

Isto é ainda mais impactante para a sociedade brasileira, em que o arcabouço de bem-estar social nunca foi universalizante e democrático. No Brasil, nunca houve o trade-off entre igualdade e emprego, apenas maneiras de se garantir um desenvolvimento dentro das regras da acumulação capitalista. Aqui a reprodução do capital conviveu com exclusão social e baixos salários, até porque a luta de classes, ferramenta importante dos trabalhadores para a conquista de seus direitos sociais, políticos e civis, foi obstaculizada, resultando em políticas sociais altamente regressivas e baseadas na contribuição individual (Santos, 1979, Draibe, 1994, Fagnani, 1997, Cepêda, 2012). Um sistema que não permitiu a incorporação dos cidadãos em

⁸⁵ Entendemos por globalização a ação à distância que influencia significativamente “terceiros distantes”. São características desse processo a compressão do espalho-temporal, a interdependência acelerada entre economias e sociedades nacionais, a erosão das barreiras geográficas à atividade socioeconômica. É ainda, a interdependência global, a reordenação das relações de poder inter-regional. Ver Harvey (1989); Giddens (2000), Held; McGrew (2001).

um padrão de seguridade mais universal de solidariedade, ao menos até a segunda metade dos anos de 1980.

2.3. Por uma pequena síntese

A proposta deste capítulo foi oferecer em um quadro mais amplo uma análise comparativa do Brasil com a definição de social-democracia que alinhavamos durante o capítulo primeiro. Partindo do pressuposto que até a década de 1990 não podíamos nos certificar da existência de partidos social-democráticos e, nem mesmo, de um arcabouço de social-democracia brasileira, optamos por estudar, na história brasileira, o desenvolvimento dos direitos trabalhistas e sociais e o papel do Estado como regulador do equilíbrio econômico e da promoção de políticas de bem-estar social.

Ao final pudemos esclarecer os elementos que impediram ao longo do século XX o desenvolvimento das condições mínimas para a existência de um arcabouço social-democrata no Brasil. O processo histórico pelo qual o Brasil passou, suas peculiaridades sociais e econômicas e sua natureza periférica capitalista, garantiram uma matriz muito diversa da Europa e dos países escandinavos, talvez exemplificando perfeitamente a afirmação de Marx (2011 [1852]) de que são “as condições materiais da vida social que determinam a consciência dos homens”.

Isto nos ajuda a entender a efervescência histórica que se impunha no período da Redemocratização, como palco de fortes transformações sociais, políticas e econômicas hoje ela pode ser lida sob uma multiplicidade de teorias que tentam dar conta da ampliação do espectro político brasileiro, após mais de 20 anos de regime autoritário. Compreendê-las melhor no capítulo vindouro nos ajudará a iluminar melhor as ações e decisões dos atores políticos naquelas circunstâncias, porque parafraseando Mannheim (1972)⁸⁶, “uma mesma sociedade, em um mesmo momento histórico, pode experimentar uma pluralidade de visões de mundo”.

Pretendemos evidenciar é que na virada do século XX no Brasil, em um cenário de distensão final do autoritarismo militar e de transformações mundiais como a ascensão do neoliberalismo e fim do socialismo real, esquerda e direita tiveram suas extremidades afetadas,

⁸⁶ Mannheim (1972), enxerga que na modernidade não apenas conhecimentos divergentes sobre fatos e objetos diferentes passaram a coexistir, mas também, e principalmente, passaram a coexistir em uma dinâmica conflituosa e altamente concorrencial. Estudar como essas diferentes nuances se enfrentam no campo ideológico pode nos ajudar a entender as disputas simbólicas em uma dada realidade.

levando inevitavelmente à convergência da maioria dos matizes para o centro. Todos esses fortes fatores dinâmicos juntos, em um contexto de “transição democrática”, de globalização e de incapacidade de os agentes políticos resolverem as questões sociais básicas de nosso país, levou a implosão do anterior sistema político vigente, abrindo campo para o surgimento de novos atores políticos que tornar-se-iam no início do século XXI, os grandes protagonistas da “Nova República”.

CAPÍTULO 3: O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA GÊNESE DO PSDB

Os dois primeiros capítulos deste trabalho dissertativo se pautaram em fazer um movimento teórico com a intenção de criar parâmetros basilares para nossas análises. No primeiro capítulo optamos por uma reconstrução histórica da social-democracia, de suas raízes até as décadas finais do século XX, era nossa intenção explorar suas diversas representações arquetípicas, de modo a destacar as nuances que este arcabouço teórico sofreu ao longo do tempo. Mediante a construção de um conceito mínimo, e pautando-se pela impossibilidade de uma social-democracia brasileira anterior a Redemocratização, no segundo capítulo, buscamos descrever como as políticas de bem-estar social foram sendo desenhadas no Brasil ao longo do século XX. Agora, no presente capítulo, objetivamos entender o contexto histórico e político que definia a geografia partidária durante os anos fundacionais do PSDB, aludidos entre os anos de 1988 e 1994. Entendemos que para além de suas formulações ideacionais, enquanto partido político o PSDB enfrentou um cenário conjuntural que impôs condições as vezes favoráveis e em outras desfavoráveis na busca pela obtenção do poder.

Neste terceiro capítulo buscaremos dar minimamente conta dos desafios elencados até este momento, sabendo de antemão que nosso esforço não terá como resultado algo definitivo e estanque. Para entregarmos o que aqui propomos dividimos nosso trabalho em duas seções: primeiramente buscaremos fazer uma reconstrução dos anos fundacionais do PSDB, tentando através de uma análise descritiva-histórica demonstrar o contexto e os fatos que impactaram diretamente no surgimento deste partido; no segundo momento partimos para a investigação dos campos da esquerda, do centro e da direita política entre os anos de 1988 e 1994, nosso objetivo será entender como o contexto histórico da redemocratização brasileira reposicionou o pensamento político e influenciou diretamente os partidos em suas escolhas enquanto agentes políticos, aqui combinando a análise descritiva-histórica com a análise documental.

3.1. Os anos fundacionais: a gênese do PSDB

Iniciamos esta discussão destacando que o estudo da proposta de social-democracia, formulada pelo partido, deve ser realizado a partir da literatura discutida nos capítulos precedentes, e seu impacto sobre a construção da organização política precisa ser circunscrito aos anos que nosso recorte temático estabelece. Por se tratar de um período de transição e de

profundas transformações, a virada do século XX e os terremotos políticos e econômicos daquelas décadas foram suficientemente impactantes para reposicionar rapidamente ideias, arcabouços teóricos e projetos políticos.

No campo ideológico, o final do século XX ficou marcado por um epíteto: “o fim das utopias”. A partir dos anos de 1970, a queda das taxas de crescimento e a concentração de renda nos países do ocidente, gerou aquilo que ficou conhecido como a crise do Estado – que se traduziu em dados reais na falência dos Welfare States, que nos 30 anos anteriores haviam se estabelecidos como esteio da recuperação, pós-Segunda Guerra Mundial, dos países desenvolvidos e capitalistas. O desmoronamento do Socialismo Real no Leste europeu, associado a Queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética complementaram o cenário de deterioração política, implodindo em estilhaços os antigos nacionalismos e dando abertura para o ressurgimento do liberalismo em uma versão mais conservadora e ultrarradical: o neoliberalismo. Este cenário de transição nublou durante muito tempo a avaliação dos pensadores e analistas políticos, que imersos no turbilhão dos acontecimentos da virada do século, precisaram muitas vezes “esfregar os olhos” para tentar enxergar com clareza fatos e acontecimentos que inclementemente os açoitava.

Foi diante deste pano de fundo internacional que o PSDB surgiu, a seguir paralelamente faremos uma descrição do recorte local, para melhor delimitar o cenário nacional da fundação do partido.

3.1.1. A Fundação do PSDB

A Nova República, quarto período republicano brasileiro, ao retomar a caminhada democrática em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, levaria ainda três anos para ver sua constitucionalidade estabelecida, nos marcos da Carta de 1988. Em seu parágrafo primeiro ela consagra o princípio fundamental da soberania popular quando afirma que “todo poder emana do povo”. Um certo lugar-comum costuma acusar a transição democrática, na década de 1980, como um processo político conduzido “pelo alto”, com a ausência da presença popular. Por esta visão o caminho histórico teria se firmado de forma conservadora e excludente⁸⁷. Aggio (2007) discorda deste pensamento, para ele o resultado da vitória da

⁸⁷ Por estas análises, o histórico de transição democrática brasileira é apontado como “um processo implicitamente negociado”, visando amortizar os custos de uma descompressão do regime militar no que se refere a violência,

Aliança Democrática, bloco constituído pelo MDB e a Frente Liberal, apresentou como resultado uma nova Constituição que incluiu novos direitos sociais e trabalhistas, que foram consequência de um duro embate entre forças progressistas e conservadoras. Foi um momento de plena liberdade política, que trouxe em seu bojo o retorno das eleições diretas para a presidência da República e que culminou na desarticulação dos objetivos de autorreforma pensada por Geisel e Golbery, articuladores da ideia da transição “lenta, gradual e segura”. Genericamente chamada de “década perdida”⁸⁸, os anos de 1980 são muitas vezes descritos como um momento em que perdemos a oportunidade de fazer reformas, que posteriormente ficariam conhecidas como neoliberais.

Seriam justificadas essas ideias? Pelo menos no que tange ao político, a década de 1980 foi um período em que a sociedade brasileira se mobilizou em movimentos políticos e sociais, o país retornou aos trilhos democráticos via uma Constituição que dispunha de suporte para a implementação de uma democracia participativa, além de amplos direitos sociais aos trabalhadores. Como aponta Versiani (2014), foi um tempo rico para se pensar as continuidades e as transformações pelas quais passamos, no sentido de apontar caminhos mais democráticos para o futuro, ainda que enfrentássemos dificuldades. A transição democrática abarcou cerca de uma década e meia, e seus dilemas econômicos, sociais e políticos exigiram dos seus atores uma dinâmica de mutação e complexas respostas ao regime militar em decomposição.⁸⁹

Foi no final desta década que surgiu o PSDB, ainda em um momento de incertezas do Congresso Nacional Constituinte, quando o principal partido – o PMDB – se dividia e se enfraquecia dentro das suas diversas facções internas⁹⁰. Neste cenário punha-se a disposição a possibilidade de reorganização das forças políticas, de mudanças profundas no quadro

exemplo dessa análise pode ser vista em Lamounier (1990). Outra vertente concebe a política como algo derivado integral e estritamente da movimentação social, visão presente em obras como a de Weffort (1984), que entende o processo eleitoral, daquele momento, meramente simbólico e de não renovação de poder, ou ainda, em O'Donnell (1988) com seu modelo de duas transições, na qual a Nova República estaria estagnada em virtude da enorme resistência representada pela burguesia e do pesado lastro das continuidades políticas.

⁸⁸ Sobre o ambiente econômico para os países em desenvolvimento na década de 1980, ver: Bresser-Pereira (2003).

⁸⁹ Para alguns autores, a transição democrática se encerraria com a instalação do governo civil de Tancredo Neves e José Sarney. Outros veem na data de promulgação da nova Constituição de 1988 a data do fim deste ciclo. Nós concordamos que este processo ainda se estende até as primeiras eleições presidenciais diretas em 1989 (Kinzo, 2001). Sobre o assunto consultar: Moisés (1994); Reis (2001); Santos (1988), Kinzo (2001).

⁹⁰ Segundo Freire e Carvalho (2018), a partir do ano de 1985 abriu-se um ciclo favorável à legalização e formação de legendas partidárias. A Emenda Constitucional nº 5, de maio daquele ano, abriu caminho para a criação de novos partidos políticos, e o mesmo quadro se repetiu durante os debates da Constituinte, momento em que o PSDB surgiu. Sobre este assunto conferir também Fleischer (2007, p. 314).

econômico e nas condições sociais, fornecendo para os partidos de inclinação à esquerda um ambiente ideal para a ocupação de espaços dentro do campo político.

Sobre a fundação do PSDB, a literatura acadêmica apresenta como fatores conjunturais decisivos, os fatos políticos, as relações e as motivações pessoais dos atores e componentes institucionais. Para Kinzo (1993b) as fraturas internas do PMDB, aprofundadas durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre os anos de 1987 e 1988, principalmente sobre questões relacionadas ao sistema de governo a se adotar – presidencialismo ou parlamentarismo – e a duração do mandato do presidente José Sarney, se quatro ou cinco anos, teriam motivado a sua criação. Melhen (1998) aponta como fator impulsionador a ausência ou limitação de espaços políticos para alguns dos atores descontentes no interior do PMDB, e de outros partidos, ou seja, para ela disputas internas dentro das organizações partidárias como a peemedebista ganhavam expressão e levava os agentes a buscar melhores posições de poder⁹¹. Este cenário apresentaria uma subtrama em São Paulo, local de acirrada disputa interna entre um grupo no entorno de Orestes Quércia, político que foi governador paulista, e o MUP (Movimento da União Progressista), reunidos sob a liderança do ex-governador Franco Montoro, dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do deputado federal José Serra e dos atores situados à esquerda da seção paulista⁹².

Uma segunda interpretação deste cenário é fornecida por Roma (2002), que critica as interpretações demasiadamente calcadas no aspecto ideológico como variável explicativa para a formação do PSDB. Para ele, a origem do PSDB pode ser mais bem compreendida quando consideramos três elementos importantes: a) ausência de espaço político na gestão do governo de José Sarney para os fundadores do partido; b) exclusão desses políticos do processo sucessório à presidência da República; c) demanda do mercado eleitoral por representantes de centro, gerada pelo descontentamento com o governo nacional.

⁹¹ Segundo Melhen (1998), o PMDB mantinha em seu interior 4 tendências: a) os autênticos – políticos de tendências ideológicas variadas que desde o período do bipartidarismo, nos primórdios do MDB, atuavam em defesa de um Estado de Direito; b) os históricos – membros atuantes desde a fundação do partido e ligado aos setores progressistas; c) o MUP (Movimento da União Progressista) – que se autointitulava à esquerda do partido; d) “Centrão” – bloco suprapartidário, atuante na Assembleia Nacional Constituinte, que se posicionavam em favor do governismo apoiando o presidente José Sarney.

⁹² Em 1985, nas eleições municipais para a cidade de São Paulo, o ex-presidente Jânio Quadros (PTB) venceu Fernando Henrique Cardoso, fato que fortaleceu o controle de Orestes Quércia sobre o PMDB paulista, dando origem ao que ficou conhecido como Quercismo. Nas campanhas de 1986 e 1987 ocorreram fortes disputas entre as alas internas do partido, com perda significativa de espaço para aqueles atores à esquerda.

Dentro desta mesma linha, Guiot (2006) também critica os trabalhos focados nos agentes históricos, anunciados em publicações posteriores, na grande imprensa da época ou nas suas entrevistas⁹³. Considerando válidas as características pragmáticas apontadas por Roma (2002), ele realça que a abertura de “um nicho de mercado” eleitoral contribuiu para a matização do PSDB enquanto partido. Ao ocupar uma “brecha” deixada pelas forças políticas naquele contexto, o partido se ofereceria como um instrumento para afirmar um dado projeto político, que estaria afinado com a tarefa política de aglutinar a burguesia em crise nos anos da transição democrática.

Essa relação embrionária do PSDB com os elementos político-institucionais daquela época também é destacada por Lamounier (1989), para quem o jogo eleitoral estabelecido no período era a expressão institucional de uma negociação implícita entre os setores dirigentes do regime ditatorial e setores da oposição⁹⁴. Neste sentido, o caráter eleitoral da transição democrática modificou o enfrentamento competitivo, transformando-o em mecanismo de equilíbrio das forças políticas que coexistiam durante aquele contexto, e isto tudo em um marco institucional em construção.

Diante deste cenário de análise, seria um equívoco entender a fundação do PSDB como uma decisão política apenas pragmática, o que também não nos autoriza afirmar que as razões ideológicas tiveram peso decisivo nas escolhas dos atores políticos. O caminho que preferimos adotar é, considerando o processo histórico, combinar elementos de ambas as visões em busca de um resultado mais empírico sobre este tema. Por este caminho não se pode desconsiderar as descrições históricas presentes em trabalhos como os de Kinzo, Melhen e Lamounier, porque historicamente é evidente que o sucesso do PMDB logo nos primeiros anos do retorno do governo civil, assim como sua crise e cisão durante o processo constituinte, abriu um espaço político para transformações significativas no sistema partidário surgido com a transição democrática. Parte deste espaço foi ocupado pelo PSDB. Sobre a fundação do PSDB, Jorge Ferreira (2018) aponta que o desgaste entre o presidente José Sarney com as facções do PMDB mais progressistas e à esquerda, principalmente com o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimaraes, foi fator preponderante para o surgimento do novo partido.

⁹³ Entre estes trabalhos constam: CABREIRA (1995); FURTADO (1996); MARQUES & FLEISCHER (1999); GENAIO (2003).

⁹⁴ Para Lamounier (1989) este embate se dá durante o Pacote de Abril (1977), que postergou as eleições diretas para governador, depois na Reforma Partidária de 1979, que inicialmente fragmentou a oposição, mas ressurgiu na imposição, em 1981, de um conjunto de regras eleitorais, entre as quais o voto vinculado para as eleições de 1982.

Ainda que produzido posteriormente a fundação do partido, uma bibliografia importante para entendermos a inserção dos atores neste momento histórico é o livro de Raul Christiano Sanchez – *De volta ao Começo! Raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição*. Sendo editado pelo Instituto Teutônio Vilella entendemos que ele é um documento oficial, principalmente porque seu autor foi um militante do Movimento da União Progressista (MUP) e esteve presente no momento da criação do partido, participando das reuniões, assembleias e campanhas em prol da fundação. Na apresentação, a ex-governadora do Rio Grande do Sul pelo PSDB, Yeda Crusius, afirma que o livro se constitui um exame de DNA do partido, e que este buscava em 2003, início dos anos fora do poder executivo federal, auxiliar os peessedebistas a se ressignificar ao recriar a imagem de oposição a partir das histórias e testemunhos contidos no volume.

O livro é uma tentativa de resgatar uma história cronológica do PSDB, e envolve um ponto de vista pessoal do autor, entretanto, também é uma ótima forma de enxergarmos as disputas pragmáticas entre as facções histórica e o centrão do PMDB, em busca de ocupar espaços dentro do governo José Sarney, assim como também nos permite vislumbrar os embates internos do PMDB durante o Congresso Constituinte.

Segundo Sanchez (2003), partiu do MUP a ideia de acelerar a formação de um novo partido:

[...] chegou a surpreender parcela significativa de outros parlamentares, governadores, prefeitos e militantes, que gostaria de cumprir e esgotar outras etapas no PMDB, dentro de uma expectativa de resgatá-lo, enquanto bandeiras históricas de lutas e influência nas suas instâncias de decisão, contra a então orientação nacional (Sanchez, 2003, p. 85).

A tentativa de dissidentes do PMDB de organizar um partido “popular” com o “socialismo no horizonte” já havia fracassado no final dos anos de 1970, quando intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Francisco de Oliveira, José Serra, Paul Singer e o ex-ministro do Trabalho Almino Affonso propuseram formar um partido socialista de tipo europeu. Tinha-se em mente aliar o “novo sindicalismo”, nascido no ABC paulista, o grupo dos autênticos do então MDB e outros intelectuais da chamada “esquerda independente”. Essa proposta fracassou com o surgimento do PT, que ocupou um espaço preponderante no campo da esquerda nos anos seguintes. O fato é que parte destes intelectuais se mantiveram no PMDB, porque tinham estratégias políticas diferentes que

privilegiavam a atuação parlamentar e a atuação dos movimentos sociais de maneira menos “assembleísta”⁹⁵.

O movimento que surgiu encampado pelo MUP colocava o PMDB em um dilema, isto porque exigia um posicionamento mais claro da ala progressista, que havia sido preterida pela cúpula do partido nas decisões mais importantes. O MUP fora fundado em julho de 1987, um pouco antes da Convenção Nacional Extraordinária do PMDB, e se constituiu em oposição ideológica a facção do Centrão, formada no mesmo ano. O Centrão reunia porções mais conservadoras e governistas do PMDB, tanto dentro do governo José Sarney, como na Assembleia Nacional Constituinte. No jornal editado pelo MUP, contendo suas resoluções, que seria encaminhado para a convenção nacional, o recado era expresso: “Este governo já saiu do PMDB, está na hora do PMDB sair dele” (Sanchez, 2003. p.76). Entretanto, a Convenção Nacional de julho de 1987 nada decidiu, o que acabou frustrando o movimento militante que exigia as eleições presidenciais diretas já em 1988.

A ideia de fundar um novo partido naquele momento não foi para frente, a legislação eleitoral impunha pré-requisitos que o MUP não conseguiria cumprir, e com a aproximação das eleições de 1988 – que poderia ser direta para presidente se a Constituinte assim estabelecesse – esta possibilidade se tornou inviável. Apesar desse recuo estratégico, o grupo formulou um documento que estabelecia os pontos fundamentais para a constituição de um novo partido.

[...] “começar de novo” foi o slogan que começou a ser divulgado pelo movimento dos autênticos e históricos do PMDB, por meio de manifesto, aprovado em 9 de janeiro de 1988, em Brasília, na casa do senador Fernando Henrique, com a presença de Euclides Scalco, José Richa, Franco Montoro, Mário Covas, entre outros. A divulgação de seu conteúdo por toda a imprensa brasileira, com o objetivo de marcar posição do grupo que já não escondia o desejo de deixar o PMDB, sinalizava a insatisfação com os rumos do partido” (Sanchez, 2003, p. 103).

Começava, a partir deste momento, se formar um movimento de lideranças nacionais que pertenciam ao PMDB, mas não faziam parte do MUP, e isto agravou ainda mais a divisão interna peemedebista, principalmente entre a ala mais progressista⁹⁶. Isto passou a articular

⁹⁵ Assembleísmo ou basísmo são expressões usadas pelo PSDB em seus documentos para identificar a ação política realizada pelo PT muito próxima as entidades de classes e sindicatos. Constantemente acusada de corporativistas esta atuação eram rejeitadas pelos pessedebistas que preferiam a presença das organizações sociais não governamentais.

⁹⁶ Vale apontar que parte significativa dessas lideranças eram de São Paulo, lugar em que o quercismo, através de medidas clientelistas, excluiu das ações de governo os políticos ligados a Fernando Henrique Cardoso, ao deputado

esses políticos que atuavam tanto dentro da Constituinte como em seus estados natais, Franco Montoro cedeu seu escritório em São Paulo para que o MUP o utilizasse, aprofundando os laços entre os progressistas paulistas e o movimento militante.

O próximo passo decisivo foi dado em abril de 1988, quando FHC deu uma entrevista para o jornal a Folha de São Paulo⁹⁷ dizendo que o novo partido deveria ser criado até junho daquele ano. Tornava-se claro a intenção de se criar uma legenda progressista, de centro-esquerda, com limites a esquerda e a direita. Fernando Henrique acrescentava que seria “um quase milagre” o partido não ser formado, isto só seria evitado se o PMDB votasse aquilo que nos últimos quatro anos não fora, ou seja, nas disposições transitórias (para o mandato presidencial). Ainda se exigia que os ministros peemedebistas se desobrigassem do governo, se quisessem que a decisão sobre o novo partido retrocedesse. Havia também outro movimento sendo realizado paralelamente, o qual era, a articulação para o novo partido, o futuro PSDB, lançar como candidato a presidência Mário Covas, esta negociação reunia o próprio líder do PMDB no Congresso, o senador José Richa (PR), o deputado Euclides Scalco (PR), ambos peemedebistas, e os deputados Jaime Santana (MA) e Saulo Queiroz (MS), pefelistas. Ao mesmo tempo, as principais lideranças progressistas definiam estratégias para a ação na Constituinte, nos bastidores políticos de Brasília, os políticos buscavam modificações na legislação partidária, a fim de permitir que os prazos pudessem ser estendidos para novas filiações e se encurtassem as dificuldades para a obtenção do registro provisório.

O projeto do novo partido era inevitável, isto porque o próprio PMDB já tinha uma candidatura extraoficial para presidente da República, a de Ulysses Guimaraes, assim como outros partidos já testavam seus próprios nomes – Lula pelo PT, Leonel Brizola pelo PDT e assim por diante. Neste período, o ex-governador Franco Montoro, que em São Paulo liderava o movimento dos dissidentes do PMDB, intensificava sua presença em Brasília, se propondo a formar diretórios provisórios, ainda que informais, para avançar na organização do partido ao nível nacional, havia uma disposição dos parlamentares concorrerem às eleições municipais de novembro de 1988. Apesar da forte prevalência de lideranças paulistas, havia núcleos em 21 estados.

José Serra e ao ex-governador Franco Montoro. Estes perceberam que o campo de ação dentro do PMDB estava limitado para seus intentos políticos, o que fortalecia a opção por criar um partido. Ver: VIEIRA (2012).

⁹⁷ Folha de São Paulo, 11 de abril de 1988.

Ulysses Guimaraes e governadores do PMDB, percebendo o alcance da cisão, tentaram conter a reação. Prometeram um amplo debate para renovar o partido e dar a ele um ar mais social-democrata. Esse movimento foi apoiado por diversos políticos e intelectuais ligados ao partido, entre eles: os governadores Moreira Franco (RJ), Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE); os ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado; além de Sergio Abranches, Hélio Jaguaribe, Luciano Coutinho e Andrea Calabi. Não foi o suficiente, o PMDB se dividiu em três alas distintas: os conservadores do Centrão, a direita; Ulysses Guimaraes e seu entorno, ao centro; e os dissidentes, à esquerda. Segundo Sanchez (2003, p. 120), a última palavra foi dada por Roberto Cardoso Alves (líder do Centrão), em resposta a Waldir Pires, que reivindicava a saída dessa facção do partido: “O PMDB é nosso”.

Marques e Fleischer (1999) ao analisarem a formação do PSDB pela tese de Sartori, em *Partidos e Sistemas Partidários*, veem no estudo do caso peessedebista uma comprovação dos estudos sartorianos. Os autores demonstram que a tese sartoriana de que facções partidárias podem alcançar a coesão necessária para se tornar um novo partido, pode ser perfeitamente exemplificada pelo caso do PMDB. Fatores endógenos, exógenos e eleitorais levaram influentes políticos a se organizarem e unirem-se a dissidentes de outras legendas, tendo como resultado a fundação de um novo partido (Marques, Fleischer, 1999; Roma 1999; Assumpção, 2008; Vieira, 2012).

Em 24 de julho aconteceu uma reunião para preparar a fundação do novo partido que realizar-se-ia no dia seguinte no Congresso Nacional.

No dia 24 de junho de 1988, em Brasília, aconteceu a primeira reunião de simpatizantes – parlamentares, prefeitos, dirigentes regionais, militantes – para preparar a assembleia de fundação marcada para o dia 25 de junho, no Congresso Nacional. No primeiro dia do encontro, 879 pessoas assinaram o livro de filiação ao novo partido, que votaram e deixaram para um segundo turno a escolha da sigla partidária, preferência dividida entre Partido Democrático Popular (PDP), com 244 votos, e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 214, dentre várias opções que os participantes escolhiam espontaneamente (Sanchez, 2003, p.137).

Quadro 3: Signatários do PSDB (conforme lista da reunião de fundação em 25 de junho de 1988)

Senadores	Fernando Henrique Cardoso (SP); Mário Covas (SP); José Ignácio Ferreira (ES); Afonso Arinos (RJ); Pompeu de Sousa (DF); Chagas Rodrigues (PI); José Richa (PR); José Paulo Bisol (RS)
	Total de senadores: 08

	Total de unidades da federação representadas: 07 (com distrito federal)
Deputados Federais	José Serra (SP); Geraldo Alckmin Filho (SP); José Carlos Greco (SP); Robson Marinho (SP); Antônio Perosa (SP); Caio Pompeu (SP); Fábio Feldman (SP); Koyu Iha (SP); Dirce Tutu Quadros (SP); Ronaldo César Coelho (RJ); Artur da Távora (RJ); Anna Maria Rattes (RJ); Mauro Campos (MG); Ziza Valadares (MG); Carlos Cotta (MG); Carlos Mosconi (MG); Célio de Castro (MG); Sílvio Abreu (MG); Pimenta da Veiga (MG); Octávio Elísio (MG); Rose de Freitas (ES); Vasco Alves (ES); Vilson Souza (SC); Francisco Küster (SC); Euclides Scalco (PR); Nelton Friedrich (PR); Sigmaringa Seixas (DF); Maria de Lourdes Abadia (DF); Renan Calheiros (AL); José Costa (AL); Saulo Queiroz (MS); Beth Azize (AM); Paulo Silva (PI); Jayme Santana (MA); Moema São Thiago (CE); José Guedes (RO); Cristina Tavares (PE)
	Total de deputados federais: 37
	Total de unidade da federação representadas: 13 (com distrito federal)
Ex-Governadores	Franco Montoro (SP)
Ex-ministros	Deni Scheartz (PR); Bresser-Pereira (SP)

Fonte: Subsecretaria de Arquivo – Senado Federal e Centro de Documentação – Câmara dos Deputados⁹⁸

A ata de fundação do PSDB foi aprovada, no dia 25 de junho de 1988, conforme o quadro 3 acima, ela era composta por quarenta e dois deputados federais (dois sem mandato) e oito senadores, um ex-governador e dois ex-ministros. Adesões de eleitores distribuídos por vários estados brasileiros completam a lista⁹⁹.

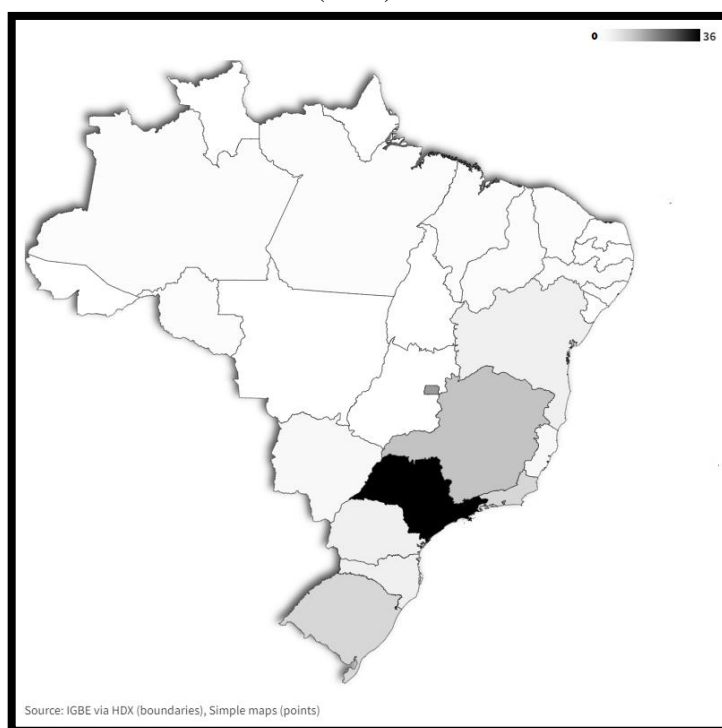
Conforme podemos observar o mapa 1, os signatários da ata de fundação do partido estavam principalmente concentrados nos estados do sudeste e sul do país. Majoritariamente do estado de São Paulo, também estavam bem representados pelos membros fundadores os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, além do Distrito Federal. Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se apresentavam sub-representados ou mesmo ausentes entre os signatários.

⁹⁸ Senadores e Deputados Federais, principalmente, assinaram a ata de fundação, cabendo aos demais membros da militância – registrar sua participação em um livro de presença. A relação completa das assinaturas da ata consta nos anexos deste trabalho. Não há registro da presença de deputados estaduais, prefeitos e vereadores na ata de fundação do PSDB.

⁹⁹ O jornal o Globo (25 de junho de 1988) destacava que o novo partido nascia com a terceira maior bancada na Constituinte, com 44 legisladores e tinha 900 filiados por todo o país, segundo Sanchez (2003), o livro de filiações contou com 876 assinaturas no primeiro dia de encontro.

Neste momento foram criadas dezessete Comissões Provisórias, estando estas no: Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe Roraima, Rondônia e Tocantins. Pela resolução nº 15.494/89 do TSE concedeu-se o registro definitivo em nível nacional à 24 de agosto de 1989. Somente em 1990 as Comissões Provisórias se estruturaram em outros Estados da federação.

Mapa 1: Distribuição espacial no território brasileiro dos signatários da ata de fundação do PSDB (1988)¹⁰⁰



Fonte: Figura elaborada pelo próprio autor com base no “Estado de São Paulo” (24/06/1988)

Na tabela 1 podemos observar o perfil dos membros fundadores do partido segundo ideologia e a agremiação originária deles.

¹⁰⁰ Importante salientar que no ato da fundação do PSDB, em 25 de junho de 1988, Roraima, Amapá e Tocantins ainda não existiam como unidade da federação brasileira. Constituídos como estados com a promulgação da Constituição em 05 de outubro de 1988, os dois primeiros eram territórios nacionais, enquanto o último foi desmembrado do estado de Goiás.

Tabela 1: Perfil do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no Congresso Constituinte segundo a origem partidária, a ideologia e a avaliação do DIAP¹⁰¹ (2º. Semestre/1988) (nº absoluto)

Região	Nº	Origem Partidária							Corrente ideológica segundo a “Folha de São Paulo” (17/01/1987)					Avaliação DIAP
		PMDB	PFL	PDS	PDT	PT	PCB/PC do B/PSC	PTB/PDC/PL/PSC	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	
Norte	2	1	0	0	0	0	*1	0	0	2	0	0	0	8,75 (2)
Nordeste	8	6	1	0	1	0	0	0	3	1	1	3	0	9,38 (8)
Sudeste	24	21	1	0	0	0	**1	***1	2	16	3	3	0	7,22 ****(24)
Sul	8	8	0	0	0	0	-	0	1	5	2	0	0	9,22 (8)
Centro-Oeste	5	3	2	0	0	0	-	0	1	2	1	1	0	8,60 (5)
Total	47	39	4	0	1	0	2	1	7	26	7	7	0	8,16 (46)

* Beth Azize (PSB – AM)
** Célio de Castro (PC do B)

*** Dirce Tutu Quadros (PSC – SP)
**** Afonso Arinos (ex PFL – RJ) ficou sem nota no relatório do DIAP

Fonte: Apud Lamounier (1989, p. 80).

Ao observar a tabela que contém os parlamentares que integraram o partido em seus momentos iniciais, observamos que essencialmente foi o PMDB (39 signatários) quem mais cedeu membros para o novo partido, destes 21 eram provenientes da região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). No que tange a corrente ideológica (segundo a classificação feita pela “Folha de São Paulo” em janeiro de 1987) constatamos que 26 deles eram de “centro-esquerda”, outros 21 se distribuíam igualmente entre esquerda, centro e centro-direita, sendo que nenhum era descrito como direita. Com base nas médias do DIAP o perfil inicial do PSDB mostrava um partido que havia votado na Constituinte favoravelmente aos trabalhadores (média global de 8,16), mas com matizes bem expressas. Na região sudeste, que contava com a maioria dos políticos, a média/DIAP de 7,22, é bem menor que a dos membros das demais regiões. Segundo o DIAP, os peessedebistas de centro e centro-esquerda (33 indivíduos) eram, na verdade, menos favoráveis às teses sindicais que os de centro-direita (6 casos acima da média), o que evidencia o distanciamento dos primeiros da esquerda mais movimentalista e o surgimento de um partido social-democrata com perfil muito distante dos seus homônimos europeus.

Entre intelectuais e demais cidadãos da sociedade civil destacam-se na assinatura da ata de fundação personagens importantes da história brasileira como: Ruth Cardoso, Bresser-Pereira, Sergio Motta, Clovis Carvalho, Eduardo Jorge Caldas Pereira, estes que vieram a se tornar ministros e cargos estratégicos nos anos de governo da legenda, além de Vilmar Faria, Gilda Figueiredo Portugal, José Afonso da Silva, Eliezer Rizzo, entre outros. Poucos entre eles

¹⁰¹ DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

eram de origem sindical, com exceção de Hermes Zaneti e Joaquim dos Santos Andrade, o que demonstra uma certa equidistância dos movimentos sociais trabalhistas ou mesmo de profissionais de classe média, denunciando desde sua origem ser o PSDB um partido de quadros parlamentares e de lideranças políticas profissionais.

Ao se atentar para este quadro de membros fundadores, é nítido o peso que o Sudeste teve entre eles, destacando São Paulo como a unidade federativa que mais contribuiu para seus quadros. O estado paulista era onde seus fundadores e seus primeiros dirigentes exerciam suas atividades políticas e profissionais, estes compunham, essencialmente, parte de uma intelectualidade formada e ligada academicamente a Universidade de São Paulo, altamente qualificada e disponível para serem uma *intelligentsia* aglutinadora do partido. Outros eram propriamente empresários, presentes e atuantes em diversos organismos corporativos, notadamente na CIESP e na FIESP, ou em outras associações da sociedade civil divulgadoras ou formadoras de novos projetos de sociabilidade (Guiot, 2006). Não sem razão, como poderemos entender melhor mais a frente, o espaço a ser ocupado pelo PSDB tinha muita relação com as escolhas que essas lideranças faziam.

3.1.2. Da oposição ao poder

Um bom entendimento das escolhas feitas pelo PSDB, em sua fundação, demanda um estudo do momento e da forma pelas quais o partido surgiu em 1988. Já salientamos anteriormente que a ideia de se formar um novo partido existia desde o final da década de 1970, entretanto, diante do impasse mantido por alguns dos futuros líderes do PSDB, a posição no campo da esquerda foi ocupada pelo PT. Importante destacar que ao contrário dos peessedebistas, os petistas criaram um partido “de baixo para cima”, se arvorando do apoio da classe trabalhadora, e não por meios parlamentares, das classes proprietárias ou do Estado. Para Rodrigues (1990), o PT seria naquele momento a expressão mais pura de uma sociedade civil organizada, em uma sociedade capitalista, e em luta contra os atos autoritários de um Estado. Desta forma, o Partido dos Trabalhadores curiosamente parece desde início ser um partido que mais se aproximou do modelo de social-democracia clássica do que o PSDB.

Observava-se, no ano de 1988, um grande esforço realizado pelo PSDB em se estabelecer como partido, queria assumir-se como uma agremiação de centro-esquerda, evitando-se ser confundido com o PT. Ademais, também queria evitar ser comparado com a

direita, que naquele momento era vista sob a suspeita de ser alinhada com o antigo regime militar¹⁰². A votação do nome da sigla, tal como relatada em Sanchez (2003), revela essa suspeição. Os integrantes descartaram legendas como PPP (Partido Popular Progressista) e PRD (Partido da Renovação Democrática). Em segundo turno, a sigla PSDB recebeu 426 votos, contra 214 recebidos pelo PDP (Partido Democrático Popular). A escolha foi uma resposta a realidade político-social brasileira da época, marcada por graves problemas sociais que necessitavam ser resolvidos de forma emergencial, assim como também, uma peremptória defesa da democracia como forma de resolução da vida política¹⁰³. Neste mesmo encontro o partido adotou o tucano, como seu símbolo, uma ave tipicamente brasileira para evocar uma agenda ecológica (Montoro, 1988; Sanchez, 2003).

Tabela 2: Evolução da representação política do Partido da Social Democracia Brasileira

Anos	Presidente	Governador	Senador	Dep. federal	Dep. Estadual	Prefeito	Vereador
Fundação em 1988			8	40			
Municipal 1988			5	40		18	214
Eleição 1989		1	10	60	30	19	222
Convenção 1989		1	10	50	30	18	222
Eleições 1990		1	9	38	67	18	222
Encontro em 1991		1	9	41	65	134	1994
Municipal em 1992		1	9	41	65	274	3274
Dezembro de 1993		1	9	45	71	290	3383
Eleições 1994	1	6	11	63	97	290	3383
Agosto 1995	1	6	13	80	129	387	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (*Apud.* ROMA, 2002, p. 82)

¹⁰² Não sem razão constam como documentos produzidos em 1988, e selecionados por nosso trabalho, que serão analisados mais adiante: Estatuto, Manifesto e Programa, além de dois escritos produzidos e publicados por Franco Montoro em busca na tentativa de comunicar-se com suas bases e com a sociedade civil de forma geral.

¹⁰³ Para Ferreira (2018), o país enfrentava uma grave situação, em 1988, greves se generalizavam – 800 mil funcionários protestavam nas ruas – a inflação, em setembro, chegou a 27,45%, acumulando no ano 980, 22%. Juntava-se a isso um crescimento negativo de 0,10%, após o fiasco do Plano Cruzado, apenas 7% dos brasileiros apoiavam o governo de José Sarney.

Aquele momento oferecia um verdadeiro desafio a nova legenda, no ano em que a Constituição foi promulgada, eleições municipais já estavam marcadas. O PSDB não havia se organizado de forma ampla no território nacional, por isso priorizou as disputas em cidades e capitais estratégicas para sua projeção nacional, por conseguinte, como podemos observar na tabela 2, o partido elegeu apenas 18 prefeitos e 214 vereadores naquele pleito, incluindo a vitória em uma única capital, Belo Horizonte, com Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo. O resultado decepcionante se tornou ainda mais visível com a derrota em São Paulo, estado de maior peso de suas lideranças, com José Serra amargando um 4º lugar com apenas 5,99% dos votos, muito distante da vencedora Luiza Erundina (PT), iniciante na política, com 29,84% dos votos. O resultado muito aquém do desejado se refletiria no ano seguinte, momento em que o PSDB buscou se reposicionar no cenário nacional, focando na candidatura de Mário Covas a presidência da República (Dulci, 2010).

Desde seu princípio, a eleição presidencial de 1989 foi considerada de importância fundamental para o PSDB. Para Freire e Carvalho (2018) dado o grau de incerteza sobre como terminaria aquela eleição, os partidos acreditaram que podiam surpreender, afinal como afirma Limongi e Guarnieri (2014, p. 8), “na dúvida, melhor marcar presença, mostrar ou testar sua força”. É neste cenário que as escolhas do partido levaram Roma (2002) apontar como pragmatismo eleitoral, e Dulci (2010) como “razões políticas”, os objetivos por detrás da fundação do PSDB. Não sem razão, devemos entender que os cálculos eleitorais (pragmatismo da ação política) não excluem a possibilidade de haver um compromisso com objetivos maiores de uma certa visão de mundo. Afinal, um partido, enquanto instituição partidária, existe exatamente para realizar os objetivos, metas e fins coletivos, grupais ou setoriais e até mesmo individuais de seus membros e organizadores (Weber, 1967; Michels, 1982; Panebianco, 2005).

É fato que a derrota no ano anterior – principalmente na capital paulista – evidenciou que o partido enfrentava dificuldades para se constituir como uma oferta alternativa no “mercado político”. A estreia decepcionante deu um banho de realidade ao PSDB e apontou que no “campo progressista” seus concorrentes diretos, principalmente o PT (vitorioso em São Paulo e Porto Alegre) e o PDT (que havia conquistado a capital do Rio de Janeiro), estavam mais avançados em termos de organização e estratégias eleitorais. A candidatura de Mário Covas foi uma tentativa de mudar os “cálculos” em favor do partido, conforme a tabela 2, em

1989 o governador do Ceará Tasso Jereissati e cerca de 20 deputados vieram para o partido em apoio ao senador paulista¹⁰⁴ (Dulci, 2010).

Covas iniciou sua carreira na década de 1960, antes do golpe civil-militar de 1964. Ele se elegeu deputado federal em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), acabou se reunindo ao MDB em 1965, partido que se tornou liderança. Caçado pelo Ato Institucional nº 5 (1968), retomou sua carreira política nos anos de 1980, obtendo êxitos eleitorais agora pelo PMDB. Fundador do PSDB, arrebanhou importantes votações, primeiro como deputado federal e depois como senador por São Paulo, o que o colocou como indicação natural a presidência da República em 1989 (Freire; Carvalho, 2018).

Apesar de grande esforço a candidatura de Mário Covas não decolou, já próximo do fim do primeiro turno ele não reunia nem mesmo 10% das intenções de voto. No debate político, o senador oscilou muito durante toda a campanha, às vezes apresentava-se com uma visão mais liberal (próximas de FHC e Tarso Jereissati), em outras assumia as próprias convicções (nacional-desenvolvimentistas e progressistas), o resultado numérico dos votos não deixa dúvida sobre sua derrota, apesar de ter apresentado um certo crescimento na reta final do 1º turno, acabou, como Serra em São Paulo no ano anterior, amargando um 4º lugar, obtendo 11,52%, dos 93,57% dos votos válidos¹⁰⁵.

Antes da sua posse, Fernando Collor de Melo, vencedor das eleições de 1989, após um segundo turno apertado contra Luiz Inácio Lula da Silva, ressentia-se de um partido forte. O PRN (Partido da Renovação Nacional) era identificado como nanico e sem raízes políticas, em termos congressuais, não elegeu uma base parlamentar muito clara e buscava se aproximar de políticos e partidos conforme suas necessidades se impunham. Segundo Sallum Junior (2018), Collor tinha uma forma voluntarista de governar, amparado por uma visão de grande autonomia sobre outros poderes, não procurou montar uma maioria orgânica, baseada em coalizões partidárias, para fazer aprovar suas matérias de interesse. Dentro do Legislativo, contentou-se em obter, desde o começo de seu governo, maioria *ad hoc*, projeto a projeto, votação por votação. Por isso, buscou se aproximar do PSDB e algumas de suas lideranças – principalmente de Fernando Henrique Cardoso (Conti, 1999). Além de FHC, José Serra também foi cogitado

¹⁰⁴ Tarso Jereissati se tornou rapidamente um grande articulador da campanha de Mário Covas, segundo Dulci (2010), foi ele quem alinhavou parte do apoio da imprensa brasileira a campanha ao conversar com Roberto Marinho (Globo), Roberto Civita (Veja). Coube a Fernando Henrique Cardoso trazer o apoio de Júlio Mesquita Neto e Ruy Mesquita (O Estado de São Paulo). Seria em favor destas negociações que José Serra teria escrito o discurso proferido por Mário Covas em busca de uma conciliação com o mercado e os empresários brasileiros.

¹⁰⁵ Dados levantados em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1989>

para compor a equipe de Collor de Melo, mas foi Franco Montoro quem fechou as portas para qualquer possibilidade, garantindo que o PSDB faria uma oposição responsável ao governo (Rodrigues, 2000).

O partido assumiu uma posição ambígua na oposição ao governo Collor, isto associado a mais uma derrota eleitoral, nas eleições para governadores, fez o partido sofrer deserções parlamentares no fim de 1990. Exceto no estado do Ceará, lugar em que o partido conseguiu eleger Ciro Gomes, substituindo Tarso Jereissati, a agremiação sofreu derrotas em São Paulo (com Mário Covas alcançando apenas o 3º lugar) e em Minas Gerais (tendo Pimenta da Veiga sendo derrotado após abandonar a prefeitura da cidade). Nas eleições legislativas o resultado também foi amargo, o partido diminuiu sua representação de 60 para 38 cadeiras, e no senado elegeu apenas Beni Veras, pelo Ceará, mantendo o tamanho da bancada¹⁰⁶.

Não era nada promissor o momento para o PSDB, o partido não conseguia ganhar eleições e tinha perspectivas de lento crescimento, o que poderia ser fatal para um partido de quadros parlamentares¹⁰⁷. Essa situação de insegurança tornou a oposição do PSDB ao governo Collor de Melo mais porosa, progressistas e moderados passaram a discutir se a posição parlamentar do partido deveria ser ou não mantida. Isto piorou quando a crise se instalou no governo, após planos econômicos fracassados e perda de popularidade governamental, em 1991 o PSDB voltou a ser sondado para participar da gestão Collor (Rodrigues, 2000).

Segundo Rodrigues (2000), a primeira tentativa ocorreu mediante a intervenção de Arthur Virgílio (prefeito de Manaus) e José Richa (senador pelo Paraná) que tencionavam convencer FHC a aceitar o convite do governo. Pensava-se em compor um “governo de coalizão”, e com um plebiscito marcado para o ano de 1993, via-se uma oportunidade de se colocar a mesa uma discussão que estava no âmago do partido desde sua criação: o parlamentarismo. Apesar da articulação levar Ulysses Guimarães e Fernando Henrique a se juntarem para apresentarem proposta a Collor de Melo, Tarso Jereissati, agora presidente do partido, não via com bons olhos a participação do PSDB em um governo que se fragmentava, desta forma as articulações mais uma vez não deram certo (Rodrigues, 2000).

¹⁰⁶ Dados levantados a partir da base de dados: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicao-1990>

¹⁰⁷ Para Panebianco (2005), derrotas eleitorais somadas a diminuição das possibilidades de distribuição de incentivos seletivos, em uma situação de quadros altamente profissionalizados, pode levar a uma maior porosidade das relações do partido com seus próprios membros e deste com os demais partidos concorrentes no cenário nacional. Essa porosidade pode permitir a infiltração de interesses exógenos e levar a organização partidária a um fisiologismo que distancia o partido de seus ideais fundacionais.

O ano de 1992 não apresentou uma melhoria da situação do governo Collor, em março este pensava em uma reforma ministerial para recompor sua base de governo e atrair o PSDB. Por outro lado, os tucanos defendiam de forma muito ambígua a ideia de governabilidade. Hélio Jaguaribe, membro do diretório nacional, aceitou fazer parte do governo, e de forma unilateral ocupou a Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi seguido por Celso Laifer que assumiu o ministério das Relações Exteriores. Fernando Henrique, que via com bons olhos a oportunidade de entrada no poder, chegou a chamar de sectária a posição da bancada peessedebista no Congresso Nacional, mas ao final, afirmou que não tomaria nenhuma decisão sem o apoio do partido¹⁰⁸.

Na reunião da Executiva Nacional do PSDB, no dia 2 [de abril de 1992], o assunto adesão era o único ponto de pauta. De um lado, o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, a quem o presidente acenara com a chancelaria, de outro o grupo ligado a Mário Covas, contrário à adesão. Foram exatos oito votos a oito, cabendo o voto de Minerva ao presidente, Tasso Jereissati, que decidiu que o partido deveria permanecer fora do governo. Provavelmente o que mais pesou em sua decisão foi a proximidade das eleições municipais de 1992, nas quais o PSDB pretendia [...] [recuperar-se] dos fracassos eleitorais anteriores (Rodrigues, 2000, p.174-175).

Com o agravamento da crise governativa de Collor, Tarso Jereissati e Fernando Henrique Cardoso, no campo político, e Sergio Abranches - no campo acadêmico - se distanciaram do governo porque enxergavam que a crise de governabilidade poderia abrir possibilidades para a aprovação do parlamentarismo no plebiscito de 1993. O presidencialismo parecia demonstrar suas fragilidades, e isso aumentou a percepção dos líderes peessedebistas para alguns possíveis “atalhos” a se usar para chegar ao poder, afinal se este não era alcançado por vias eleitorais normativas, o plebiscito se tornava muito atraente naquele momento (Dulci, 2010).

Justamente quando o partido fez sua opção por um possível atalho para o poder, uma sequência de eventos redefiniu a infante Nova República. O primeiro impedimento de um presidente mudou todo o tabuleiro político da nação, colocando na cadeira presidencial o vice-presidente Itamar Franco¹⁰⁹. Este reposicionou o jogo político e colocou o PSDB finalmente

¹⁰⁸ Matéria publicada na coluna de Stycer, no jornal Folha de São Paulo – 03 de abril de 1992.

¹⁰⁹ Itamar Franco, político mineiro, foi beneficiado pelo bipartidarismo durante a Ditadura Civil-Militar a partir de 1966, quando se elegeu prefeito de Juiz de Fora, pelo MDB. Aproveitando a maré de repúdio ao governo militar alcançou o cargo de senador federal por Minas (1974), e foi nesta mesma função que em 1989 aceitou, pragmaticamente, o convite de Collor de Melo para compor sua chapa como vice-presidente.

dentro do poder, logo que assumiu, em 5 de outubro de 1992, passou a montar o novo governo trazendo os peessedebistas para dentro de seu ministério.

O primeiro triunfo não melhorou de pronto os resultados eleitorais do PSDB, as eleições municipais daquele ano ocorreram sobre a sombra deste redemoinho político, e mais uma vez o partido apresentou um desempenho acanhado. Como apresentado anteriormente na tabela 2, o partido elegeu apenas 274 prefeitos, a maioria em municípios sem grande expressão e muitos deles no Ceará, impulsionado por seu governador tucano Ciro Gomes. As portas se abririam para o partido por outra via. A primeira fase do governo Itamar apresentou uma composição multipartidária, o PSDB ganhou duas pastas, uma ficou com Paulo Hadadd (Ministério da Fazenda), e outra com Fernando Henrique Cardoso (Ministério das Relações Exteriores)¹¹⁰. A entrada no governo Itamar foi tranquila e consensual, a agremiação se via pela primeira vez em uma posição confortável para futuras e prováveis alianças eleitorais.

A última derrota eleitoral do partido em seus anos fundacionais veio no ano de 1993. O plebiscito, ocorrido em abril, deu larga vitória ao governo republicano sobre a monarquia e, para sistema de governo, consagrou o presidencialismo sobre o parlamentarismo¹¹¹. Mas um evento modificou definitivamente esse cenário, a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o ministério da Fazenda, em maio de 1993. Sanchez (2003), classifica como fundamental este fato para o partido ter encontrado possibilidades reais para finalmente poder concorrer em uma eleição com chances verdadeiras de triunfo. Ao assumir a Fazenda no governo Itamar Franco, FHC demonstrou aquilo que se supunha ser verdade sobre ele: ser um bom articulador e negociador (Motta, 2018). Sociólogo de formação, recrutou economistas com experiência no exterior, e que em sua maioria eram ligados ao Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Rio), entre eles estavam: Edmar Bacha, André Lara Rezende, Pérsio Arida, Winston Fritsch e Gustavo Franco.

Hoje talvez seja mais fácil olhar para o passado e afirmar que o Plano Real foi a chave utilizada pelo PSDB para abrir o caminho e ganhar o Executivo nacional em 1994. Entretanto, as disputas políticas que envolveram a elaboração do plano econômico e sua aprovação no Congresso, somada a expectativa e dúvida sobre seu sucesso nublou durante um certo tempo as

¹¹⁰ Expedito Filho (1994), afirma que a chegada de FHC ao Ministério das Relações Exteriores representou uma mudança na política externa brasileira, começando a partir dali uma aproximação dos países sul-americanos vizinhos e países da África Central e Sul.

¹¹¹ Na apuração final: presidencialismo 55,5%, parlamentarismo 24,7%, brancos e nulos 19,8%; República 66, 1%, Monarquia 10,2%, brancos e nulos 23,7%; deixaram de comparecer às urnas 25,76% dos eleitores, na média nacional. Na região Norte do país esse número chegou a 47% (Fonte: TSE *apud* Folha de São Paulo, 28/04/93).

certezas do partido. Em verdade, o plano não foi aceito como uma unanimidade, havia muitas críticas à esquerda e à direita, as discussões sobre o cronograma de execução, o ajuste fiscal e a época da troca da moeda criaram impasses dentro do próprio PSDB. Mário Covas chegou a afirmar que as chances do partido estavam sendo enterradas e que uma candidatura de FHC poderia ser inviabilizada, em sua visão, mesmo que o plano triunfasse, não haveria tempo para gerar efeitos eleitorais benéficos (Cardoso, 2006).

O fato era que o ambiente político era hostil, o PSDB sabia que tinha a partir daquele momento menos de um ano para sustentar uma candidatura frente ao crescimento de seus opositores, principalmente de Lula pelo PT. Este, após liderar um amplo movimento em favor do impedimento de Collor, se empenhava em uma ferrenha oposição ao programa de estabilização, sob a acusação de ser neoliberal e com graves perdas para os trabalhadores das estatais e dos serviços públicos. O primeiro grande desafio para o PSDB seria formar uma coalizão partidária e parlamentar de centro-direita, uma vez que a esquerda e a centro-esquerda estavam ocupadas pelo petismo. Foi este cenário que aproximou o partido do PFL – que ficaria com a vaga de vice-presidente ao indicar o senador pernambucano Marco Maciel, contando ainda com o PTB e parcelas do PMDB (Motta, 2018).

Para Motta (2018), a entrada de Itamar Franco na campanha eleitoral acrescentou o capital político necessário para finalmente consagrar a primeira vitória significativa eleitoral do PSDB:

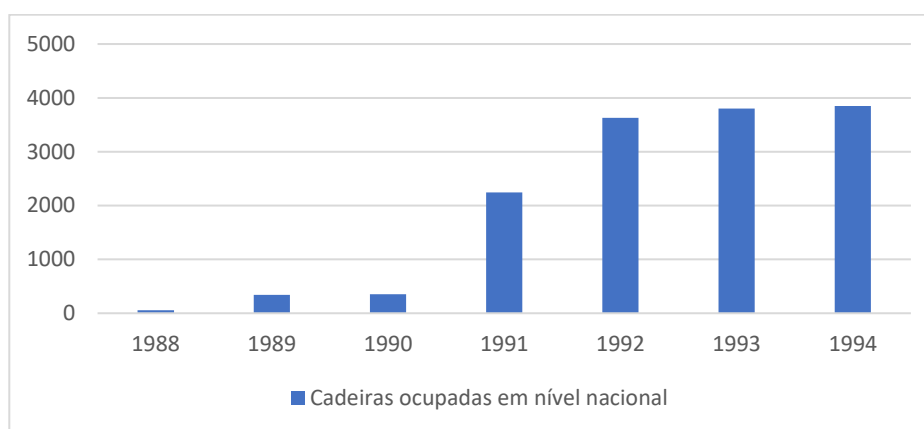
Com a bola rolando no jogo eleitoral, Itamar, finalmente, entrou em campo com o capital político de que dispunha. Se não foi reconhecido como “pai do Real”, tal como desejava, foi, no entanto, a voz divergente do que se convencionou chamar de “pensamento único”, e, nessa condição, conseguiu imprimir um ritmo mais lento à implantação das reformas liberais previstas no plano e consideradas indispensáveis para a queda da inflação. Pôde, assim, ampliar o leque de apoios e agregar valor eleitoral à chapa governista. À medida que o real conquistava corações e mentes, a ponte frágil e oscilante se transformou em um caminho pavimentado por onde desfilaria FHC (Motta, 2018, p. 235).

O fato é que se criou um consenso em torno da candidatura tucana de Fernando Henrique Cardoso, o efeito disso foi um sucesso não apenas na corrida para o Executivo Federal, mas também para os governos estaduais, Senado, Câmaras Federais e Estaduais. Eleito FHC passou a contar com amplo apoio parlamentar e estadual, o resultado não deixa dúvidas,

foram eleitos pelo PSDB, naquele mesmo ano: 63 deputados federais (12,1% das cadeiras); 11 senadores (13,6% das cadeiras); 97 deputados estaduais; 6 governadores¹¹².

Se a vitória de Fernando Henrique Cardoso inaugurou um novo e auspicioso período para o PSDB, quando olhamos o intervalo entre 1988 e 1994 observamos que este crescimento não foi meteórico.

Gráfico 2: Crescimento da representação política do PSDB ao nacional (1988-1994)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das informações em Roma, 2002, p.82.¹¹³

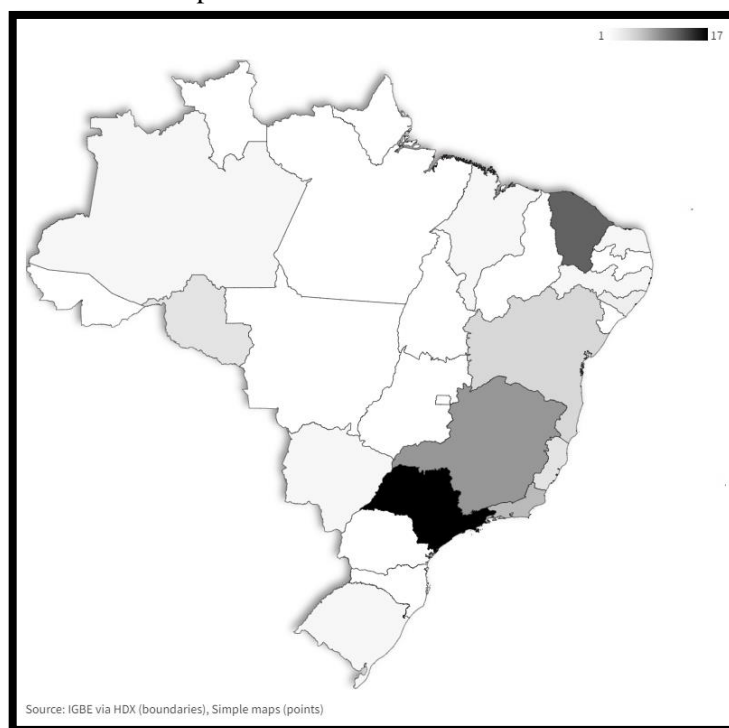
O gráfico 2 mostra o lento crescimento nacional do PSDB entre os anos de 1988 e 1991, a imagem dá visibilidade para os números da tabela 2 ao demonstrar que entre 1989 e 1992 a trajetória eleitoral do partido não foi nada animadora. Para pontuar com mais exatidão, nas eleições estaduais de 1990 o PSDB, como já afirmado anteriormente, elegeu unicamente o governador do Ceará e seu senador; apresentando uma queda de representante na Câmara Federal. As eleições municipais de 1992 começam a melhorar este quadro, quando o partido consegue eleger 274 prefeitos, dos quais cinco em capitais. Ou seja, até este ano o PSDB era ainda um partido regional, essencialmente do Sudeste, sendo o estado Ceará o único a fugir deste cenário.

¹¹² Conforme tabela 2.

¹¹³ Números referentes a ocupação de cadeiras no executivo e legislativo nacional (presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais, entre os anos de 1988 e 1994).

O mapa 2 ajuda-nos a perceber de forma mais detalhada este lento processo de nacionalização do partido. Nos legislativos estaduais o PSDB mantinha, em 1990, 65 deputados, subindo este número para 97 no ano de 1994. Esse crescimento também pode ser percebido na Câmara dos Deputados Federais, de 1990 a 1994, o partido passou de 38 para 63 deputados; no Senado, o número de cadeiras obtidas passou de 9 para 11. Entretanto, quando observamos a gráfico 2, em comparação com a mapa 2, percebemos que em 1994 o partido ainda não estava totalmente nacionalizado, sendo perceptível o crescimento, mas deficiências pontuais em algumas regiões.

Mapa 2: Distribuição espacial no território brasileiro dos representantes em cargos eletivos pelo PSDB em 1994¹¹⁴



Fonte: TSE

A vitória de Fernando Henrique Cardoso, em um cenário de estabilidade financeira — garantida pelo Plano Real, quando FHC ainda era ministro da fazenda de Itamar Franco —, causou um efeito “rabo de baleia” nos resultados eleitorais peessedebistas. Isto foi um passo importante para a nacionalização do partido, uma vez que junto a vitória para o executivo

¹¹⁴ Para a feitura deste mapa foram contabilizados por estado na federação o número de deputados federais, senadores, governadores e prefeitos de capitais.

nacional, em primeiro turno, o PSDB também conseguiu eleger ao final do segundo turno mais seis governadores, entre eles estavam os dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que possuíam o maior colégio eleitoral.

3.2. Esquerda, centro e direita: o posicionamento dos campos ao longo dos anos de fundação do PSDB.

Investigar como o processo histórico influenciou a distensão das grandes ideologias políticas, modificando os campos da esquerda e da direita neste período, é de saída um desafio que impõem três importantes problemas: o primeiro, sobre as fronteiras ideológicas que delimitam cada um destes grandes campos da teoria política; o segundo, de natureza mais específica, é descrever os matizes que estes grandes campos apresentam e que servem de guarda a tantos personagens e indivíduos envolvidos no pensar e no fazer político; o terceiro, envolve o reconhecimento de que as transformações se deram de tal forma que, entre o início de nosso recorte temporal e o seu final, as grandes correntes se diluíram e os matizes se reposicionaram. Ao trabalho ainda se interpõem a complexidade e a extensão de se correlacionar cada uma das correntes, em suas dimensões teóricas mais puras, às permanências e transformações que os campos apresentaram no recorte temporal aqui proposto (Cepêda; Silva, 2016; Cepêda, 2018).

Envolvidos naquilo que Norberto Bobbio (1995) chama de “díade”, esquerda e direita são conceitos mutáveis, adaptáveis e ajustáveis aos tempos e lugares diferentes, podendo, em dado momento, estarem polarizados, ou ainda, em convergência equidistante um do outro a depender da época. Em suas gêneses, estando umbilicalmente ligadas a Assembleia Nacional (1789-1791), durante período da Revolução Francesa, os dois termos antitéticos nasceram após a falência dos Estados Gerais, ainda que, como nas palavras de Bobbio, tenha dependido “unicamente de um fato acidental que, na visão didática da política, às duas partes da díade tenham recebido o nome de: Direita e Esquerda” (Bobbio, 1995, p. 61).

Em sua primeira conformação, a Direita nascia representando os partidários da conservação do status real, e depois quando estes foram obliterados pelo processo revolucionário, passou para as mãos dos moderados que buscavam reformas políticas conciliatórias entre o Antigo Regime e as propostas mais radicais de mudança da sociedade. A Esquerda, nasceu representando as forças da transformação contra a autoridade real e, durante e depois da Revolução Francesa, sempre foi o motor dos momentos mais radicais do processo

social, ainda que em seu berço, estivesse longe daquilo que se tornaria seu maior símbolo no século seguinte: a busca pelos direitos sociais. Para Bobbio (1995), os conceitos, Esquerda e Direita, são essencialmente categorias de uma luta de ideias e políticas opostas, e ainda que ao longo da história o que seja “esquerda” ou “direita” tenha mudado, nada pode ser “esquerda” ou “direita” em simultâneo. Dando prevalência a igualdade como valor assumido pela esquerda, a direita é entendida como aquela que aceita a desigualdade como ordem natural do mundo e limite de toda ação política.

Para outros pensadores como Touraine (1999), a Esquerda identifica-se com as causas sociais, já em oposição, a Direita defende as econômicas, ficando expresso que o que move a primeira é a solidariedade, enquanto a segunda é movida pela competição. Neste sentido, ele estabelece uma ponte com o pensamento de Massimo D’Alema (1998), isto porque, ele também enxerga no binômio solidariedade versus competição elementos constitutivos da díade. Bresser-Pereira (1997) contribui para este debate ao estabelecer quatro metas políticas importantes na sociedade contemporânea: ordem, igualdade, liberdade e bem-estar social. Entretanto, afirma que somente as duas primeiras se constituem como critérios para esta distinção, sendo assim, ordem e justiça social são metas mais relevantes na diferenciação, porque enquanto a Esquerda aceita trocar a ordem pela justiça, a Direita terá na primeira sempre a sua prioridade. Bresser (1997) parece dialogar com Bobbio (1995) ao organizar as tensões do binômio também entre conservação (ordem) versus revolução.

Outro elemento importante, que pode contribuir para distinguirmos a Esquerda e a Direita, diz respeito à defesa dos direitos sociais e dos direitos individuais. A maneira como Bobbio (1995) afirma a igualdade nos permite dizer que quanto mais exacerbada for a sua defesa, mais ao extremo da esquerda estaremos, nos aproximando do socialismo e do anarquismo. Por outro lado, quanto menos exacerbada a sua defesa, mais ao extremo da direita ficamos, ou seja, ao aumentar a aceitação da desigualdade e a hierarquização social como algo natural, nos aproximamos do corporativismo, do fascismo e do nazismo.

Fazendo uma crítica, contemporânea ao lançamento do livro de Bobbio, Giddens (2000) afirma que a definição do pensador italiano necessita de um refinamento e sugere que a Esquerda não somente objetiva a justiça social, mas crê que o Estado deve desempenhar um papel central na promoção da igualdade. Sugere, então, que a esquerda é a favor de uma política de emancipação, afirmando que a igualdade é fundamental para as oportunidades da vida, para o bem-estar e a autoestima do indivíduo.

O contexto que envolve a discussão entre Giddens e Bobbio é bastante relevante para os objetivos deste trabalho, visto que sua contemporaneidade se dá em concomitância ao fim da União Soviética e de todas as transformações do Leste Europeu. O momento final da utopia do Socialismo Real parecia instigar conservadores e liberais a determinar o “fim da história” e a vitória final do capitalismo.¹¹⁵

Mas, por outro lado, também era um momento em que o neoliberalismo se demonstrava decepcionante. Para Anderson (1995), apesar das medidas neoliberais da década de 1970 e 1980 serem concebidas para alcançar um fim histórico, o qual foi reanimar o capitalismo avançado mundial, entre estas décadas ele não conseguiu restaurar as taxas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos 70. Ao contrário, no conjunto dos países de capitalismo avançado da época a curva no final dos anos 80 era descendente.

Havia, naquele momento, um questionamento latente: um eventual desaparecimento do socialismo como teoria da gestão econômica, e a pouca efetividade do neoliberalismo para restaurar a curva de crescimento do capitalismo avançado, seriam a raiz do desaparecimento da divisão histórica entre Esquerda e Direita? À medida que essas transformações aconteciam, toda uma gama de outros problemas e possibilidades emergiam, colocando sombras sobre as distinções do binômio esquerda-direita. Era lógico pensar que se a Esquerda e a Direita eram menos abrangentes do que antes, poder-se-ia concluir que os antigos conceitos não mais se ajustavam?

O que verificamos até aqui é que a representação dos campos ideológicos-políticos é comumente esquematizada em um sistema de coordenadas que apresenta duas forças em interação: esquerda vs. direita. Mas afinal, dentro deste cartograma, onde se encaixaria o centro? É uma imagem muito recorrente posicionar o centro como resultado da polarização do binômio nos seus extremos. Sartori (1966, p.157) afirma que “o centro é relativo à sua esquerda e à sua direita”,

A pergunta crucial é: como e quando a percepção do ‘centro’ surge com relação a um partido visto como ‘ocupando’ o centro? Entra aqui em jogo a noção de elasticidade espacial, pois a percepção de um centro é função da extensão do espaço. Um espaço curto não permite, ou não facilita, a percepção

¹¹⁵ A crise dos países socialistas, somadas as críticas à social-democracia nos anos de 1980, ofereceram a oportunidade para que ideias como o triunfo final do capitalismo permitisse a construção de ordens institucionais internacionais como o Consenso de Washington, ideia econômica apresentada por John Williamson (1990), que evidenciavam a vitória eminente do pensamento neoliberal. Cristaliza-se a ideia de que não havia uma alternativa além dos ideais liberais, era “o fim da História”. Ver: Francis Fukuyama (1992).

de um centro: não tem, por assim dizer, lugar para ele. Um espaço curto é definido simplesmente pelos seus extremos: esquerda e direita. Um terceiro ponto de referência — o ponto central—só adquire significação e se torna perceptível quando o espaço se estende e, particularmente, quando os pontos extremos desse espaço são percebidos como constituindo dois polos à parte (Sartori, 1982, p. 379).

Angelo Segrillo (2004), dentro deste mesmo escopo de pensamento, aponta que o equilíbrio da cartografia política é determinado pela interação entre direita e esquerda, mas que não se pode subestimar a importância que o centro desempenha no cenário político, principalmente a partir da década de 1980. Para tanto, ele cita o trabalho de Lúcia Hippolito (1985)¹¹⁶ para atestar a ideia de que era necessário rediscutir a questão do centro, dado que ele é, muitas vezes, o responsável pela estabilidade política, os sismos ocorridos em seu interior são fatos suficientes para que um sistema partidário avance para uma polarização, alternando períodos de maior ou menor radicalização política.

Retomando a discussão iniciada com a obra de Bobbio (1995), o pensador não se furta a essa discussão, sua análise é fundamentada em uma comparação relacional das ideologias, uma vez que ele não enxerga margem alguma que determine as divisas entre a díade, sendo assim, a localização de uma determinada corrente política só pode se dar em relação a outra, ficando as posições ao centro sob análise de critérios históricos que podem mudar conforme o tempo e o espaço em que se encontra o observador. Entretanto, Bobbio (1995) aponta em seu texto a necessidade de admitir posições intermediárias entre direita e esquerda, para isso usa como exemplo a justificativa do lugar intermediário entre o preto e o branco. Em sua visão o centro seria uma forma de se posicionar entre a díade, existindo o centro-centro que ele chama de “terceiro incluído” ou “terceiro inclusivo”, buscar-se-ia um espaço entre os dois lados marginais, sempre visando atenuação, consenso ou ainda uma síntese dialética que pudesse superá-los e ir além deles.¹¹⁷

¹¹⁶ Hippolito (1985) realizou um estudo da atuação do PSD na República brasileira de 1945-64 e demonstrou que este partido de centro, foi por muito tempo o fiel da balança (e “amortecedor de choques”) do sistema partidário na totalidade (pelo menos até o final dos anos 50, a partir de quando a polarização e fragmentação interna do partido contribuíram para a própria polarização do sistema partidário brasileiro).

¹¹⁷ Bobbio (1995) defende que posicionamentos não identificados nos campos da díade, como por exemplo o *terceiro exclusivo* – quando há rejeição de ambos os pares – ou o *terceiro inclusivo*, quando da busca de superação dos pares mediante uma síntese deles.

Giddens (2000) vai além e em sua análise sobre o centro cria a ideia do ‘Meio ativo’, ou o ‘centro radical’, afirmando que o centro político, dentro deste contexto, significa a conciliação, o meio entre duas alternativas bem definidas.

A preocupação com o centro não deve ser interpretada ingenuamente, como fazem os críticos, como uma renúncia ao radicalismo ou aos valores da esquerda. Muitas políticas que podem ser apropriadamente chamadas de radicais transcendem a divisão esquerda/direita. Eles exigem, e podem esperar que obtenham, políticas de apoio entre classes em áreas, por exemplo, como educação, reforma da previdência, economia, ecologia e controle do crime (Giddens, 2000, p. 46).

Desta forma, para ele a justiça social e a política emancipatória também pautam as prioridades do centro, associado a defesa de um estado de bem-estar social reformado que deve reconhecer e incorporar as escolhas ativas de estilo de vida dos indivíduos, além de ser integrado com estratégias ecológicas, respondendo a novos cenários de risco. É importante ressaltar que uma “nuance” é adicionada à ideia de igualdade, vista por Giddens (1995) como igualdade de oportunidades, ela deve ser alcançada como política pública, de forma deliberada, em todas as áreas da sociedade. A igualdade de oportunidade se dá como uma oferta efetiva de oportunidades de acesso à saúde, à educação, o que não se pode ser alcançado sem eliminar todo tipo de discriminação de gênero, étnica, racial, religiosa, assumindo assim, que todas as soluções da política requerem resultados radicais, em diferentes níveis de influência do Estado.

Fazemos essa análise inicial porque entendemos que a dimensão política e a multiplicidade de ideias do período da Redemocratização precisam ser consideradas quando se enfrenta o desafio de estudar este recorte temporal. Se de um lado, as diferentes visões dos elementos constituintes dos padrões ideológicos e as pautas que cada campo segue podem denotar a complexidade dessas diversas constelações, por outro permite-nos entender, para além dos conceitos, as disputas teóricas que se dão entre os atores envolvidos em um dado período da história.

3.2.1. O Espectro Político Brasileiro na Virada do Século XX

É fundamental um olhar mais cuidadoso para este recorte temporal da história brasileira, pois naquele momento, o Brasil vivenciava um período de Redemocratização, e esta, trouxe novas esperanças de progresso, principalmente no terreno da justiça social. A reconstrução do

ambiente das ideias políticas deste período não é uma tarefa fácil. Primeiro porque não existe uma sistematização que corresponda plenamente a multiplicidade de correntes, ideias e ideologias que existiam. Segundo porque vieses diferentes na abordagem produziriam cenários diversos e até conflitantes.

Por isso, tendo em mente fazer uma reconstrução minimamente real do período nos requereu um trabalho com as fontes disponíveis que recortam o momento estudado somadas as bibliografias que versavam sobre o tema e o recorte. Escolhemos para isso dois documentos, o primeiro, que nos ajuda iluminar este período, é a avaliação dos congressistas realizada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), durante a Constituinte de 1988. A computação das médias/DIAP, em função dos rótulos ideológicos (direita, centro e esquerda), nos permite enxergar a partir dos deputados congressistas, ainda que com certas peculiaridades, como os partidos políticos se posicionavam no campo político e das ideias. Usando as notas atribuídas aos deputados nas votações e seus posicionamentos diante das causas trabalhistas, temos uma imagem do espectro político brasileiro na Constituinte.

Os dados nos demonstram que no campo da direita, a maioria dos congressistas pertenciam ao PFL (Partido da Frente Liberal), seguidos pelo PDS (Partido Democrático Social) e por resíduos do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDC (Partido da Democracia Cristã), PL (Partido Liberal) e PSC (Partido Social Cristão). Respectivamente entre as organizações partidárias, cujos congressistas posicionavam-se mais à esquerda se destacavam: o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o PT (Partidos dos Trabalhadores), os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro), do PC do B (Partido Comunista do Brasil), e os socialistas do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Ao centro, o DIAP aponta que tendiam partidos como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), este à esquerda, e agrupamentos residuais compostos pelo PTB, PDC, PL e PSC, a direita (DIAP, 1988).

Kinzo (1988) ao analisar 33 votações da Constituinte definiu cinco grupos de pressão ideológica que moviam os congressistas: a) governismo: buscava articular um grupo de constituintes – que ficaria conhecido como Centrão – a intenção era garantir apoio às posições defendidas pelo Palácio do Planalto, sua maior vitória foi a proposta de 5 anos de governo para o presidente José Sarney; b) conservadorismo: pressionavam votações sobre questões referentes a ordem econômica e social, se distinguiam por posições mais conservadoras e contrárias ao reformismo, não aceitando alterações em relação aos direitos sociais, a distribuição de propriedade e a ordem econômica; c) democratismo: as disputas se davam sobre questões em

contraposição aos que defendiam medidas restritivas às liberdades democráticas e ação de participação popular; d) nacionalismo: incorporou questões que permitiram situar os constituintes segundo seu apoio a medidas nacionalistas, como monopólios da União, nacionalização e distribuição de recursos naturais e estatização de setores econômicos; e) oposição ao sistema financeiro: tratou de reunir uma série de questões que marcaram forte posição contra o sistema financeiro, observa-se aqui a defesa de medidas que limitavam o poder dessas instituições, especialmente quando privadas, assumindo-se posições antibancos.

A autora conclui que, considerando o alto índice de dispersão verificados em muitos casos, as distâncias verificadas pelas bancadas partidárias delimitavam divisões significantes entre elas. Sendo assim, excluindo o PL e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), todos os partidos que assumiram posições governistas e conservadoras, à direita, são também os que tenderam a se posicionar contra as medidas de conteúdo democratizantes, nacionalistas e de oposição ao sistema financeiro, se encaixando neste espectro, da maior pontuação para a menor, os partidos do Centrão, PFL, PDS, PTB, PDC e PMDB.¹¹⁸ Aqui o inverso também é verdadeiro, o grupo que se situava à esquerda, eram também os maiores defensores de ações democratizantes, nacionalistas e opositoristas ao sistema financeiro, incluindo dentro deste grupo, da menor para a maior pontuação, os partidos como PL, PSDB, PDT, PT, PSB, PCB, PC do B (Kinzo, 1988).

Nosso segundo documento é o livreto *“Social-Democracia: o que é e o que propõem para o Brasil”*, escrito por Fernando Henrique Cardoso, em 1990, dois anos após a Constituinte. Neste texto, Cardoso (1990) começa por colocar à esquerda o PT e o PDT, tal qual o trabalho de Kinzo (1988). Todavia, fazendo distinções entre os dois partidos, ao PT reserva uma crítica ao seu “assembleísmo”, prática herdada do sindicalismo e que em sua visão apresentava um viés “autoritário” e “antidemocrático”. Considerando que a democracia moderna é participativa, sendo então aberta a ação das organizações de base da sociedade, defendia que isto deveria acontecer dentro das regras bem definidas pelas instituições democráticas e representativas. Para ele, o PT se encaixava dentro do que Kinzo chama de democratismo, ao agir de forma “assembleísta” combinava seu comportamento sindicalista a uma tendência

¹¹⁸ Lamounier (1989) afirma que o PMDB vai ocupar posição central em todas as escalas. Considerando que durante o processo constituinte o partido sofreu uma cisão, que deu origem ao PSDB, quando o cálculo é baseado no PMDB do início da Constituinte, anterior a divisão, o valor obtido coloca este partido no centro, porém abaixo da média, do lado antigovernista. Quando do contrário, o PMDB, pós-cisão, fica ao centro na posição favorável aos governistas.

corporativista, ou seja, um certo modelo que assumia as reivindicações de um grupo social, os trabalhadores, como direito absoluto. A análise de FHC colocava o PT como uma esquerda pura, ligada a visões ideológicas do comunismo e do socialismo¹¹⁹.

Ao PDT, a análise crítica de Cardoso (1990) reservava o lugar da esquerda tradicional e personalista. Mais diretamente, identificava o PDT como uma esquerda nacionalista e anti-imperialista, comum ao perfil ideológico do nacional-desenvolvimentismo, ou aquilo que comumente o PSDB chamava pejorativamente de nacional-populismo, característica da esquerda pós-varguista e que fincava suas raízes no antigo trabalhismo petebista, entre 1950-1964. FHC faz uma crítica a esta visão de Estado intervencionista e aos privilégios da burocracia estatal, marcados pelo clientelismo e cartorialização dos interesses, o senador vê esta categoria de nacionalismo como anacrônico, e até mesmo, com um ranço de Guerra Fria.

Para Fernando Henrique Cardoso (1990), com relação ao posicionamento liberal, a social-democracia:

[...] reconhece as leis do mercado e o dinamismo da empresa, sim, mas sujeitos ao controle democrático da sociedade, através do estado e das organizações não-estatais; e que se preocupa sobretudo em reforçar e tornar mais eficiente a atuação do estado nas áreas diretamente ligadas ao bem-estar social (Cardoso, 1990, p.33).

Percebe-se a partir desta afirmação que o texto aponta para um reconhecimento pelo PSDB do mercado e o dinamismo privado, o que neste caso afastava o partido de uma ferrenha oposição ao capital financeiro. Ainda assim, havia o entendimento que este deveria estar sujeito ao controle democrático da sociedade, por organizações não-estatais, e que se preocupava sobretudo em reforçar e tornar eficiente a atuação do Estado nas áreas ligadas diretamente ao bem-estar social. Esta posição claramente de centro-esquerda era um limite estabelecido aos pensamentos mais à direita, tanto ao liberalismo social, quanto ao neoliberalismo, e uma oposição direta ao conservadorismo autoritário e burocrático, assumido por atores envolvidos com o período civil-militar, protagonizado, naquele momento, essencialmente pelo PFL e pelo PDS. A opção do PSDB caminhava para uma social-democracia de Terceira Via.

¹¹⁹ Para além dos objetivos partidários da obra de Cardoso (1990), o Partido dos Trabalhadores, nasceu dentro do contexto do chamado “Novo Sindicalismo”, entre 1979 e 1980, durante os eventos que ficaram conhecidos como greves do ABC. Sobre o Novo Sindicalismo ver: Cardoso, Ruth (2008).

Em 2006, durante os Seminários de 30 anos do CEDEC, ocorreu a mesa que reuniu os expositores: Marilena Chauí e Marco Antônio Nogueira. Em sua fala o professor Nogueira fez uma apresentação que dialogava com o pensamento de centro-esquerda apresentado por Cardoso (1990), ainda que tomando à Esquerda na sua totalidade, afirmava que a Redemocratização foi um momento de forte democratismo na esquerda, que entendia a necessidade de valorizar e qualificar no plano teórico, aquilo que já acontecia na sociedade, ou seja, o crescente protagonismo social. Advogava, ainda, que o socialismo daquele período, só poderia ser cogitado se estivesse associado a uma revolução democrática que trouxesse novas instituições representativas (Chauí, Nogueira, 2007).

Outro trabalho que contribui significativamente para os nossos objetivos é o realizado por Zucco Junior (2011), utilizando as perguntas da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)¹²⁰ ele busca fazer uma relação entre ideologia e sistema econômico. Para este fim utiliza uma pergunta substantiva: “qual o tipo de sistema econômico seria adequado para o Brasil”, tendo como respostas possíveis as seguintes alternativas: a) uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado; b) um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outras das empresas privadas; c) uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal, mas sem que a participação da economia de mercado fosse eliminada; d) uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal. Sendo assim teríamos quatro modelos que simplificada e resumidamente se resumiriam em: modelo de “mercado”, modelo de “equilíbrio”, modelo “com predomínio do Estado” e modelo “puramente estatal”. Associando os resultados da PLB aos dados de Rodrigues (1987), Zucco Junior (2011) chegou à conclusão de que entre 1987 e 1990, o apoio ao modelo de mercado, era uma característica ideológica aceita por deputados e partidos mais à direita do espectro político, enquanto para a esquerda, o modelo com predomínio do Estado obtinha maior preferência. A defesa de um modelo puramente estatal, não era uma posição predominante em nenhum dos segmentos político-ideológicos, sendo a economia mista, ou seja, o modelo de equilíbrio, a preferência do

¹²⁰ A PLB (Pesquisa Legislativa Brasileira) são seis edições de uma pesquisa iniciadas em 1990 por Timothy J. Power quando ainda era doutorando sob a orientação do igualmente professor e brasileiro Scott Mainwaring. Não se limita exclusivamente à dinâmica do Parlamento, ao longo de seus capítulos tratam de temas como coligações e ideologias, presidencialismo de coalizão e outros.

centro¹²¹. Estas perspectivas levantadas pelo trabalho de Zucco Junior dialogam plenamente com a visão anteriormente apresentada em Cardoso (1990).

Sendo assim, a partir do exposto até aqui, procuro sintetizar o cenário ideológico brasileiro entre os anos de 1988 e 1994 na tabela 3. Com essa sistematização não é objetivo meu abarcar todos os matizes do espectro político brasileiro no final da década de 1980, até porque este trabalho está além desta seção. Na categorização que faço não insiro a extrema-esquerda e a extrema-direita, fundamento-me na ideia de que grande parte dos grupos mais extremados e revolucionários da esquerda foram perseguidos e desbaratados antes mesmo que o processo de distensão começasse, e uma parte minoritária tinha uma representação pouco expressiva no período da redemocratização (Rodrigues, 1987; Lamounier, 1989; Kinzo, 1993a).

Tabela 3: Espectro Político no período pós-Constituinte de 1988 até 1994

Matrizes Ideológicas	Matizes ideológicas	Características
Esquerda	Nacional-Desenvolvimentismo (PDT)	Democratismo, Nacionalismo, Oposição ao sistema financeiro, Intervencionismo Estatal, Trabalho, Estado: Modelo com predomínio do Estado.
	Socialismo, Comunismo e Novo Sindicalismo (PT/PSB/PC do B)	Democratismo, Nacionalismo, Defesa dos Direitos Sociais, Oposição ao Sistema Financeiro, Movimentalismo Social, Estado: Modelo com predomínio do Estado
Centro-esquerda	Social-Democracia de Terceira Via (PSDB/PMDB)	Democratismo, Reformismo, Defesa dos Direitos Sociais, Apoio ao Mercado e Capital sob controle do Estado e da Sociedade, Estado: Modelo de Equilíbrio.
Centro-direita	Liberalismo Progressista (PMDB/PTB/PDC/PL)	Democratismo, Reformismo, Defesa dos Direitos Sociais, Apoio ao Mercado e Capital, Estado: Modelo de Mercado.
Direita	Conservadorismo-autoritário burocrático (PFL/PDS)	Governismo, Conservadorismo, Apoio ao Mercado e Capital, Estado: Modelo com predomínio do Estado, Ideais de Ordem, Desenvolvimento e Progresso.
	Liberalismo/Neoliberalismo (PFL)	Governismo, Conservadorismo, Apoio ao Mercado e Capital, Estado: Modelo de Mercado

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das informações encontradas em RODRIGUES, 1987; LAMOUNIER, 1989; KINZO, 1993.

Quanto a direita, ao longo deste movimento não abordei as características da Terceira Via, do Liberalismo Progressista e do Neoliberalismo, algo que farei de forma mais pontual logo adiante, sobre a extrema-direita tomo como opção entender que sua pouca expressividade

¹²¹ Segundo Zucco (2011) “Pode-se, ainda, claramente subdividir a categoria centro em centro-esquerda e centro-direita, dependendo da segunda resposta mais provável”

no cenário político estudado se explica pela despolarização característica da virada do século XX, reforçada pelo sentimento de negação criado pelo pós-governo militar (Zucco Júnior, 2011).

3.2.2. Terceira Via, Liberalismo Progressista e Neoliberalismo na virada do século XX no Brasil.

De maneira geral, o final do século XX no Brasil é tradicionalmente descrito por um conjunto de autores como um período em que o neoliberalismo se tornou hegemônico. Para estes, cronologicamente a partir do governo de Collor de Mello (1990-1992) esta ideologia teria se estabelecido e se consolidado após o impedimento do primeiro presidente eleito, e os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ao contrário do liberalismo, que emergiu geneticamente como antítese dos Estados autoritários, o neoliberalismo teria desde suas origens se estabelecido como uma corrente de pensamento reacionária em favor do rentismo, do capital financeiro e das grandes corporações capitalistas. Com o fim do Socialismo Real, ela se tornou hegemônica e passou a sofrer divisões internas, fortalecendo novas vertentes que são muitas vezes conflitantes com os princípios fundadores e revolucionários do liberalismo clássico (Rodrigues, 2019).

Entre estes autores, Magalhães (2015) entende o neoliberalismo como um fenômeno multifacetado, para ele o termo pode ser lido como sinônimo de sistematização de acumulação. Ele argumenta que este sistema é composto por uma complexa trama que engloba quatro características principais: a primeira delas refere-se ao processo de financeirização; a segunda se insere no processo de globalização da produção; a terceira relaciona-se com seu papel de destaque no capital internacional, principalmente no âmbito da integração global e estabilização do balanço de pagamentos; e por último são suas políticas fiscais e monetárias. Para Anderson (1995), foi na Inglaterra que surgiu o pioneiro e o mais puro neoliberalismo já colocado em prática.¹²² Durante os governos Thatcher passou-se a contrair a emissão monetária, elevar as taxas de juros, baixar drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, abolir controles

¹²² Apesar do modelo thatcherista de neoliberalismo ser o pioneiro a ser implantado na prática, as origens do neoliberalismo podem ser rastreadas logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Anderson (1995) este fenômeno ideológico surgiu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o “Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, que se tornará a base para um grupo que ficará conhecido como Sociedade de Mont Pèlerin, cujo principal objetivo seria combater o keynesianismo, assim como todo e qualquer tipo de solidarismo. Ver: Anderson (1995).

sobre os fluxos financeiros, criar níveis de desemprego massivos, aplastar greves, impondo uma nova legislação antissindical e cortando gastos sociais. Por último se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.

Saad Filho e Morais (2018) enxergam certas incongruências na difusão do neoliberalismo no mundo. Para os autores, em um primeiro momento houve uma intrusão dos capitais transnacionais na arena interna, implicando, por vezes, no desmantelamento de grandes sistemas produtivos. Nesta fase, foi possível observar, apesar de uma defesa da necessidade de se delinear limites à intervenção e a atuação estatal, o Estado figurando como um palco de disputas, ou seja, apesar de negar o Estado, o neoliberalismo nunca se furtou de usá-lo em seu proveito próprio. David Harvey (2014) concorda com esse argumento ao afirmar que para impedir alterações na ordem espontânea do mercado, sempre houve um núcleo duro de intervenção do Estado na lógica neoliberal. Em outras palavras, esta fase teria consistido no sequestro do Estado para que os objetivos neoliberais fossem instaurados, momento em que houve uma intervenção estatal vigorosa visando impor um novo quadro institucional e uma estratégia de acumulação que levasse a integração transnacional do capital interno no âmbito microeconômico.

Em uma segunda etapa desse processo houve a promoção do ideário neoliberal, moldando a subjetivação do ser humano. O vértice residiu na ideia do homem-empresa, centrado no individualismo extremo e na ideia do sujeito como único responsável por seu sucesso e fracasso, ignorando a desigualdade estrutural existente. Wolfgang Streeck (2018), acrescentou outra faceta desta fase, ressaltando a “devolução total ou parcial” dos serviços básicos ou primordiais para economia de mercado. Saad Filho e Morais (2018), assim como Dardot e Laval (2016), afirmam que para neutralizar a insatisfação das massas e evitar uma possível ruptura com o sistema capitalista criou-se o “capitalismo de crédito” direcionado às camadas populares.

David Harvey (2014) ao discutir sobre a ascensão do neoliberalismo, salienta que uma das estratégias presentes neste projeto residiu na manipulação e administração de crises. Neste sentido, o autor cita como exemplo o caráter endêmico das crises na América Latina a partir da década de 1960. Para esses autores, a implementação do ideário neoliberal no Brasil, embora tenha sofrido um impulso a partir dos anos 1980, com a elevação da dívida externa e as pressões internacionais para execução de reformas-chave no processo de neoliberalização, ainda

encontrava alguns percalços ocasionados pelo dissenso entre a elite brasileira. A força motriz para adoção do neoliberalismo orbitava em torno da estabilização monetária. Para Saad Filho e Morais (2018) elementos de ortodoxia econômica foram mola propulsora do Plano Real gestado durante o governo de Itamar Franco. O receituário adotado previa uma gestão macroeconômica e a necessidade de realização de reformas, especialmente àquelas voltadas às dinâmicas intervencionistas estatais de cunho social.

Como se pode perceber, existe uma bibliografia nas duas primeiras décadas do século XXI, que é extensivamente favorável a ideia da predominância e hegemonia do neoliberalismo no pensamento político e econômico brasileiro. Apesar destes autores citados enxergarem este fenômeno, é de nosso entendimento que o neoliberalismo sofreu adaptações teóricas e práticas que contradiziam muitas vezes seus fundamentos clássicos. Até aqui, nosso trabalho buscou demonstrar que um cenário político sempre é mais heterogêneo e complexo, pois entendemos que o processo histórico exerce sobre as ideias forte pressão, impedindo que elas existam como teoria pura.

A virada do século XX apresentava um cenário de verdadeira convulsão ideológica, tanto à esquerda quanto à direita. À esquerda o desastre soviético e a derrocada do lado socialista promoveram um abalo profundo neste campo, esses tremores atravessaram o Atlântico e quando aportaram no Brasil, a esquerda ficou à espera de uma alternativa. A confusão ideológica causada pela derrocada do antigo sistema soviético afetou diretamente esse campo no Brasil, alterando sua forma de relacionamento com a sociedade e com sua contraparte ideológica; a direita (Segrillo, 2004). Este ambiente foi decisivo nas eleições presidenciais no Brasil daquele ano, momento em que as reconfigurações do campo político ficaram muito claras, não sem razão o candidato Fernando Collor de Mello procurou associar seu concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, ao “estatismo retrógrado” ligado a tradição da esquerda de base soviética.

A virada do século XX também não foi um momento pródigo para a direita. Segundo Zucco Junior (2011), as dificuldades para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, infligidas por um mundo globalizado, deixou um gosto amargo e freou os ímpetus liberais mais radicais. Insegurança, desemprego, perda de rendas e lucros tornaram as eleições momentos em que governos tanto a esquerda quanto a direita foram derrotados, e o resultado claro disso foi que o centro passou a ser cobiçado em ambos os lados, uma vez que a maioria dos eleitores ali

se posicionava. Essa situação foi a força motriz da consolidação do centro político que passou a dilatar-se em matizes com diferentes tons dentro da centro-esquerda e da centro-direita.

À direita podemos apontar como significativo naquele momento o crescimento da corrente liberal de cunho progressista, sob variações também chamada de liberalismo progressista. No Brasil, o mais significativo defensor de um liberalismo mais social foi José Guilherme Merquior (1941-1991), cientista político, foi também ensaísta, diplomata, sociólogo e crítico literário, alcançando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Para ele, o Estado sempre foi o grande responsável por dar força ao Direito, e no Brasil desde o início apresentou ênfase social, em juízo da lei, ele se construiu em um arcabouço jurídico liberal, mas com características sociais. Como Estado social, ele foi também o grande responsável por universalizar a liberdade.

Enquanto sociedade moderna, o Brasil, precisava de uma maior eficiência nas ações do Estado, isto se atingiria com mais liberdade econômica, atrelada às liberdades políticas e sociais – uma vez que novas demandas deveriam ser atendidas. Assim, o liberalismo contemporâneo necessitaria de um foco no social, e Merquior enxergava que em nosso país havia Estado demais e de menos, ou seja, ainda que na economia o Estado fosse um grande empecilho, ao emperrar e onerar a liberdade econômica, havendo neste sentido Estado demais, no social ele era o grande promotor do atendimento as demandas de saúde, educação e moradia, sendo estes aspectos muito carentes na sociedade brasileira, aqui, o Estado era de menos (Merquior, 1987a).

No período da Redemocratização (1985), ficava claro, para Merquior, que a ditadura militar deixava de herança um país desenvolvido industrialmente, mas com uma alta dívida externa, um descontrolado processo inflacionário e uma imensa desigualdade social. Era evidente que o crescimento econômico não viera acompanhado de uma significativa melhoria social, o novo Estado pós-ditadura deveria agir no sentido de diminuir essas desigualdades, daí a necessidade de uma reforma moderada, próxima àquelas defendidas pela centro-esquerda, ainda aninhadas no PMDB daquela época (Merquior, 1987b). Em contrapartida, a reforma, deveria libertar as forças econômicas em prol de uma maior produtividade – isso dar-se-ia mediante uma reforma tributária visando se reduzir o déficit público, melhorando a distribuição de renda, reduzindo os subsídios, deixando de controlar politicamente o câmbio e cortando gastos sociais com funcionalismo público. Era preciso emagrecer o Estado, redefinir suas funções em favor do social e de um planejamento não-estatista, isto geraria mais empregos e daria folego para se investir em mais programas sociais (Almeida, 2008).

A aproximação de José Guilherme Merquior do presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Mello, permitiu que suas ideias compusessem o programa de governo do candidato vencedor. Em seu discurso de posse, Collor enfatizou que o Estado não era um produtor, mas um promotor do bem-estar coletivo. A liberdade política deveria ser acompanhada da liberdade econômica, devendo haver um grande esforço no combate a dívida social, e por isso, era preciso harmonizar liberdade de mercado e combate à pobreza (Mello, 1990).

Como ficou evidente, as conjunturas políticas e o processo histórico criaram, na virada do século XX, um cenário de reflexão para todos os campos políticos. Uma parte da esquerda brasileira, pressionada por uma realidade que se alterava rapidamente e bloqueada pela possibilidade de uma mobilização do tipo tradicional, acabou por adotar um discurso que veio sendo gestado algumas décadas antes, ainda no período autoritário. Essa “nova esquerda” tinha como um dos seus marcos iniciais o surgimento do CEBRAP¹²³, entre seus membros podia-se observar, através de seus temas de pesquisas e artigos, uma tentativa de distanciar-se tanto das tradições isebiana¹²⁴ quanto das leninistas, independente delas serem identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Buscava-se com isso, para além da crítica ao nacionalismo e ao varguismo, o distanciamento das vertentes da esquerda que haviam optado por uma via de confronto direto com o regime (Baptista, 2010).

Nascia desta forma uma visão de esquerda que tendia ao centro e que encontraria, na década de 1990, ampla adesão não somente no Brasil, como também ao redor do mundo, principalmente a partir dos governos de Tony Blair (Reino Unido) e Gerhardt Schroeder (Alemanha): a Terceira Via. Como o próprio nome diz, na prática, esse matiz incorporava a ideia de que as divisões clássicas entre esquerda e direita já não podiam ser mantidas. Giddens (1994), em seu livro *Beyond Left and Right*, defendia a ideia de que a sociedade contemporânea era extremamente complexa, e as tradicionais fronteiras entre esquerda e direita já não constituíam mais referenciais suficientes para a formulação de políticas adequadas. Visando oferecer uma saída para a Social-Democracia, em seu livro, *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, de 1998, sugeria uma série de ideias para que a social-democracia superasse sua crise de maneira ativa e eficiente. Ao propor o que ele chamava de “política da vida”, defendia que a terceira via deveria não apenas trabalhar as

¹²³ Sobre a fundação, em 1969, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) ver: Baptista (2010).

¹²⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.

grandes questões da justiça social e da eficiência econômica, mas também as questões que afetavam os indivíduos pessoal e diretamente, aconselhando a deixar de lado o Estado de bem-estar social para investir em uma nova concepção: o Estado de Investimento Social.

Para Segrillo (2004), na virada do século XX, as ideologias não foram extintas, mas suas existências eram confusas por que houve um “embaralhamento” dos conceitos de esquerda e direita pós-1989. Partidos tidos como esquerda ou direita se viram pressionados a reverem seus posicionamentos, ou, no caso do PSDB que surgiu em plena crise, a adotarem matizes que atendessem as demandas dos eleitores posicionados majoritariamente no centro (Zucco Junior, 2011). Todas as eleições a partir de 1989 foram influenciadas por essa nova configuração política, e talvez o mais emblemático exemplo disto são os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, cujo partido, como vimos anteriormente, estando na centro-esquerda e possuindo um discurso de Terceira Via, passou a ser tachado como um governo neoliberal, como apontado por Saad Filho e Morais (2018).¹²⁵

Vale a pena citar ainda que segundo Zucco Junior (2011), tanto partidos de esquerda quanto da direita convergiram para o centro como sintoma de readequação ideológica, no início do segundo milênio. Suas pesquisas empíricas demonstram que partidos políticos quando em posição de oposição se moveram para a esquerda, enquanto estiveram no governo guinaram para a direita. Fica-se evidente que ideologias mais extremadas ou mesmo mais puras foram abandonadas em favor de matizes que pudessem favorecer resultados eleitorais vitoriosos.

Desta forma, é fundamental apontar como traço extremamente relevante, no que tange as análises teóricas, a importância do contexto histórico para se entender as características das ideologias em um dado recorte temporal. Raízes históricas associadas aos novos padrões impostos em um determinado momento podem produzir ambientes próprios em um arcabouço maior. Tendo como ponto de partida o argumento de que o neoliberalismo não era hegemônico como matiz ideológico na virada do século XX no Brasil, e que o centro político oferecia alternativas menos extremadas tanto a esquerda quanto a direita - era de se esperar que a reorganização do espectro político fosse profundamente influenciada pela Redemocratização,

¹²⁵ Moreira Franco ao fazer o pronunciamento inaugural do Seminário Internacional sobre a Social-Democracia, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias de 24 e 17 de novembro de 1987, aponta o final da década de 1980 como um período de difícil transição do autoritarismo para a democracia. Naquele momento a Assembleia Nacional Constituinte era vista como um instrumento legítimo das mudanças enfrentadas e por isso se tornava um cenário de conflito de interesses plurais e regionais. Neste ambiente, 13 partidos estavam representados, mas estes apresentavam grande falta de clareza ideológica e um escasso hábito de debater ideias sobre o atraso da modernização da vida nacional. Ver: Jaguaribe (1989).

no contexto nacional, e pelo fim do Socialismo Real, no cenário mundial. Indistintamente, esquerda e direita, tiveram suas extremidades afetadas e a convergência para o centro nublou a análise política, levando os pesquisadores a criarem modelos adaptados de conceitos que quanto mais abrangentes explicavam menos a complexidade da realidade dos fatos. Todos esses fortes fatores dinâmicos juntos, em um contexto de “transição democrática”, de globalização e de incapacidade de os agentes políticos resolverem as questões sociais básicas de nosso país, levou a implosão do sistema político vigente até então, abrindo campo para o surgimento de novos atores políticos que se tornariam no início do século XXI os grandes protagonistas da “Nova República”.

3.3. A Geografia política brasileira e sua importância histórica na gênese do PSDB

Ainda que o tempo tenha passado e estejamos em uma posição mais confortável para olharmos no retrovisor, investigar como o processo histórico influenciou a distensão das grandes ideologias políticas, modificando os campos da esquerda, do centro e da direita neste período, foi de saída um desafio que se impôs na construção deste capítulo e que se refletia em três importantes problemas: O primeiro era entender as fronteiras ideológicas que delimitam cada um destes grandes campos da teoria política: a esquerda, o centro e a direita – estabelecendo-se os limites de suas identidades na teoria e, na prática; o segundo, de natureza mais específica, era apontar os matizes que estes grandes campos apresentavam e que serviram de guarda a tantos personagens e indivíduos envolvidos no pensar e no fazer político; e o terceiro problema, envolvia o reconhecimento de que, embora as classificações acabem por demonstrar um momento estanco, como uma fotografia, as transformações se deram de tal forma que entre o início de nosso recorte (1988) e o final (1994) os matizes se diluíram e as correntes se reposicionaram.

Isto nos exigiu a investigação dos elementos gerais de identidade dos campos, enquanto procurávamos ajustar as trajetórias dos matizes ideológicos. Ao trabalho se interpôs a complexidade e a extensão de se correlacionar cada uma das correntes, em suas dimensões teóricas mais puras, às permanências e transformações que os campos apresentaram no recorte temporal aqui proposto. Nosso intuito nunca foi a de desembaraçar um “nó górdio”, em nosso trabalho fizemos apenas um exercício que contribui com uma caminhada maior dentro de um itinerário de pesquisa, e tendo como pressupostos os problemas anteriormente relatados

propusemos uma linha de pensamento que interliga os matizes e seus campos, relacionando as permanências e transformações ocorridas. Para isso dialogamos com autores e textos, recorrendo à bibliografia acadêmica que buscava dar conta das perguntas formuladas, ou mesmo debater pontos de vistas dos embates ideológicos protagonizados no período. Queríamos também iluminar um pouco mais o nosso debate atual que relegou ao período uma visão quase que única da predominância do neoliberalismo, apontando este como um aforismo tão errôneo quanto ao epíteto aqui apontado anteriormente, afinal as utopias continuam, ainda hoje, tentando “modificar a realidade pela ação”.¹²⁶

Buscamos trabalhar a geografia política nacional durante os anos fundacionais do PSDB no intuito de oferecer um quadro geral mais amplo do espectro político brasileiro na virada do século XX, período associado a uma ampla hegemonia do neoliberalismo, apontado como característica comum ao processo de globalização mundial. O cenário ideológico mais diversificado explorado em nosso texto talvez exemplifique a afirmação de Marx de que são “as condições materiais da vida social que determinam a consciência dos homens”, isto porque os matizes apresentados em um momento de fortes transformações e crises teóricas iluminam melhor as ações e decisões dos atores políticos em tais circunstâncias. Parafrazeando Mannheim¹²⁷, podemos afirmar que uma mesma sociedade, em um mesmo momento histórico, pode experimentar uma pluralidade de visões de mundo. Assim, em um contexto de mudanças internacionais e do repertório político no complexo debate teórico sobre as fronteiras da esquerda, da direita e do centro, o Brasil é um ótimo estudo de caso da dinâmica do pensamento político moderno.

Os exemplos teóricos apontados objetivam demonstrar a grande confusão teórica camuflada por uma confusão mais abrangente que envolve as clássicas matrizes do pensamento político moderno, o que tem como consequência, na maioria das vezes, a criação de rótulos ideológicos tradicionais ou ainda de nomenclaturas generalizantes que simplificam uma realidade muito mais complexa.

¹²⁶ Aqui uso um conceito de utopia baseado no pensamento de Karl Mannheim. Freund (1980, p.99) comenta em um texto escrito para o livro *História da Análise Sociológica* que, para Mannheim, a “utopia é uma coleção de pensamentos que fazem exceção à realidade e procuram modificá-la pela ação.”

¹²⁷ Mannheim (1972), enxerga que na modernidade não apenas conhecimentos divergentes sobre fatos e objetos diferentes passaram a coexistir, mas também, e principalmente, passaram a coexistir em uma dinâmica conflituosa e altamente concorrencial. Estudar como essas diferentes nuances se enfrentam no campo político pode nos ajudar a entender as disputas simbólicas em uma dada realidade.

No fechamento deste capítulo apresento como traço extremamente relevante para esta reflexão, no aspecto teórico, a importância do processo histórico nas formulações ideológicas de um dado recorte temporal, as raízes históricas associadas aos novos padrões impostos em um determinado momento podem produzir ambientes próprios dentro de um arcabouço maior. Assim queremos demonstrar que o neoliberalismo não era hegemônico como matiz ideológico na virada do século XX no Brasil, e que o centro político oferecia alternativas menos extremadas tanto a esquerda quanto a direita – desta forma era de se esperar que a reorganização do espectro político fosse profundamente influenciada pela Redemocratização, no contexto nacional, e pelo fim do Socialismo Real, no cenário mundial. “Ondas de choque” se juntaram a processos de média duração para a conformação dos padrões ideológicos apresentados no período estudado.

Indistintamente, o PSDB não escapou deste contexto turbulento e acabou tendo que encontrar um lugar para seu discurso dentro deste espectro político cujas extremidades estavam limitadas, obrigando-o a uma convergência para o centro político, já disputado tanto a esquerda quanto a direita. Todos esses componentes reais em um momento de transformação histórica, de “transição democrática”, de “fim das utopias” e de globalização, levou o partido a fazer escolhas dentro do sistema político vigente, influenciando decisivamente seu modelo adaptado de social-democracia.

CAPÍTULO 4: UMA SOCIAL-DEMOCRACIA PERIFÉRICA

Considerando que o cenário apresentado até aqui foi responsável pela construção e reconstrução de novos paradigmas, sendo os anos de 1988 a 1994 definidores do PSDB enquanto organização política, este capítulo torna-se núcleo de toda a problemática que este trabalho acadêmico deseja pesquisar, e que é: como o PSDB adaptou o arcabouço teórico da social-democracia para a realidade brasileira do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990? Para responder este problema de pesquisa, poderíamos recorrer a um sem-número de trabalhos acadêmicos, artigos e livros que se propuseram a analisar a gênese peessedebista; realizar uma prosopografia das suas principais lideranças fundadoras; fazer um levantamento das votações de seus membros nos legislativos federais, estaduais ou municipais; ou ainda, se ater aos regimentos e documentos partidários com o intuito de se fazer uma análise organizacional do PSDB enquanto partido político.

Todavia, acreditamos que uma forma interessante e significativa de responder à questão proposta, contribuindo significativamente para o vasto debate no campo do pensamento político, optamos por utilizar como fonte de pesquisa os documentos oficiais produzidos pelo PSDB em seus anos fundacionais. Estes documentos são estratégicos, uma vez que exprimem, obrigatoriamente, a visão de mundo e o projeto político adotado¹²⁸ e tornado público para a criação da imagem política e a identidade do PSDB na arena político-eleitoral brasileira do período. Assim, consistem em fontes históricas oportunas para se entender o que pensavam estes atores quando projetavam os alicerces do partido. Além disso, estes eram também um meio de comunicação deles com a sociedade civil, ou ainda, com os demais corpos políticos e com outras instâncias do sistema partidário brasileiro.

Nesse sentido, os documentos oficiais são uma espécie de narrativa organizada, que por ela os membros do partido demonstravam quais eram suas pautas prioritárias a serem encampadas e defendidas (conduzidas e coordenadas pela cúpula partidária), direcionando, assim, a seleção de temas e estabelecendo a hierarquia de suas agendas políticas. Por causa disto, entendemos que os documentos fundacionais nos fornecem um conjunto ímpar de informações coordenadas, através das quais podem se descortinar os bastidores da criação do

¹²⁸ Observo que essa identidade não é estática e nem homogênea, como prova a própria dinâmica e contínuas alterações programáticas e práticas do PSDB (como em outras agremiações). Mas o ponto de partida na luta política de um partido é a forma e o projeto com o qual se aloca no campo da disputa, construindo diferenças e identidade própria, e, ao mesmo tempo, permite o alinhamento de interesse entre os cidadãos e o partido.

PSDB, revelando com quais temas esses agentes estavam sintonizados, em que discussões estavam focados e quais eram suas propostas para um possível governo, que hoje sabemos veio tão brevemente ser alcançado, sete anos após sua fundação.

Uma vez selecionado os documentos fundacionais enquanto objeto de nossa investigação, o trabalho metodológico prosseguiu com a construção de dois *corpus* de dados, um primeiro em que se enquadram os documentos institucionais do partido e um segundo composto por trabalhos acadêmicos ou livros que se dedicam ao estudo do mesmo recorte temático/temporal estabelecido pela nossa pesquisa. O trabalho com este segundo *corpus* busca estabelecer um diálogo e uma reflexão com estas produções, acrescentado ou aprofundando o debate através de nossas descobertas.¹²⁹

Sobre o primeiro *corpus*, foi realizado o levantamento e download de todos os documentos oficiais produzidos pelo PSDB entre os anos de 1988, ano de sua fundação, até o ano de 1994¹³⁰, momento em que este chegou ao poder – através da eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, e que versavam essencialmente sobre a visão peessedebista de social-democracia.¹³¹ Como chaves para a seleção documental foram utilizadas três variáveis e seus descritores, que serão apresentadas na primeira seção deste capítulo, e que serviram como ferramentas para a escolha dos textos adequados aos objetivos propostos.

Ao final, depois de descartados os materiais que não se aplicavam as métricas de nossa pesquisa, nosso banco de dados ficou composto por um conjunto de documentos reunidos e organizados em um total de 17 arquivos, contendo discursos, entrevistas, artigos, livros, programas e manifestos escritos pelo partido, seus *think tanks*, e membros relevantes, aqui entendidos genericamente como documentos partidários, e que foram criados para organização interna ou comunicação externa e que versavam sobre as bases ideológicas, pautas, e temas relacionados com nosso recorte de pesquisa.

¹²⁹ Este material foi referenciado ao longo do capítulo três, essencialmente na seção 3.1, e se encontra separado em nossas referências.

¹³⁰ O trabalho de levantamento de fontes documentais foi realizado ao longo de dois anos, e ao total foram catalogados 307 documentos, compondo-se de documentos institucionais/organizacionais; entrevistas, livros, artigos de jornal, artigos acadêmicos, sítios de internet, fotos, documentos pessoais (manuscritos, datilografados ou impressos).

¹³¹ Parte significativa do levantamento destes documentos foi realizado durante a Pandemia de COVID 19, entre os anos de 2020 e 2021, momento em que o acesso a bibliotecas e arquivos históricos estavam limitados ou, em alguns casos, impossibilitados. Desta maneira, muito do material foi acessado por meio de compra em sebos, arquivos particulares, consultas virtuais, download de material digitalizado e através de acervos pessoais privados de membros e do próprio partido.

Manifesto, Estatuto e Programa do PSDB compõem o primeiro *corpus* de documentos selecionados. O *Manifesto de Fundação* (Brasil, 1988) foi escrito segundo Dulci (2010) por pessoas diretamente ligadas ao escritório de Franco Montoro. A frase inicial: “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido” - foi enunciada pelo ex-governador paulista em um discurso pronunciado durante o encontro nacional de militantes dissidentes do PSDB, durante a fundação do partido. Com um fundo bastante idealista acaba por ser um resumo daquilo que os peessedebistas apresentariam em seu programa partidário, em seu bojo defende reformas, que não são profundamente detalhadas, em todas as áreas do Estado.

O segundo documento citado, *Estatuto: Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB, 1988), segue a métrica necessária de um texto com a sua função, ou seja, apresenta títulos, capítulos, artigos, parágrafos e etc. O Título I (Do Partido, Sede, Objetivos e dos Filiados) apresenta três capítulos – Da Duração, Sede e Foro; Dos objetivos e Diretrizes Fundamentais do Partido; Dos Filiados e da Filiação. O Título II (Da Organização e Das Convenções) é composto por nove capítulos – Das Convenções; Dos Diretórios; Das Comissões Executivas; Das Comissões Provisórias; Do Congresso Nacional do PSDB; Dos Órgãos de Cooperação; Das Finanças, da Contabilidade e do Patrimônio do Partido; Da Disciplina Interna, Coerência e Ética Partidária; Das Campanhas Eleitorais. O Título III (Das Disposições Gerais e Transitórias) é composto apenas de seis artigos.

O terceiro documento, *Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social-democracia Brasileira* (PSDB, 1989a), foi publicado no mesmo dia do *Manifesto* no Diário Oficial da União, sendo organizado, na estrutura e conteúdo, em: análise da conjuntura e diretrizes básicas por assuntos. Os assuntos perpassam a democracia brasileira, as relações internacionais, a política, a sociedade, a economia, sempre através de pontos específicos como a reforma do Estado, a seguridade social, o crescimento econômico, o combate à inflação, entre outros. É patente no documento o desencanto dos dissidentes com o PMDB, a participação de seus membros na Constituinte e na promulgação da nova Constituição e um profundo descontentamento com os rumos da Nova República sobre as rédeas do governo Sarney.

Não sem razão o ano de 1988 é aquele em que um maior número de documentos selecionáveis foram produzidos, confirmando as afirmações de Panebianco (2005) que apontam para um grande esforço dos partidos em delimitar sua visão ideológica em seus primeiros anos de existência. Ainda neste ano mais dois textos produzidos somam-se aos anteriores: um é o

escrito por Franco Montoro, *Nasce os Tucanos: discurso na assembleia de fundação do PSDB* (Montoro, 1988), outro é uma entrevista dada por Fernando Henrique Cardoso (1988) à Folha de São Paulo - *Novo partido deve ser criado até junho - diz Cardoso* -, publicado em 11 de abril daquele ano, antecedendo a própria criação do partido, apresentava-se recheada das mesmas críticas, desilusões e descrenças tão presentes nos documentos fundadores.¹³²

Um segundo conjunto de três documentos foram escritos em 1989, ano que se tornou emblemático para as pretensões do jovem PSDB, isto fundamentalmente pode ser sentido em: *Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força* (PSDB, 1989b) e *Os Desafios do Brasil e o PSDB* (PSDB, 1989c). Ambos foram produzidos a partir de contribuições das bases e dos organismos partidários e reúnem ideias de muitos simpatizantes da agremiação. No primeiro, o objetivo era enunciar diretrizes programáticas para um eventual governo social-democrata, e no caso do segundo, a redação final foi resultado das decisões do 1º Congresso Nacional do PSDB, realizado em Brasília entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1989. Estes dois documentos tinham por objetivo servir de base para a campanha do candidato do partido à presidência da República, se apresentando quase que como um programa partidário. Por fim, o terceiro documento, *O desafio de ser presidente* (Covas, 1992), é o famoso discurso proferido pelo então senador Mario Covas, no dia 28 de junho de 1989, no Senado Federal, que ficou conhecido como “*O choque de capitalismo*”. Aponta-se esta fala como um momento único na carreira do senador peessedebista, uma vez que o deixou em uma posição pouco confortável diante de suas próprias convicções – conhecidas como desenvolvimentistas e progressistas - mas almejava tranquilizar um eleitorado mais conservador que o associava fortemente com a esquerda.

O ano de 1990 marcado por novas derrotas eleitorais, algo incômodo nos dois primeiros anos de existência, levou o partido a uma certa hesitação, percebemos isso na diminuição importante da quantidade de documentos voltada para a defesa de sua visão política. Este ciclo iniciado em 1990, aprofunda-se entre os anos de 1991 e 1993. Ainda assim, *Social-Democracia: o que é e o que propõem para o Brasil* (Cardoso, 1990) é um livreto escrito pelo *staff* de Fernando Henrique Cardoso, sob a coordenação de Eduardo Graeff. Voltado para a militância e os simpatizantes da agremiação, busca apresentar propostas de social-democracia a partir da

¹³² Ainda durante ano de 1988 apresentamos anteriormente o relatório *Quem foi quem na Constituinte* produzido pelo DIAP e que foi utilizado na seção 3.1.1. do terceiro capítulo para evidenciar o posicionamento dos peessedebistas durante a Assembleia Constituinte.

visão de FHC, refletindo todas as posições oficiais assumidas pelo PSDB em seus documentos oficiais.

Ainda neste mesmo ano, o segundo documento utilizado é *Social-Democracia Hoje: A Alternativa Social-Democrática*, este é um trabalho de maior fôlego, organizado por Mauricio Dias David e editado pela Fundação Teotônio Vilella, reúne ensaios de inúmeros autores, entre eles: José Carlos de Assis, João Paulo de Almeida Magalhães, Marcio Moreira Alves, Edward Amadeo, Edmar Bacha, Mário Covas, Ronaldo Cesar Coelho, Michel Rocard, Norberto Bobbio, Kjell-Olof Feldt, José Richa e José Serra, Gustavo Bauer, Cesar Benjamin e Marcio Costa, Tácio Lins e Silva, Euclides Scalco e Afonso Arinos. Entre textos de políticos e intelectuais, o trabalho buscava apresentar diferentes perspectivas de uma social-democracia adaptada aos anos de 1990. Segundo Maurício David, o objetivo era mostrar caminhos para a construção de uma social-democracia sem manuais e catecismos, o que revela a clara intenção de propor um modelo que o partido tentava adaptar em terras brasileiras.

Finalmente, o terceiro documento é o texto que Franco Montoro (1990) escreve: *Social Democracia e Pensamento Social Cristão*, o artigo é uma reflexão sobre a eleição de Patricio Aywin no Chile, pelo partido Demócrata Cristão chileno, demonstrando haver uma busca do ex-governador paulista de aproximar a democracia cristã e a social-democracia, demonstrando sua forte inclinação a primeira.

Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1991) escrevem juntos o livreto: *Parlamentarismo no Brasil: Como, por quê*. A Constituição de 1988 previa através do artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) um plebiscito nacional para escolher entre as formas de governo; República ou Monarquia; Presidencialismo ou Parlamentarismo. Pelo artigo, a consulta popular estava marcada originalmente para ocorrer no dia 7 de setembro de 1993, mas foi antecipada para 21 de abril de 1993 pela Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992. Como anteriormente apontado, uma das marcas do PSDB desde sua fundação foi a defesa do parlamentarismo como forma de governo, isto por si justifica a publicação do livreto em questão, que em 32 páginas, discorre sobre as desvantagens do presidencialismo e sobre as virtudes do parlamentarismo.

Em 1992 temos apenas um documento selecionado, *O Governo de Todos Nós: discurso pronunciado no Senado Federal* por Mário Covas (1992), no dia 19 de novembro, tendo como seu teor o processo de impedimento de Fernando Collor de Melo. Em sua fala o senador aponta o iniciante governo Itamar como um “governo de todos nós”, isto porque o mesmo, emergia

não de um processo eleitoral, mas como resultado do conflito da rua, das páginas dos jornais, dos artigos das revistas, dos bancos das universidades, das páginas do Congresso. É um documento muito significativo do momento turbulento e da fragmentação interna apresentada pelo PSDB durante o governo Collor de Melo.

Após o interregno de 1993, em que não temos documentos selecionáveis, o ano de 1994, ao contrário do anterior foi bem mais prospero para nosso trabalho. Os três últimos documentos que encerram nossas escolhas de pesquisa, são resultado justamente deste cenário apresentado. O primeiro, *Exposição de Motivos 395*, foi escrito por Fernando Henrique Cardoso (1994a), no primeiro semestre de 1994, e publicado na Revista de Economia Política, é endereçado ao presidente da República Itamar Franco e tinha por objetivo, diante da crise fiscal enfrentada pelo país, apontar as frentes de atuação para se garantir a estabilização econômica. Dizendo que aquele recurso seria um oportuno documento resumo, pretendia ele, de maneira precisa e coerente, explicitar as decisões a serem encaminhadas ao Congresso Nacional. Pensando no ambiente hostil apresentado anteriormente, a publicação vinha de encontro a dar respostas aos opositores e detratores do Plano Real.

O segundo documento é o plano de governo da campanha de Fernando Henrique Cardoso a presidência da República, que foi chamado de *Mãos à Obra*¹³³, ele é uma fonte excelente para entendermos como as propostas anteriores do partido, publicadas até 1990, se amalgamaram e se moldaram ao longo dos quatro anos de derrotas eleitorais e de pactos políticos realizados pelo PSDB até sua chegada ao poder.

Finalmente, o terceiro documento é o discurso de despedida de Fernando Henrique Cardoso, já presidente eleito, ao Senado Federal, *Discurso de Despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*, proferido em 14 de dezembro de 1994¹³⁴. Segundo Motta (2018) esta fala foi especialmente ambiciosa, isto porque ele trata como missão do governo virar a página do “legado da Era Vargas” e reconhece que seu grande desafio seria remover as camadas que se consolidaram firmemente em um projeto de identidade nacional, o qual sobrevivera a vários presidentes e até mesmo de muitas instituições mais ou menos democráticas. Esses últimos documentos nos ajudaram a entender como se desenhou a chegada do PSDB a direção do Executivo Federal.

¹³³ Cardoso, 1994b.

¹³⁴ Cardoso, 1994c.

Nas próximas duas sessões buscaremos esclarecer com maiores detalhes a técnica da análise temática empregada na leitura dos documentos selecionados e logo em seguida demonstraremos os resultados alcançados acerca do trabalho executado.

4.1. A análise temática dos documentos fundacionais do PSDB.

No que tange os documentos oficiais selecionados, a análise temática ocorreu em blocos. Primeiramente fizemos uma filtragem geral do conteúdo, como uma etapa de pré-análise do material, foi realizada uma revisão do banco de dados, momento em que todos os documentos foram lidos sistematicamente na ordem cronológica em que foram produzidos, se atentando para os elementos sincrônicos relatados na seção 3.1 deste capítulo. A primeira leitura realizada foi mais genérica, mas nos permitiu uma segunda filtragem mais específica o que nos levou a uma segunda leitura categorizando o texto. Paralelamente procedemos também uma catalogação bibliográfica, aos documentos físicos se procedeu à digitalização, visando facilitar a manipulação dos dados.

O terceiro movimento da pesquisa se concentrou na construção das variáveis que seriam analisadas nos documentos oficiais. Em nosso capítulo 1, durante a conclusão fizemos a propositura de algumas características mínimas que um arcabouço de ideias precisa apresentar para aceitarmos como social-democrata. Retomando-as aqui lembremos: a) ter como meta a busca por direitos trabalhistas e sociais; b) partilhar das ideias democráticas para alcançar a igualdade social e as liberdades individuais; c) ser o Estado o ator fundamental do equilíbrio econômico e o promotor do bem-estar social. Faz sentido, desta forma, pensarmos que três variáveis podem ser retiradas dessas características: i) políticas sociais; ii) proposta de democracia; iii) papel do Estado.

Com a variável “políticas sociais” buscamos entender, nos documentos, como o PSDB propõem aquilo que Przeworski (1988) chama de compromisso social-democrata, ou seja, os caminhos e os meios pelos quais se buscam melhorar a vida dos indivíduos, mitigando os efeitos nocivos da forma desequilibrada com que os recursos necessários para o bem-estar, e redistribuindo-os em busca de uma melhor justiça social. Ao propor a variável “proposta de democracia” queremos compreender, a partir de nossas fontes de pesquisa, como o PSDB estabelece seu compromisso com o pacto democrático e a partir dele como o partido enxerga a participação popular nas decisões políticas que visam assegurar seus interesses (Przeworski,

1988; 1989). Com a variável “papel do Estado” nos propomos a investigar, a partir dos documentos, qual é o projeto de Estado proposto pelo PSDB e qual é sua dimensão, extensão e escopo. Se para a social-democracia o controle direto do Estado é a maneira pela qual se tenta influenciar o setor privado a se comportar segundo os interesses gerais (Przeworski, 1988), é importante buscar compreender como este projeto enxerga as relações de Estado e economia, como se percebe o provimento dos bens públicos e quais os limites são impostos para que se alcance a devida eficiência.

Importante salientar que nossas variáveis de análise precisam ser entendidas em um contexto histórico específico em que os agentes políticos estavam submersos em nuances e tendências ideológicas, matizes apresentados e explicados ao longo do capítulo 3, e reunidas de forma sintética na tabela 3, na seção 3.2.1. De acordo com este ambiente, atores e partidos diferentes poderiam apresentar em seus discursos uma variedade de perfis ajustáveis a seus interesses pessoais, nichos eleitorais e comprometimento ideológico.

Para uma melhor visualização desse universo de matizes e tendências ideológicas, apresentamos na tabela 4 as nossas variáveis em nós e subnós (campos e variáveis) de análise, já alinhadas a seus descritores.

Tabela 4: campos ideológicos (nós) e variáveis de análise selecionadas (subnós) nos documentos de fundação (1988-1994)

Campos	Variáveis		
	Políticas Sociais ¹³⁵	Proposta de Democracia ¹³⁶	Papel do Estado ¹³⁷
Liberal	Assistencialistas/seletivas – uso extensivo de testes de meios (meritocracia)	Democracia eleitoral - sistema elegível livre, competitivo e idôneo	Não interfere na economia – livre mercado – Intervenção social <i>ex post</i> , quando canais tradicionais falham – ênfase no papel do mercado.
Social-Democrata	Universais – ampla cobertura de riscos e contingências	Democracia participativa – ampla participação cidadã – fórmulas representativas e diretas.	Intervenção voltada para a produção e distribuição de bens e serviços a todos os cidadãos – correção distributiva das

¹³⁵ Marshall, 1967; Hutton, 1988; Przeworski, 1989; Esping-Anderson, 1991; Rosanvallon, 1997; Bobbio, 2004; Giddens, 2008.

¹³⁶ Mill, 2006 [1861]; Shumpeters, 1976 [1942]; Dahl 1956; 1971; Sartori, 1957; 1987; Przeworski, 1988; O’Donnel, 1998.

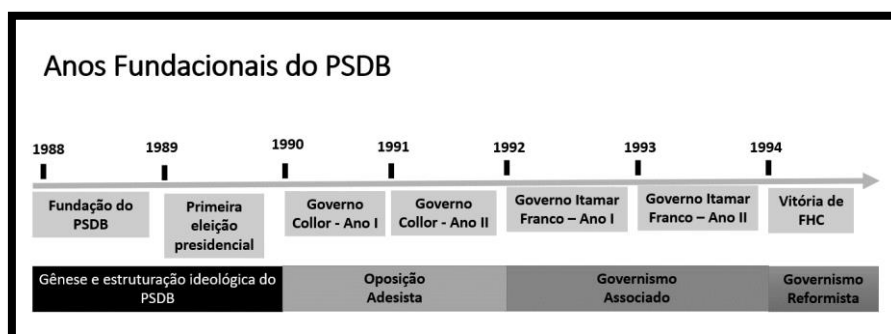
¹³⁷ Keynes, 1983 [1926]; Marshall, 1967; Esping-Anderson, 1985; Merquior, 1987; 2016; Przeworski, 1989; Rosanvallon, 1997; Hutton, 1998; Bresser-Pereira, 2000; Giddens, 2000; 2008.

			desigualdades causadas pelo mercado
Social-liberal de Terceira Via	Universalização de oportunidades – cobertura estatal de riscos e contingências - com contrapartida social: direitos geram responsabilidades sociais.	Democracia participativa – participação social através da sociedade civil organizada (Terceiro Setor)	Estado socialmente necessário, intervenção em favor da reconstrução e renovação das instituições públicas – responsabilidade dividida com a sociedade civil em prol do bom funcionamento do mercado e do governo democrático.
Liberal Progressista	Universalização de oportunidades, cobertura estatal de riscos e contingências – progressividade – transferências sociais para camadas mais baixas da população.	Democracia eleitoral e representativa - sistema de pesos e contrapesos – mecanismos que evitem a concentração de poder e o autoritarismo.	Estado de Direito, deve ser eficiente com ênfase no social, deve ser um garantidor das oportunidades iguais e potencializar o desenvolvimento individual.

Fonte: Tabela elaboração do próprio autor.

Estando as variáveis elaboradas iniciamos a quarta fase de nosso trabalho de pesquisa, momento em que fizemos nova leitura documental, agora mais verticalizada, visando selecionar *clusters* a serem submetidos a análise temática. Os fragmentos foram lidos e analisados novamente na sequência cronológica de suas publicações, nosso objetivo aqui foi buscar entender as nuances que esta temporalidade, ainda que curta, apresentou. Para melhor compreensão procedemos a seguinte periodização dos anos fundacionais do PSDB:

Figura 3: Periodização dos Anos Fundacionais do PSDB



Fonte: Figura elaborada do próprio autor.

Como podemos observar na figura 3, propomos dividir os anos fundacionais do PSDB em quatro períodos: gênese e estruturação ideológica do PSDB; oposição adesista; governismo associado; governismo reformista. A construção destes recortes temporais está baseada no trabalho de descrição histórica realizada no terceiro capítulo de nosso trabalho, momento em que procuramos assinalar essas nuances que aqui estabelecemos. De maneira geral, o primeiro período engloba o momento em que o partido foi fundado e que procurou se posicionar a centro-esquerda do campo político, foram nestes anos que o discurso social-democrata de Terceira Via foi formulado, e anunciado como o modelo de social-democracia que o partido assumia como sendo seu. No segundo período, durante os anos Collor de Melo, o PSDB oscilou entre se posicionar como oposição ou aderir a uma proposta de governo liberal progressista que não se distanciava tanto de sua posição ideológica. No terceiro período, os anos Itamar Franco, o PSDB, já sem nenhum impedimento e risco político, se uniu ao governismo e se tornou um importante ator da estabilização econômica, o que, por fim, lhe garantiu, no quarto e último período, a vitória eleitoral que encerra este ciclo.

Sobre o conjunto de dados brutos levantados filtramos 435 excertos dispostos como identificado na tabela 5:

Tabela 5: Frequência de temas presentes nos documentos fundacionais do PSDB – Estado, Democracia e políticas sociais

Posição	Temas	Total de Trechos ou Frases	% (N= 435)
1	Papel do Estado	270	62 %
2	Proposta de Democracia	87	20 %
3	Políticas Sociais	78	18 %

Fonte: Elaboração do próprio autor

Ainda neste movimento da pesquisa, nos concentramos no exame mais minucioso dos dados. A metodologia escolhida foi uma abordagem bastante utilizada em pesquisas qualitativas: a análise temática. Esse tipo de análise é uma estratégia descritiva para encontrar padrões síncronos em um conjunto de dados qualitativos, tendo como resultado um relato desses padrões e do designer abrangente que une os mesmos (Ayres, 2008). A análise temática é um tipo particular de abordagem qualitativa que segundo Laurence Bardin (2011) é parte significativa da metodologia definida como análise de conteúdo. Segundo a autora, o tema deve

ser entendido como uma unidade dotada de sentido e que quando recortada de um determinado texto, após uma análise prévia, construída após um arranjo teórico, pode permitir a descoberta de “núcleos de sentidos” em uma comunicação, e que a presença frequente, podem dar significado a um objeto analítico escolhido.

Para Bardin (2011):

O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc (Bardin, 2011, p.135).

Sob este ângulo, evidencia-se que apesar da análise temática escapar de uma tentativa de conceitualização, ela pode ser enquadrada dentro do escopo das técnicas de análise de conteúdo, isto porque, podemos considerar o tema como um elemento extensivamente presente nos enfoques usados pelas pesquisas qualitativas. Enquanto unidade de registro, os temas podem ser agrupados em categorias que nos ajudam a compreender melhor o objeto estudado. A categorização permite um estudo mais seccionado do texto, que a posterior pode ser reagrupada analogicamente em outros temas ou mesmo subtemas. Sendo assim, a estratégia da análise temática viabiliza a aplicação de uma teoria ao material analisado mediante um sistema de categorias, que partindo de uma abordagem dedutiva, acaba por fundamentar hipóteses primárias construídas a partir de um quadro traçado na sistematização de uma literatura. Ou como afirma Bardin (2011, p. 273) “a análise temática tradicional permite compreender a frequência dos temas manifestos visíveis nos anúncios, ou seja, a análise da dimensão denotativa do discurso”.

Ao observar a tabela 5 apresentada acima, é possível ver como as 3 variáveis selecionadas aparecem nos documentos fundacionais do PSDB entre os anos de 1988 e 1994. Nota-se que a discussão sobre o Papel do Estado e suas relações com a economia e a sociedade são mais preponderantes nos documentos, somando 62% de todos os trechos selecionados. Isto nos sugere que este assunto parece, dentro do recorte estudado, ser mais presente no debate intrapartidário. A razão deste fato pode ser explicada a partir do contexto histórico anteriormente esmiuçado, é importante lembrar que a virada do século XX foi também o momento da crise do Estado, evidenciado pela crise dos países socialistas no leste Europeu,

pela estagnação dos Estados de bem-estar social no mundo desenvolvido e pela onda de redemocratização na América do Sul. No Brasil, a redemocratização exigia urgência na reconfiguração do Estado pós governos militares, assim todos esses elementos parecem estar perfeitamente refletidos nestes números levantados a partir dos documentos estudados (Zucco Júnior, 2011).

A variável Proposta de Democracia, surge na segunda posição, com 20% dos trechos, e se impõem como termo médio em nossos achados. Cremos que este resultado faça sentido diante do cenário político brasileiro, é importante lembrar que os anos de chumbo da ditadura ainda estavam muito presentes na memória nacional, e as conquistas da redemocratização representavam grande avanço institucional. A Constituição de 1988 como marco deste processo deixava em aberto um futuro auspicioso que ainda estava a ser construído, com a necessidade de consolidação de algumas conquistas.

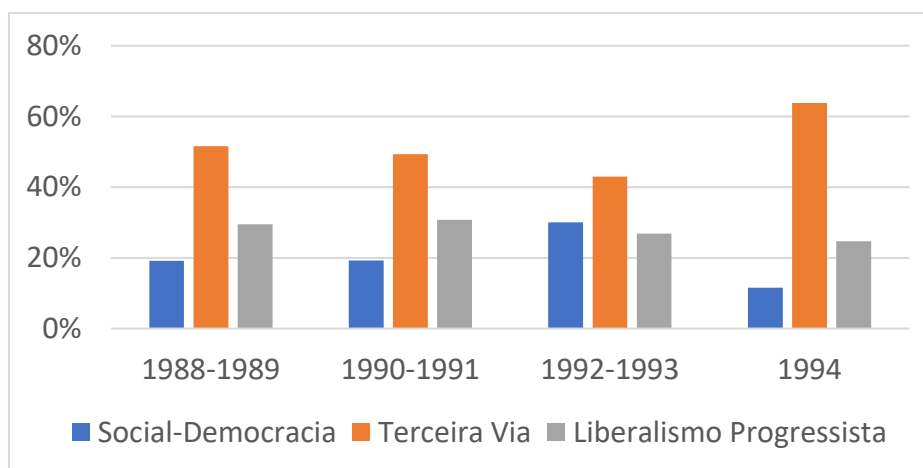
Por fim as Políticas Sociais, na terceira posição, com 18% dos fragmentos, em equilíbrio com a variável Proposta de Democracia, não foge a mesma discussão. Evidencia-se o debate sobre o sentido a ser dado a essas ações públicas e qual seria o dever do Estado diante delas. Para o PSDB não era possível pensá-las sem antes uma verdadeira remodelação do Estado brasileiro, carregando na crítica ao anterior modelo nacional-desenvolvimentista, viam as políticas de bem-estar antecedentes como limitadoras da cidadania popular, ou mesmo como um cabresto populista de controle das massas.

Se lidas dentro do contexto ideológico da época, os extratos selecionados apresentam uma variedade de discursos que transitam dentro do universo ideacional descrito na tabela 4, isto evidencia o que Panebianco (2005) afirma sobre a diversidade de ideias que membros de um mesmo partido político podem ter, ou seja, uma organização partidária é, na verdade, a somatória de todos os seus membros. A polissemia que verificamos durante a leitura é efetiva para nos demonstrar que diversos atores tinham posicionamentos próprios diante dos mais diversos assuntos. Suas posições muitas vezes eram até mesmo conflitantes, o que não é de surpreender ao se pensar que o PSDB resultou de uma dissidência de outro partido e agregou neste período outros tantos personagens descontentes com suas siglas.

Da leitura mais verticalizada passamos a uma classificação dos trechos selecionados segundo as características dos descritores apontados na tabela 4, separando-os em três campos ideológicos: Social-democrata clássico; social-democracia de terceira via; liberal progressista. Cronologicamente obedecemos a periodização demonstrada na figura 3, buscando entender as

nuances apresentadas nos discursos. Totalizado esta atividade, como pode ser observado no gráfico 2 abaixo, no período estudado, é sempre preponderante nos documentos a presença de sentenças com as características da social-democracia de terceira via.

Gráfico 3: Classificação dos excertos segundo os matizes ideológicos



Fonte: elaborada pelo próprio autor¹³⁸

O gráfico 3 deixa claro que apesar do discurso peessedebista apresentar-se majoritariamente como social-democrata de terceira via, há uma flutuação da intensidade entre os anos de 1988 e 1994. Há uma leve queda entre 1988 e 1991, o que pode ser uma evidência de que as seguidas derrotas eleitorais nestes anos acabaram por criar certa instabilidade do discurso do PSDB, e de certa forma uma tentativa de ajuste ao cenário externo adverso. Percebemos que entre 1989 e 1991, enquanto a presença dos excertos de terceira via diminui, o discurso social-democrata e liberal progressista oscilam e contrabalançam a majoritariedade apontada. Entre os anos de 1992 e 1993, observamos a proporção de citações classificadas como social-democráticas de terceira via diminuir. Entendemos isto como evidência das incertezas que o partido passou nos anos Collor, indeciso entre ser oposição e governo, percebe-se claramente os embates entre os discursos mais a centro-esquerda (social-democracia clássica) e a centro-direita (liberalismo progressista) peessedebista. Este cenário muda em 1994 quando finalmente o fortalecimento do seu discurso de terceira via consolida-se após a vitoriosa presença na gestão Itamar Franco.

¹³⁸ Textos analisados por período.

terceira via, cuja razão pretendemos deixar expressa nos próximos parágrafos, realizando um maior aprofundamento sobre elas na próxima seção deste trabalho.

Tabela 6: Frequência das palavras nos documentos fundacionais do PSDB (1988-1994)

Posição	Palavra	Extensão	Contagem
1	Desenvolvimento	15	265
2	Democracia	10	181
3	Economia	8	170
4	Reforma	7	158
5	Emprego	7	147
6	Saúde	5	136
7	Educação	8	116
8	Renda	5	112
9	Bem-estar	8	109
10	Trabalho	8	101
11	Direito	7	94
12	Tecnologia	10	80
13	Vida	4	78
14	Transporte	10	77
15	Justiça	7	58
16	Agricultura	11	58
17	Eficiência	10	57
18	Gestão	6	56
19	Energia	7	54
20	Indústria	8	50

Fonte: Elaboração própria do autor a partir de dados do *Word Art*

Ao cotejarmos os resultados da pesquisa de palavras nos documentos fundacionais do PSDB, fica evidente que alguns temas se repetem, indicando uma forte convicção sobre algumas matérias e a existência de uma visão política compartilhada pelos agentes responsáveis pelo partido. Importante lembrar que esses documentos foram escritos por muitos atores

diferentes, e que em suas individualidades tinham suas convicções próprias e muitas vezes dissonantes do todo. Entretanto, quando olhamos para as palavras mais frequentes, descontextualizadas de seus fragmentos, é elucidativo observar que o escopo da social-democracia de terceira via está muito presente e dialoga com nossas variáveis centrais escolhidas.

Este elemento se desenha quando fazemos uma primeira pré-análise deste material. Se partimos da constatação que a maioria das citações selecionadas focam em discutir o papel do Estado, as características da terceira via se sobressaem nas unidades selecionadas, isto porque o Estado surge nestes registros sempre como alicerce do “Desenvolvimento”, palavra que entre as 20 mais frequente encontra-se na posição número 1 com 265 citações. Este desenvolvimento deve se pautar por dois caminhos: o econômico e o social, não como eixos separados, mas integrados entre si.

Como podemos observar no excerto abaixo:

Empenha-se pela retomada do crescimento econômico do País, mediante um **projeto nacional de desenvolvimento** – fundado em uma **economia de mercado socialmente regulada pelo Estado** – que assegure a **modernidade, a eficiência, a competitividade e a superação do atraso, especialmente no campo da tecnologia e da educação [...]** Sustenta que o **desenvolvimento brasileiro deve ter sentido intensamente social**, para corrigir as graves **desigualdades e injustiças** que marcam a realidade do País (destaques realizados pelo autor) (Montoro, 1992, p. 02-03).

No texto apresentado acima, a palavra Economia, terceira posição com 170 citações, parece estar entre as prioridades temáticas dos documentos, e nos discursos em que ela é pautada orbitam outros vocábulos que estão presentes entre os mais frequentes como: (da mais alta para a mais baixa posição) Trabalho, Tecnologia, Transporte, Agricultura, Energia, Indústria. Estas palavras podem ser agrupadas em dois conjuntos: Infraestrutura e Setores Econômicos. Por conseguinte, o desenvolvimento econômico para o PSDB demandaria do Estado brasileiro o investimento em infraestruturas que seriam alicerce para o crescimento dos setores econômicos e a abertura de postos de Trabalho, assim o desenvolvimento tecnológico somar-se-ia a investimentos nas áreas de Transporte e Energia. Para os peessedebistas, a Agricultura e a Indústria seriam os setores-chave para o desenvolvimento econômico brasileiro.

O segundo eixo do desenvolvimento se daria mediante políticas sociais, nossa segunda variável central, cuja responsabilidade estaria amparada no Estado brasileiro. O Bem-estar

surge como espinha dorsal deste projeto que enxerga como Direito as seguintes palavras muito frequentes: (da mais alta para a mais baixa posição) Emprego, Saúde, Educação, Renda e Vida.

[...] o PSDB **não separa o econômico e o político, o social e o individual** [...] como projeto de sociedade representa uma via fantástica para o **desenvolvimento do fator humano** [...] sua determinação na busca pela **igualdade de oportunidades** para todos e dos meios de satisfação das necessidades básicas [...] fortalece a visão de uma sociedade mais justa e solidária [...] em que a solidariedade [...] se **dá pela mobilização geral de esforços** (destaques realizados pelo autor) (David, 1990, p.74).

O terceiro aspecto que podemos analisar, e que se evidencia neste conjunto de palavras, é o modelo de Estado pensado pelo PSDB, o qual nos aprofundaremos mais adiante, o tipo se aproxima muito daquele pensado pela social-democracia de Terceira Via, ou seja, um Estado socialmente necessário e reformado. Não sem razão, Reforma é a palavra de posição número 4 com 158 citações, e aparece frequentemente associada nos excertos a outras duas: Gestão/Eficiência. As palavras Eficiência e Gestão ocupam sequencialmente as 17ª e 18ª posição da tabela 6, a primeira com 57 e a segunda com 56 citações, demonstrando a total proximidade relacional entre ambas. Mais uma vez reforça-se a tendência apontada, uma vez que reforma, gestão (no sentido de gerencialismo) e eficiência são verbetes constantemente acionados por adeptos dessa variante.

Todo esse processo nos ajudou a compreender os dados encontrados a partir das leituras dos documentos pesquisados, ou mesmo, dos elementos suscetíveis a análise interpretativa que não eram possíveis deduzir inicialmente. Com efeito, a produção de conhecimento, a partir de uma base de dados, foi alcançada em função do detalhamento da técnica apresentada nesta seção. Como defendido por Bardin (2004), a utilização sistemática e objetiva dos procedimentos gerou validade e confiabilidade dos achados em nossa pesquisa, e como demonstraremos na seção seguinte, nos permitiu verticalizar a análise temática de nossas variáveis.

4.2. A social-democracia peessedebista – análise das variáveis

A fase de exploração do banco de dados foi um momento muito importante para que o desenho de nossas hipóteses iniciais se tornasse mais sedimentadas, conforme apresentado na seção anterior, o viés social-democrata de Terceira Via do PSDB se tornou mais evidente a

ponto de mobilizar presença importante nos documentos oficiais entre 1988 e 1994. A partir de agora avançaremos em direção a um universo mais restrito de análise, que nos permitirá seguir com novos recortes e um afinamento de nossa pesquisa. Buscamos separar os temas segundo as variáveis centrais – papel do Estado, políticas públicas e proposta de democracia – cumprindo assim uma análise mais profunda da proposta de social-democracia do PSDB.

4.2.1. O Papel do Estado

Conforme a tabela 6, parte significativa dos fragmentos selecionados durante a leitura dos documentos oficiais do PSDB discutiam qual deveria ser o papel do Estado em um eventual governo peessedebista. Pudemos constatar a força dessa discussão quando montamos a nuvem de palavras e verificamos que de fato ao redor deste tema circundavam palavras bastantes significativas como democracia, reforma, gestão, eficiência e justiça.

O fato é que a social-democracia de terceira via dever-se-ia pautar em criar um Estado capacitador, reformado e eficiente – um Estado de investimento social, caracterizado por uma administração gerencial apoiada em parcerias com a sociedade civil. Como Giddens (2008) afirma, neste Estado capacitador a justiça social e a política emancipatória permanecem sempre como um horizonte a ser alcançado. Não era o caso de se defender um Estado mínimo, pensava-se num Estado de bem-estar social reformado que deveria atender aos critérios de justiça social, mas também deveria reconhecer e incorporar as escolhas pessoais dos estilos de vida, as estratégias ecológicas, respondendo a novos cenários de risco.

A reforma do governo e do Estado, tema central da política da terceira via, está intimamente relacionada às mudanças econômicas sinalizadas pela economia do conhecimento. No mundo contemporâneo, ao contrário do que dizem os neoliberais, precisamos de mais governo do que antes, não menos. [...] Os da velha esquerda sempre dizem 'regular, regular', e uma maior regulação da vida econômica, em alguns aspectos e em alguns contextos, é necessária. Mas a desregulamentação também pode ser tão importante em áreas onde as restrições inibem a inovação, a criação de empregos ou outros objetivos econômicos básicos. O governo não existe apenas para restringir os mercados e as mudanças tecnológicas, ele tem um papel igualmente significativo em ajudá-los a trabalhar para o bem social (Giddens, 2008, p. 83-84).

Para Bresser-Pereira (2000) o novo Estado gerencial que estava surgindo, além de contar com agências executivas com mais autonomia para regular mercados oligopolistas, teria

também um papel “capacitador” das empresas nacionais, para que estas pudessem competir internacionalmente. Reformar o Estado significaria, neste contexto, reconstruí-lo, aumentar sua capacidade, recuperar a poupança pública, superando a crise financeira existente naquele momento, redefinindo o papel do Estado e dando às organizações da sociedade civil um papel maior, fosse na produção de serviços sociais ou científicos, fosse exercendo controle social.

A análise temática dos discursos do PSDB revelou que era exatamente este Estado o proposto pelo partido. Para os peessedebistas era necessária uma verdadeira “Reforma”:

[...] Um **ideário simples e claro de reformas** [...] contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação [...] estas (reformas) **não virão como doação de um Estado forte ou de uma chefia autocrática**, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação no âmbito da sociedade civil (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989a, p.17-18).

O trecho acima foi retirado do Programa do Partido, publicado em 1988, a palavra “reforma”, 4ª posição na tabela 6, surge como forma de oposição a um Estado vinculado a ideia de uma chefia autocrática, e em sincronia com o desejo de um governo essencialmente democrático. Este documento assumiu lugar importantíssimo para entendermos a fundação do PSDB, ele de certa forma ditou o sentido para qual muitos dos documentos, produzidos até 1994, seguiriam, determinando um exaustivo trabalho de construção de autoimagem ou mesmo um desenho de social-democracia proposta. Não é de se espantar que ele articula muitos dos conceitos relacionados anteriormente, de tal forma a demonstrar uma forte disposição para a reforma do Estado dentro dos novos patamares social-democráticos daquele momento.

Como se pode observar em:

Hoje, para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do **desenvolvimento**, para dar início às **reformas** inadiáveis e prosseguir a construção da **democracia**, é preciso mais do que uma legenda eleitoral que abrigue forças heterogênicas. [...] Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do **Estado** onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o **bem-estar**, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. **Por isso, a concepção de democracia** do PSDB [...] requer **transparência da informação e participação** ampla dos cidadãos nas decisões sobre as **políticas públicas** (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989a, p.17).

O trecho reproduzido acima sintetiza muito bem o que afirmamos anteriormente e reúne em um único trecho quatro (as quais grifamos propositalmente) das vinte palavras que mais frequentemente são usadas nos documentos fundacionais, conforme a tabela 6. Ainda, é possível observar que o texto refaz críticas costumeiras aos problemas do Estado e dos partidos brasileiros (corporativismo, cartorialismo e fisiologismo) demonstrando o caráter reformista que o partido assumiria a partir de então.

Os parâmetros desta reforma se dariam para valorizar a “eficiência”, palavra que aparece cinquenta e sete vezes nos documentos estudados. São características dela: descentralização de recursos, funções e encargos para estados e municípios - o que variavelmente é chamado nos documentos de “democratização das decisões”, ou ainda, de “desprivatização do Estado” - ou seja, a eliminação dos interesses privados e corporativos amalgamados na administração pública, e no lugar, a execução de mecanismos de controle público profissionalizados e reformados que atendem a uma maior racionalização do governo do Estado.

Escrevendo sobre isso, Fernando Henrique Cardoso afirma:

Inaceitável é a “privatização” do Estado, que na América Latina ocorre em grandes proporções. Isto é, através de alianças – que em outras circunstâncias eu chamei de “anéis burocráticos” – partes da burocracia estatal [...] são “enfeudadas” a interesses privados. [...] As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e frequentemente fazem-se em detrimento do interesse público (David, 1990, p. 25).

Há uma certa racionalização defendida pelo partido que se liga a uma ideia de eficiência comumente defendida pela social-democracia de terceira via, em que a lógica competitiva própria da sociedade civil serviria como modelo para a implantação de políticas sociais (Giddens, 2008). Por “privatização” do Estado se entendia uma certa relação imoral entre a burocracia e a iniciativa privada, típico daquilo que o partido chamava de associativismo populista estatal, e que ao longo da segunda metade do século XX havia se munido de um apadrinhamento de forças corporativistas que, na visão do PSDB, eram uma barreira para a universalização dos direitos sociais¹⁴⁰. Desta forma, seria necessário “desprivatizar” o Estado, ou seja, potencializar os controles democráticos sobre a gestão burocrática para torná-la mais

¹⁴⁰ Esta concepção remete-se diretamente ao conceito de “anéis de poder” formulado por Fernando Henrique Cardoso. Ver: Cardoso (2020).

eficiente ao atendimento do interesse público. O controle democrático seria realizado por uma “sociedade” civil organizada que priorizasse os anseios comuns – o que se entendia como um sinal de que o povo estaria assumindo o comando da fiscalização da gestão pública.

Em Rosanvallon (1997) esta “desprivatização” do Estado é chamada de “socialização” cujo principal resultado seria uma desburocratização e racionalização da administração dos equipamentos públicos e das funções coletivas, neste sentido, descentralizar, seria reorganizar e preparar alguns serviços públicos na intenção de aproximá-los dos usuários e das coletividades locais, como consequência teríamos uma transferência de tarefas dos serviços públicos para mais próximo das coletividades locais.

Para Giddens (2008), uma sociedade civil forte é necessária tanto para um governo democrático eficaz quanto para um sistema de mercado que funcione bem, além disso, as desigualdades poderiam ameaçar a coesão social e teriam outras consequências socialmente indesejáveis, para se democratizar a democracia uma descentralização deveria se proceder.

A palavra “participação” é muito presente em excertos que versam sobre o Estado nos documentos estudados e sugere que a forma da sociedade fiscalizar o “Estado” e o “governo” seria por meio de organizações sociais, posto isto, delimitava-se, assim, o importante papel das ONGs como entidades atuantes na legítima defesa da opinião cidadã.

No mundo de hoje, os **freios e os contrapesos democráticos são exercidos** cada vez mais **por entidades que não são propriamente estatais nem privadas**: associações de consumidores e de defesa do meio-ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais, etc. **É com a participação dessas entidades nas decisões que a social-democracia conta**, antes de tudo, para garantir a subordinação do poder econômico à sociedade (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1990, p.16).

Esta reforma do Estado ocorreria sob uma visão gerencialista capaz de garantir uma ampla reestruturação burocrática.

Se impõem hoje ao Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado [...] as **empresas que devem permanecer estatais** [...] hão de obedecer a padrões rigorosos de **eficiência na sua gestão** corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1990, p. 26).

Em um cenário de crise do Estado, a terceira via propunha reter ou recuperar a legitimidade destes através da elevação de seu nível de eficiência administrativa, segundo

princípios ecológicos deveria "obter mais de menos". Reinventar o governo as vezes significaria adotar soluções baseadas no mercado, mas também deveria reafirmar a eficácia de um governo diante deles. Em um ambiente de economia mista dever-se-ia buscar, uma sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas com o interesse público em mente, por isso este novo Estado envolveria um equilíbrio entre regulação e desregulamentação, tanto transnacional como nacional e local (Giddens, 2008).

Fernando Henrique Cardoso (1994), em seu discurso de despedida do Senado Federal, antes de assumir como presidente da República, afirmava que no ciclo de desenvolvimento que se inaugurava, o eixo dinâmico da atividade produtiva passaria decididamente do setor estatal para o setor privado. Para ele o Estado não tinha deixado de ser relevante para o desenvolvimento econômico, ao contrário, continuava sendo fundamental, mas com outra natureza. O Estado produtor direto ficaria em segundo plano, dando lugar a um regulador que deveria criar o marco institucional que assegurasse a plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando os investimentos privados na atividade produtiva. Acreditava-se que assim, se garantiria a eficiência do mercado como princípio geral de regulação. Afirmava categoricamente que haveria “duas forças dinamizadoras na economia de um país: de um lado, o mercado; de outro, o interesse público assegurado pela ação democrática do Governo e da própria sociedade” (Cardoso, 1994c, p.125).

Enxergava-se com bons olhos a privatização como uma alternativa para aliviar o peso da máquina estatal e aumentar a eficiência de gestão das empresas, aumentando seu potencial de crescimento. No Brasil, esta teria um papel-chave no esforço de estabilização da economia. Dentro desta visão, o Estado manteria o controle sobre setores estratégicos, fortalecendo a capacidade controladora do poder público mediante concessionárias. Para Cardoso (1994a, p. 126), “além de contribuir para a redução do peso do endividamento atual, a privatização concorre para a estabilização ao estancar a necessidade de aportes do Tesouro em atividades que podem ser exercidas pelo setor privado”.

Ainda nesta matéria, defendo a eliminação das restrições ao capital estrangeiro na exploração do subsolo e das fontes de energia hidráulica. Também aqui o fundamental, para que se resguarde o interesse nacional e popular, é reforçar o poder regulador do Estado neste tipo de exploração, feito por empresas estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras (Cardoso, 1994a, p. 126).

Como pode-se perceber, havia a defesa de uma integração do país de forma associada ao mundo globalizado, a permissão de investimento na infraestrutura econômica, além de possibilitar a redução dos custos e o crescimento da produção para o mercado interno, poderia também, permitir a expansão do comércio exterior com a participação do país na economia internacional de forma integrada. Esse posicionamento peessedebista se aproxima da ideia de “pós-social-democracia” de Rosanvallon, uma vez que percebemos um certo hibridismo de proposições entre um Estado mais ou menos interventor na economia. Se por um lado o PSDB não renuncia a uma certa regulação estatal, não se nega a possibilidade de uma flexibilização que garanta uma maior liberdade para que os agentes econômicos se adaptem ao cenário transnacionalizado do fim do século XX.

Finalmente, no que tange a análise sobre o papel do Estado para os peessedebistas, é importante destacar uma forte oposição ao desenvolvimentismo, a qual aqui chamaremos de “antidesenvolvimentismo”. O momento mais enfático, e famoso, desta contrariedade fica expresso no discurso de despedida do Senado de FHC, quando este anuncia que restava ao seu futuro governo superar o Estado Vargasista: “um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista” (CARDOSO, 1994c, p.10). Esta crítica acontece sob o argumento de que os padrões de protecionismo e intervencionismo estatal daquele modelo sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial.

A agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através da despesa, seja através dos regulamentos cartoriais [...] mudando de natureza [...] **O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador** [...] Em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1994c, p.10-11).

Apesar da clareza do antidesenvolvimentismo no discurso de FHC, esta oposição sempre esteve presente desde o princípio do PSDB, ela surgiu em documentos anteriores e muitas vezes mascarando a palavra desenvolvimentismo ao chamar as ações deste de populismo. Os defensores deste modelo de Estado eram acusados de serem uma esquerda populista, que pensava o governo como uma máquina de benesses sem fim. Essa atitude era

tida como irresponsável para com a produção, para com as leis de mercado, para com um desenvolvimento econômico a médio prazo, além de ser demagógica.

Não se trata, portanto, de opor os interesses privados ao estatal, mas de fazer com que ambos respondam com responsabilidades que lhes são peculiares e em suas órbitas próprias de atuação, ao interesse público. Essa é a concepção democrática do Estado, que não o reduz ao “estado mínimo” dos liberais anacrônicos, nem ao “Estado máximo” dos populistas e dos autoritários, limitando-o ao “Estado socialmente necessário” (PSDB, 1989c, p.50).

Enfim, desde seu Manifesto, em 1988, já se anunciava como um partido que prosseguiria na luta pelas mudanças, através da via democrática e não daquilo que chamavam de populismo personalista autoritário visto como concentrador do poder e da riqueza. Contemporâneo da crítica mundial ao gigantismo burocrático dos aparelhos estatais, o partido não concebia o desenvolvimento com redistribuição de renda e justiça social como tarefa apenas do Estado. Ao contrário, punha-se a denunciar as deformações do estado cartorial, do clientelismo e da degenerescência burocrática que em sua visão corroíam a eficiência e a credibilidade dos governos em países como o Brasil. Anunciava que o Estado não deveria ser mais o “pai protetor” da ineficiência, que não se abriria a economia à competição internacional predatória, mas que era necessário criar condições para que o produtor brasileiro buscasse a modernização, dando um salto necessário para enfrentar a competição internacional (PSDB, 1988b).

4.2.2. Proposta de Democracia

Dentro da perspectiva da social-democracia de terceira via, o contexto do final do século XX exigia uma democratização da democracia, isto ocorreria em primeiro lugar, através de uma *accountability* societal advinda de um mercado em bom funcionamento e de uma sociedade civil forte que pudesse fiscalizar o governo democrático de maneira eficaz. Uma comunidade altamente desigual seria prejudicial por não fazer o melhor uso dos talentos e capacidades de seus cidadãos. Consequências indesejáveis poderiam ameaçar a coesão social se as desigualdades não fossem eliminadas (Giddens, 2008). O primeiro passo para uma ordenação republicana consistiria em reconhecer que as constituições garantiriam o contrato contínuo que deveria existir entre os governantes e os governados, por isso uma participação ativa dos

cidadãos levaria a consolidação da ideia de que as regras da governança precisam ser negociadas constantemente (Hutton, 1998).

Conforme a tabela 6, a palavra “democracia”, nos documentos oficiais do PSDB, com 181 citações, aparece na 2ª posição, entre as 20 primeiras palavras, ela se encontra no topo da lista configurando-se como um tema recorrente nos documentos estudados. O partido parece, já em seu programa, recusar uma visão minimalista de democracia, tal qual a proposição schumpeteriana¹⁴¹, ao afirmar que ela é muito mais do que uma forma de escolher governantes, é um valor fundamental:

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam dominadas por um partido, por corporações estatais ou qualquer espécie de autocracia (PSDB, 1989a. p.19).

Defendendo as regras do jogo democrático, valorizando os sistemas de peso e contrapesos, o partido se colocava a favor da versão de uma democracia moderna, que se pautava pela participação e pelo pluralismo, aceitava a convivência com os contrários, os diferentes, os alternativos e as minorias, ou seja, também no que tangia os direitos civis o PSDB conclamava a participação da sociedade civil para o estabelecimento equilibrado de uma verdadeira cidadania. Já no seu Manifesto de fundação se comprometia:

Defender a democracia contra qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias [...] aprimorar o funcionamento das instituições, através dos canais de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento constante da democracia representativa; [...] definir, de modo democrático (democratizar a democracia), as prioridades do gasto público e aprimorar (eficiência) os mecanismos de controle de sua aplicação pela sociedade (PSDB, 1988b, p. 1-2).

Em seu Estatuto, o PSDB afirma ter nascido coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e esteio das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro. Por isso, em sua

¹⁴¹ Importante aqui apontar que entendemos como noções clássicas de democracia representativa as encontradas em Mill (2006 [1861]), Schumpeter (1976 [1942]), Dahl (1956; 1971), Sartori (1957; 1987) que enfocam as características fundamentais e procedimentais, como a *Accountability* e a competição. Enfim, vale ressaltar a importância das liberdades efetivas (Berlin, 1969 [1958]), ou seja, o seu conteúdo, e a sua responsividade de resultados ao atender as preferências de seus governados (Dahl, 1971; May, 1978; Kuper, 2006).

concepção de democracia, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requereriam transparência de informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas (PSDB, 1988a). A democracia moderna precisaria de um partido moderno, que se posicionasse sobre fontes progressistas do mundo, tanto em contato com partidos socialistas europeus, quanto setores democráticos americanos, ou ainda, com seus correspondentes na América Latina. Teria que ter uma presença partidária consolidada perante o mundo e sustentá-la.

Como afirma Cardoso (1994b, p. 1) “Queremos uma democracia consolidada, em que todos os brasileiros exerçam plenamente sua cidadania, sem tutela do Estado sobre a sociedade, com dirigentes e partidos capazes de exercer com firmeza e probidade a vontade política de que forem investidos”

Para começar a transformar em realidade os nossos anseios e o nosso sonho de um país mais rico, mais justo e mais igualitário, é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, **ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade** (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1994b, p.91).

A participação cidadã, entretanto, não se daria da forma tradicional que convencionou-se existir na social-democracia clássica europeia, ou seja, através de movimentos sociais e trabalhistas. Este caminho era rejeitado pelo PSDB, que acusava de ‘basista’, ‘assembleista’ e ‘corporativistas’ esse tipo de envolvimento social. O caminho se daria por outro viés, mediante organizações da sociedade civil.

Essas organizações civis seriam chamadas para a execução dos serviços sociais e científicos em um Estado social-democrático e responsável. A ampliação da atuação de organizações públicas não-estatais do terceiro setor, sobretudo das organizações sociais, se daria por meio de parcerias entre o Estado e o setor público não-estatal, sob a condição da eficiência e eficácia na prestação dos serviços financiados principalmente pelo Estado, garantido sempre que houvesse uma otimização dos recursos investidos e dos resultados alcançados (Bresser-Pereira; Nagano, 2002).

[...] é fundamental para o **êxito das políticas sociais**. Não porque a **comunidade** possa substituir a ação do Estado. Mas porque ela é indispensável **para dar eficácia a essa ação**, apontando as prioridades

corretas, fiscalizando a aplicação dos recursos, participando diretamente da execução. [...] As **ONGs (organizações não-governamentais)** — **já provaram sua valia** na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como **“organizações neo-governamentais”**. Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público. [...] **O próprio Estado tem que se reorganizar para acolher essa parceria**. O princípio da reorganização já está dado: **é a descentralização**. Não escrevemos na Constituição que cabe ao município executar os serviços públicos de interesse local. Só falta aplicar o princípio. **Descentralização e parceria com a comunidade** (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1994b, p. 12-13).

Para além da forma, enquanto princípio, a proposta de democracia do PSDB também trazia em seu bojo o desejo de respeito das regras do jogo. O partido buscava deixar evidente o seu compromisso com o padrão civilizado de convivência política. Se comprometia não apenas fidelidade no que se tangia o plano institucional, mas com todo o relacionamento cotidiano entre o poder público e a sociedade civil. Para Bresser-Pereira (1997), o PSDB deveria ser um partido social-democrático com o dever de defender: os direitos individuais, que constituem a base da democracia liberal; os direitos sociais, que constituem a substância da democracia social; os direitos públicos, que garantem que a democracia seja, ao mesmo tempo, liberal e social, para que assim os recursos do Estado estivessem a serviço da sociedade e não de grupos privilegiados.

Compreendendo a função política da democracia como instrumento eficaz para a transformação e aperfeiçoamento das estruturas sociais, seria necessário conduzir com coragem reformas políticas que assegurassem a governabilidade e a institucionalização da democracia. A primeira delas é a introdução do parlamentarismo. Franco Montoro, como membro fundador do partido, era um grande defensor do parlamentarismo como forma de consolidação democrática, isto porque, em sua visão, ele era inegavelmente uma forma de fazer com que o Brasil possuísse como o seu projeto nacional, um programa que pudesse servir de base a atuação de todos os brasileiros (Montoro, 1988). Para ele, ao contrário do presidencialismo, em que as decisões são tomadas, a portas fechadas, pela vontade unipessoal do presidente, no parlamentarismo a primeira providência é um programa debatido no Parlamento e, por isso, aberto à participação de todos os setores da população, e que podem acompanhar o debate parlamentar e influir nos programas através das suas solicitações e reivindicações.

Para Michael Rocard, escrevendo em a “Social Democracia Hoje”, livro publicado pelo Instituto Teotônio Vilella e organizado por Maurício Dias David:

a organização constitucional e a experiência nos demonstram que só existe uma forma válida: o parlamentarismo. [...] a isto acrescento a descentralização do comando e a autonomia das empresas. [...] o poder público pode desempenhar seu papel [...] lutando contra a violência e toda forma de opressão, prevenindo desequilíbrios em vez de esperar que o mercado os gere, preparando o futuro, determinando as prioridades [...] mediante a vontade coletiva. [...] nosso modelo de desenvolvimento se define em: liberdade, pluralismo e solidariedade (DAVID, 1990, p. 201-202)

O PSDB em sua fundação se estabeleceu como um grande defensor do regime parlamentarista para o Brasil. Em seus documentos fundacionais fica claro sua posição de que o parlamentarismo poderia assumir a democracia como objetivo próprio e ser mais favorável a institucionalização das práticas de liberdade, criando arenas onde as reformas poderiam ser decididas e implementadas, ele seria um antídoto para o macrocefalismo estatal e hipertrofia do Executivo (David, 1990)

A proximidade entre as palavras “democracia”, segunda posição na tabela 6, e “economia”, 3ª posição, com 170 menções, demonstra que para o PSDB esta dimensão não poderia ser excluída como categoria fundamental. Ela seria estrutural para que os desafios sociais fossem superados, assim como podemos observar no seguinte excerto:

Outra dimensão essencial da concepção da democracia do PSDB é seu conteúdo social, o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal por certo número de direitos individuais, políticos e sociais. **Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos** (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989a, p.19).

É interessante perceber que há uma defesa pela eliminação da desigualdade “profunda” e, neste sentido, a ausência da palavra “igualdade” na lista das 20 mais frequentes não é assintomática, mas reveladora da forma que o PSDB pensava desigualdade social. Nos documentos fundacionais a palavra “igualdade” é apenas citada 19 vezes, em contraposição a palavra “oportunidade” que aparece 44 vezes. Faz sentido pensar que a democracia deveria antes garantir oportunidades para que os indivíduos pudessem superar a desigualdade profunda, pensamento muito presente nos escritos da social-democracia de terceira via (Giddens, 2008).

A igualdade de oportunidades permitiria aos indivíduos conquistarem seu sucesso por meio de uma filosofia inspirada na ideia do “*self-made man*”, como podemos observar no trecho abaixo:

Justiça social não se confunde com paternalismo. **A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo.** Por isso o PSDB encara a **expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica**, e apoiará decididamente políticas de desenvolvimento regional, cujos objetivos cheguem diretamente ao povo [...] (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989a, p. 20)

Os objetivos seriam alcançados via reformas necessárias no mundo do trabalho e da produção, mas ainda que incluindo direitos, o único meio de se alcançar este desenvolvimento era mediante uma economia liberal e capitalista em expansão e produtivamente aquecida. A visão de governo do PSDB contempla um Estado que não pretende conduzir os trabalhadores, mas assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados.

4.2.3. Políticas Sociais

Conforme apontamos nos parágrafos anteriores a Igualdade pensada pelo PSDB é essencialmente uma Igualdade de Oportunidades, os documentos fundacionais do partido não desvinculam direitos sociais desta concepção de pensamento. Desta forma, estes deveriam ser garantidos universalmente mediante comprometimento responsável da sociedade civil organizada, de tal forma que se construísse uma igualdade complexa. Para Giddens (2000), A diversidade social não é compatível com um igualitarismo de resultado, as políticas sociais de terceira via buscariam maximizar a igualdade de oportunidades. No entanto, isso também deveria preservar a preocupação com a limitação da desigualdade de resultados, seria necessário criar um antídoto contra um efeito colateral da igualdade de oportunidades: desigualdades de riqueza e renda que prejudicam as oportunidades para as gerações subsequentes. Ele afirma:

Os social-democratas modernizadores também precisam encontrar uma abordagem que reconcilie igualdade com pluralismo e diversidade de estilo de vida, reconhecendo que os confrontos entre liberdade e igualdade para os quais os liberais clássicos sempre apontaram são reais (Giddens, 2000, p. 86).

Essa forma de se pensar dialoga com Rosanvallon (1997), pois sob esta ótica, isto geraria um novo contrato social, vinculando direitos a responsabilidades que deveriam ser incorporadas a um sistema de bem-estar reformado. Ele enxerga nisto uma redução da demanda social do Estado, uma vez que haveria a integração das pessoas em redes de solidariedade direta garantindo transparência as ações sociais, assim a aproximação e a inserção dos indivíduos em redes garantiriam uma maior proximidade da sociedade com seus membros. Meritocraticamente afirmava que o Estado deveria oferecer ajuda, não esmola, os contornos deste ganhavam corpo na ênfase colocada na reforma do mercado de trabalho e na criação de empregos, assim políticas sociais deveriam inspirar-se na experiência de países que introduziram políticas de mercado de trabalho, conjugando reformas e estratégias de geração de empregos.

Para Bresser-Pereira (2000), os objetivos sociais deveriam ser atingidos via políticas públicas, de forma deliberada, em todas as áreas da sociedade, começava com a oferta efetivamente igual de oportunidades de acesso à educação e à saúde, envolveria a eliminação ativa de todos os tipos de discriminação — de gênero, étnico, racial, religioso — mas supunha algo além da simples entrega assistencialista, pois envolveria uma responsabilização daqueles atingidos por essas políticas.

A tabela 6 demonstra o quanto essas preocupações eram presentes nos documentos fundacionais do PSDB, a palavra Direito, 11ª posição com 94 citações, surge muito relacionada a outra: Bem-estar, 9ª posição com 109 citações. O bem-estar social seria atingido através da garantia de direitos sociais, priorizando-os na seguinte ordem: geração de Emprego, 5ª posição com 147 citações; Saúde, 6ª posição com 136 citações; Educação, 7ª posição com 116 citações; Renda, 8ª posição com 112 citações. Outra palavra muito presente nas discussões é Vida, 13ª posição com 78 citações, sugerindo que o bem-estar social está ligado fundamentalmente aos direitos naturais modernamente constituídos.

Hélio Jaguaribe também contribuiu na escrita do livro *Social Democracia Hoje*, e em seu capítulo, condena as políticas assistencialistas de caráter redistributivo e socializante realizadas até então, para ele estas haviam sido praticadas de forma a tolher a competitividade internacional brasileira, em seu entendimento, intoleráveis crises da balança comercial seriam decorrentes da queda do nível de emprego e do nível geral de vida dos brasileiros (DAVID, 1990). Como se percebe, para o PSDB as políticas sociais não deveriam ser promovidas como obra da simples assistência do Estado, mas deveriam ter como contrapartida o

comprometimento dos sujeitos atendidos; por isso, parece natural ver que a palavra emprego seja utilizada de forma tão ostensiva em seus documentos.

Como podemos observar no excerto seguinte:

O PSDB não propõe ao Brasil simplesmente a continuidade (de programas anteriores) e o aumento dos gastos sociais, isto seria assumir a tendência que reforça a desigualdade [...] **o fundamental é reorientá-los em benefícios dos que mais necessitam, bem como aumentar a eficiência do gasto social e de seguridade.** [...] Estas metas, para serem exequíveis, exigem **racionalização e a moralização dos órgãos de assistência social, de previdência e de implementação de políticas sociais** (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989c, p.21-22)

Para o partido a valorização social do homem se daria no exercício do trabalho produtivo, decorria daí o seu dever, quando no governo, de garantir a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego como um objetivo primordial de sua política econômica. O partido se responsabilizava por apoiar a implantação de programas de formação profissional e de seguro-desemprego, assim assegurar-se-ia trabalho às populações que estavam à margem do mercado, pretendia também, construir um sistema nacional descentralizado de emprego através do uso de trabalhadores para a execução de obras públicas (PSDB, 1989a).

Assim o partido defende esta ideia em seu Programa em 1988:

A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto **o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica,** e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego. (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1988b, p.5)

Por outro lado, oferecer empregos duradouros e de melhor qualidade dependeria de investimentos públicos e privados conduzidos por métodos de gerenciamento administrativo melhores. Para isso, seria fundamental um ambiente de estabilidade política e econômica, precisar-se-ia do controle da inflação e da recuperação da capacidade de investimento do Estado como pré-requisitos para garantir a eficácia das políticas de emprego e de renda (Cardoso, 1994c).

A distinção entre a produção para mercado interno e a produção para a exportação deve diminuir progressivamente, tanto em termos de avanço tecnológico como no nível dos salários [...] pretendemos **um estilo de desenvolvimento que supõe maior intercâmbio com o exterior e**

crescimento de mercado interno, isto seria a base de investimentos que permitam gerar renda e emprego com salários crescentes (destaques realizados pelo autor) (PSDB, 1989c, p.18)

Em seu Manifesto o partido compromete-se em implementar políticas de melhoria dos serviços públicos básicos e de distribuição de renda, isto se daria focalizando a erradicação da miséria no Brasil (PSDB, 1988a). Os peessedebistas afirmavam que uma distribuição justa de renda e riqueza exigiria a definição clara das prioridades das políticas sociais e o estímulo à eficiência na produção, sem isso não haveria medidas distributivas que se sustentassem ao longo do tempo (PSDB, 1988b). Consideravam haver no Brasil desigualdades agudas, principalmente no que tangia a concentração de renda e o desnível de salários e de empregos. Entendiam que a renda média per capita brasileira nos distanciava das sociedades avançadas, e por isso não se podia contentar-se em justapor políticas fiscais e sociais ao livre jogo do mercado e/ou da ação empresarial do setor privado.

A proposta era combater às situações de miséria e de pobreza profundas, entretanto, como salienta Mário Covas em seu discurso no Senado, pouco antes de se afastar para a corrida presidencial: “Desigualdade não se corrige com estagnação. Corrige-se redistribuindo a renda e crescendo ao mesmo tempo (Covas, 1989, p.3). O grande problema era que os benefícios sociais e serviços públicos, além de deficitários, estavam mal distribuídos, privilegiavam quem ganhava mais e deixavam desassistido quem ganhava menos. Neste sentido, distribuição de renda significaria, além de aumento real de salários, expansão dos programas sociais e uma distribuição justa desses benefícios.

Um trabalhador com carteira assinada, inscrito na previdência, morando num bairro com água, luz, esgoto, coleta de lixo, transporte coletivo, escola pública, posto de saúde, policiamento, tem um nível de vida muito melhor do que outro trabalhador com o mesmo salário, mas sem os mesmos benefícios. **A situação do Brasil é vergonhosa** desse ponto de vista. **Os benefícios sociais e serviços públicos, além de deficitários, são muito mal distribuídos** (destaques realizados pelo autor) (Cardoso, 1990, p.10).

Para Esping-Andersen (1991) ao adotar o reformismo parlamentar como estratégia dominante em relação à igualdade e ao socialismo, a social-democracia baseou-se em dois argumentos. O primeiro era o de que os trabalhadores precisavam de recursos sociais, saúde e educação, para participar efetivamente como cidadãos da sociedade civil. O segundo argumento era o de que a política social não seria somente emancipadora, mas também uma pré-condição

da eficiência econômica, a força da estratégia social-democrata estaria em uma política transformadora na capacidade de mobilização econômica do poder.

O PSDB mobilizava essas categorias em sua proposta de social-democracia de terceira via de forma diferenciada, nela políticas de saúde e educação pública, inscritas na seguridade social, deveriam enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização, e onde se fosse necessário, daria apoio à ativa participação da comunidade na orientação dos serviços (PSDB, 1988b).

Em termos de políticas de saúde, isso significaria reiterar fidelidade aos mandamentos constitucionais entendendo-a como integrante da seguridade social; como direito de todos e dever do Estado (Cardoso, 1994c). Quanto a educação, o PSDB advogava que lutaria pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado (PSDB, 1988b).

Todavia, a educação deveria estar alinhada ao campo da tecnologia, porque em conjunto seriam alternativas para a retomada do crescimento econômico do país, desta maneira, mediante um projeto nacional de desenvolvimento – fundado em uma economia de mercado socialmente regulada pelo Estado – estaria garantida a modernidade, a eficiência, a competitividade e a superação do atraso histórico (Montoro, 1988). A educação escolar em todos os níveis seria um instrumento fundamental da formação da cidadania.

Para Cardoso:

É preciso estabelecer um novo equilíbrio entre as funções do estado em relação ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. O estado pode e deve continuar impulsionando o desenvolvimento econômico, mas em outros termos: investindo mais em educação e ciência e tecnologia, e dando menos subsídios diretos e indiretos ao setor privado (Cardoso, 1990, p.26).

O governo e as empresas, ao planejar a introdução de novas tecnologias, precisariam levar em conta o impacto de suas decisões sobre o nível do emprego. Os trabalhadores e seus representantes deveriam ser ouvidos - não para frear o progresso, mas para evitar o desemprego e garantir a recolocação dos trabalhadores dispensados mediante uma readaptação. Isso permitiria acesso a todos ao mercado de trabalho, em um mundo em que os avanços tecnológicos promoviam transformações muito rápidas. A educação dessa forma assumiria papel fundamental neste processo contínuo de requalificação profissional. A defesa do emprego

e igualdade de oportunidades educacionais eram, assim, pontos importantes das políticas social-democráticas de valorização do trabalho e redistribuição de renda (Cardoso, 1990).

O partido compreendia que a parceria com a iniciativa privada na infraestrutura econômica abriria espaço para que o Estado insistisse naquilo que é sua função essencial: saúde, educação, cultura e segurança (Cardoso, 1994b). A concepção de igualdade de oportunidades está presente desde o primeiro estatuto do partido, e logo em seu artigo 2, ela se estabelece como marca efetiva de como o PSDB pensava a forma de se atingir o bem-estar:

Art. 2º O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 1988a, p. 29).

A garantia da igualdade de oportunidades passava claramente pelo direito ao emprego e trabalho, mas no conflito entre este último e o capital o partido parecia querer se posicionar entre ambos. Se por um lado se dizia comprometido com os interesses dos assalariados – contra a exploração social e as formas monopolizadoras e burocratizadoras da produção e do poder – por outro vinculava o desenvolvimento ao crescimento da produção. O PSDB defendia inovações nas relações de trabalho, incentivando os mecanismos de participação dos empregados nos lucros e na gestão das empresas, apoiando decididamente a luta por igualdade das minorias e grupos socialmente discriminados, mas defendia que sem o desenvolvimento produtivo ficariam comprometidos os investimentos, fazendo diminuir empregos e salários, formando-se um círculo vicioso que perpetuaria a estagnação e acirraria os conflitos e a inquietação social (PSDB, 1989).

Os direitos sociais deveriam ter como contrapartida uma responsabilização dos indivíduos, isto porque no país desejado pelo PSDB deveria haver pessoas capazes de produzir e consumir, alcançando através das conquistas pessoais a possibilidade de gozar das liberdades de expressão e da capacidade de viver uma renovação existencial. A capacidade criativa da população e os modos de comunicação constituiriam os elementos básicos para que a nova sociedade fosse capaz de estimular a dimensão subjetiva de realização pessoal (PSDB, 1989c).

Seguindo esta ideia de sujeitos responsáveis, os peessedebistas dialogavam com Giddens (2008), que afirmava que a promoção de uma sociedade civil ativa seria parte básica da política da terceira via. A renovação dessa relação entre sociedade e Estado se daria mediante as seguintes características:

i) Governo e sociedade civil em parceria; ii) Renovação da comunidade por meio do aproveitamento da iniciativa local; iii) Envolvimento do terceiro setor; iv) Proteção da esfera pública local; v) Prevenção do crime com base na comunidade; vi) A família democrática (Giddens, 2008, p.43).

Governos poderiam e deveriam desempenhar um papel importante na renovação da cultura cívica, por conseguinte, Estado e sociedade civil deveriam atuar em parceria, cada um para facilitar, ou mesmo, também para atuar como um controle sobre o outro. O avanço da globalização tornava o foco da comunidade necessário e possível, devido à pressão para baixo que as transformações exerciam, isto exigiria cada vez mais uma sociedade reflexiva e marcada por altos níveis de auto-organização.

Neste sentido, o terceiro setor se tornariam elemento central da fiscalização das ações públicas, governo e outras agências profissionais deveriam, dentro do possível, substituir os grupos amadores e dependentes de impulsos caritativos erráticos, por organizações que de maneira eficaz pudessem oferecer opções e realizar serviços competentes na prestação de serviços públicos (Giddens, 2000). O PSDB em seu programa de governo anunciava apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de parceria entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, sindicatos, universidades assumissem a corresponsabilidade por ações de interesse público. Além disso, muitas organizações não governamentais voltadas para a prestação inovadora de serviços públicos já substituíam ou poderiam substituir, com maior eficiência, a atuação estatal insuficiente ou, às vezes, inexistente.

Como podemos observar no trecho abaixo:

O procedimento de transferir os recursos para as comunidades beneficiárias e de deixar a seu cargo a seleção de prioridades, o acompanhamento e a fiscalização das aplicações pelos próprios destinatários dos serviços, inibe os desvios e a malversação dos recursos públicos, desenvolve a vida pública, revitaliza a vida política e fortalece a cidadania (Cardoso, 1994b, p.92).

No que tangia políticas e direitos sociais o PSDB priorizava a descentralização. Estabelecendo critérios para ela ocorrer o partido listava as necessidades desta forma: i) Comando único em cada nível político administrativos, capacitando lideranças estaduais e municipais, para o gerenciamento competente dos programas sociais; ii) Descentralização das ações (municipalização) com empoderamento dos agentes tanto na administração das políticas públicas, como também nas decisões orçamentárias a elas vinculadas; iii) ruptura da dicotomia – prevenção vs. curativo, entendendo que o investimento nas ações preventivas eram de maior relevância para amenizar os problemas crônicos na sociedade brasileira; iv) universalização das políticas públicas; v) Equidade e justiça social; vi) atuação da sociedade via organizações representativas e participativas (PSDB, 1989c).

Já em seu programa se prontificava:

A descentralização de recursos, funções e encargos da União para os estados e municípios, é outra condição imprescindível, tanto para a democratização das decisões como para o melhor atendimento das necessidades básicas da população (PSDB, 1988b, p.7).

Por assim entender, o PSDB se comprometia pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualificassem e validassem os mecanismos clássicos da democracia representativa.

Os achados deste momento de nossa pesquisa parecem construir um desenho claro do escopo das ideias que estavam presente na construção do PSDB enquanto um partido político. A social-democracia proposta pela organização partidária foi definitivamente influenciada por estes elementos estruturais, uma vez que se o partido se preocupou tanto em divulgar suas ideias pragmáticas, este ideário viria se constituir elemento importante no estabelecimento num campo político já em disputa.

4.3. Mas afinal, qual social-democracia?

A Redemocratização, se estruturou como um terreno adequado para as mudanças resultantes das transformações externas e internas que o Brasil atravessava. As metamorfoses econômicas e políticas de um mundo que via a crise dos Estados socialistas e social-democratas,

aliadas aos impedimentos impostos pela transição do regime autoritário-militar para a Nova República, permitiram a reconfiguração do cenário político e partidário brasileiro.

As esperanças de progresso, principalmente no que se tangia a justiça social, fizeram da redemocratização um momento virtuoso para novos debates sobre a institucionalidade da nova democracia nascente. Novos grupos sociais passaram a disputar na sociedade brasileira seus espaços de fala e de direito, tanto na esquerda ou na direita, estabelecendo confrontos que culminaram em um novo pacto constitucional em 1988. Foi debaixo deste contexto que o PSDB surgiu e procurou se consolidar como um partido político de centro-esquerda, defendendo o bem-estar e a justiça social e comprometendo-se com o respeito as regras do jogo democrático.

Vimos neste capítulo que o partido, apesar de sua nomenclatura, nasceu como uma agremiação de quadros dentro da Assembleia Nacional Constituinte, entretanto, tentar explicar sua fundação apenas a partir de uma “racionalidade política contextual”¹⁴² não nos asseguraria um conhecimento mais aprofundado do PSDB. Procuramos nas seções anteriores fazer uma discussão que fosse além da temporalidade política, abarcando um viés mais amplo dos anos fundacionais peessedebistas. Nosso objetivo foi demonstrar que, no recorte estudado, o partido não pode ser explicado apenas por teorias organizativas de partido, por sua posição dentro do sistema partidário brasileiro, ou ainda, por suas opções ideológicas imediatas (pragmatismo político), isto porque o PSDB foi um importante ator dos eventos e das conjunturas do período.

Os anos fundacionais foram contraditórios, de partido mediano em sua origem, muitas vezes derrotado, passou em um curto período a figurar no centro do poder. Uma grande gama de acontecimentos fora responsável pelas transformações abruptas sofridas, o que para além de uma ‘sociologia dos eventos’, no caso específico do PSDB, compreendê-las nos pareceu uma perspectiva metodológica adequada para nossa pesquisa. Assim conseguimos afirmar que para além do desejo de ocupar um “vazio político” na centro-esquerda brasileira, por meio de uma proposta pragmática e palatável, como afirma Roma (2002), ou de se oferecer como um novo “Príncipe” da burguesia, como afirma Guiot (2006), a escolha de uma sigla sob o manto da social-democracia e suas propostas de terceira via denunciam que o PSDB não estava alienado de uma arena produtora de discursos (Koseleek, 2006). A opção tomada por se pautar como uma social-democracia de terceira via precisa ser entendida em seus textos e contextos, não

¹⁴² “Racionalidade política contextual” é um conceito criado por Lima Junior (1983) utilizado para entender teoricamente a política, os sistemas partidários e os problemas concretos brasileiros. Consideramos aqui, do ponto de vista metodológico, um caminho eficiente para analisar contextos de média duração e suas instituições políticas.

contaminadas pelo seu futuro vitorioso a partir de 1994 (Skinner, 1999; Pocock, 2013). Fica incontestável a intencionalidade na moderação democrática liberal adotada em suas escolhas, algo que o estudo dos documentos nos permitiu concluir, comprovando a validade das fontes selecionadas.

Após o tratamento documental, a construção do banco de dados e a seleção das variáveis, através do uso da técnica de análise temática foi possível constatar que a social-democracia de terceira via proposta pelo PSDB em seus anos fundacionais, apresentava elementos que se ajustavam a este arranjo modelar internacional, mas continha também especificidades das condições históricas e periféricas brasileira do final do século XX. Assim no quadro 4 abaixo buscamos sintetizar o que concluímos.

Quadro 4: A Social-Democracia Peessedebista

Tema	Proposta
Papel do Estado	<u>Estado Gerencial</u> - Reformado - Eficiente - “Desprizativado” - Desburocratizado - Regulador na economia - Antidesenvolvimentista - Internacionalmente associado não-dependente.
Proposta de Democracia	<u>Democracia pluralista</u> - Parlamentarista popular - Respeito as regras do jogo (Pesos e contrapesos) - <i>Accountability</i> societal (sociedade civil organizada e mercado em bom funcionamento) - Democratização da democracia
Políticas Sociais	<u>Estado de Investimento Social</u> - Igualdade de Oportunidades (emprego, saúde e educação) - Responsabilização social (caráter meritocrático) - Limites as desigualdades extremas nos resultados (riqueza e renda) - Fiscalização e com parceria da iniciativa privada (terceiro setor) e a sociedade civil organizada (ONGs)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Fica claro que o arranjo social-democrata realizado pelo PSDB costurou diversos elementos teórico-políticos, comprovando a miríade de visões de mundo partilhadas pelos peessedebistas. Ainda assim, permitiu a estruturação de “crenças gerais” que organizaram e estruturaram as suas ações partidárias ou mesmos as estratégias políticas de seus agentes e militantes. Com o passar do tempo a polissemia inicial deu lugar a uma amalgamada cultura política que se tornou aos poucos hegemônica, e a partir de então, ela passou a figurar como

fonte de análise das decisões políticas tomadas ao longo de sua estada no poder. Ao final, os peessedebistas conseguiram ajustar seu modelo social-democrata a seu desempenho nacional, assimilando-o e adequando-o como uma resposta a trajetória desenvolvimentista brasileira, na expectativa de propor um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos apresentados nesta dissertação, tentamos demonstrar que os documentos fundacionais do PSDB exprimiam um sentido ideológico claro, entre os anos de 1988 e 1994, dentro do grupo de atores que construíram o partido. Através de um discurso centrista de esquerda, conforme o quadro 4, o partido optou por adaptar a social-democracia clássica em um modelo mais moderado que se estabelecia entre os ditames liberalizantes (predominantes na época) e a defesa de um Estado socialmente necessário (moderado - sem compromissos de viés socialistas ou de grande magnitude). Este novo tipo, que foi chamado de social-democracia de terceira via, em grande medida divergia de sua predecessora, em particular daquela que se tornou comum no capitalismo central após a Segunda Guerra Mundial e que ficou conhecida por um amplo Estado de bem-estar social.

O período da redemocratização no Brasil, que durou mais de uma década, apresentava desafios econômicos, sociais e políticos que forçavam os agentes políticos a uma dinâmica de mutação. Com o fim do bipartidarismo forçado e manietado característico do regime militar houve um gradual adensamento do multipartidarismo e do pluralismo democrático permitindo diferentes caminhos para os novos partidos que se formavam. Neste contexto, antigos debates como a superação do atraso do desenvolvimento, a concentração de riqueza, a oligopolização das elites e a associação delas ao capital estrangeiro, passaram a dividir a atenção dos debatedores com as novas questões propostas em um mundo em processo de globalização. Assim ganharam agenda públicas novas discussões como o papel e tamanho do Estado, enfrentamento da pobreza, redução das desigualdades, extensão da democracia. Neste período o Brasil vivenciava as consequências sociais e econômicas da modernização conservadora do regime ditatorial e enfrentava os resultados de uma dicotomia: crescimento econômico e ampliação da pobreza. Este cenário fez com que a política se tornasse um campo de mobilização pela cidadania abrangendo novas classes, setores e linhagens políticas. Foi na etapa final deste processo de crise e transição que o PSDB surgiu.

Filho de seu tempo, o partido tem sua gênese marcada pelas discussões finais da Assembleia Nacional Constituinte, um momento político favorável aos partidários da base governista e principalmente para seu maior ator o PMDB. Este último, dividido e enfraquecido, permitiu o surgimento de diferentes facções com objetivos distintos, e uma delas acabou por se tornar o PSDB. A jovem sigla surgiu como partido de quadros e enfrentou até 1994 resultados

eleitorais pouco mais do que medíocres, o que o fez oscilar gravemente entre ser uma oposição viável ou mais um partido adesista durante o governo Collor de Melo. Foi a entrada no governo de Itamar Franco, quando teve membros de seu partido convidados para a ocupar cargos ministeriais e passou a compor a base do governo, que seu destino mudou, transformando-se em um dos mais importantes protagonistas políticos da virada do século XX.

No terceiro capítulo de nossa dissertação delimitamos as razões da fundação do partido, sua constituição como organização partidária e, através de seus documentos, verticalizamos nossas análises no intuito de discutir profundamente sua autodefinição enquanto agremiação política de centro-esquerda, social-democrata de terceira via e progressista. Foi ali que cotejamos suas ideias centrais e suas práticas em busca da ascensão até o poder. Ao longo de nossa escrita perseguimos a meta de entender a razão pela qual o PSDB sempre negou ser neoliberal, taxaço comum realizada por diferentes atores políticos e até mesmo acadêmicos. Sobre isso, havia desde o início deste trabalho uma hipótese de que os desajustes conceituais e analíticos existem por causa de uma confusão entre as diferentes visões de mundo que tratam do partido e das práticas políticas realizadas pelo mesmo quando esteve sob seu comando o executivo nacional.

Desde os projetos iniciais deste trabalho sempre foi desafiador pensar que o PSDB propôs a social-democracia no Brasil quando o fortalecimento das visões em prol de um mercado liberal buscava se consolidar mundialmente. Na década de 1980, através de Thatcher e Reagan, o individualismo possessivo voltou a ocupar o centro das decisões econômicas e políticas, isto, aliado ao fim do socialismo real fortalecido pelo *debacle* soviético, impulsionou um momento de descrédito do Estado social-democrata. Por isso torna-se evidente a pergunta que fazíamos: qual social-democracia?

Os documentos estudados nos permitiram chegar a algumas conclusões importantes no que tange esta pergunta. Era uma social-democracia que buscava dar resposta a dois obstáculos próprios do contexto epocal: o assédio do neoliberalismo mundial e a tradição nacional-desenvolvimentista brasileira. Nos parece que a superação da segunda barreira se faria com a adoção tópica de alguns conceitos e ideias sugeridos pela primeira, daí que a terceira via proposta pelo PSDB guarda elementos próprios que a diferem de sua congênere internacional, contrariamente, por aqui, a nova social-democracia não se opunha a clássica, uma vez que esta última nunca existiu em terras brasileiras, o que ela propunha era na verdade superar o peso do passado que em sua visão era essencialmente desenvolvimentista, estatista e nacionalista.

O regime militar havia imposto uma modernização conservadora que culminou em um endividamento incapacitante do país, o resultado disto foi uma separação entre o Estado e a sociedade civil, que se agravou ainda mais com a onda de críticas ao Estado promovida pelos liberais. Passou-se a valorizar a iniciativa privada, o mercado e a desregulamentação como caminhos para o desenvolvimento econômico, por esta via o avanço social continuaria a se dar como um subproduto do crescimento da economia, ou seja, deveríamos aguardar novamente o crescimento de um bolo nunca dividido. Superar os entraves do passado brasileiro iria requerer aceitar algumas críticas do liberalismo, e ao mesmo tempo, demonstrar suas incorreções e limitações. A social-democracia brasileira deveria opor-se à direita neoliberal e aos desenvolvimentistas com diferentes argumentos.

Sobre os ombros da social-democracia latino-americana recai, portanto, a difícil tarefa de distinguir-se do populismo-corporativista, em nome da universalização das vantagens sociais, sem se transformar em obstáculo para avanços efetivos que alguns setores podem e devem obter. A direita liberal critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores. Por isso, prefere a luta "no mercado" que, sem as distorções da política e do Estado, asseguraria igualdade a longo prazo (que, no caso da América Latina, é quase sempre a igualdade de não possuir...). Os populistas aceitam como válida qualquer demanda de *los de abajo* e não se perguntam sobre seus efeitos de médio prazo para a sociedade (Cardoso, 1990b, p. 40).

Por esta ótica o liberalismo no Brasil estaria se colocando como adversário das ideias de “desenvolvimento” do tipo cepalino, o que permitia o surgimento de novas forças sociais importantes na sociedade civil. A social-democracia de terceira via do PSDB se propunha resolver a questão social de uma forma mais universal, sem corporativismos e com prosperidade material, entretanto alguns desafios se impunham:

a) social-democracia e Estado: priorizar a competitividade e as decisões públicas, mais do que estatizar ou privatizar – embora a privatização fosse necessária nos casos em que isso permitisse a “desprivatização do Estado” – entendia-se que a gestão patrimonialista predadora, patrimonialismo e corrupção poderia haver tanto no setor público como no privado, então desta forma o antídoto seria um mercado competitivo e ações de políticas públicas eficientes;

b) Social-democracia e nacionalismo: no Brasil, ao longo do século XX, parte significativa da esquerda abraçou as ideias nacionalistas e desenvolvimentistas, isto resultou em um anacronismo econômico e uma autarquização das políticas públicas, então a nova social-democracia deveria se pautar pelo interesse público, sem aderir ao neoliberalismo seria

necessário discutir os caminhos pelos quais deveríamos seguir para uma abertura econômica que não aviltasse o valor trabalho;

c) social-democracia e regime democrático: seria necessário democratizar e reformar, em um primeiro momento esta reforma passaria pela implantação do parlamentarismo popular, que combinaria a reforma do Estado com políticas sociais efetivas que culminassem na recuperação econômica e na solução das mazelas sociais.

Consideramos que este programa social-democrata apresentado pelos documentos fundacionais do PSDB deixavam respostas incompletas para algumas incógnitas de nossa realidade periférica capitalista. A primeira, muito relevante, era que não havia nada verdadeiramente fundamentado no conteúdo social de sua proposta, os textos contam com muitas abstrações e generalidades, ao contrário das reformas liberais que claramente delimitavam a necessidade de inserção associada à globalização econômica de nosso país. Não se discute também a complexidade dessa associação, se seria subordinada, autônoma, dependente ou interdependente. Mesmo a reforma, que aparece como elemento central de seu programa, é muitas vezes apresentada com graus e qualidades intelectuais variadas, fala-se de “choque de capitalismo”, “choque de globalização, ou ainda, “de choque de gestão”, mas sem nunca definir qual o papel do Estado e das políticas públicas neste novo paradigma de desenvolvimento proposto.

Interessante é perceber que a social-democracia de terceira via proposta pelo PSDB, surge coetaneamente a proposição conhecida por esse nome, a partir da obra de Giddens, comprovando que o debate mundial já ocorria, nem sempre nos mesmos termos. Fica patente que os peessedebistas se apropriaram ou recriaram certos discursos, tanto da terceira via como das experiências anteriores a esta, de modo bem à brasileira. Ao fazerem isso conhecemos pela primeira vez uma social-democracia sem raízes históricas, que ao ser tomada como proposta política de um partido de quadros, negou e absteve-se da participação do trabalhador na composição de seus membros, diferenciando-se veementemente dos seus partidos homônimos europeus. Em sua constituição, através de uma defesa da democracia liberal propunha resultados sociais como consequência da superação e reforma do Estado desenvolvimentista. Intrigante é pensarmos que naquele momento em que este projeto se construiu nossas pré-condições eram essencialmente liberais, e impunham limites claros às mesmas questões sociais que o PSDB se arvorava em defender. Por isso é compreensivo as críticas parciais ou totais que se fazem a este “programa social-democrata periférico” defendido pelo PSDB.

Isto posto, acreditamos que os achados desta pesquisa abrem novas possibilidades para o debate acerca do período estudado e sobre o PSDB como ator político neste contexto. A contribuição mais específica reside na mobilização de um conjunto de dados – compostos a partir dos documentos oficiais e fundacionais do partido – que acreditamos adicionar elementos estratégicos ao debate até então já realizado no campo da Ciência Política. Acreditamos caro as contribuições que trouxemos a reflexão sobre a social-democracia no Brasil e no mundo, ampliamos temas, assuntos e problemas que podem vir a ser alvo de futuros trabalhos acadêmicos. Acreditamos também colaborar para os estudos dos partidos brasileiros, principalmente no que tange o PSDB, sua origem, sua organização e sua conformação ideológica.

Por fim, ciente de que movemos um imenso banco de dados que nos obrigou a optar por um recorte temático mais enxuto, devido ao tempo limitado e proposta conformada de uma dissertação, fica para nós o desafio dar continuidade a este trabalho em pesquisa futura.

A guisa de conclusão desta dissertação, ainda é importante considerar o peso do contexto e das contingências da conjuntura atual, que conferem outros significados ao período estudado e que nos faz refletir se podemos falar com firmeza de uma social-democracia tropical. Os líderes e intelectuais do PSDB definitivamente não eram neoliberais, embora alas minoritárias pudessem partilhar de ideias próximas desse ideário, e apesar da força do discurso liberal progressista este também não era predominante em sua totalidade, podemos então apresentar os peessedebistas como críticos do neoliberalismo, do marxismo ortodoxo e do nacional-desenvolvimentismo. Neste canto do mundo talvez pudéssemos classificá-los como social-democratas da periferia, ainda que isto pouco nos ajude a explicar as situações mais complexas que se adensaram quando o PSDB chegou ao poder. É exatamente nos próximos 20 anos da Nova República que estas respostas podem ser encontradas, então afinal, que venham os próximos passos.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 1, n. 1, 2007.
- ALEXANDER, M. *Medievalism: The Middle Ages in modern England*. London: Yale University Press, 2017.
- ALMEIDA, M. P. José Guilherme Merquior e Fernando Collor de Mello: O Moderno Liberalismo Social. In: Congreso internacional: la escuela austríaca en el siglo XXI, Rosario, 2008. *Anais Rosário*, p.1-10, 2008.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995,
- AYAB, W. Sozialdemokratische Arbeiterbewegung und Sozialversicherung bis zur Jahrhundertwende. In: BECKER, U., HOCKERTS, H. G., TENFELDE, K. T. (org.). *Sozialstaat Deutschland. Geschichte und Gegenwart*. Bonn: Springer 2010.
- AYRES, L. Thematic coding, and analysis. In: GIVEN, L. M. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., p. 867-868, 2008.
- BAPTISTA, K. A. O Cebrap nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p.225-248, jan./jun. 2010.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.
- BAUMAN, Z. *Modernidad líquida*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2006.
- BERLIN, I. *Four essays on liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969 [1958].
- BERNSTEIN, E. *Socialisme théorique et social-démocratie pratique*. Paris: Les Nuits Rouge, 2010 [1900].
- BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1997 [1899].
- BETTELHEIM, C. La Economía Alemana Bajo el Nazismo. Tomo.1, Madrid: Editorial Fundamentos, 1972 [1946].

- BIANCHI, A. *O ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH- Unicamp, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1985.
- BLAIR, T., SCHOROEDER, G. *Europe: The third way/Die Neue Mitte*. Johannesburg: Friedrich Ebert Foundation South Africa Office, 1998.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Nova Editora: Rio de Janeiro, 2004.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira. *Revista Visão*, nov., 114-123, 1970.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1977
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n 39, 1997.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Nova Esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política: nova série*, vol.6, 144-178, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, 237-265, 2016.
- BUCHANAN, J. M. *The Economics and the Ethics in the Constitutional Order*. The Michigan University Press, 1991.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. THERBORN, G. *O desafio social-democrata*. Editora D. Quixote: Porto Alegre, 1983.
- BULHÕES, O. G. de. *À Margem de um relatório: texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos*. Missão Abbink: Rio de Janeiro: 1950.
- BULMER-THOMAS, V. E. J. D., *The Life and Times of Raúl Prebisch (1901–1986)*. Montreal and London: McGill-Queen's University Press, 2008.
- CABRERA, J. R. *Os caminhos da Rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Políticas/IFCH - Unicamp: Campinas, 1995.

- CANNONE, H. M. P. *Um balé metafórico: as ideologias políticas e o ideário desenvolvimentista da República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política - UERJ, 2022.
- CANO, W. Brasil: Construção e Desconstrução do desenvolvimento. *Economia e Sociedade: Campinas*, v. 26, n. 2 (60), 265-302, ago., 2017.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- CARDOSO, F. H. *A Arte da Política: A história do que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARDOSO, F. H. *A Construção da Democracia: estudos sobre política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais e urbano: balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. T.; SORJ, Bernardo de (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Facamp, 2009.
- CARVALHO, F. J. C. de. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 6, n. 4, out./dez, 5-21, 1986.
- CARVALHO, J. M de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, 1991.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CEPÊDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CEPÊDA, V. A. As relações entre democracia e desenvolvimento: apontamentos para a análise do alcance explicativo da economia política no capitalismo moderno. *Revista Economia e Pesquisa*, v.1, nº1, 27-38, mar, 1999.
- CEPÊDA, V. A. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 167-184, 2001.

CEPEDA, V. A. Inclusão, Democracia e Novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Revista Estudos Avançados*, nº26 (75), 77-90, 2012.

CEPÊDA, V. A. As Constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política. *Cadernos de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v 8, n.12, 269-283, jan./jun., 2013.

CEPÊDA, V.; SILVA, I. H. A trajetória do desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. *Revista Política Hoje*, v. 25, n. 1, 41-70, mar, 2016.

CEPÊDA, V. A. Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, 40–74, 2018

CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. *História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

CHAUÍ, M., NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Revista Lua Nova*: São Paulo, 71, 173-228, 2007.

CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORREIA, F. *Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*. Curitiba: Editora Prisma, 2014.

COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

CRICK, M. *The History of Social Democratic Federation*. Keele University Press: California, 1994.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

D'ALEMA, M. A Globalização está Criando uma Esquerda Global. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 119, n. 38.288, 8 nov. Coluna do Estadão, A2, 1998.

DAHL, R. *A preface to democratic theory*. New Haven: Yale University Press, 1956

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DECCA, E. de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DIAP. *Quem foi quem na Constituinte*. Cortes Editora: São Paulo, 1988.

DIMITROV, J. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo. In: *El frente único y popular*. Sofia: Sofia-Press, 1969.

DINIZ, E. O Estado Novo: Estrutura de Poder, Relações de Classes. IN: GOMES, Ângela Maria de Castro et. al. *O Brasil Republicano. sociedade e política (1930-1964)*. Vol. 3. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004,

DISRAELI, B. *Sybil: or the Two Nation*. London: Project Gutenberg, 1971.

DRAIBE, S. M. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In: SOARES, G. A. D.; SOUZA, D'A. M. C. (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 271-315, 1994.

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

DRAIBE, S. M. Introduction and Chapter 1. In: RIESCO, M. (ed.). *Latin America: a new developmental welfare state model in the making?* London: Palgrave MacMillan, 2007.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. *A especificidade do welfare state brasileiro*. In: _____. Economia e desenvolvimento. Brasília: MPAS/Cepal, 1989.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea, Serie Estudios y Perspectivas, Ciudad del México, n. 55, 1-58, 2006.

DRAIBE, S. M; RIESCO, M. Social Policy, and Development in Latin America: the long view. *Social Policy & Administration*, vol. 43, nº 4, p. 328–346, Aug. 2009.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estados de Bem-estar Social e Estratégias de Desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimento em gestação? *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no. 27, mai./ago., 220-254, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. "Power and Distributional Regimes". *Politics and Society*, v. 14, 1985.

ESPING-ANDERSON, G. As três economias políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, set. 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford: Oxford University, 2000.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.6 n. 1, 183-238, 1997.

FAUTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA, J. *A Democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, J. O Presidente Acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FILHO, E. *Nos Bastidores da Campanha: Fernando Henrique Cardoso – crônica de uma vitória*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FLETSCHER, I. Bernstein e o Desafio à ortodoxia. In HOBSBAWN. E. *et al. História do Marxismo*, vol.2. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

FREIRE, A.; CARVALHO, A. As Eleições de 1989 e a Democracia Brasileira: atores, processos e diagnósticos. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREUND, J. A Sociologia Alemã à Época de Max Weber. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, C. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro. São Paulo: Fundo de Cultura, 1962

FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1964

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Fundo de Cultura, 1967.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (1972 [1959])

GALBRAITH, J. K. Como Llegó Keynes a Estados Unidos. *Revista de Economía Institucional*, vol.16, no. 30, primer semestre, 2014.

GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, A. *Beyond Left and Right*. Cambridge: Polity Press, 1994.

- GIDDENS, A. *The third way and its critics*. London: Polity Press, 2000.
- GIDDENS, A. *The third way: the renewal of social democracy*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere: Introdução ao Estudo da Filosofia - A Filosofia de Benedetto Croce*. Vol.1. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1926].
- GRIN, E. J. Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*: São Paulo, v.18, n° 63, 186-204, jul./dez., 2013.
- GUDIN, E. O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 47-78, set. 1952a.
- GUDIN, Eugenio. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1952b.
- HAGGARD, S; KAUFAMAN, R. *Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HALL, S., JACQUES, M. *New Times*. London: Lawrence & Wishart, 1989.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HAYEK, F. *The Constitution of Liberty*, Londres, Routledge, 2010 [1944].
- HELD, D. M., A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HIPPOLITO, L. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira, 1945-64*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.
- HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, E. K., LAUTZENHEISER, M. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. 3ª. ed., Barueri: Editora Gen Atlas, 2012.
- HUNT, E. K., SHERMAN, H. J. *História do Pensamento Econômico*. 23ª. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- HUTTON, W. *Como Será o Futuro Estado*. Brasília: Linha Gráfica Editora. 1998
- KARL. M. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- KAUTSKY, K. *La Dictature du prolétariat*. Paris: Bourgeois, 1972 [1918].

KAUTSKY, K. *The class struggle: Erfurt Program*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1971 [1897].

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: Focalização ou universalização? *Revista de Economia Política*, v. 26, no. 4 (104), 564-574, out-dez, 2006.

KERSTENETZKY, C. L. Welfare State e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. vol. 54, no. 1, 129-156, 2011.

KERSTENETZKY, C. L. *O Estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

KEYNES, J. M. The end of Laissez-faire. In: _____ *Essays in Persuasion*. New York: W.W. Norton & Company Inc, 1963 [1926].

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985 [1936]).

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. In: *Textos do IDESP*, 1988.

KINZO, M. D. G. Radiografia do quadro partidário brasileiro. *Pesquisas*, São Paulo, n.1, 1993a.

KINZO, M. D. G. (org.) *Brazil: the challenges of the 1990's*. London: British Academic Press, 1993b.

KINZO, M. D. G. A Democratização Brasileira: m balanço do processo político desde a transição. *Perspectiva*, São Paulo, 15, n. 4, out./dez, 2001

KOLAKOWSKI, L. *Main Currents of Marxism: The Founders*. vol.1. Londres: Oxford University Press, 1978.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

KUPER, A. *Democracy beyond borders: justice and representation in global institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAFER, C. *Sistema Político Brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAMOUNIER, B. *Partidos e Utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*. Edições Loyola: São Paulo, 1989.

LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Sumaré: Instituto de Estudos Econômicos e Políticos de São Paulo, 1990.

LEGENDRE, P. L. I. La 901^a. Conclusion: Étude sur le théâtre de la raison, Paris: Éd du Seuil, 1998.

- LENIN, V. I. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Progresso, 1982 [1909].
- LENIN, V. I. O Imperialismo: o estágio superior do capitalismo. IN: _____. *Obras Escolhidas*. vol. 1. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1979 (1916).
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Campinas: Editora Unicamp, 2011 [1917].
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. *A Base e os Partidos: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LINDBLOM, C. *O processo de decisão política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- LOVE, J. L. *A Construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LÔWENTHAL, R. Da Segunda Internacional aos nossos dias: Ideias básicas e experiências. IN: *A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1980.
- LUXEMBURGO, R. Reforma social ou revolução? In: LOUREIRO, I. (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1899].
- MAGALHÃES, F. N. C. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. Tese (Doutora em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMG, 2015.
- MALAN, P. S. Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). IN: PIERUCCI, A. F. de O. et. al. *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. vol.4. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MANNHEIM, K. *Sociologia do conhecimento*. vol. 1. Porto: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1974 [1925].
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARES, I.; CARNES, M. E. Social policy in developing countries. *Annual review of political science*, v. 12, 93, 2009.
- MARINE, R. M. La dialéctica del desarrollo capitalista em Brasil. IN: _____. *América Latina, dependencia y globalización: Fundamentos conceptuales*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008 [1966].
- MARQUES, J. R.; FLEISCHER, D. V. *PSDB: De facção a partido*. Brasília: ITV, 1999.
- MARSHALL, T. H. *Política social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MARSHALL, T. H. O Estado de Bem-Estar Social: um estudo comparativo. In: __ *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1967.

- MARTINS, C. E.; CRUZ, S. V. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. IN: ALMEIDA, M. H. T.; SORJ, B. de. *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARX, K. *O Capital*. vol.1. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1948].
- MATTEUCCI, N. Social-democracia (verbete). In: BOBBIO, N. *et al* (orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992.
- MAY, J. Defining democracy: a bid for coherence and consensus. *Political Studies*, v. 26, n. 1, 1-14, 1978.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: O capitalismo e suas crises*. 2ª. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- MEGGINSON, W. L.; NETTER, J. M. From State to Market: A Survey of Empirical Studies on Privatization. *Journal of Economic Literature*, n. 39, 321-389, jun., 2001.
- MELHEN, C. S. *Política de botinas amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.
- MELLO, F. C. de. *O Projeto de Reconstrução Nacional: Discurso de Posse no Congresso Nacional*. Biblioteca da Presidência, 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>. Acesso em 27 jan. 2024.
- MERQUIOR, J. G. Renascença dos liberais: a paisagem teórica. São Paulo: *Revista Lua Nova*, n. 13, 42-46, 1987a.
- MERQUIOR, J. G. Brazil's New Republic: The Social-Liberal Path. *Bulletin of Latin American Research*, London, v.6, n.2, 269-277, 1987b.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIRANDA, J. A. Social-Democracia e o Brasil. In: SENHORAS, E. M (org.). *Ciência Política: debates temáticos*. Ponta Grossa: Editora Atena, p. 1-18, 2022.
- MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1982.
- MILL, J. S. *Considerations on representative government*. Londres: Read How You Want, 2006 [1861].

MOISÉS, J. A. Entre a “Incerteza” e a Tradição Política. In: *Novos Estudos*, São Paulo, nº 40, 88-100, 1994.

MOTTA, M. A Estabilização e a Estabilidade: do Plano Real aos governos FHC. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985-2016)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 4, 731-747, jul./ago. 2011.

O'DONNELL, G. Transitions, Continuities, and Paradoxes. In: MAINWARING, S. O'DONNELL, G.; VALENZUELA, J. S. *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspectives*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, p. 17-56, 1992.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n.44, 27-54, 1998.

PAIM, A. *Do socialismo à social-democracia*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2002.

PANEBIANCO, A. *Modelos de Partidos: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

PASQUINO, G. Socialismo (verbete). In: BOBBIO, N. *et al* (orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992.

POCOCK. J. G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2013.

POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a Terceira Internacional face ao fascismo*. vol.2, Porto Agosto: Portucalense Editora, 1972.

PRADO JUNIOR, C. *A Revolução Brasileira: A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1966].

PRESBICH, R. *Capitalismo Periférico: crisis y transformación*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

RATZEL, F. *Politische Geografie*. Leipzig: R. Oldenburg, 1903 [1897].

REIS, F. W. Brasil ao Quadrado? Democracia, Subversão e Reforma. *XIII Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, mai., painel v, 2001.

RODRIGUES, A. T. *O Brasil de Fernando a Fernando: Neoliberalismo, Corrupção e Protesto na Política Brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Unijuí, 2000.

- RODRIGUES, João. *Neoliberalismo* (verbete). Alice Dicionário, 2019. Disponível em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24424. Acessado em 30 de outubro de 2020.
- RODRIGUES, L. M. *Quem é quem na Constituinte*. São Paulo: Editora Oesp-Maltese, 1987.
- RODRIGUES, L. M. *O PCB: Dirigentes e a Organização*. IN: GOMES, A. M. de C *et al. História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ROSANVALLON, P. *A crise do Estado-providência*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. Boitempo: São Paulo, 2018.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- SALLES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. v.9, n. 25, 26-37, jun., 1994.
- SALLUM Jr., B e KUGELMAS, E. O Leviatã declinante: a crise brasileira dos anos 1980. *Estudos Avançados*, v.5, n.13, 145-159, 1991.
- SALLUM JUNIOR, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, v.18, n.52, 35-54, jun. 2003.
- SAMUELSON, P. A. *Fundamentos da Análise Econômica*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 [1947]
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O problema do passado é não passar: nos cem anos da Revolução Russa, *Jornal de Letras*, Lisboa, ano 56, fev., 23-24, Ideias, 2017.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, W. G. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1987.
- SANTOS, W. G. Gênese e Apocalipse: Elementos para uma Teoria da Crise Institucional Brasileira. *Novos Estudos*, nº 20, 1988.
- SARTORI, G. *Democrazia e definizioni*. Bologna: Il Mulino, 1957.
- SARTORI, G. European Political Parties: The Case of Polarized Pluralism, IN: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, 1966.
- SARTORI, G. *O Partido como parte: da facção ao partido*. Brasília: Editora UNB, 1982.

- SARTORI, G. *Theory of democracy revisited*. Nova York: Chatham House, 1987.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism, and democracy*. Londres: Allen & Unwin, 1976 [1942].
- SEGRILLO, A. A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma análise e uma hipótese. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 17, no.3, 615-632, 2004.
- SILVA, J. P. Nota crítica sobre cidadania no Brasil. In: SILVA, J. P. (org.) *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SILVEIRA, C. C. L. P.; BIELSCHOWSKY, R.. Introdução ao pensamento econômico brasileiro atual: o debate da retomada (1984/1985). *Boletim de Conjuntura Industrial do IEL/UFRJ*, v. 6, n. 1, jan. 1986.
- SIMONSEN, R. *Níveis de vida e a economia nacional*. São Paulo: s. n., 1940.
- SINGER, P. A Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. IN: PIERUCCI, A. F. de O. *et. al. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. vol. 4, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SKIDMORE, T. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOARES, G. A. D. *A Democracia Interrompida*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- SOLA, L. O golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 267-268, 1969.
- SOUSA, J. R. *Protagonismo estudantil em feiras de ciências no semiárido potiguar: da Educação Básica ao Ensino Superior*. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2019.
- STREECK, W. *Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. Boitempo: São Paulo, 2018.
- SUPIOT, A. *À Propos d'un centenaire: la dimension juridique de la doctrine sociale de l'Église*. Paris: Droit social, 1991.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TOURAINÉ, A. *Comment Sortir du Libéralisme?* Paris: Fayard. 1999.

TRATTNER, W. I. *From Poor Law to Welfare State: a history of social welfare in America*. Washington: The Free Press, 1999.

TELLES, V. da S. Direitos Sociais: Afinal do que se trata? *Revista da USP*, (37), 34-45, 1998.

VERSIANNI, M. H. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VIEIRA, E. A social-democracia, longo caminho até a Terceira Via. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.13, n.2, 182-203, mai./ago., 2013.

WARD, L. F. Forum XX. In: COMMAGER, H. S. *The American Mind: An Interpretation of American Thought and Character Since the 1880's*. New Haven: Yale University Press, 1959 [1895].

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1967.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, F. *La Internacional Socialista y América Latina*. Azcapotzalco: Ed. UAM, 1984.

ZUCCO JUNIOR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO, JUNIOR, C. (Ed.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 37-40, 2011

Fontes de Pesquisa – Documentos produzidos pelo PSDB entre 1988-1994.

BRASIL. Manifesto de Fundação do PSDB. *Diário Oficial da União*, Brasília, 06 jul. 1988.

CARDOSO, F. H. Novo partido deve ser criado até junho, diz Cardoso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ano 68, nº21588, abr. Caderno de Política, A6, 1988.

CARDOSO, F. H. *A Social-Democracia, o que é, o que propõem para o Brasil*. São Paulo: Escritório Político do Senador Fernando Henrique Cardoso, 1990.

CARDOSO, F. H. Exposição de Motivos nº 395. *Revista de Sociologia Política*, vol 14 n. 2 (54), abril-junho, 114-131, 1994a.

CARDOSO, F. H. *Mãos à Obra Brasil: Proposta de Governo (1994)*. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1994b.

CARDOSO, F. H. *Discurso de Despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília: Senado Federal: 1994c.

CARDOSO, F. H., SERRA, J. *Parlamentarismo no Brasil: Como, porquê*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1991.

COVAS, M. *O desafio de ser presidente*. Brasília: Senado Federal, 1989.

COVAS, M. *O Governo de Todos Nós*: discurso pronunciado no Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1992.

DAVID, M. D. (Org). *Social democracia hoje*. São Paulo: Instituto Teutônio Vilela, 1990.

DIAP. *Quem foi quem na Constituinte*. Cortes Editora: São Paulo, 1988.

MONTORO, F. *Nasce os Tucanos*: discurso na assembleia de fundação do PSDB. CPDOC-FGV: São Paulo, 1988.

MONTORO, F. *Social Democracia e Pensamento Social Cristão*. CPDOC-FGV: São Paulo, 1990.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Estatuto*: Partido da Social Democracia Brasileira. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1988.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Programa*: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social-democracia Brasileira. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1989a.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *A social democracia brasileira: A construção de uma nova força*. Brasília. vol.6, Coleção Tucano, 1989b.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Os Desafios do Brasil e o PSDB*. Brasília: Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1989c.

Bibliografia Específica sobre o PSDB

ASSUMPCÃO, R. P. S. *Análise Organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006)*: a estrutura relacional e o capital político. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia - UNESP, 2008.

DULCI, M. S. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil Contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política) - Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FURTADO, O. H. P. *Trajetos e perspectivas social-democratas: Do modelo europeu para o PSDB e o PT do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

GENAIO, P. *A formação do partido da social-democracia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

GENAIO, P. A articulação do poder na Nova República: análise da formação e ascensão do partido da social-democracia brasileira. In: XVI Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, *Anais da ANPUH*, 2014.

GENAIO, P. Análise sobre a Social-democracia para os fundadores do partido da social democracia brasileira. *Revista Convergência Crítica*, São Paulo, no.4, 2013.

GOLDSTEIN, A. A. Lideranças de oposição ao primeiro governo Lula: o Caso do PSDB. *Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano*, Barraquila, no.17, Ano 9, jul/dez, 2012.

GUIOT, A. P. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2006.

GUIOT, A. P. O programa neoliberal de terceira via do PSDB (1988-2002). *Revista Tempos Históricos*, v. 14, n.2, 228–255, 2010.

JESUS, D. F. PSDB: Teoria e Análise dos Tucanos. *Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v.10, n.2, jul/dez, 2013.

MARTINS JUNIOR, J. *A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais 1994*. Tese (Doutorado em Ciências Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

PAIVA, D. H. S. *PT e PSDB: dois programas de governo, um projeto para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Filosofia e Política - UNESP, 2006.

ROMA, C. *A social-democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB - 1988-1998*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ROMA, C. Política de Alianças e Desempenho Eleitoral: Um estudo sobre as estratégias de competição do PSDB -1988-1998. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2000.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB: entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.17, n.49, 71-92, 2002.

SANCHEZ, R. C. *De volta ao começo*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SILVA, P. G. S. PSDB e PT: antes e depois de ser governo. In: IX Encontro da ABCP, 2014, Brasília. *Anais...* Brasília: 2014.

VIEIRA, S. M. *O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

APÊNDICES

Apêndice 1: Fragmentos de texto classificados como alinhados as ideias da social-democracia de Terceira Via nos documentos fundacionais do PSDB – Papel do Estado.

	Fragmento	Documento	Página	Ano
1	[...] adotar o parlamentarismo como sistema de governo [...]	Manifesto ao Povo Brasileiro	01	1988
2	[...] aprimorar o funcionamento das instituições (reformar) , através dos canais de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento constante da democracia representativa [...]	Manifesto ao Povo Brasileiro	01	1988
3	[...] reformar a administração pública para livrá-la das práticas clientelistas e assegurar eficiência às empresas e órgãos estatais [...]	Manifesto ao Povo Brasileiro	02	1988
4	[...] reformar o sistema financeiro nacional a fim de adequá-lo às necessidades de desenvolvimento da economia, mediante a reorganização das finanças públicas e a melhoria da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas;”	Manifesto ao Povo Brasileiro	02	1988
5	[...] tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas .	Programa do Partido	02	1988
6	Por isso, na concepção de democracia do PSDB , a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas .	Programa do Partido	03	1988
7	Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo.	Programa do Partido	04	1988
8	Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes : o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia.	Programa do Partido	07	1988
9	Simultaneamente ao enfrentamento dos desafios imediatos da inflação e da dívida externa, é preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado , cuja necessidade todos reconhecem, mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco [...]	Programa do Partido	07	1988
10	Isto requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo , nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público .	Programa do Partido	07	1988
11	É preciso assegurar politicamente o fortalecimento da Federação e racionalizar a transferência de recursos e encargos aos estados e municípios .	Programa do Partido	08	1988
12	Mais do que reforma administrativa em sentido estrito, se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado , abrangendo tanto a administração direta como a indireta.	Programa do Partido	08	1988
13	Defendemos o parlamentarismo porque é, inegavelmente, uma forma de fazer com que o Brasil tenha o seu projeto nacional, um programa que possa servir de base a atuação de todos os brasileiros . Ao contrário do presidencialismo, em que as decisões são tomadas, a portas fechadas, pela	Discurso de Franco Montoro – Nasce o Partido dos Tucano	02	1988

	vontade unipessoal do presidente, no parlamentarismo a primeira providência é um programa debatido no Parlamento e, por isso, aberto à participação de todos os setores da população, que que podem acompanhar o debate parlamentar e influir nos programas através das suas solicitações e reivindicações.			
14	Parágrafo único. “ Será exigida a apresentação do plano de governo de quem postule candidatura a cargo eletivo de caráter executivo perante o Partido , que será apreciado conjuntamente com o nome do postulante.	Estatuto do PSDB	31	1988
15	Tem que ser claramente um partido que se ponha na centro-esquerda , que tenha limite à esquerda e à direita, e que a esquerda desse limite seja o seguinte: não queremos esquerda autoritária , que é a esquerda que pensa que vai mudar à sociedade e que é preciso se encarapitar no Estado, seja por eleição seja pela revolução . E que, a partir do Estado, ela faça as reformas na sociedade , essa esquerda nós não queremos. Não queremos também a esquerda populista , a esquerda que pensa que o Estado é uma máquina de benesses sem fim . Essa atitude irresponsável rara com a produção , para com as leis de mercado , para com um desenvolvimento econômico à médio prazo não nos serve também, é demagógica.	Entrevista Fernando Henrique Cardoso – Folha de São Paulo	A6	1988
16	O Estado não pode ser tudo, mas ele também é uma realidade e essa realidade, principalmente num país em transformação , requer a sua existência. Mas, cuidado, não confundir isto com à atitude estatizante , que é outra. À atitude estatizante é a de acreditar que a burocracia é quem vai decidir os destinos do país . Isso também não serve. A ação do Estado deve ser sempre controlada pela sociedade , sempre transparente.	Entrevista Fernando Henrique Cardoso – Folha de São Paulo	A6	1988
17	Tem que fazer a crítica do Estado, tem que enxugar o Estado, mas não pode , sob o pretexto de enxugar o Estado, fazer mordomias para o setor privado .	Entrevista Fernando Henrique Cardoso – Folha de São Paulo	A6	1988
18	Minha candidatura não está colocada como produto para capturar emoções fabricadas no mercado . Mas sim como uma proposta de reforma radical do Estado e da sociedade , dirigida à consciência e à razão dos brasileiros.	Discurso de Mario Covas - 1989	01	1989
19	[...] reforma administrativa que assegure a permanência de um corpo de funcionários concursados para dar continuidade à administração.	Discurso de Mario Covas - 1989	01	1989
20	Essas distorções vinham se acentuando desde o regime autoritário e muitas delas foram consequência direta da ditadura. A falta de transparência nas decisões e de controle do Estado pela sociedade facilitaram os desvios, a corrupção e a acumulação de ineficiências que a Nova República, não soube corrigir.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	08	1989
21	Para a social-democracia brasileira, o primado da sociedade, o prestigiamento da iniciativa privada e individual – não se confunde com a tese neoliberal do “retraimento do Estado” ou do “Estado mínimo”, nem com a tese do “Estado máximo” defendida entre nós pelos que pregam o “nacional-populismo” como solução para as crises do país.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	13	1989
22	O PSDB propõe reforma profunda do aparelho estatal para corrigir suas deformações, racionalizá-lo, torná-lo mais ágil e mais transparente e, portanto, mais aberto ao controle da sociedade . [...] Caberá Estado reformado ampla	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	13	1989

	luta contra a desigualdade social e regional, na articulação da ciência e da tecnologia com a produção e até mesmo a sustentação direta de atividades de infraestrutura e de inovação econômica. Será o Estado democrático, eficiente e necessário.			
23	Contemporânea da crítica mundial ao gigantismo burocrático dos aparelhos estatais, a social-democracia brasileira não concebe o desenvolvimento com redistribuição de renda e justiça social como tarefa apenas do Estado. Nem silencia diante das deformações do estado cartorial, do clientelismo e da degenerescência burocrática que corroem a eficiência e a credibilidade dos governos em países como o Brasil.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	14	1989
24	[...] o PSDB promoverá uma reestruturação institucional do setor de energia, a fim de proporcionar maior eficiência aos investimentos.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	34	1989
25	A reforma do Estado brasileiro deve ser balizada pela redefinição das relações da máquina administrativa com o conjunto da sociedade. [...] O PSDB se opõe, vigorosamente ao clientelismo e as práticas cartoriais.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	27	1989
26	Conselhos deliberativos e consultivos, com representantes da população servida ou afetada pelas políticas setoriais do governo, deverão ser um dos instrumentos que asseguram a visibilidade, pelo público, da gestão da coisa pública.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	48	1989
27	Não se trata, portanto, de opor os interesses privados ao estatal, mas de fazer com que ambos respondam com responsabilidades que lhes são peculiares e em suas órbitas próprias de atuação, ao interesse público. Essa é a concepção democrática do Estado, que não o reduz ao “estado mínimo” dos liberais anacrônicos nem ao “Estado máximo” dos populistas e dos autoritários, limitando-o ao “Estado socialmente necessário”.	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	50	1989
28	A filosofia de governo do PSDB impõe uma reforma profunda do organograma do Executivo, a ser proposta, discutida e aprovada pelo Congresso. [...] De igual maneira, existem órgãos e ministérios, na área civil, que requerem reordenação para simplificar as linhas de decisão e para tornar o conjunto do governo manejável política e administrativamente [...]	Os Desafios do Brasil e do PSDB - 1989	52	1989
30	Defende a democracia como valor fundamental de nossa vida pública e o parlamentarismo como sistema mais adequado e democrático para a solução dos problemas nacionais.	Social-Democracia e Pensamento Social Cristão	01	1990
31	Quer uma democracia não apenas representativa, mas também participativa, mediante a substituição do paternalismo estatal e do personalismo autoritário pela descentralização e a participação ativa dos diversos setores da comunidade na solução dos problemas coletivos.	Social-Democracia e Pensamento Social Cristão	01	1990
32	[...] a democracia brasileira deve ser pluralista – e não monoclassista e intolerante – que significa, de um lado, o respeito às opiniões e pensamentos divergentes e, de outro, o reconhecimento da [...] multiplicidade de instituições e de interesses, muitas vezes opostos, que devem ser resolvidos através de negociação e o diálogo [...]	Social-Democracia e Pensamento Social Cristão	02	1990
33	Social-democracia é uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do	Social-Democracia: o que é e o que propõem	05	1990

	povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade , dentro de um regime democrático.			
34	Social-democracia significa mudanças com liberdade.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	08	1990
35	Além de melhores salários, a elevação do nível de vida dos trabalhadores requer leis de proteção do trabalho e serviços públicos eficientes e acessíveis a todos nas áreas de saúde, educação, previdência, transportes coletivos etc.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	10	1990
36	[...] social-democracia assegura a propriedade privada e a liberdade de empresa. Mas afirma também que esses direitos têm por contrapartida deveres ou responsabilidades das quais o empresário/proprietário não pode fugir.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	10	1990
37	[...] o Brasil também precisa fazer a sua "perestroika" , isto é, reestruturar sua economia, tornando-a menos protecionista e mais eficiente	Social-Democracia: o que é e o que propõem	20	1990
38	[...] é preciso reformar a fundo a máquina estatal (da União aos estados e municípios) responsável pelas políticas sociais.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	26	1990
39	[...] reformando a máquina do estado para fazer com que os recursos disponíveis sejam melhor aplicado [...]	Social-Democracia: o que é e o que propõem	27	1990
40	[...] De outra parte, o PSDB não se recusa a dialogar com setores da elite, na medida em que eles se mostrem dispostos a preservar as instituições democráticas e a realizar por meio delas reformas que preencham o abismo entre a base e a cúpula da sociedade.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	30	1990
41	[...] Vimos que ela reconhece as leis do mercado e o dinamismo da empresa, sim, mas sujeitos ao controle democrático da sociedade , através do estado e das organizações não-estatais; e que se preocupa sobretudo em reforçar e tornar mais eficiente a atuação do estado nas áreas diretamente ligadas ao bem-estar social.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	33	1990
42	[...] a proposta social-democrata [...] é em verdade um debate que se inicia na sociedade brasileira [...] não aceita a visão liberal que enxerga o povo como público [...] ao mesmo tempo rechaça, a visão determinista de um Estado onipotente [...] busca, onde seja possível, realizar as aspirações humanas de democracia política e social , através de uma economia de mercado socialmente regulada.	Social-Democracia hoje	5	1990
43	[...] a social-democracia contemporânea só sobreviverá se for capaz de resgatar a linha de pensamento e ação [...] se afirmando como crítica tanto do liberalismo que se restringe a endeusar o mercado [...] quanto do socialismo bolchevique.	Social-Democracia hoje	11	1990
44	[...] na situação concreta da América Latina [...] a social-democracia precisa ajustar contas com uma tradição política que lhe é desfavorável e com a emergência de uma prática democrática nova que, frequentemente se confunde como êxito do liberalismo. Tudo isso no contexto de uma situação de estagnação econômica. [...] e de desigualdade crescente.	Social-Democracia hoje	11	1990
45	Para que se possa repor o papel do estado e substituir a tese liberal do "Estado-mínimo" pela do "Estado socialmente necessário" , é preciso criticar o "Estado como ele realmente é" , [...] é preciso aceitar algumas críticas do liberalismo e mostrar, ao mesmo tempo, suas limitações e distorções. [...] do ponto de vista dos trabalhadores [...] é	Social-Democracia hoje	21	1990

	preciso dois cuidados iniciais: i) restringir o corporativismo ; ii) não descuidar da produção .			
46	A verdadeira questão [...] reside em saber como aumentar a competitividade [...] e como tornar cada vez mais pública as decisões de investimento e as que afetam o consumo [...]. É obvio que há setores do Estado – os ligados ao bem-estar social – cuja função não é render, mas servir . E assim devem ser compreendidos e mantidos na órbita estatal .	Social-Democracia hoje	26	1990
47	A nova esquerda rejeita o populismo, rejeita o nacionalismo, rejeita a estratégia protecionista, rejeita o desequilíbrio crônico das finanças públicas . [...] afirma o valor fundamental da democracia e da justiça social , afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia , mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e da tecnologia .	Social-Democracia hoje	44	1990
48	[...] a nova indústria depende menos da mão-de-obra, dispense menos uso de energia e requer menos insumos de matérias primas. [...] a nova indústria requer, entretanto, muito investimento em desenvolvimento científico e tecnologia, algo geralmente feito pelo Estado que se torna o grande articulador entre os diversos seguimentos industriais e os setores públicos .	Social-Democracia hoje	62	1990
49	I) desfazer os círculos de ferro cartoriais que aprisionam as decisões governamentais sobre políticas e alocação de recursos públicos [...] II. revisar a ação do Estado nos diferentes setores e atividades [...] desviando a ação de setores que podem ter boa participação da área privada (como o setor siderúrgico) [...] focando a ação do Estado na promoção do progresso científico e na criação ou absorção (seletiva) de tecnologia moderna .	Social-Democracia hoje	97	1990
50	Não é mais possível um capitalismo moderno, que não seja o capitalismo social . [...] nem um socialismo que não se baseie em uma economia de mercado [...] esse é o modelo que o PSDB se propõe a realizar, nas condições brasileiras. Trata-se de se levar a cabo um grande programa de reforma e modernização [...] países subdesenvolvidos necessitam de uma maior atuação do Estado [...] mas que seja eficiente, democrático e absolutamente transparente [...]	Social-Democracia hoje	105	1990
51	[...] o Estado brasileiro que já foi eficiente entre 1940 a 1970 [...] apesar de não ser nada transparente [...] tornou-se democrático, na dimensão global, mas ainda é muito autoritário, nos seus mecanismos internos [...] o PSDB a colocar o Estado brasileiro sobre o controle da sociedade civil [...] através de processos legítimos da ação pública [...] com eficiência, solvência, seriedade e representatividade . [...] deixando a livre iniciativa a capacidade de se produzir riqueza .	Social-Democracia hoje	105	1990
52	O Estado (brasileiro) precisa não deixar a cena econômica, mas rever sua proteção incondicional à indústria aqui instalada . É preciso que os empresários locais sintam no horizonte uma perspectiva de quebra de seus privilégios para que abandonem sua acomodação e passem a agir como capitalistas modernos , procurando melhorar a eficiência de suas empresas , principalmente, da redução do desnível tecnológico que separa a economia brasileira daquelas mais avançadas.	Social-Democracia hoje	136	1990

53	Neoliberalismo e Social-Democracia não se confundem. [...] social-democracia é Estado forte, participativo, porém não autoritário que estabelece mediação entre os setores produtivos e os trabalhadores. [...] dizer que a livre iniciativa é a busca onde cada um faz o seu papel, me parece não ser a questão brasileira.	Social-Democracia hoje	261	1990
54	[...] ao contrário do que esperávamos, a volta da democracia e das eleições diretas para Presidente não mudou muito esse quadro. Em poucos meses acabou a ilusão de que o Presidente sozinho, com a força do mandato popular, conseguiria derrubar a inflação e colocar o país nos eixos. Mas nem o Presidente se dispõe a dividir o poder com o Congresso, nem o Congresso quer realmente dividir com o Presidente a responsabilidade pelas medidas duras necessárias para tirar o país da crise.	Parlamentarismo: como e por que	03	1991
55	Nos últimos sessenta anos tivemos seis Constituições, todas presidencialistas. E com elas: governos fortes, com grande capacidade de intervenção na economia, mas antidemocráticos, que excluíram o povo da política e agravaram as injustiças sociais (o Estado Novo de Vargas de 1937 a 1945, os governos militares de 1964 a 1979) [...]	Parlamentarismo: como e por que	04	1991
56	Não basta estar convencido da superioridade do parlamentarismo e dos problemas do presidencialismo brasileiro. Precisamos discutir qual o tipo de parlamentarismo mais adequado à realidade brasileira. Na nossa opinião, há quatro condições fundamentais para o sucesso do parlamentarismo no Brasil: a) Manutenção de eleições diretas para Presidente; b) Possibilidade efetiva de dissolução da Câmara; c) Adoção do sistema parlamentar de governo também nos estados; d) Reforma do sistema eleitoral com a introdução do sistema misto, proporcional e distrital [...]	Parlamentarismo: como e por que	05	1991
57	Engraçado que o conceito de modernidade não foi incorporado na seguinte condição: modernidade não é fazer hoje o que o país do Primeiro Mundo faz; modernidade é fazer hoje o que o país do Primeiro Mundo fez quando estava na situação que o Brasil está hoje. Mas não somos capazes de entender isso. Apropriamo-nos, às vezes até erroneamente, de objetivos que ainda não são perseguíveis.	O Governo de Todos Nós: discurso de Mario Covas pronunciado no Senado Federal	02	1992
58	Este país enfrenta um mundo hoje tremendamente complexo. Meu Deus! Internamente, travamos uma guerra intestina chamado protecionismo econômico; mas o mundo assiste, hoje, a uma terceira etapa de protecionismo. Lá atrás, fazia-se o protecionismo do capital, ou seja, naquilo que a nação entendia como fundamental, como estratégico: o capital teria que ficar em suas próprias mãos; no caso brasileiro, em nossas mãos. [...] Hoje, o mundo enfrenta uma terceira forma de protecionismo: é aquele dirigido à mão de obra; é aquele que os países do Primeiro Mundo fazem em relação ao seu mercado de trabalho.	O Governo de Todos Nós: discurso de Mario Covas pronunciado no Senado Federal	03	1992
59	O que é desajuste? Desajuste é a diferença entre os recursos que se recebem e aqueles que se gastam. E um ajuste fiscal se faz de duas maneiras: aumentando o que se recebe ou diminuindo o que se gasta ou, eventualmente, fazendo as duas coisas concomitantemente. [...] Mas como é difícil numa situação de conflito como esta, onde pelo menos 16 bilhões de dólares de receita tributária adicional são necessários para equilibrar as contas neste país! Que dificuldade em	O Governo de Todos Nós: discurso de Mario Covas pronunciado no Senado Federal	05	1992

	direcionar ou em montar um projeto de ajuste fiscal que nasça de um contencioso tão extenso, tão amplo, como aquele que reproduz as condições temporárias de governo! [..			
60	Eu já nem digo a tolerância com terceiros, causa fundamental do exercício democrático, que se baseia exatamente no fato de admitir que, sendo eu vinculado a uma verdade, o mínimo que se pode esperar daquele com quem conflito, com quem converso, com quem discuto, é que ele tenha uma verdade diferente da minha. Seguramente, a sua verdade é tão respeitável quanto a minha e o que podemos fazer de melhor é a busca de uma posição que, afinal, reflita uma possibilidade de verdade comum.	O Governo de Todos Nós: discurso de Mario Covas pronunciado no Senado Federal	07	1992
61	É um edifício acabado essa democracia? Decerto que não. Há uma agenda de reformas políticas que não se esgotou na questão do sistema de governo. Teremos de encaminhar essas reformas, até para compatibilizar a opção presidencialista do eleitorado com os requisitos de legitimidade e eficácia das instituições representativas.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	4-5	1994
62	[...] a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modo de inserção do País na economia internacional.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	11	1994
63	[...] hoje o Brasil aclama porque sua Excelência conseguiu salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento. p.12 é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos “interesses estratégicos”, das “conquistas sociais” exclusivistas, do corporativismo — numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	13	1994
64	[...] constituição de uma infraestrutura econômica e social moderna através de novas formas de parceria entre Estado, empresa e comunidade . Eis aí, no meu entender, os pontos fundamentais da agenda de reformas que temos pela frente , para que a retomada do crescimento nos últimos dois anos seja de fato o início de um novo ciclo de longo prazo.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	14	1994
65	[...] A remoção destes entulhos do velho modelo aumentará enormemente a eficiência global da economia brasileira.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	18	1994
66	[...] é fundamental para o êxito das políticas sociais . Não porque a comunidade possa substituir a ação do Estado. Mas porque ela é indispensável para dar eficácia a essa ação , apontando as prioridades corretas, fiscalizando a aplicação dos recursos, participando diretamente da execução. [...] As ONGs organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como “organizações neo-governamentais” . Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	22	1994
67	Entendo que, no espírito da regra presidencialista, caberá a mim suscitar a discussão, pelo Congresso, das medidas legislativas necessárias para dar curso às reformas.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	25	1994

	Pretendo desempenhar esse papel com sentido democrático, fiel às minhas origens de parlamentar, dentro do rigoroso respeito à soberania do Poder Legislativo, mas com enorme afincio.			
68	Permitam-me antecipar aqui o sentido de algumas dessas propostas, começando pelas duas questões que a meu ver são mais prementes: a reforma fiscal e a ordem econômica.	Discurso de Despedida do Senado (FHC)	26	1994
69	O estabelecimento em bases permanentes do equilíbrio fiscal e da estabilidade monetária requer mudanças profundas na forma de gestão do Estado brasileiro. Supõe definições claras sobre o tipo de Estado que desejamos ter e o encaminhamento das reformas estruturais decorrentes dessa opção.	Exposição de motivo 395	115	1994
70	Não há, assim, política social mais eficaz do que a queda da inflação. Combater a fome, priorizar o gasto público com programas de cunho social e aumentar sua eficiência é obrigação de um governo.	Exposição de motivo 395	115	1994
71	A reorganização fiscal do Estado é a pedra fundamental do processo de estabilização, ainda que este requeira medidas adicionais para quebrar a “inércia inflacionária” decorrente da indexação e, por fim, chegar ao estabelecimento de um novo padrão monetário estável.	Exposição de motivo 395	116	1994
72	[...] faltou-nos a percepção realista dos mecanismos de financiamento do gasto social e faltou-nos a decisão de efetivamente reconstruir o Estado em bases de competência e eficiência.	Exposição de motivo 395	122	1994
73	Governo e sociedade atentos organizadamente ao desempenho das empresas que exploram áreas essenciais para o desenvolvimento do País e para o bem-estar coletivo.	Exposição de motivo 395	126	1994
74	Queremos uma democracia consolidada, em que todos os brasileiros exerçam plenamente sua cidadania, sem tutela do Estado sobre a sociedade, com dirigentes e partidos capazes de exercer com firmeza e probidade a vontade política de que forem investidos	Mãos à Obra	1	1994
75	c) fortalecer o poder político decisório (inclusive sobre o próprio aparelho do Estado, que deve ser reformado) para realização eficiente de projetos sociais compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional.	Mãos à Obra	3	1994
76	A crescente parceria com o setor privado na propriedade e gestão da infraestrutura nacional exigirá a redefinição do papel do Estado como instância reguladora, com poder de evitar monopólios e abusos que tendem a ocorrer em situações de concentração do poder econômico. É preciso que o governo tenha realmente a capacidade de regular a prestação de serviços públicos no interesse do cidadão e dos objetivos estratégicos do país. p.5 (Mãos à obra – proposta de governo – FHC – 1994)	Mãos à Obra	5	1994
77	O problema, que não é só do Brasil, é encontrar uma fórmula para a organização institucional do setor de telecomunicações que, ao mesmo tempo em que promova fortemente os investimentos privados, reforce o papel regulador do Estado e reserve ao setor público a atuação em segmentos estratégicos do ponto de vista social ou do interesse nacional.	Mãos à Obra	23	1994

78	[...] não caberá mais ao Estado um papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas de normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como de agente coordenador dos investimentos.	Mãos à Obra	32	1994
79	Fortalecer o papel do Estado como coordenador do processo de desenvolvimento industrial, com o reforço da função de planejamento.	Mãos à Obra	33	1994
80	Incentivar a participação do setor privado na recuperação e expansão do sistema de transportes – ferrovias, rodovias, pontes, portos, hidrovias – e do sistema de geração, transporte e distribuição de energia, através da concessão de serviços públicos e parceria entre o Estado e o setor privado.	Mãos à Obra	61	1994
81	A crise brasileira é também uma crise do Estado. Sua solução envolve, necessariamente, uma corajosa reforma administrativa e a redefinição do papel constitucional do Estado na sociedade, do campo de atuação do setor público em seus três níveis – federal, estadual e municipal- e das formas de financiamento do governo.	Mãos à Obra	82	1994
82	É preciso criar as condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. Isso significa assegurar a governabilidade e, sobretudo, tornar mais eficaz e responsável a prestação dos serviços que a população requer nos campos da saúde, previdência, educação e segurança. É preciso, além disso, redefinir áreas de atuação do Estado, para melhor alocação de recursos orçamentários e maior aproveitamento da capacidade de investimento.	Mãos à Obra	82	1994
83	O Estado brasileiro, hoje esclerosado e clientelista, precisa se tornar ágil e eficiente.	Mãos à Obra	83	1994
84	Neste novo modelo, é essencial reforçar o papel regulador do Estado na economia, de forma independente dos agentes de execução, sejam públicos ou privados. Isto implicará a aprovação da legislação relativa às concessões de serviços públicos e o fortalecimento do poder de regulação e fiscalização do Estado, para coibir os abusos do poder econômico e garantir a prestação de serviços públicos adequados	Mãos à Obra	89	1994
85	Para começar a transformar em realidade os nossos anseios e o nosso sonho de um país mais rico, mais justo e mais igualitário, é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade.	Mãos à Obra	91	1994
86	Mas cabe, sobretudo, apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de parceria entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a corresponsabilidade por ações de interesse público.	Mãos à Obra	91	1994

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados levantado

Apêndice 2: Fragmentos de texto classificados como alinhados as ideias da social-democracia de Terceira Via nos documentos fundacionais do PSDB – Visão de Democracia

	Fragmento	Documento	Página	Ano
1	[...] redefinir (reformatar) o País como República Federativa , objetivando a desconcentração dos poderes, descentralização administrativa e do orçamento até o nível de municipalização das ações do Governo [...]	Manifesto ao Povo Brasileiro	01	1988
2	aprimorar o funcionamento das instituições , através dos canais de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento constante da democracia representativa;”	Manifesto ao Povo Brasileiro	01	1988
3	[...] definir, de modo democrático (democratizar a democracia: a), as prioridades do gasto público e aprimorar (eficiência) os mecanismos de controle de sua aplicação pela sociedade	Manifesto ao Povo Brasileiro	02	1988
4	Por isso, na concepção de democracia do PSDB , a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas [...]	Manifesto ao Povo Brasileiro	03	1988
5	A democracia moderna é participativa e pluralista . Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de ideias, culturas e etnias. p.4 (Programa do Partido - 1988)	Programa do Partido	04	1988
6	A descentralização de recursos, funções e encargos da União para os estados e municípios, é outra condição imprescindível, tanto para a democratização das decisões como para o melhor atendimento das necessidades básicas da população	Programa do Partido	07	1988
7	Democracia é governo do povo , porque eleito por ele e, nesse sentido, representativa . Para o povo, porque essa é a finalidade de toda a ação política. Mas, acima de tudo, com o povo, com sua participação ativa e insubstituível. A população, o povo organizado, é que deve ser o inspirador e o controlador da ação dos governos.	Discurso de Franco Montoro – Nasce o Partidos dos Tucanos	02	1988
8	E as reivindicações que aqui foram feitas mostram que, neste Partido, há de prevalecer aquilo que é fundamental numa democracia moderna, que há de ser social, participativa e pluralista .	Discurso de Franco Montoro – Nasce o Partidos dos Tucanos	02	1988
9	Art. 3º — Constituem diretrizes fundamentais para a organização, funcionamento e atuação do PSDB: [...] V — articulação com os Movimentos sociais, respeitadas suas características e autonomia , assegurando-lhes representação nos quadros partidários e listas de candidatos e incentivando-se a auto-organização da sociedade, em especial nos setores ainda marginalizados [...]	Estatuto do PSDB	01	1988
10	Governo moderno , Srs. Senadores, é governo capaz de descentralizar a administração , dando maior responsabilidade, ao lado de mais recursos, aos Estados e	Discurso de Mario Covas	06	1989

	Municípios e que se apoie nas formas institucionalizadas de participação popular.			
11	O objetivo de meu programa de governo é preparar o País para um verdadeiro processo de democratização da sociedade. 6 (Discurso de Mário Covas – 1989)	Discurso de Mario Covas	06	1989
12	No conflito entre o capital e o trabalho, o PSDB tem posição clara. Como partido comprometido com os interesses dos assalariados – e dentro da concepção desenvolvida neste documento, estará ao lado deles, contra a exploração social e as formas monopolizadoras e burocratizadoras da produção e do poder. O PSDB defende a inovação nas relações de trabalho, incentivando os mecanismos de participação dos empregados nos lucros e na gestão das empresas. [...] apoia decididamente a luta por igualdade das minorias e grupos socialmente discriminados [...] a luta contra a desigualdade não se separa, entretanto, da implantação da democracia. [...] o PSDB assume seu primeiro compromisso a luta pela democracia	Desafios do Brasil e o PSDB	11	1989
13	O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB fará todos os esforços, buscará a aliança de outros partidos e forças organizadas da sociedade civil e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata [...]	Desafios do Brasil e o PSDB	11	1989
14	[...] a democracia moderna é participativa e pluralista. [...] O PSDB defende a descentralização do poder político pelo fortalecimento da sociedade civil, estimulando a sua auto-organização, garantindo suas manifestações e possibilitando sua participação nas diversas instâncias da vida econômica, social e política. [...] A defesa da democracia representativa e participativa, aberta aos sindicatos, conselhos comunitários e as múltiplas formas de organização popular, reforça o perfil da social-democracia brasileira. [...] fortalece os exercícios compartilhado do poder e as próprias instituições.	Desafios do Brasil e o PSDB	11	1989
15	O PSDB considera essencial o fortalecimento dos sindicatos, seu desatrelamento do Estado, a definição de regras salariais simples e de um piso nacional de salários para proteger as categorias menos organizadas de trabalhadores, e a introdução da livre negociação coletiva de contrato de trabalho para o resto dos assalariados. [...] o PSDB lutará para que as instituições reguladoras das relações de trabalho deem àqueles que mais necessitam condições para melhorar seus rendimentos [...]	Desafios do Brasil e o PSDB	20	1989
16	Em favor de uma Reforma Sanitária capaz de resgatar a dignidade da assistência à saúde, como direito do cidadão e dever do Estado. [...] princípios: i) Comando único em cada nível político administrativos; ii) Descentralização das ações (municipalização); iii) ruptura da dicotomia – prevenção x curativo; iv) universalização; v) Equidade; vi) atuação da sociedade	Desafios do Brasil e o PSDB	23	1989

	através de organizações representativas e participativas.			
17	A previdência social atualizada com o que há de mais avançado no mundo: atendimento universalizado, caráter redistributivo e gestão participativa [...] a tarefa que se apresenta ao PSDB é: [...] assegurar a viabilidade financeira [...] ampliando fontes de recursos [...] através de contribuições sobre faturamento e lucro das empresas [...] modernizar os sistemas administrativos.	Desafios do Brasil e o PSDB	23	1989
18	A previdência social atualizada com o que há de mais avançado no mundo: atendimento universalizado, caráter redistributivo e gestão participativa [...] a tarefa que se apresenta ao PSDB é: [...] assegurar a viabilidade financeira [...] ampliando fontes de recursos [...] através de contribuições sobre faturamento e lucro das empresas [...] modernizar os sistemas administrativos.	Desafios do Brasil e o PSDB	24	1989
19	O PSDB implantará mecanismos institucionais que assegurem a gestão democrática da administração pública, direta e indireta, pela criação de alternativas de participação direta dos cidadãos na gestão administrativa e mediante o estabelecimento de diretrizes para a recuperação e modernização da administração pública, de critérios de transparência e de controle de recursos públicos.	Desafios do Brasil e o PSDB	48	1989
20	O fundamental para a social-democracia não é, assim, que o estado seja pequeno ou grande, mas que tenha o tamanho e as funções correspondentes às necessidades do conjunto da sociedade.	Social-Democracia: O que é e o que propõem	10	1990
21	PLURALISMO E TRANSPARÊNCIA: <i>Como a social-democracia encara as mudanças recentes no mundo socialista?</i> Com simpatia, é claro. E como um incentivo à sua luta para democratizar a sociedade capitalista.	Social-Democracia: O que é e o que propõem	15	1990
22	No mundo de hoje, os freios e contrapesos democráticos são exercidos cada vez mais por entidades que não são propriamente estatais nem privadas: sindicatos, associações de consumidores e de defesa do meio ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais etc.	Social-Democracia: O que é e o que propõem	16	1990
23	O desenvolvimento brasileiro deve ter sentido intensamente social – corrigindo as desigualdades e as injustiças. [...] – quer uma democracia representativa e participativa, substituindo o paternalismo estatal e o personalismo autoritário pela descentralização e pela participação.	Social-Democracia hoje	107	1990
24	a organização constitucional e a experiência nos demonstram que só existe uma forma válida: o parlamentarismo. [...] a isto acrescento a descentralização do comando e a autonomia das empresas. [...] o poder público pode desempenhar seu papel [...] lutando contra a violência e toda forma de opressão, prevenindo desequilíbrios em vez de esperar que o mercado os gere, preparando o futuro, determinando as prioridades [...] mediante a vontade coletiva. [...] nosso modelo de desenvolvimento se define em: liberdade, pluralismo e solidariedade.	Social-Democracia hoje	202	1990
25	Para que se garanta a coesão social é necessário garantir o mínimo de igualdade entre cidadãos [...] sobre a eficácia de nosso projeto [...] a moda monetarista	Social-Democracia hoje	203	1990

	tem influído demais nas mentes. [...] os países que melhor resistiram a crise são aqueles que conseguiram manter a coesão social. [...] em todos os países onde se contou com o apoio da massa assalariada, os governos sociais-democratas puderam conjugar uma política orçamentária inteligente e uma política de salários [...] limitando desemprego e mantendo alto nível de proteção social. A chave está em arbitrar lucros e salários.			
26	Nesses sessenta anos, só tivemos um Presidente – Juscelino – que conseguiu completar seu mandato combinando democracia e desenvolvimento. Juscelino foi um político muito hábil. Teve apoio de dois partidos importantes no Congresso (os antigos PSD e PTB). E governou com o capital estrangeiro soprando a favor do desenvolvimento do Brasil. Mesmo assim, saiu da Presidência desgastado, com a inflação em alta e acusado de desmandos pelo sucessor.	Parlamentarismo: como e por que	02	1991
27	Mesmo em plena normalidade democrática, o presidencialismo tende a limitar a participação política do povo. Como os mandatos são rígidos, tanto o Presidente como os deputados podem muito bem deixar para se lembrar de quem os elegeu só na véspera das próximas eleições. [...] No parlamentarismo, ao contrário, o Primeiro-ministro e os deputados sabem que a qualquer momento eles próprios e os partidos a que pertencem podem tomar a precisar do apoio do eleitorado.	Parlamentarismo: como e por que	06	1991
28	Desde a campanha das "diretas-já" em 1984, que apressou o fim da ditadura militar, as eleições diretas para Presidente ficaram indissociavelmente ligadas à ideia de democracia para o povo brasileiro. Nosso modelo de parlamentarismo deve respeitar isso. Ele tem que manter as eleições diretas para Presidente, e dar ao Presidente funções compatíveis com a liderança política derivada do mandato popular. Em outras palavras, o parlamentarismo não pode fazer do Presidente uma "rainha da Inglaterra", sem nenhuma influência efetiva no governo. O modelo que mais se aproxima das nossas necessidades, neste ponto, é o português. Nesse modelo de parlamentarismo, a Constituição dá ao Presidente, além de funções cerimoniais, as funções de árbitro do governo e de comandante supremo das Forças Armada [...]	Parlamentarismo: como e por que	10	1991
28	As ONGs organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como “organizações neo-governamentais”. Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo (FHC)	22	1994
29	O princípio da reorganização já está dado: é a descentralização. Não escrevemos na Constituição que cabe ao município executar os serviços públicos de interesse local. Só falta aplicar o princípio. [...] Descentralização e parceria com a comunidade.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo	22	1994

30	A Constituição deve, portanto, determinar claramente a descentralização , ressaltando a margem necessária para que a transferência dos encargos leve em conta a situação específica dos Municípios e dos próprios Estados.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo	29	1994
31	Nos dias de hoje, há duas forças dinamizadoras na economia de um país: de um lado, o mercado; de outro, o interesse público assegurado pela ação democrática do Governo e da própria sociedade.	Exposição de Motivos 395	125	1994
32	Descentralização: processo que visa a aproximar dos beneficiários finais as decisões e atividades relacionadas com ações de desenvolvimento, assegurando a participação dos segmentos sociais envolvidos. Por isso, o Governo Fernando Henrique vai estimular a divisão de responsabilidades com o poder público local e regional, e incentivar a maior presença das comunidades na formulação de planos e orientação dos investimentos.	Mãos à Obra	42	1994
33	Descentralizar significa deixar que os municípios, em consonância com as políticas nacional e estadual, assumam, além da execução das ações de saúde, a gestão dos recursos e a autonomia para planejar, contratar, controlar e avaliar as ações e serviços do SUS.	Mãos à Obra	67	1994
34	A descentralização para estados e municípios, com democratização das decisões, é fundamental para assegurar as soluções mais adequadas a cada comunidade.	Mãos à Obra	75	1994
35	A descentralização para estados e municípios, com democratização das decisões, é fundamental para assegurar as soluções mais adequadas a cada comunidade. Mas a descentralização não dispensa o governo federal do cumprimento de sua função de corrigir as desigualdades de renda entre as regiões e grupos sociais. A alocação de recursos federais, além de consagrar objetivos de equidade social, deverá estar sujeita a critérios que privilegiem a utilização mais eficaz dos recursos.	Mãos à Obra	75	1994
36	Para começar a transformar em realidade os nossos anseios e o nosso sonho de um país mais rico, mais justo e mais igualitário, é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade.	Mãos à Obra	91	1994
37	Caberá, em primeiro lugar, criar novos canais de participação e de controle público , além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado , isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam.	Mãos à Obra	91	1994
38	O Governo Fernando Henrique fará da <i>parceria Estado-Sociedade</i> uma das suas características marcantes, aprofundando e consolidando o processo de democratização, aumentando a eficácia do gasto governamental e dando transparência às ações públicas.	Mãos à Obra	92	1994
39	Estou convencido de que é preciso que o governo federal atue, decididamente, no sentido de buscar um	Mãos à Obra	119	1994

	maior equilíbrio econômico e social entre as regiões do país , ciente de que as atuais disparidades geram tensões sociais e políticas prejudiciais à unidade nacional e à consolidação das instituições democráticas.			
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados levantado

Apêndice 3: Fragmentos de texto classificados como alinhados as ideias da social-democracia de Terceira Via nos documentos fundacionais do PSDB – Políticas Sociais

	Fragmento	Documento	Página	Ano
1	[...] aprimorar o funcionamento das instituições (eficiência) , através dos canais de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento (eficiência) constante da democracia representativa;”	Manifesto ao Povo Brasileiro	01	1988
2	Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.	Programa do Partido	03	1988
3	a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade.	Programa do Partido	03	1988
4	Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas	Programa do Partido	03	1988
5	Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil.	Programa do Partido	04	1988
6	Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata.	Programa do Partido	04	1988
7	Por assim entender, o PSDB se baterá pela descentralização do poder político , pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público , como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa.	Programa do Partido	04	1988
8	Outra dimensão essencial da concepção democrática do PSDB é seu conteúdo social: o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas , nem depende apenas do reconhecimento formal de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos. Por isto o PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais	Programa do Partido	04	1988

	brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos			
9	A gestão da área estatal da economia precisa ser realmente pública , isto é, aberta ao controle da sociedade .	Programa do Partido	08	1988
10	Art. 2º O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos ; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades ; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias ; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais .	Estatuto do PSDB	01	1988
11	A ação do Estado deve ser sempre controlada pela sociedade, sempre transparente [...]	Entrevista Fernando Henrique Cardoso a Folha de São Paulo	A6	1988
12	Ao lado disso, implantarei a reforma agrária como um grande programa social , assentando na terra os que precisam e podem trabalhar nela.	Discurso de Mário Covas	03	1989
13	A democratização do Brasil exige a generalização da cidadania em sentido pleno como requisito para maior igualdade . Isto significa a extensão dos direitos fundamentais a todos : direito à existência, ao acesso ao mercado de trabalho , à cultura, à informação e à participação na gestão da sociedade e do Estado .	Os Desafios do Brasil e o PSDB	12	1989
14	Entretanto, a social-democracia não espera que o Estado reformado seja o sujeito principal das grandes transformações da sociedade . Pelo contrário, o caráter democrático da sociedade pela qual lutamos submeterá as instituições estatais a uma transparência direta de austeridade e racionalidade que farão delas componentes subordinados em uma sociedade dinâmica e participativa .	Os Desafios do Brasil e o PSDB	13	1989
15	A social-democracia brasileira é inimiga da violência que medra nos campos e escolhe a esmo suas vítimas nas periferias pobres das grandes cidades. Esta violência é outro lado da moeda da miséria: ela priva o povo de direitos básicos, como o direito à segurança e à vida, e torna semi-cidadão muitos milhões de brasileiros .	Os Desafios do Brasil e o PSDB	14	1989
16	social-democracia brasileira é "desenvolvimentista", porque sabe que sem crescimento econômico, sem a incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade, não haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar nem maior segurança para o cidadão .	Os Desafios do Brasil e o PSDB	14	1989
17	A distinção entre a produção para mercado interno e a produção para a exportação deve diminuir progressivamente, tanto em termos de avanço tecnológico como no nível dos salários [...] pretendemos um estilo de desenvolvimento que supõe maior intercâmbio com o exterior e crescimento de mercado interno, isto seria a base de investimentos que permitam gerar renda e	Os Desafios do Brasil e o PSDB	18	1989

	emprego com salários crescentes (destaques realizados pelo autor)			
18	O PSDB não propõe ao Brasil simplesmente a continuidade (de programas anteriores) e o aumento dos gastos sociais, isto seria assumir a tendência que reforça a desigualdade [...] o fundamental é reorientá-los em benefícios dos que mais necessitam, bem como aumentar a eficiência do gasto social e de seguridade. [...] Estas metas, para serem exequíveis, exigem racionalização e a moralização dos órgãos de assistência social, de previdência e de implementação de políticas sociais	Os Desafios do Brasil e o PSDB	21	1989
19	Não. A social-democracia assegura a propriedade privada e a liberdade de empresa. Mas afirma também que esses direitos têm por contrapartida deveres ou responsabilidades das quais o empresário/proprietário não pode fugir.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	10	1990
20	No mundo de hoje, os freios e contrapesos democráticos são exercidos cada vez mais por entidades que não são propriamente estatais nem privadas: sindicatos, associações de consumidores e de defesa do meio ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais etc. É com a participação dessas entidades nas decisões que a social-democracia conta, antes de tudo, para garantir a subordinação do poder econômico à sociedade	Social-Democracia: o que é e o que propõem	16	1990
21	A democracia moderna é participativa , isto é, aberta à participação das organizações de base da sociedade.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	30	1990
22	Vimos que ela reconhece as leis do mercado e o dinamismo da empresa, sim, mas sujeitos ao controle democrático da sociedade, através do estado e das organizações não-estatais; e que se preocupa sobretudo em reforçar e tornar mais eficiente a atuação do estado nas áreas diretamente ligadas ao bem-estar social.	Social-Democracia: o que é e o que propõem	33	1990
23	A verdadeira questão [...] reside em saber como aumentar a competitividade [...] e como tornar cada vez mais pública as decisões de investimento e as que afetam o consumo [...] como transformá-las transparentes e controláveis pela sociedade.	Social-Democracia hoje	24	1990
24	Considera os conceitos de “ capitalismo ” e “ comunismo ” [...] obsoletos e insatisfatórios, ocultando a realidade da sociedade moderna [...] entente como fundamental [...] a distribuição na sociedade das forças políticas e econômicas que estão ocultas por detrás da propriedade formal (esta não sendo o problema) [...] não separa o econômico e o político, o social e o individual [...] como projeto de sociedade representa uma via fantástica para o desenvolvimento do fator humano [...] sua determinação na busca pela igualdade de oportunidades para todos e dos meios de satisfação das necessidades básicas [...] fortalece a visão de uma sociedade mais justa e solidária [...] em que a solidariedade [...] se dá pela mobilização geral de esforços.	Social-Democracia hoje	74	1990

25	o PSDB a colocar o Estado brasileiro sobre o controle da sociedade civil [...] através de processos legítimos da ação pública [...] com eficiência, solvência, seriedade e representatividade. [...] deixando a livre iniciativa a capacidade de se produzir riqueza.	Social-Democracia hoje	105	1990
26	deve-se ter claro que existem restrições políticas e institucionais , e não apenas econômicas, a qualquer programa de governo [...] no caso latino-americano, duas merecem especial atenção: i) a profunda desigualdade distributiva; ii) capacidade de organização da sociedade civil.	Social-Democracia hoje	172	1990
27	refiro-me às políticas sociais [...] A parceria com a iniciativa privada na infraestrutura econômica abre espaço para que o Estado insista, mas naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo (FHC)	21	1994
28	é fundamental para o êxito das políticas sociais . Não porque a comunidade possa substituir a ação do Estado. Mas porque ela é indispensável para dar eficácia a essa ação , apontando as prioridades corretas, fiscalizando a aplicação dos recursos, participando diretamente da execução. [...] As ONGs organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como “organizações neo-governamentais” . Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo	22	1994
29	O próprio Estado tem que se reorganizar para acolher essa parceria. O princípio da reorganização já está dado: é a descentralização . Não escrevemos na Constituição que cabe ao município executar os serviços públicos de interesse local. Só falta aplicar o princípio. Descentralização e parceria com a comunidade.	Discurso de Despedida do Senado – Filosofia e Diretrizes do Governo	22-23	1994
30	Governo e sociedade atentos organizadamente ao desempenho das empresas que exploram áreas essenciais para o desenvolvimento do País e para o bem-estar coletivo.	Exposição de Motivos 395	126	1994
31	Contudo, a eficácia dessas ações está na execução descentralizada e na parceria com estados e municípios, empresas privadas e entidades de treinamento e formação de mão-de-obra como Senai, Senac e outras entidades da sociedade civil	Mãos à Obra	61	1994
32	Mas cabe, sobretudo, apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de parceria entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a corresponsabilidade por ações de interesse público.	Mãos à Obra	91	1994
33	O procedimento de transferir os recursos para as comunidades beneficiárias e de deixar a seu cargo a seleção de prioridades, o acompanhamento e a fiscalização das aplicações pelos próprios destinatários dos serviços, inibe os desvios e a malversação dos recursos públicos, desenvolve a vida pública, revitaliza a vida política e fortalece a cidadania. Além disso, muitas ONGs voltadas para a prestação inovadora de serviços públicos já substituíram ou podem vir a substituir,	Mãos à Obra	92	1994

	com maior eficiência, a atuação estatal insuficiente ou, às vezes, inexistente.			
34	Os programas sociais de natureza assistencial do Governo Fernando Henrique serão estabelecidos a partir do princípio da parceria entre Estado e sociedade.	Mãos à Obra	98	1994
35	A mobilização da sociedade tem impulsionado medidas de combate e redução da violência contra a criança e o adolescente. Destaca-se também a importância do trabalho das ONGs e organizações religiosas na defesa dos direitos dos menores.	Mãos à Obra	101	1994

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados levantado

Apêndice 4: O Perfil do PSDB entre os anos de 1988 e 1995

Fundadores por região (%)	Centro Oeste: 19,26% Nordeste: 9,17% Norte: 2,75% Sudeste: 53,21% Sul: 15,59%
Executiva provisória (presidência rotativa) – 2 meses	Mário Covas; José Richa; Franco Montoro; Pimenta da Veiga; Fernando Henrique Cardoso
Secretarias Regionais	Sul: Mario Covas Sudeste: Franco Montoro Centro-Oeste: José Richa Norte: Pimenta da Veiga Nordeste: Fernando Henrique Cardoso Secretaria Geral: Euclides Scalco Secretaria de Assuntos Sociais e Sindicais: Cristina Tavares Secretaria de Assuntos Internacionais: Moema São Thiago Secretaria de Assuntos Culturais: Artur Távora Secretaria de Assuntos Econômicos: Octávio Elísio
Executiva Nacional – gestão 1989-1991	Franco Montoro, presidente; Octávio Elísio, 1.º vice-presidente; Moema São Thiago, 2.º vice-presidente; Artur da Távola, 3.º vice-presidente; Egídio Ferreira Lima, secretário-geral; Saulo Queiroz, 1.º secretário; João Gilberto Lucas Coelho, 2.º secretário; Geraldo Alckmin Filho, 1.º tesoureiro; Odilon Ribeiro Coutinho, 2.º tesoureiro; Hélio Jaguaribe, Aécio Neves, Nelton Friedrich e Pompeu de Souza, vogais; senador Fernando Henrique e deputado Euclides Scalco, líderes; Luiz Carlos Bresser Pereira, Francisco Urbano Araújo, Hermes Zaneti, Hildete Pereira de Mello Araújo, Cássio Gonçalves, Marcelo Cerqueira e Cláudio Sena Martins, suplentes.
Executiva Nacional – gestão 91/93	Tasso Jereissati, presidente; Euclides Scalco, 1.º vice-presidente; Pimenta da Veiga, 2.º vice-presidente; deputado Artur da Távola, 3.º vice-presidente; Sérgio Motta, secretário-geral;

	deputado Sérgio Machado, 1.º secretário; Saulo Queiroz, 2.º secretário; Odilon Ribeiro Coutinho, 1.º tesoureiro; Moema São Thiago, 2.º tesoureiro; senador Mário Covas, Franco Montoro, senador José Richa e senador Almir Gabriel, vogais; senador Fernando Henrique Cardoso e deputado José Serra, líderes; senador Teotônio Vilela Filho, Hélio Jaguaribe, deputado Antônio Faleiros, Vicente Bogo, Dalci Carlos Matiello e George Tasso Lucena Sampaio Callado, suplentes.
Executiva Nacional – gestão 93/95	Franco Montoro, presidente de Honra; Pimenta da Veiga, presidente; senador Almir Gabriel, 1.º vice-presidente; deputado Sérgio Machado, 2.º vice-presidente; Ronaldo Cezar Coelho, 3.º vice-presidente; Sérgio Motta, secretário-geral; Moema São Thiago, 1.º secretário; Luiz Carlos Bresser Pereira, 1.º tesoureiro; Yeda Crusius, 2.º tesoureiro; senador José Richa, Odilon Ribeiro Coutinho, deputada Rose de Freitas e Francisco Urbano de Araújo, vogais; senador Mário Covas e deputado Artur da Távola, líderes; senador Teotônio Vilela Filho, deputado Antônio Faleiros, deputada Maria de Lourdes Abadia, deputado Edmundo Galdino, Carlos França e Myriam Portella Nunes, suplentes.

Fonte: TSE

Apêndice 5: Desempenho eleitoral do PSDB entre os anos de 1988 e 1995

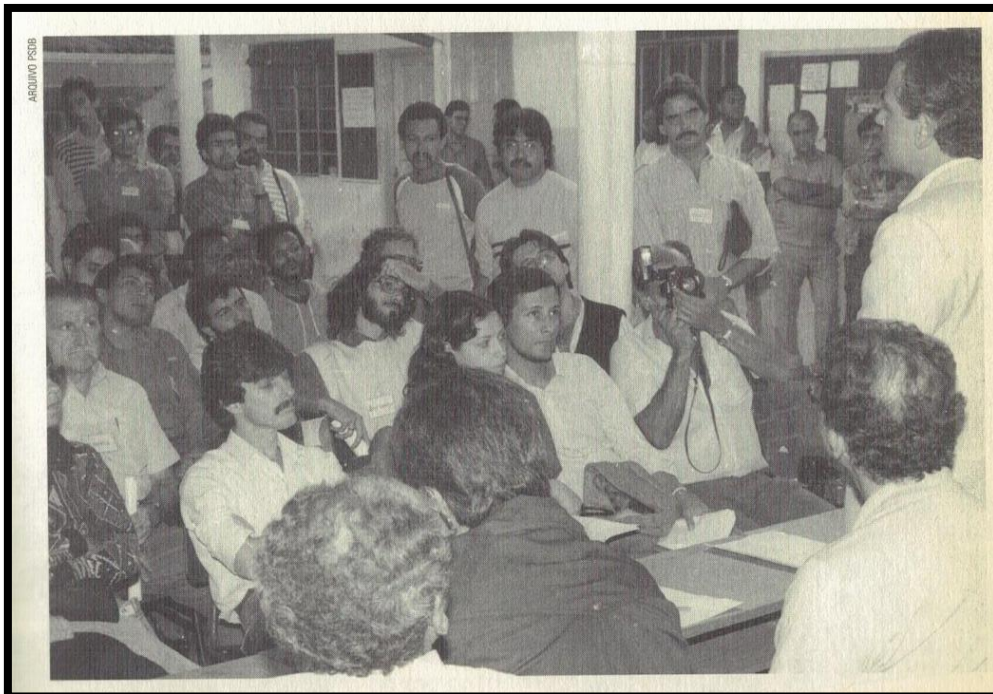
Desempenho eleitoral para Presidente (1989-1995)	-1989 Mário Covas 11,5% (derrotado) -1994 Fernando Henrique Cardoso 54,3% (vitorioso no primeiro turno)
Desempenho Eleitoral para o Senado (1989-1995)	-1990: 1 senador eleito: Benedito Veras Alcântara (CE) -1994: 9 senadores eleitos: Jefferson Peres (AM); Geraldo de Melo (RN); Sergio Machado (CE); Carlos Wilson (PE); Antônio Vilella Filho (AL); José Ignácio Ferreira (ES); Artur da Távora (RJ); José Serra (SP)
Desempenho Eleitoral para a Câmara dos Deputados (1989-1995)	- 1990: Centro Oeste: 2,4 %; Nordeste: 7,9 %; Norte: 1,5 %; Sudeste: 11,2%; Sul: 6,5 %; - 1994: Centro Oeste: 7,3 %; Nordeste: 13,9 %; Norte: 7,7 %; Sudeste: 17,3%; Sul: 3,9 %;
Desempenho Eleitoral para Governador (1989-1995)	- 1990: 1 governador eleito - Ciro Gomes (CE) - 1994: 6 governadores eleitos - Tasso Jereissati (CE); Eduardo Azeredo (MG); Almir Gabriel (PA); Marcello Alencar (RJ); Albano Franco (SE); Mário Covas (SP).
Desempenho Eleitoral para as Assembleias Legislativas (1989-1995)	- 1990: Centro Oeste: 6,2 %; Nordeste: 7,6 %; Norte: 5,4 %; Sudeste: 9,2%; Sul: 4,0 %; - 1994: Centro Oeste: 8,0 %; Nordeste: 9,1 %; Norte: 4,1 %; Sudeste: 15,0%; Sul: 3,4 %;

Desempenho Eleitoral para as Prefeituras das Capitais (1989-1995)	- 1988: 1 prefeito eleito - Pimenta da Veiga/Belo Horizonte - 1992: 5 prefeitos eleitos - José Guedes/Porto Velho; José Papaléo/Macapá; Wall Ferraz/Teresina; Lídice da Mata/Salvador; Paulo Hartung/Vitória - 1996: 4 prefeitos eleitos - Firmino da Silveira Soares Filho/Teresina; Luiz Paulo Vellozo; Lucas/Vitória; Roberto França Auad/Cuiabá; Nion Albernaz/Goiânia.
--	---

Fonte: TSE

ANEXOS

Anexo 1 – Fundação do PSDB – dos preparativos a assembleia



1. Pimenta da Veiga discursa a militância defendendo a criação do novo partido (Santos – abril de 1988 – fonte: Sanchez (2003)).



2 – Primeiro dia do encontro para a criação do novo partido – Brasília 24/06/1988 – fonte: Sanchez (2003).



3- Foto parcial dos fundadores do PSDB - fonte: Revista Veja (jun./1988)



4- Na primeira foto Franco Montoro dirige os trabalhos de criação no novo partido; na segunda foto Mario Covas e Fernando Henrique Cardoso votam no nome do partido - Brasília 24/06/1988 – fonte: Sanchez (2003).



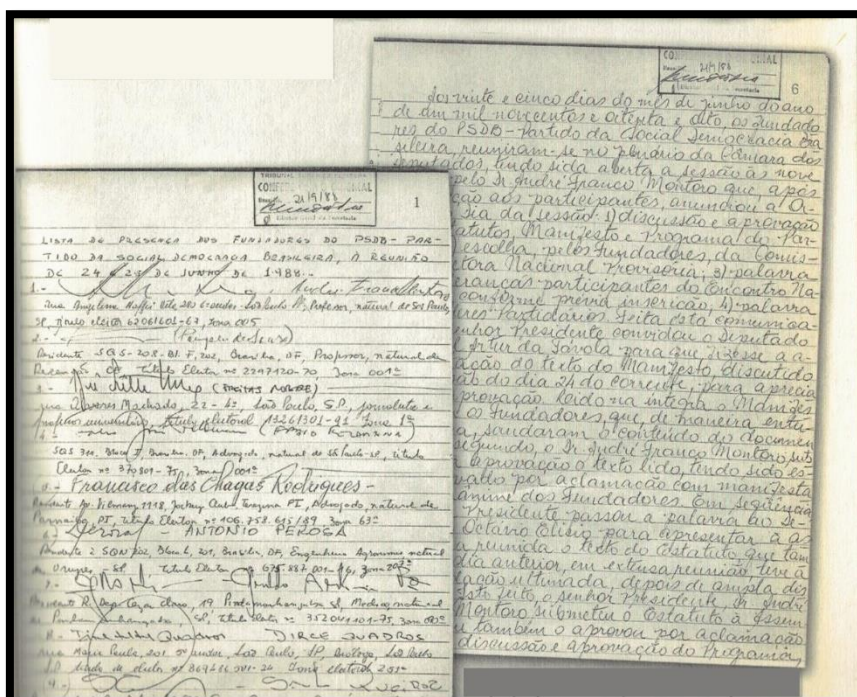
5- Artur da Távora, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Montoro aguardam a apuração dos votos que deram a vitória à sigla PSDB - Brasília 25/06/1988 – fonte: Sanchez (2003).



6- Assembleia de Fundação do PSDB – Brasília 25/06/1988 - fonte: Sanchez (2003)

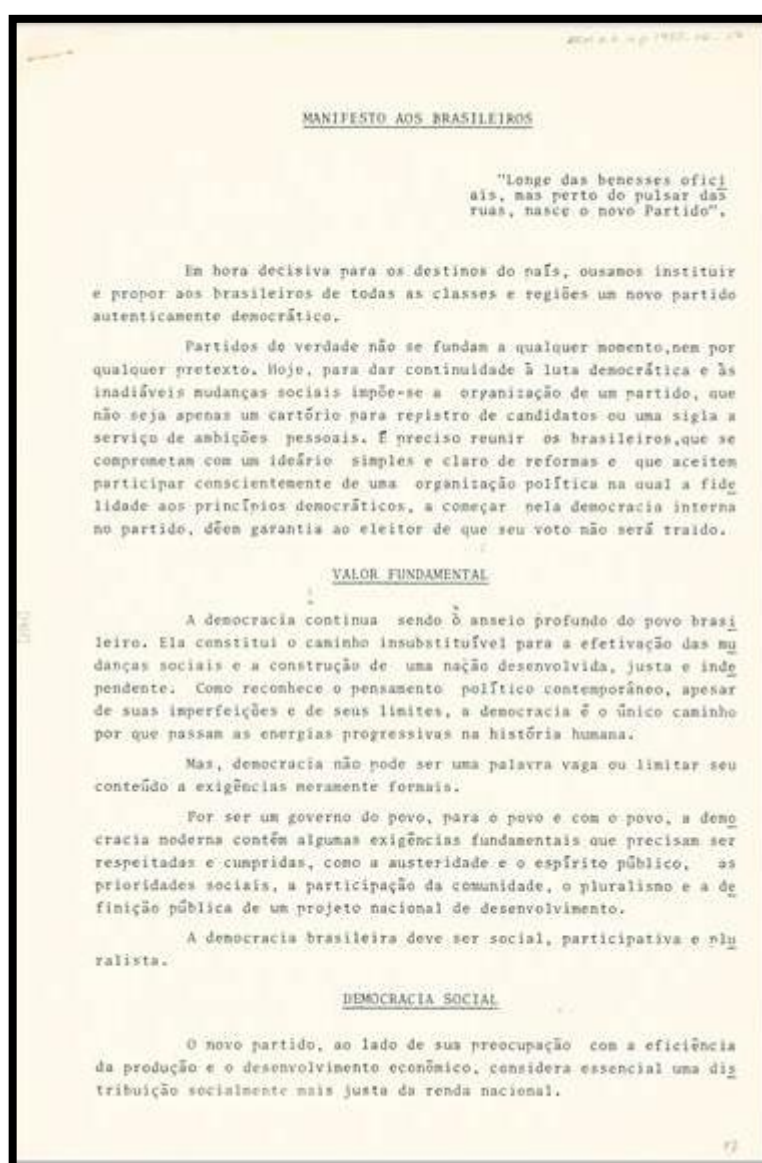


7- Montoro faz seu discurso “Nasce o Partido dos Tucanos” – Assembleia de Fundação – Brasília 25/06/1988 – fonte: FGV/CPDOC

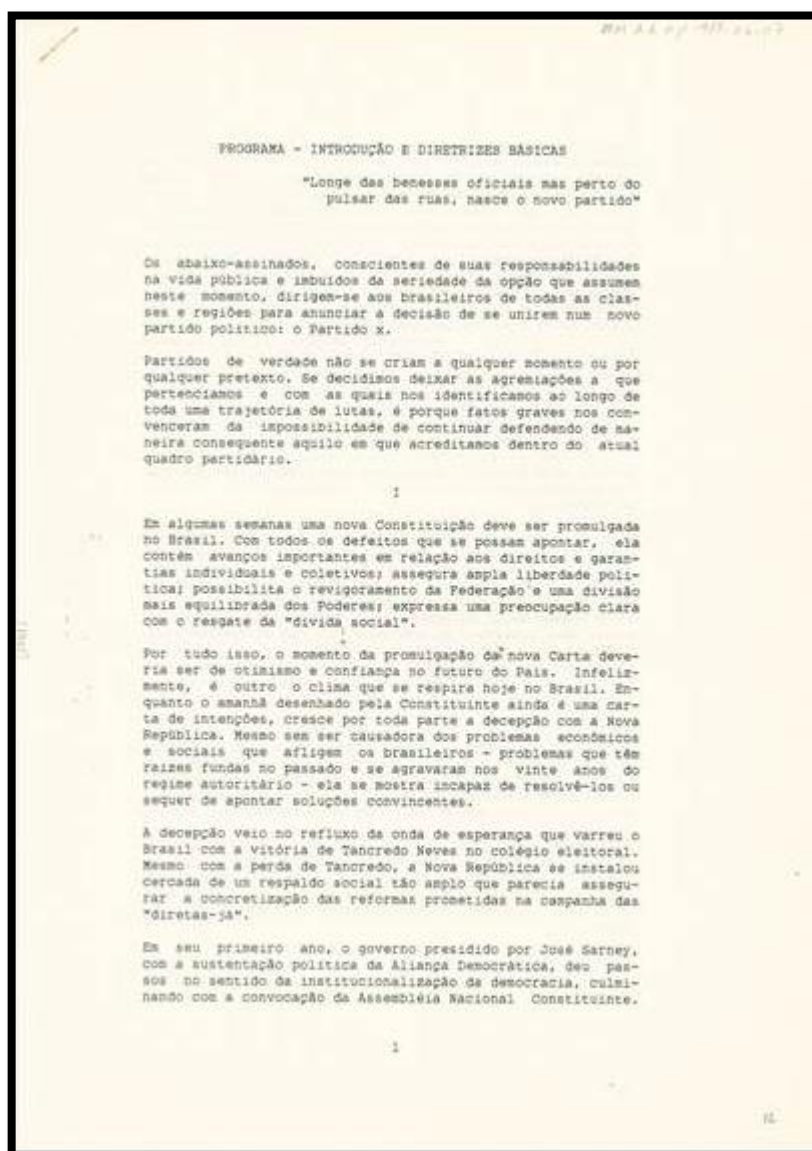


8 – Ata de Fundação do PSDB – parte das assinaturas e da redação – Brasília 25/06/1988 – fonte: Sanchez (2003)

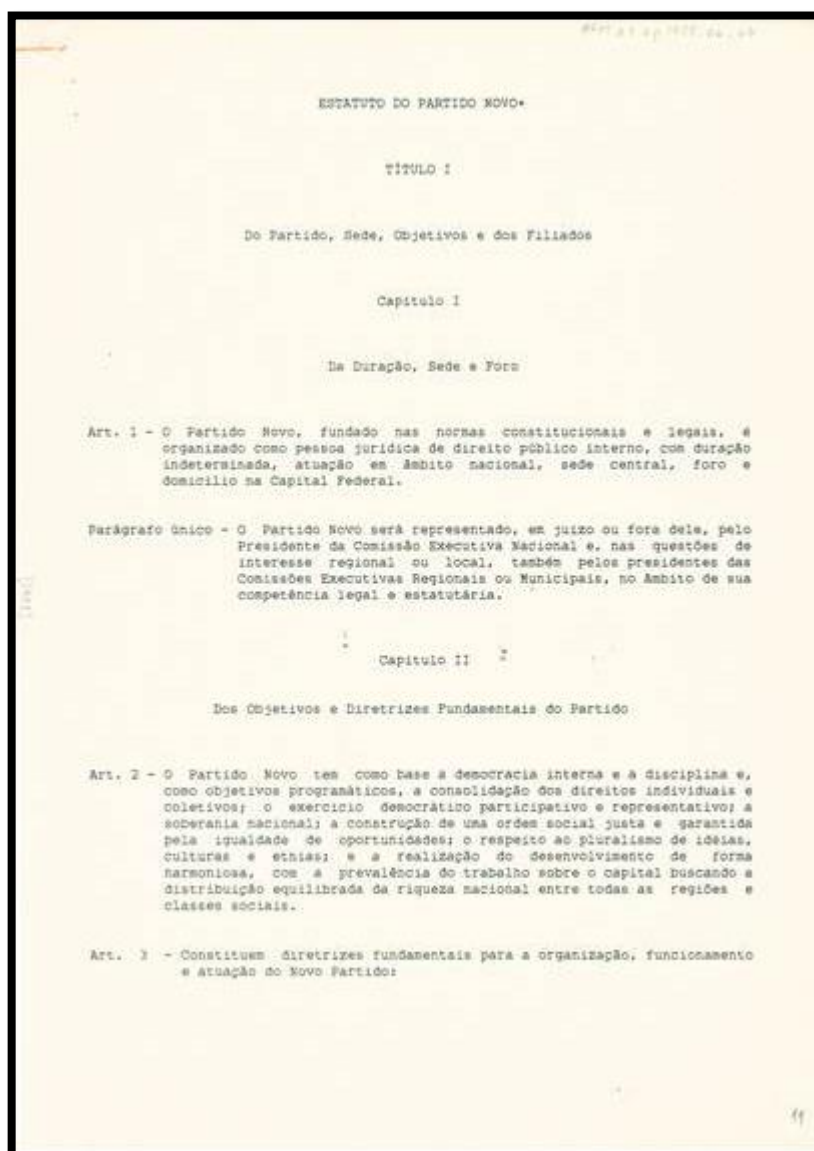
Anexo 2 – Documentos históricos físicos do PSDB levantados ao longo da pesquisa



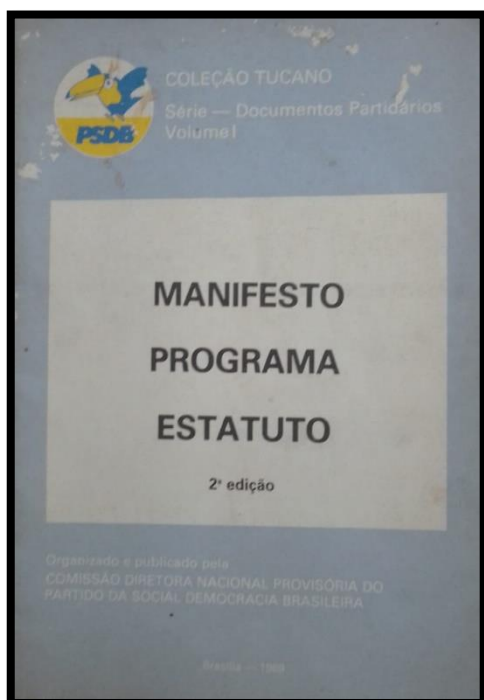
1- Primeira página datilografada do Manifesto aos Brasileiros - Brasil (1988) – fonte: FGV/CPDOC



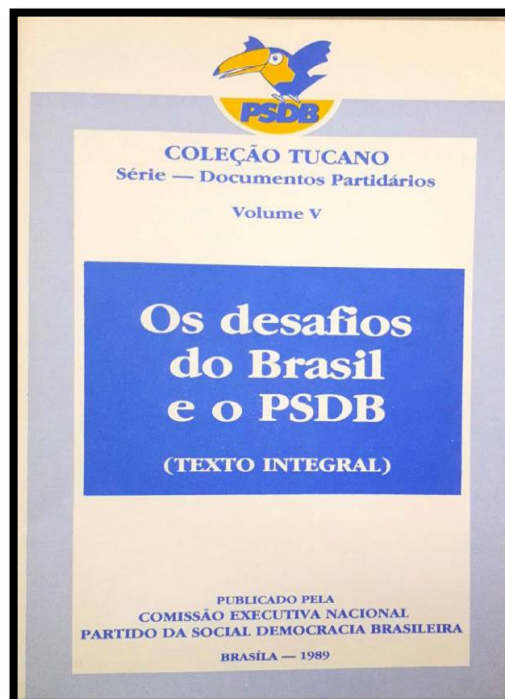
2- Primeira página datilografada do Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social-democracia Brasileira – PSDB (1989a) – fonte: FVG/CPDOC



3- Primeira página datilografada do Estatuto: Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (1988) – fonte: FVG/CPDOC

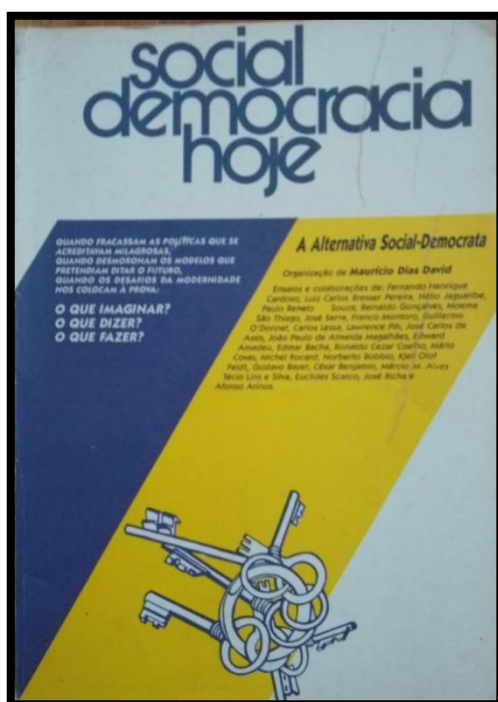


a)

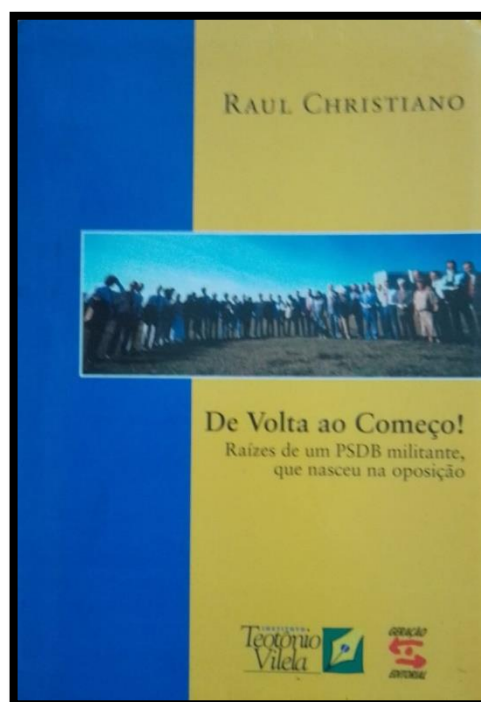


b)

5- a) Coleção Tucano – Série: Documentos Partidários – vol.1 – Centro Gráfico do Senado (1989); b) Coleção Tucano – Série: Documentos Partidários – vol. 5 – Centro Gráfico do Senado (1989)



a)



b)

6- a) Livro: Social-democracia hoje – David (1990) – Instituto Teutônio Vilela; b) Livro: De volta ao Começo! – Sanchez (2003) – Instituto Teotônio Vilela

SOCIAL DEMOCRACIA
E PENSAMENTO SOCIAL CRISTÃO

"O candidato social democrata Patricio Aylwin é o novo presidente do Chile". Com essas palavras o diário O Liberal, de Belém, e outros jornais noticiaram a eleição do líder democrata-cristão para a Presidência da República.

Erro de informação? O líder chileno democrata-cristão pode ser considerado um social democrata?

O episódio nos leva a uma reflexão de esclarecimento. A expressão "social democracia" tem duas significações diferentes. Em sentido genérico, indica uma orientação política democrática, de caráter social, em contraoposição ao liberalismo e ao socialismo. Em sentido restrito, "social democrata" é o movimento de partidos europeus, de base sindical, que, inicialmente marxistas, evoluíram para uma posição de reformas voltadas para a chamada economia social de mercado.

No sentido genérico e amplo, o democrata-cristão Patricio Aylwin é, também, um social democrata, pois está na linha dos que lutam por um regime democrático de sentido social, equidistante do liberalismo e do socialismo.

Entretanto, tomada a expressão "social democracia" em sentido estrito, o novo presidente chileno não pode ser incluído entre seus adeptos. Ele é um político democrata-cristão. Suas raízes ideológicas não estão na linha de Marx e Lenine, mas no humanismo integral de Maritain e no pensamento social cristão, marcado pelas figuras de Leão XIII e João XXIII, Sturzo, De Gasperi, Adenauer, Schumann, Lebreton, Mounier, Teilhard de Chardin e Alceu Amoroso Lima.

Social Democracia Brasileira

Essa distinção é importante para a correta fixação dos objetivos e programas da "social democracia brasileira", do Partido dos Tucanos, o PSDB.

O PSDB é social democrata em sentido amplo. Não é e nem pretende ser cópia transplantada de modelos europeus, embora aproveite suas lições e experiências. Não nasceu dos movimentos sindicais, nem tem suas raízes no marxismo. Possui características próprias, que correspondem à realidade brasileira e podem ser assim sintetizadas.

1. O socialismo é a doutrina que considera como valor fundamental de



8- O marketing político planejado para o novo partido: a) primeira logomarca proposto para o PSDB; b) logomarca proposta para camisetas, bonés, gravatas, bandeiras e botons; c) rascunho da primeira versão do Tucano – símbolo do partido; d) Tucano – símbolo adotado pelo partido desde a sua assembleia de fundação – fonte: FGV/CPDOC